

DECISÕES DO GOVERNO

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DE

**1900**



RIO DE JANEIRO  
IMPrensa NACIONAL

1905

# INDICE DAS DECISÕES

DO

## MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

Pags.

- |        |   |   |
|--------|---|---|
| N. 1 — | Providencia para que seja computado de 1º de janeiro o prazo de 60 dias concedido no art. 5º da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, para pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional. . . . .   | 1 |
| N. 2 — | Declara que pela inscripção do exame de madureza devem os examinandos que não são alumnos do Gymnasio Nacional pagar a importancia total das taxas correspondentes ás diversas materias comprehendidas no referido exame . . . . .  | 1 |
| N. 3 — | Declara que não são válidos os exames de biologia, geologia e desenho, prestados no Estado do Ceará, em fins do anno de 1898, visto não figurarem entre os preparatorios fixados nas instrucções de 21 de novembro de 1895, e outrosimque, sob pena de annullação dos respectivos exames, devem ser cobradas dos alumnos do Lyceu do Ceará, que naquella época concorreram ás bancas geraes de preparatorios, as taxas de inscripção de que trata o § 3º do art. 3º, das citadas instrucções. . . . .   | 2 |
| N. 4 — | Declara que, nos termos do art. 229 do Codigo de ensino superior, podem ser passadas as certidões requeridas por um ex-alumno da Escola de Minas, das approvações que obteve nas materias do curso annexo e do 1º e 2º annos do curso fundamental da mesma Escola . . . . .   | 3 |
| N. 5 — | Declara que, não tendo sido revogados os prazos fixados no art. 3º da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, para a terminação dos cursos especiaes das Faculdades de Direito, conforme foi decidido por aviso de 30 de maio do anno findo, devia ter cessado completamente, a contar desta ultima data, o regimen de séries na Faculdade de S. Paulo, sendo irregulares os exames dos referidos cursos que ali se realizaram em novembro de 1899, não podendo em março vindouro ter logar outros exames que não os do regimen actual. . . . . | 3 |
| N. 6 — | Declara que o official avulso da Guarda Nacional não depende de licença para tratar de sua saúde. . . . .   | 4 |

	Paga.
N. 7 — Declara que os direitos autoraes das obras publicadas antes de 1898 são regidos pela legislação então em vigor.	4
N. 8 — Autorização para baixa de um soldado da Brigada Policial, independentemente do resultado do processo a que respondeu por crime de deserção, por não ter sido legal sua inclusão . . . . .	5
N. 9 — Declara que a concessão contida no art. 5º da lei n. 632, de 23 de novembro de 1899 não favorece a officiaes da Guarda Nacional que deixaram de legalisar suas nomeações durante a vigencia da organização pela qual foram feitas. . . . .	5
N. 10 — Declara que a União é responsavel sómente pelas despesas com os serviços de alistamento eleitoral e das eleições federaes que a lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, autoriza de modo expresso que as contas respectivas devem ser convenientemente processadas e acompanhadas de documentos comprobativos, e as publicações pela imprensa limitar-se ao numero de vezes estrictamente necessario . . . . .	6
N. 11 — intelligencia do art. 273 do regulamento n. 1263 A, de 10 de fevereiro de 1903. . . . .	
N. 12 — Declara que ao Ministerio da Fazenda, de accôrdo com o da Guerra, cabe a solução do pedido, feito por um funcionario que a este é subordinado, de nova medalha de distincção, por se haver extraviado a que lhe havia sido conferida . . . . .	7
N. 13 — Os papéis concernentes ao registro civil devem ser sellados com estampilhas da União. . . . .	8
N. 14 — Declara que os prazos para o gozo das regalias concedidas pela lei n. 411, de 3 de setembro de 1897, eram os mesmos fixados no art. 3º da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, estando, pois, inteiramente extinctos os cursos especiaes, por já terem terminado os referidos prazos; outrossim, que podem ser admittidos a exames na 2ª época todos os alumnos reprovados na 1ª . . . . .	9
N. 15 — Declara que o auxilio para o aluguel de casa ao porteiro do Archivo Publico Nacional compete ao funcionario effectivo, enquanto não for destituído do emprego . . . . .	10
N. 16 — Resolve duvidas suscitadas pelo official do registro geral de hypothecas da comarca de Jundiaby . . . . .	10
N. 17 — Manda archivar o processo de investigação a que foram submettidos diversos officiaes inferiores e praças da Brigada Policial, por tratar-se de crime de natureza politica, o qual deve ser julgado no foro civil . . . . .	11
N. 18 — Se aos commandantes de brigada é permitido prestar o compromisso por procuração, nos termos do art. 81 do decreto n. 722, de 25 de outubro de 1850, por terem elles substituído, nas comarcas, os antigos commandantes superiores . . . . .	12
N. 19 — Declara que a transferencia de uns para outros institutos equiparados ao Gymnasio Nacional	

- está implicitamente autorizada pelo proprio acto da equiparação, convindo que a expedição das guias só tenha logar depois de terminados todos os exames do anno que o alumno tiver cursado . . . . . 13
- N. 20 — Declara que do alistamento devem ser passadas gratuitamente, em qualquer tempo, as certidões que forem requeridas para fim eleitoral, e que quaesquer documentos devem ser fornecidos independentemente de pagamento, desde que os interessados declarem nas petições que se destinam para o mesmo fim. . . . 13
- N. 21 — Autoriza a matricula de um estudante no 1º anno do curso geral da Escola Polytechnica, independente do exame de desenho de que é dispensado, como de outra qualquer prova de habilitação, mediante a apresentação do certificado de exame de madureza . . . . . 14
- N. 22 — Advogados provisionados podem ser admittidos perante a justiça federal, desde que tenham pago o sello federal nas provisões . . . . . 14
- N. 23 — Declara que, sendo excepcional a 2ª época de exames, deve, para o processo destes, ser estritamente observado o disposto nos estatutos das Faculdades de Direito que prescrevem uma só chamada para a prova escripta. 15
- N. 24 — Declara que um ex-alumno do 1º anno do curso de pharmacia, matriculado em 1883, não pôde ser admittido á inscripção de exames para o mesmo anno, sem a apresentação dos certificados dos novos preparatorios erigidos pelo regulamento vigente . . . . . 15
- N. 25 — Declara que um alumno do Instituto II. Köpke que completou exame de madureza, em data anterior á revogação do decreto n. 2009, de 22 de abril de 1895, pelo qual foi o mesmo Instituto equiparado ao Gymnasio Nacional, tem direito á matricula no curso medico . . . . . 16
- N. 26 — Declaração que devem conter as guias para o pagamento de sello relativo ás patentes dos officiaes da Guarda Nacional, e prazo para effectuar-se o dito pagamento. . . . . 17
- N. 27 — Declara que, dos alumnos extranhos a um instituto equiparado, só devem ser admittidos aos exames de promoção os que pretendam matricular-se em qualquer dos annos do curso, ou os que se destinem aos cursos especiaes de pharmacia, agrimensura, odontologia, obstetricia e bellas-artes; outrossim que os exames do curso que abrangerem o estudo completo da disciplina equivallem aos exames finaes quando forem prestados pelos candidatos áquellas profissões, ou pelos alumnos do estabelecimento, observada neste caso, a disposição da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, quanto á approvação em um preparatorio anterior a essa data. 18
- N. 28 — Sobre casamento de brasileiro com estrangeira, seus impedimentos e transmissão da nacionalidade á mulher e aos filhos. . . . . 18



	Pags.
N. 29 — Declara que não convém naturalizar individuos ausentes da Republica, ainda que em seu serviço em paizes estrangeiros, sem que hajam previamente residido no Brazil . . . . .	19
N. 30 — Sobre precedencia de officiaes na Brigada Policial . . . . .	20
N. 31 — Declara que o exame de geographia prestado na Escola Militar do Rio Grande do Sul, sob o regulamento de 12 de abril de 1890, abrange o estudo de coreographia do Brazil e deve por isso ser aceito para a matricula nas escolas superiores . . . . .	20
N. 32 — Organização e funcionamento dos conselhos de qualificação e de revista da Guarda Nacional, penas disciplinares a que são passíveis e honras a que tem direito os officiaes . . . . .	21
N. 33 — Declara que as casas de penhor estão comprehendidas, para todos os effeitos, na disposição do decreto n. 2032 de 14 de novembro de 1860. . . . .	22
N. 34 — Declara que, á vista do disposto no art. 35 § a do regulamento em vigor, as 40 faltas, de que resulta a perda de anno para os alumnos, devem ser contadas totalmente em cada uma das aulas e não addicionadas ás que fôrem dadas em differentes aulas. . . . .	22
N. 35 — Taxa judiciaria nos processos federaes . . . . .	23
N. 36 — Prohibe o transito de vehiculos pelo portão da Corôa, com destino ao largo da Cancellaria . . . . .	23
N. 37 — Declara que os officiaes avulsos da Guarda Nacional não precisam de licença para tratar de sua saúde e de negocios de seu interesse . . . . .	24
N. 38 — Recommenda que ás licenças que os chefes das repartições estão autorizados a conceder aos respectivos empregados, para tratamento de saúde, preceda a necessaria inspecção . . . . .	24
N. 39 — Declara que o aviso de 3 de agosto, do Ministerio da Guerra, explica as continencias a que tem direito as corporações militares, entre as quaes se acham comprehendidas a Guarda Nacional, Brigada Policial e Corpo de Bombeiros. . . . .	25
N. 40 — Sobre defesa dos interesses da União nos processos intentados perante a justiça federal. . . . .	25
N. 41 — Os Ministros de Estado, directamente ou por intermedio de seus representantes nos Estados, são competentes para suggerir aos procuradores da Republica, o que fôr a bem dos interesses da União . . . . .	26
N. 42 — Sobre pagamento de imposto relativo á transcrição de um titulo no registro de hypothecas . . . . .	27
N. 43 — Autoriza a transferencia de alumno do Gymnasio Fluminense para o Externato do Gymnasio Nacional, devendo, porém, o referido alumno exhibir, antes da prestação do exame de promoção, certidão do numero de faltas que houver dado naquelle Gymnasio, até á data da transferencia . . . . .	27

	Pags.
N. 41 — Sello a que estão sujeitas as certidões, petições, procurações e contractos . . . . .	28
N. 45 — Cabe ao Poder Judiciário resolver as duvidas sobre interpretação delei ou regulamento, cuja execução se acha a seu cargo. . . . .	28
N. 44 — O decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851, está em inteiro vigor . . . . .	29
N. 47 — Declara que á administração municipal do Distrito Federal não cabe pagar as contribuições dos enfermos indigentes, naturaes dos Estados, e que, achando-se no dito Distrito, não tenham, entretanto, aqui o seu domicilio . . . . .	29
N. 48 — Declara qual o uniforme que devem usar os officiaes da reserva da Guarda Nacional. . . . .	30
N. 49 — Declara que as continencias militares sómente são devidas aos officiaes quando se acham uniformizados. . . . .	30
N. 50 — Declara que os officiaes da Guarda Nacional podem ser postos á disposição dos Governos dos Estados quando por estes requisitados . . . . .	31
N. 51 — Declara que a despeza com o fornecimento de livros para o expediente dos corpos da Guarda Nacional deve correr por conta da respectiva caixa, e dá providencias sobre a posse dos officiaes . . . . .	31
N. 52 — Declara que dous alumnos matriculados na 3ª serie medica devem ser dispensados do exame de chimica analytica e, portanto, da respectiva taxa, apresentando os attestados e o documento a que se refere o art. 121 do regulamento . . . . .	32
N. 53 — Declara que ás vantagens de que tratam os arts. 38 e 39 do Codigo de ensino superior tem direito unicamente os membros effectivos do magisterio, pelas obras que nesta qualidade tenham composto, não podendo taes vantagens ser concedidas a um lente jubilado e por um trabalho posterior á data de sua jubilação . . . .	33
N. 54 — Dá instrucções para os alumnos do Gymnasio Nacional e dos Institutos a elle equiparados habilitarem-se, até 1904, nas materias exigidas, quer para a matricula nos cursos superiores, quer para a obtenção do grão de bacharel . . . . .	33
N. 55 — Declara que o certificado de approvação nas materias da série anterior, a que se refere o § 3º do art. 212 do Codigo de ensino superior, não deve ser exigido dos alumnos que pretendam inscrever-se a exames da série em que estiverem matriculados . . . . .	35
N. 56 — Declara que um alumno matriculado na Escola Polytechnica de accordo com as exigencias preparatorias dos estatutos de 25 de abril de 1874 deve, na forma do decreto n. 450, de 13 de outubro de 1897, concluir os seus estudos pelos ditos estatutos e assim prestar o exame de desenho, segundo o disposto no art. 57 . . .	35

	Pags.
N. 57 — A excusa de jurados é da exclusiva competência do presidente do Tribunal do Jury. . . . .	36
N. 58 — Declara que deve responder perante o fóro criminal commum o soldado da Brigada Policial accusado do crime de tentativa de morte contra o 2º sargento da mesma corporação . . . . .	36
N. 59 — Declara que devem ser acceitos para a matricula no 1º anno do curso fundamental da Escola de Minas os exames finais de mathematica prestados no Collegio Militar, de accordo com o regulamento de 1894, cumprindo, porém, ao candidato, para tornar effectiva a matricula, completar perante commissão de lentes da mesma Escola os exames de physica e chimica e historia natural . . . . .	37
N. 60 — Autoriza a admissão de um alumno do 5º anno do Internato do Gymnasio Nacional ao exame conjuncto de todas as materias daquelle anno, inclusive os complementares para o bacharelado, cujo curso deixou de seguir por motivo de molestia. . . . .	37
N. 61 — Declara ficar sem effecto a autorização para a guia de mudança do official da Guarda Nacional que não a solicitar no prazo de 30 dias, contado da data em que tiver conhecimento o respectivo commando . . . . .	38
N. 62 — Declara a modificação indicada para a calça do 2º uniforme dos officiaes da Guarda Nacional. . . . .	38
N. 63 — Declara que não podem servir de examinadores os individuos que tiverem com os examinandos parentesco até 2º grão nas linhas ascendente ou descendente ou na linha transversal, devendo ser considerados nulos os exames prestados em taes condições . . . . .	39
N. 64 — Declara que os officiaes nomeados para a Guarda Nacional de uma comarca devem prestar compromisso legal perante os commandantes dos respectivos corpos e estes, perante o da brigada a que pertencerem. . . . .	39
N. 65 — Declara que os officiaes avulsos da Guarda Nacional não precisam de guia de mudança para transferir sua residencia . . . . .	40
N. 66 — Declara quando deve entrar em vigor o plano de uniforme da Brigada Policial, approved pelo decreto n. 3835 de 24 de novembro ultimo . . . . .	40
N. 67 — Declara que o Governo não tem competencia para decidir sobre o provimento dos logares de lentes das Faculdades e escolas equiparadas ás federaes, cabendo-lhe apenas interferir, por intermedio de seus delegados fiscaes, no que respeita ao regimen do ensino, processo dos exames, execução dos programmas e moralidade dos institutos . . . . .	41
N. 68 — Declara que o paragrapho unico do art. 18 do regulamento annexo ao decreto n. 2224, de 29 de janeiro de 1896, é especialmente applicavel aos capitães que forem escolhidos para o cargo de thesoureiro. . . . .	41

- N. 69 — Declara que os exames de preparatorios prestados sob a fiscalização de um commissario e antes do decreto n. 694, de 1 de outubro de 1899, pelos candidatos ás profissões de dentista, pharmaceutico, aggrimensor e parteiro, são válidos para todos os effeitos, uma vez que tenham sido effectuados na conformidade das instrucções de 21 de novembro de 1895; outrossim, que a commissão de um delegado fiscal junto a um institutoparticular equiparado, se limita á fiscalização desse estabelecimento, no qual, por ser particular, não podem realizar-se exames parcellados . . . . . 42
- N. 70 — Declara que os lentes das disciplinas facultativas do Gymnasio Nacional podem intervir nos exames das materias cujo ensino é obrigatorio, quer arguindo os candidatos para o fim indicado no art. 35 do regulamento, quer concorrendo com o seu voto para o respectivo julgamento . . . . . 43
- N. 71 — Declara que, tendo sido prorogado até 1901 o prazo para a realização dos exames parcellados, e sendo válidos para a matricula nos cursos superiores os que são prestados na Escola Naval, devem ser acceitas as certidões desses exames, apresentadas para o fim de que trata o art. 4º, § 2º, das instrucções annexas ao decreto n. 3861, de 15 de dezembro de 1900 . . . 43
- N. 72 — Approva as disposições que devem ser incorporadas aoa, regimento interno do Instituto Nacional de Musica, que se refere a portaria de 13 de maio de 1900. . . 44

## MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

N. 1 — EM 4 DE JANEIRO DE 1900

Providencia para que seja computado de 1º de janeiro o prazo de 60 dias concedido no art. 5º da lei n. 652 de 23 de novembro de 1899, para pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 4 de janeiro de 1900.

Dr. Ministro de Estado da Fazenda — Rogo vos dignéis expedir as necessarias ordens afim de que, por parte das diversas repartições arrecadadoras da Republica, se observe a disposição do art. 5º da lei n. 652 de 23 de novembro ultimo, no sentido de que o prazo de 60 dias, para o pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional, que ainda não o tenham satisfeito, seja computado de 1 de janeiro corrente, data em que começou a vigorar a referida lei.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

N. 2 — EM 8 DE JANEIRO DE 1900

Declara que pela inscripção do exame de madureza devem os examinandos que não são alumnos do Gymnasio Nacional pagar a importancia total das taxas correspondentes ás diversas materias comprehendidas no referido exame.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 8 de janeiro de 1900.

Em resposta ao officio de 30 do mez proximo findo, em que consultaes a este Ministerio relativamente ás taxas de inscripção em exame de madureza, que devem ser cobrados dos candi-

datos estranhos a esse estabelecimento, declaro-vos que, sendo omisso nessa parte o regulamento actual, continúa em vigor o que dispunha o regulamento ultimo de 30 de março de 1898, no art. 66, que manda cobrar a importancia total das taxas correspondentes ás diversas materias comprehendidas no referido exame.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director do Externato do Gymnasio Nacional.

---

### N. 3 — EM 13 DE JANEIRO DE 1900

Declara que não são válidos os exames de biologia, geologia e desenho prestados no Estado do Ceará em fins do anno de 1898, visto não figurarem entre os preparatorios fixados nas instruções de 21 de novembro de 1895, e outrossim que, sob pena de annullação dos respectivos exames, devem ser cobradas dos alumnos do Lyceu do Ceará, que naquella época concorreram ás bancas geraes de preparatorios, as taxas de inscripção de que trata o § 3º do art. 3º das citadas instruções.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 13 de janeiro de 1900.

Em referencia ao officio de 28 de novembro ultimo, ao qual informastes sobre irregularidades havidas nos exames de preparatorios realizados nesse Estado em fins do anno de 1898, sob a fiscalização do vosso antecessor, declaro-vos, para os devidos fins, que não são validos os exames de biologia, geologia e desenho, prestados por varios estudantes, visto não figurarem entre os preparatorios fixados nas instruções annexas ao decreto n. 2173, de 21 de novembro de 1895, e, outrossim, que sob pena de annullação dos respectivos exames, devem ser cobradas dos alumnos do Lyceu do Ceará, que naquella época concorreram ás bancas geraes de preparatorios, as taxas de inscripção, de que trata o § 3º do art. 3º das citadas instruções e a que se referem os avisos deste Ministerio, de 26 de junho de 1893, dirigidos ao presidente do Estado de Minas Geraes e ao commissario fiscal junto ao Externato do Gymnasio Mineiro e publicados no *Diario Official* de 28 e 29 do mesmo mez.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. commissario fiscal de exames de preparatorios no Estado do Ceará.

---

## N. 4 — EM 23 DE JANEIRO DE 1900

Declara que, nos termos do art. 229 do Código de ensino superior, podem ser passadas as certidões requeridas por um ex-alumno da Escola de Minas, das approvações que obteve nas materias do curso annexo e do 1º e 2º annos do curso fundamental da mesma Escola.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 23 de janeiro de 1900.

Em officio n. 1098, de 9 do corrente mez, transmittindo o requerimento em que o ex-alumno Francisco Ferreira Alves Junior pede certificados das approvações que obteve nas materias do curso annexo e do 1º e 2º annos do curso fundamental dessa escola, consultaes si podeis deferil-o, de conformidade com o art. 229 do Código de Ensino Superior.

De accôrdo com a vossa informação, entende este Ministerio que, não sendo as certidões requeridas para effeito de matricula nesse estabelecimento, não tem applicação ao caso o art. 65 do regulamento, que manda sejam os exames julgados por conjuncto, podendo, pois, ser attendido o requerente nos termos da citada disposição do Código.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Escola de Minas.

## N. 5 — EM 23 DE JANEIRO DE 1900

Declara que, não tendo sido revogados os prazos fixados no art. 3º da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, para a terminação dos cursos especiaes das Faculdades de Direito, conforme foi decidido por aviso de 30 de maio do anno findo, devia ter cessado completamente, a contar desta ultima data, o regimen de séries na Faculdade de S. Paulo, sendo irregulares os exames dos referidos cursos que ali se realizaram em novembro de 1899, não podendo em março vindouro ter lugar outros exames que não os do regimen actual.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 23 de janeiro de 1900.

Em solução á consulta constante do officio de 15 do corrente mez, declaro-vos que, não tendo sido revogados os prazos fixados no art. 3º da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, para a terminação dos cursos especiaes das Faculdades de Direito,

conforme decidiu este Ministerio em aviso de 30 de maio do anno findo, devia ter cessado completamente, a contar desta ultima data, o regimen de séries nesse estabelecimento, sendo, pois, irregulares os exames dos referidos cursos, que ali se realisaram em novembro do anno proximo findo; com maior razão não podem em março vindouro ter lugar outros exames que não os do regimen actual, cabendo aos alumnos matriculados nas séries terminar os seus estudos em conformidade com o art. 157 do regulamento em vigor.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

#### N. 6 — EM 23 DE JANEIRO DE 1900

Declara que o official avulso da Guarda Nacional não depende de licença para tratar de sua saúde.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 23 de janeiro de 1900.

Em solução ao vosso officio n. 271 de 2 do corrente mez, declaro-vos que, achando-se avulso o tenente-coronel José Antonio de Mattos, por não ter sido ainda aproveitado nas novas nomeações feitas para a Guarda Nacional desse Estado, não precisa requerer licença para tratar de sua saúde.

Outrosim, declaro-vos que ficam prejudicadas as demais providencias solicitadas no alludido officio, uma vez que, pela nova organização dada á milicia civica da capital desse Estado pelo decreto n. 2790 de 10 de janeiro de 1898, foi extinto o 2º batalhão de artilheria de posição, do qual era commandante o referido official.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Commandante Superior interino da Guarda Nacional do Estado da Bahia.

#### N. 7 — EM 29 DE JANEIRO DE 1900

Declara que os direitos autoraes das obras publicadas antes de 1898 são regidos pela legislação então em vigor.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Capital Federal, 29 de janeiro de 1900.

Em referencia ao vosso officio n. 168, de 23 de dezembro ultimo, relativo ao registro, de que tratam as instrucções de 1 do mesmo mez, para a execução do art. 13 da lei n. 496, de 6



de agosto de 1898, que define e garante os direitos autoraes, declaro-vos, para os fins convenientes, que approvo as resoluções tomadas por essa Directoria, constantes do referido officio; outrossim, declaro que as obras publicadas antes de 1898 são regidas pela legislação então em vigor.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Bibliotheca Nacional.

---

#### N. 8 — EM 3 DE FEVEREIRO DE 1900

Autorização para baixa de um soldado da Brigada Policial, independentemente do resultado do processo a que respondeu por crime de deserção, por não ter sido legal sua inclusão.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 3 de fevereiro de 1900.

Em referencia ao officio n. 21 de 26 de janeiro findo, autorizo-vos a dar baixa ao soldado João Damica, independentemente do resultado do processo a que respondeu por crime de deserção, e que pende de decisão, em ultima instancia, do Supremo Tribunal Militar, porquanto, não tendo sido legal a sua inclusão nessa Brigada, não tem forma juridica o crime de deserção que se lhe imputa.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Coronel Comandante da Brigada Policial.

---

#### N. 9 — EM 8 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que a concessão contida no art. 5º da lei n. 652 de 23 de novembro de 1899 não favorece a officiaes da Guarda Nacional que deixaram de legalisar suas nomeações durante a vigencia da organização pela qual foram feitas.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 8 de fevereiro de 1900.

Em referencia ao assumpto de que tratais em officio de 15 do mez proximo findo, sobre — si os officiaes nomeados por decreto de 8 de janeiro de 1895 para a Guarda Nacional dessa Comarca ainda podem solicitar as respectivas patentes, em vista do disposto no art. 5º da lei n. 652 de 23 de novembro do anno

passado — declaro-vos que, tendo sido a mesma milicia, nesse Estado, reorganizada pelo decreto n. 2603 de 13 de setembro de 1897, de accordo com o de n. 431 de 14 de dezembro de 1896, não prevalecem mais as alludidas nomeações, visto terem sido feitas anteriormente á referida reorganização salvo para os officiaes que naquella data já estavam legalmente empossados de seus postos, os quaes ficarão avulsos ou aggregados, no caso de não serem aproveitados em as novas nomeações que se fizerem.

Ora, sendo esta a doutrina que até a presente data tem sido observada, resulta que a concessão contida na precitada lei n. 652 não favorece a officiaes que deixaram de legalisar suas nomeações durante a vigencia da organização pela qual foram feitas, verificado, como está, que semelhante favor foi concedido quando já se achava em execução, nos Estados, uma organização diversa, não podendo a mencionada lei referir-se a officiaes em virtude de uma outra que não vigora mais; o contrario traria além disso o inconveniente de serem agora reconhecidos officiaes de corpos cuja numeração pertence actualmente a outros de comarca differente, o que não é regular.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Coronel Commandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de Alvinópolis, no Estado de Minas Geraes.

#### N. 10 — EM 16 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que a União é responsavel sómente pelas despesas com os serviços de alistamento eleitoral e das eleições federaes que a lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, autorisa de modo expresso; que as contas respectivas devem ser convenientemente processadas e acompanhadas de documentos comprobativos, e as publicações pela imprensa limitar-se ao numero de vezes estritamente necessario.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1.<sup>a</sup> Secção — Capital Federal, 16 de fevereiro de 1900.

Sr. Presidente do Conselho Municipal do Districto Federal — Em virtude do disposto no art. 61 da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, são responsaveis os cofres da União pelas despesas que com os serviços do alistamento eleitoral e das eleições federaes se fizerem, na fórma da mesma lei, não só neste Districto, mas também em todos os Estados.

Crescendo cada anno e de modo extraordinario as alludidas despesas, para cujo pagamento aliás não ha consignação especial no orçamento do Ministerio a meu cargo, tive de expedir diversos

actos no sentido de restringil-as quanto possível, definindo do modo bem preciso a responsabilidade da União neste particular. Assim, além do aviso que endereceei a essa presidencia, em 3 de dezembro de 1898, solicitando o seu efficaz auxilio no sentido de não serem as despesas eleitoraes accrescidas com publicações escusadas na imprensa diaria, dirigi aos Governos dos Estados a circular de 12 de dezembro proximo findo, na qual declarei que sómente seriam indemnizadas pelo Governo da União as despesas eleitoraes que a citada lei autorisasse do modo expresso, devendo as contas ser convenientemente processadas e acompanhadas de documentos comprobativos, e as publicações pela imprensa limitar-se ao numero de vezes estritamente necessario.

Estabelecida esta norma, que é prescripta pela legislação em vigor e ditada pelos interesses do Thesouro Nacional, não é possível a este Ministerio mandar pagar da inclusa conta de A. C. de Mont'Alverno, na importancia de 1:337\$, enviada com o vosso officio de 1 do corrente mez, a quantia correspondente a mil circulares impressas para tabelliães e serventuarios de justiça e a igual numero de envoltorios, porquanto essa despesa não é daquellas que a lei n. 35 expressamente autorisa. Torna-se, pois, mister deluzil-a da referida conta.

Por esta occasião, rogo-vos que opportunamente recomendeis ás commissões de alistamento e ás mesas eleitoraes que, concluidos os trabalhos respectivos, providenciem no sentido de serem enviados a esta Secretaria de Estado, do material fornecido pelo Governo da União, todos os objectos que ainda puderem ser utilizados em ultteriores trabalhos eleitoraes. Esta providencia torna-se tanto mais necessaria quanto acaba de verificar-se que apenas foi devolvida, por solicitação deste Ministerio, minima parte dos objectos adquiridos para a ultima eleição do Districto Federal, muitos dos quaes, não se consumindo facilmente, poderiam ser aproveitados, com economia para o Thesouro, em mais de um serviço eleitoral.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

---

#### N. 11 — EM 21 DE FEVEREIRO DE 1900

Intelligencia do art. 273 do regulamento n. 1263 A, de 10 de fevereiro de 1893.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 21 de fevereiro de 1900.

Em referencia ao officio n. 26 de 30 de janeiro ultimo, com o qual transmittistes o requerimento em que o soldado dessa Brigada Hygino Machado Ferreira solicita a sua reforma, de-

claro-vos que resolvi nesta data indeferir o seu pedido, porque, quando o regulamento dessa corporação dispõe, no art. 273 que será reformada com o soldo por inteiro a praça que se inutilisar em acto de serviço, presuppõe a existência de uma relação de causa e effeito entre um determinado acto de serviço e a enfermidade que invalidou a praça, o que não occorre no caso presente.

Entretanto, cabe ao referido soldado o recurso de dirigir-se ao Congresso Nacional para pedir que se lhe compute, para todos os effeitos, o tempo em que prestou serviços na Brigada Policial do Estado do Rio de Janeiro, de modo a poder ser reformado com o soldo proporcional, de accordo com o disposto no art. 271 do regulamento n. 1263 A, de 10 de fevereiro de 1893.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Coronel Commandante da Brigada Policial.

---

N. 12 — EM 23 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que ao Ministerio da Fazenda, de accordo com o da Guerra, cabe a solução do pedido, feito por um funcionario que a este é subordinado, de nova medalha de distincção, por se haver extraviado a que lhe havia sido conferida.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Capital Federal, 28 de fevereiro de 1900.

Sr. Ministro de Estado da Marinha. — Em referencia ao aviso de 12 deste mez, ao qual acompanharam os inclusos papéis relativos ao pedido feito pelo cabo de fogueiras extranumerario João Ferreira Lima, para que lhe seja fornecida nova medalha de distincção de 1ª classe, em substituição da que lhe foi conferida por decreto de 5 de maio de 1894 e se extraviou, segundo allega o petionario, declaro-vos que, não se tratando de concessão, mas simplesmente de fornecimento de outra medalha, paga a despeza pelo interessado, compete ao Ministerio da Fazenda, de accordo com o Ministerio a vosso cargo, a solução do assumpto.

A medalha deverá ser cunhada segundo a descripção constante do art. 3º do decreto n. 58, de 14 de dezembro de 1889, tendo no verso a data de 5 de fevereiro de 1894 e a era do mesmo anno.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

---

## N. 13 — EM 2 DE MARÇO DE 1900

Os papeis concernentes ao registro civil devem ser sellados com estampilhas da União.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 2 de março de 1900.

Sr. Presidente do Estado do Rio de Janeiro — Declaro, para que vos digneis de fazer constar ao juiz de paz em exercício do districto de Anta, em solução á consulta constante do officio de 8 do mez findo, que os papeis concernentes ao registro civil devem ser sellados com estampilhas da União; porquanto, além de tratar-se da execução de preceitos de legislação federal, o regulamento do sello no art. 67 do decreto n. 2573 de 3 de agosto de 1897, contém disposições sobre o assumpto.

Saúde e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

## N. 14 — EM 6 DE MARÇO DE 1900

Declara que os prazos para o gozo das regalias concedidas pela lei n. 441, de 3 de setembro de 1897, eram os mesmos fixados no art. 3º da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, estando, pois, inteiramente extintos os cursos especiaes, por já terem terminado os referidos prazos; outrossim, que podem ser admittidos a exames na 2ª época todos os alumnos reprovados na 1ª.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 6 de março de 1900.

Em solução á consulta de vosso officio n. 1, de 1 do corrente mez, relativa a um alumno dessa Faculdade que pretende prestar exame da 2ª serie do curso de Sciencias Juridicas, transmitto-vos copia do aviso do 30 de maio do anno findo, em que este Ministerio declarou ao Director da Faculdade de Direito do Recife que, para o gozo das regalias concedidas pela lei n. 444, de 3 de setembro de 1897, os prazos eram os mesmos fixados no art. 3º da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, estando, pois, inteiramente extintos os cursos especiaes, por já terem terminado os referidos prazos.

Quanto á outra consulta sobre a intelligencia do art. 6º, letra C, da lei n. 314 citada, declaro-vos que podem ser admittidos a exame da 2ª época todos os alumnos reprovados na primeira, porque essa disposição é geral e não distingue sobre o numero das reprovações.

Saúde e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.* — Sr. Director da Faculdade Livre de Direito da Capital Federal.

## N. 15 — EM 15 DE MARÇO DE 1900

Declara que o auxilio para o aluguel de casa ao porteiro do Archivo Publico Nacional compete ao funcionario effectivo, enquanto não for destituido do emprego.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1.<sup>a</sup> Secção — Capital Federal, 15 de março de 1900.

Respondendo à consulta constante do officio de 22 de fevereiro ultimo, declaro-vos que o auxilio para o aluguel de casa ao porteiro desse Archivo compete ao funcionario effectivo, enquanto não for destituido do emprego.

Acontecendo, porém, que o referido funcionario tem deixado de comparecer à Repartição desde o dia 2 daquelle mez sem justicar o motivo da ausencia, recomendo-vos indiqueis o que a tal respeito vos parecer necessario, visto que, em virtude do art. 33 do regulamento annexo ao decreto n. 1580, de 31 de outubro de 1893, são applicaveis aos empregados do Archivo as disposições penaes do art. 22 do decreto n. 3191, de 7 de janeiro do anno findo, sendo que o provimento do logar de porteiro depende de proposta dessa Directoria, nos termos do art. 30, § 4.<sup>o</sup>, do citado decreto n. 1580.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director do Archivo Publico Nacional.

## N. 16 — EM 16 DE MARÇO DE 1900

Resolve duvidas suscitadas pelo official do registro geral de hypothecas da comarca de Jundiahy.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1.<sup>a</sup> Secção — Capital Federal, 16 de março de 1900.

Sr. Presidente do Estado de S. Paulo — Com o officio n. 978 de 28 de dezembro do anno passado submettestes à apreciação deste Ministerio, por versarem sobre materia que é regulada por leis federaes, as seguintes consultas feitas pelo official do registro geral de hypothecas da comarca de Jundiahy :

1.<sup>a</sup> Póde ser protestado um documento de divida sujeito ao sello proporcional dos mencionados na tabella A, § 1.<sup>o</sup>, do decreto n. 2573 de 3 de agosto de 1897, individualmente sellado ou não sellado?

2.<sup>a</sup> Caso não possa ser protestado, tambem ficam comprehendidas nessa hypothese as contas mercantilmente extrahidas dos livros dos commerciantes, quando o juiz julgador não houver

feito observar o disposto no regulamento do sello, ou si o commerciante não as tiver sellado devidamente antes do intentar o competente protesto?

3.<sup>a</sup> Deve ser transcripto o documento particular, dos permittidos por lei, que não contenha a assignatura do comprador ou do vendedor, por ter um delles fallecido antes da apresentação do titulo ao registro?

Afim de fazerdes constar ao consultante, cabe-me declarar-vos que, á vista do que dispõe o recente regulamento do sello annexo ao decreto n. 3561 de 22 de janeiro ultimo, nos arts. 41, 46 e 50, não pôde ser protestado o titulo que não foi sellado em tempo, ou que o tenha sido indevidamente, nem tão pouco as contas extrahidas dos livros commerciaes a que se refere a segunda consulta.

Relativamente á transcripção do escripto particular, que não contenha os requisitos legais, é claro que não pôde ser effectuada, conforme preceituam o art. 8.<sup>o</sup>, § 2.<sup>o</sup>, da lei n. 169 A, de 19 de janeiro de 1890, e o art. 74 do respectivo regulamento n. 370 de 2 de maio do mesmo anno.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

---

#### N. 17 -- EM 17 DE MARÇO DE 1900

Manda archivar o processo de investigação a que foram submettidos diversos officiaes inferiores e praças da Brigada Policial, por tratar-se de crime de natureza politica, o qual deve ser julgado no foro civil.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2.<sup>a</sup> Secção — Capital Federal, 17 de março de 1900.

Accuso o recebimento do vosso officio n. 66 de 8 do corrente mez, com o qual remettestes o processo do conselho de investigação a que foram submettidos os majores Francisco Candido Pimentel e Antonio Hedefonso Barroso, capitão José Antonio de Araujo Miranda, 1.<sup>os</sup> sargentos Pedro Marques de Oliveira, Henrique Caetano Tinoco e Laudelino Alves Pereira, cabos de esquadra Honorato Ferreira da Silva e Manoel de Paula Campos e soldados Marcellino José dos Santos, Joaquim Antonio Carneiro, João Baptista da Rocha, João Francisco Alves e André Marques da Silva, por terem, aquelle primeiro procurado subornar praças dessa corporação para uma projectada revolta e os ultimos se prestado a auxiliar ao mencionado major em seus planos subversivos.

Em resposta, cabe-me restituir-vos o dito processo, afim de que mandeis archivar-o, porquanto, tratando-se de crime de

natureza politica, deve elle ser julgado no fóro civil, proseguindo a acção perante a justiça federal.

Convém, entretanto, que envieis ao chefe de policia, para os devidos effeitos, cópias dos depoimentos tomados na Brigada áquelles implicados que não foram interrogados no inquerito feito na repartição policial.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Coronel Comandante da Brigada Policial.

---

#### N. 18 — EM 19 DE MARÇO DE 1900

Só aos commandantes de brigada é permittido prestar o compromisso por procuração, nos termos do art. 81 do decreto n. 722, de 25 de outubro de 1850, por terem elles substituído, nas comarcas, os antigos commandantes superiores.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2.<sup>a</sup> Secção — Capital Federal, 19 de março de 1900.

Em officio de 14 do mez de fevereiro findo, consultais si deve ser deferido novo compromisso aos officiaes da Guarda Nacional desse Estado, que o prestaram por procuradores, anteriormente á expedição do aviso-circular deste Ministerio de 20 de novembro ultimo, o qual explicou que só aos commandantes de brigada era permittido prestar o compromisso por procuração nos termos do art. 81 do decreto n. 722 de 25 de outubro de 1850, por terem estes ultimos officiaes substituído, nas comarcas, os antigos commandantes superiores.

Respondendo á mesma consulta, declaro-vos que, baseando-se tal decisão na letra expressa do mesmo decreto, não se acham os officiaes a que vos referis legalmente investidos nos seus postos; pelo que cumpre determineis aos commandantes das respectivas brigadas ou aos seus substitutos que, por editaes, chamem aquelles officiaes para revalidação do mesmo compromisso, que deverá ser prestado pessoalmente, dentro do prazo marcado no art. 20 do decreto n. 1354 de 6 de abril de 1854, sob pena de incorrerem no disposto no art. 65, § 1.<sup>o</sup>, da lei n. 602 de 19 de setembro de 1850.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Coronel Comandante Superior interino da Guarda Nacional do Estado do Ceará.

---



## N. 19 — EM 19 DE MARÇO DE 1900

Declara que a transferencia de alumnos de uns para outros institutos equiparados ao Gymnasio Nacional está implicitamente autorizada pelo proprio acto da equiparação, convindo que a expedição das guias só tenha logar depois de terminados todos os exames do anno que o alumno tiver cursado.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2.<sup>a</sup> Secção — Capital Federal, 19 de março de 1900.

Sr. Presidente do Estado de S. Paulo — Em solução á consulta constante do officio n. 61, de 9 de março corrente, do Secretario dos Negocios do Interior desse Estado, relativa á transferencia de matricula de um alumno do Gymnasio Nogueira da Gama para o Gymnasio de S. Paulo, cabe-me declarar-vos que a transferencia de alumnos de uns para outros institutos equiparados ao Gymnasio Nacional está implicitamente autorizada pelo proprio acto da equiparação, convindo, entretanto, para regularidade do ensino, que a expedição de guias, mediante as quaes deve ser feita a admissão do alumno em outro estabelecimento só tenha logar depois de terminados todos os exames do anno que tiver cursado no primeiro, ao egual do que dispõe o art. 38 do decreto n. 2226, de 1 de fevereiro de 1896, para as Faculdades de Direito.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

## N. 20 — EM 26 DE MARÇO DE 1900

Declara que do alistamento devem ser passadas gratuitamente, em qualquer tempo, as certidões que fõrem requeridas para fim eleitoral, e que quaesquer documentos devem ser fornecidos independentemente de pagamento, desde que os interessados declarem nas petições que se destinam para o mesmo fim.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1.<sup>a</sup> Secção — Capital Federal, 26 de março de 1900.

Em officio de 15 de fevereiro ultimo consultaes :

1.<sup>o</sup> Si o escrivão do Juizo Federal é obrigado, em qualquer tempo, a fornecer gratuitamente, a todos quantos solicitarem, certidões do alistamento eleitoral;

2.<sup>o</sup> O que se deve entender pelos documentos que, para fins eleitoraes, a lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, manda fornecer gratuitamente.

Em resposta, declaro que, não prescrevendo a citada lei prazo para a concessão gratuita de certidões requeridas para fins eleitoraes, devem ser estas passadas em qualquer tempo, pelo referido escrivão, bem assim que, não se podendo previamente determinar quaes os documentos de que os interessados possam carecer, qualquer que seja a natureza de taes documentos, cumpro fornecel-os independentemente de pagamento, conforme preceitua o art. 56, desde que nas petições se consigno que são solicitados para o fim indicado.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Procurador da Republica na Secção de Alagôas.

#### N. 21 — EM 29 DE MARÇO DE 1900

Autoriza a matricula de um estudante no 1º anno do curso geral da Escola Polytechnica, independente do exame de desenho de que é dispensado, como de outra qualquer prova de habilitação, mediante a apresentação do certificado de exame de madureza.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 29 de março de 1900.

Attendendo ao requerimento do alumno Gustavo Lyra da Silva, sobre o qual informastes em officio de 27 do corrente mez, autorizo-vos a admittil-o a matricula do 1º anno do curso geral dessa Escola, independente do exame de desenho, de que é dispensado, como de outra qualquer prova de habilitação, mediante a apresentação do certificado de exame de madureza, conforme dispõem os arts. 163 do regulamento do Gymnasio Nacional, approvedo pelo decreto n. 3251, de 8 de abril de 1899, e 30 dos estatutos vigentes dessa Escola.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

#### N. 22 — EM 31 DE MARÇO DE 1900

Advogados provisionados podem ser admittidos perante a justiça federal, desde que tenham pago o sello federal nas provisões.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 31 de março de 1900.

Em resposta ao telegramma em que consultais si advogados provisionados podem exercer a sua profissão perante a Justiça Federal ou si o exercicio depende de nova provisão passada para a dita Justiça, declaro-vos que, de accordo com o art. 215

do decreto n. 3084 de 5 de novembro de 1898, parte 1ª, combinado com o que dispõe o regulamento anexo ao decreto n. 3564 de 22 de janeiro ultimo, tabella B, § 8º, n. 8, devem ser admittidos a funcionar os advogados provisionados, desde que se verifique ter sido pago o sello federal nas provisões respectivas, mesmo passadas pelas autoridades locais.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*. — Sr. Juiz Federal na Secção de Santa Catharina.

---

N. 23 — EM 4 DE ABRIL DE 1900

Declara que, sendo excepcional a 2ª época de exames, deve, para o processo destes, ser estritamente observado o disposto nos estatutos das Faculdades de Direito que prescrevem uma só chamada para a prova escripta.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 4 de abril de 1900.

Em resposta aos officios dessa Faculdade, de 23 e 26 de março ultimo, em que consultaes si os estudantes Placido Martins de Mello, do 2º anno, e José Ayres Cordeiro do Couto, do 4º anno, podem ser admittidos a nova chamada para prova escripta dos exames da presente época, visto serem omissos nesse ponto os estatutos vigentes, declaro-vos que, sendo excepcional a 2ª época de exames, deve, para o processo destes, ser estritamente observado o disposto nos estatutos que prescrevem uma só chamada.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Faculdade Livre de Direito da Capital Federal.

---

N. 24 — EM 4 DE ABRIL DE 1900

Declara que um ex-alumno do 1º anno do curso de pharmacia, matriculado em 1885, não pôde ser admittido á inscripção de exames para o mesmo anno, sem a apresentação dos certificados dos novos preparatorios exigidos pelo regulamento vigente.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 4 de abril de 1900.

Em officio de 10 de março ultimo consultaes si o estudante Fabricio Ferreira das Neves, ex-alumno do 1º anno do curso de pharmacia, matriculado em 1888, pôde ser agora admittido á

inscrição para exames do mesmo anno, independente de apresentação dos certificados dos novos preparatorios exigidos pelo regulamento vigente, visto ter-se elle matriculado sob o regimen dos antigos estatutos, apenas com quatro preparatorios, de accôrdo com o aviso do antigo ministerio do imperio, de 27 de maio de 1887, por ter frequentado os laboratorios em 1886.

Declaro-vos, em resposta, que o referido estudante só pôde ser admittido á inscrição para exames dessa Faculdade, satisfazendo as condições do regulamento em vigor.

O Poder Publico, exigindo novos preparatorios, nao o fez sinão por entender que ao estado actual da cultura scientifica, taes preparatorios são necessarios para a perfeita comprehensão dos estudos superiores. Foi medida tomada no interesse geral do ensino, e a que devem sujeitar-se os estudantes que, não tendo podido continuar ou concluir os cursos que começaram a frequentar no regimen anterior, pretendam novamente inicial-os agora.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 25 — EM 10 DE ABRIL DE 1900

Declara que um alumno do Instituto H. Köpke que completou o exame de madureza, em data anterior á revogação do decreto n. 2009, de 22 de abril de 1895, pelo qual foi o mesmo Instituto equiparado ao Gymnasio Nacional, tem direito á matricula no curso medico.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 10 de abril de 1900.

Em resposta ao officio de 3 do mez corrente, em que consultaes si o alumno Carlos Guinle pôde ser admittido á matricula do 1º anno do curso medico, á vista do certificado do exame de madureza prestado no Instituto Nacional H. Köpke, declaro-vos que o mencionado alumno, havendo completado aquelle exame em 9 de janeiro ultimo, data anterior á revogação do decreto n. 2009, de 22 de abril de 1895, pelo qual foi o Instituto equiparado ao Gymnasio Nacional, tem direito á matricula no curso medico dessa Faculdade, mediante a apresentação da referida certidão, que junto vos devolvo.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

## N. 26 — EM 11 DE ABRIL DE 1900

Declaração que devem conter as guias para o pagamento do sello relativo ás patentes dos officiaes da Guarda Nacional e prazo para effectuar-se o dito pagamento.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 11 de abril de 1900.

Circular — Para regularidade do serviço concernente à milicia civil, cumpre que, de accordo com as disposições e ordens em vigor, se observe o seguinte:

1.º As guias para o pagamento do sello relativo ás patentes dos officiaes da Guarda Nacional, as quaes, em duas vias, devem ser assignadas pelos interessados, seus procuradores ou representantes, deverão sempre conter a declaração do posto na brigada ou no estado-maior, no batalhão ou regimento, na companhia, bateria ou esquadrão, e ainda a data do decreto de nomeação e da sua publicação no *Diario Official*;

2.º O pagamento deverá effectuar-se dentro do prazo improrogavel a que se refere o art. 9º do lei n. 560 de 31 de dezembro de 1898, contado da data da publicação do acto no *Diario Official*, não só quando se tratar de nomeação, como expressamente alli se determina, mas tambem de transferencia do serviço activo para o da reserva e vice-versa, conforme explicaram os avisos de 3 e 6 de março do anno findo;

3.º Uma das alludidas guias deverá sempre ficar na repartição arrecadadora em que se realizar o pagamento, sendo a outra enviada a esta Secretaria de Estado, para que se possa expedir a patente do official ou a respectiva apostilla.

Sauda o fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Commandante Superior da Guarda Nacional na Capital Federal.

Identicos aos Commandantes Superiores nos Estados.

## N. 27 — EM 16 DE ABRIL DE 1900

Declara que, dos alumnos estranhos a um instituto equiparado, só devem ser admittidos aos exames de promoção os que pretendam matricular-se em qualquer dos annos do curso, ou os que se destinem aos cursos especiaes de pharmacia, agrimensura, odontologia, obstetricia e bellas-artes; outrosim que os exames do curso que abrangerem o estudo completo da disciplina equivalem aos exames finais, quando forem prestados pelos candidatos áquellas profissões ou pelos alumnos do estabelecimento, observada neste caso a disposição da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, quanto á approvação em um preparatorio anterior a essa data.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 16 de abril de 1900.

Em resposta ao officio de 25 de março proximo findo, com o qual transmittistes duas consultas feitas pelo reitor do Internato do Gymnasio Mineiro, declaro-vos que, dos alumnos estranhos a esse estabelecimento, só devem ser admittidos aos exames de promoção os que pretendam matricular-se em qualquer dos annos do curso, de accordo com a regra adoptada no aviso de 4 deste mez dirigido ao director do Externato do Gymnasio Nacional, ou os que se destinem aos cursos especiaes de pharmacia, agrimensura, odontologia, obstetricia e bellas artes, por serem dispensados de exame de madureza, conforme declarou este Ministerio na circular de 30 de agosto de 1899 e em aviso de 3 de janeiro do corrente anno.

Os exames do curso que abrangerem o estudo completo da disciplina equivalem aos exames finais, quando forem prestados pelos candidatos áquellas profissões ou pelos alumnos do estabelecimento, observada neste caso a disposição da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, quanto á approvação em um preparatorio anterior a essa data.

Sauze e Fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Dr. Angelo Veiga, delegado fiscal junto ao Internato do Gymnasio Mineiro.

## N. 28 — EM 20 DE ABRIL DE 1900

Sobre casamento de brasileiro com estrangeira, seus impedimentos e transmissão da nacionalidade á mulher e aos filhos.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 20 de abril de 1900.

Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores — Fara attender ao pedido da Legação Allomã solicitaes em aviso n. 13 de 14 de fevereiro ultimo, vos informo quaes as autoridades com-

petentes no Brazil para attestar, de accordo com as exigencias da lei prussiana, que o brasileiro que pretender contrahir matrimonio naquelle paiz não tem impedimento algum, segundo as leis brasileiras, que a isso se opponha, e também que, pelo facto do casamento, não perde a sua nacionalidade, e, pelo contrario, a transmitta á sua mulher e filhos legitimos ou legitimados por subsequente casamento.

Em resposta, cabe-mo declarar-vos que, segundo a Constituição da Republica, os direitos do cidadão brasileiro só se perdem por naturalisação em paiz estrangeiro ou por acceitação de emprego ou pensão de governo estrangeiro com licença do Poder Executivo Federal; e, assim, o brasileiro que casa com estrangeira continúa no goso de sua nacionalidade, e, pelas nossas leis, transmitta-a á sua mulher e filhos legitimos ou legitimados por subsequente matrimonio.

Para satisfazer a exigencia da lei prussiana quanto ao attestado, poderá este, não estando a hypothese prevista em lei, ser passado pelo agente consular e authenticado pela Legação Brasileira.

Relativamente ao documento comprobatorio do não-impedimento no Brazil, declaro-vos que, applicadas ao caso as disposições dos arts. 4º, 5º e 6º da lei n. 181 de 24 de janeiro de 1890, poderá ser a certidão respectiva passada pelo official do Registro Civil, onde por ultimo houver residido o nubente e tiver sido feita a publicação do edital dos prociamentos.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

---

#### N. 29 — EM 26 DE ABRIL DE 1900

Declara que não convem naturalizar individuos ausentes da Republica, ainda que em seu serviço em paizes estrangeiros, sem que hajam previamente residido no Brazil.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Capital Federal, 26 de abril de 1900.

Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores — Tendo, em officio de 2 de março ultimo, Amram Cazés, vice-consul honorario do Brazil em Marrocos, e actualmente encarregado do respectivo Consulado, segundo declara, pedido ser naturalizado cidadão brasileiro rogo-vos providencieis no sentido de se lhe communicar que não é possível attender á pretensão, visto não convir, na conformidade do aviso de 15 de maio de 1896, dirigido a esse Ministerio, naturalizar individuos ausentes da Republica, ainda que em seu serviço em paizes estrangeiros, sem que hajam previamente residido no Brazil.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa.*

---

## N. 30 — EM 7 DE MAIO DE 1900

Sobre precedencia de officiaes na Brigada Policial.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 7 de maio de 1900.

Em resposta ao officio n. 96 de 7 de abril ultimo, com que transmittistes, acompanhada da vossa informação a consulta feita pelo commandante do regimento de cavallaria, sobre precedencia de officiaes nessa Brigada, declaro-vos que a tal respeito deve prevalecer o disposto no art. 12 do regulamento annexo ao decreto n. 1263 A, de 10 de fevereiro de 1893, combinado com o art. 11 do mesmo regulamento.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Coronel Commandante da Brigada Policial.

---

N. 31 — EM 7 DE MAIO DE 1900

Declara que o exame de geographia prestado na Escola Militar do Rio Grande do Sul, sob o regulamento de 12 de abril de 1890, abrange o estudo de corographia do Brazil e deve por isso ser accito para a matricula nas escolas superiores.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 7 de maio de 1900.

Attendendo ao que requereu João Baptista Barreto Leite, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o exame de geographia prestado pelo requerente na Escola Militar do Rio Grande do Sul, sob o regulamento de 12 de abril de 1890, abrange o estudo de corographia do Brazil e deve por isso ser accito para a matricula nas escolas superiores.

Saudo o fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro.

---



## N. 32 — EM 8 DE MAIO DE 1900

Organização e funcionamento dos conselhos de qualificação e de revista da Guarda Nacional, penas disciplinares a que são passíveis e honras a que têm direito os officiaes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 8 de maio de 1900.

Em referencia ao officio n. 21 de 20 de março ultimo, em que consultastes como deveis proceder relativamente ao processo de qualificação de Guardas Nacionais nessa comarca, declaro-vos que, em aviso de 15 de abril do anno proximo passado, dirigido ao Commandante Superior interino da Guarda Nacional, no Estado da Bahia, estão explicadas as duvidas que possam surgir na organização e funcionamento dos conselhos de qualificação e revista da Guarda Nacional; convindo, portanto, que observeis a esse respeito as disposições contidas nos decretos ns. 722 de 25 outubro de 1850, e 1130 de 12 de março de 1853, com as alterações constantes do citado aviso, attenta a modificação por que passou a lei n. 602 de 19 de setembro de 1850, em virtude dos decretos ns. 1121 de 5 de dezembro de 1890, 146 de 18 abril de 1891, e 431 de 14 de dezembro de 1896.

Quanto á segunda parte do vosso officio, declaro-vos que os officiaes effectivos, aggregados, avulsos ou reformados, são passíveis das penas disciplinares consignadas na lei n. 602 de 19 de setembro de 1850, e respectivos regulamentos, sómente quando em serviço, ou uniformizados, infringirem as regras da disciplina ou subordinação; fóra desses casos responderão no fóro commum pelos delictos que commetterem.

Finalmente, gosando os officiaes da Guarda Nacional das mesmas honras que competem aos do Exercito, não podem ser recolhidos a prisões civis senão nos casos especificados no art. 66 da referida lei n. 602 de 1850, e depois de perderem os postos, conforme declaram os avisos de 27 de junho de 1857 e n. 566 de 30 de novembro de 1861. Em qualquer outra hypothese deverão ter por prisões os quartéis e fortalezas ou a sala da Camara ou Intendencia Municipal, sendo para ahí conduzidos por autoridade civil ou official de igual posto, á ordem do juiz competente.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Tenente-Coronel Commandante interino da 4ª Brigada de infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.

---

## N. 33 — EM 1 DE JUNHO DE 1900

Declara que as casas de penhor estão comprehendidas, para todos os efeitos, na disposição do decreto n. 2692 de 14 de novembro de 1860.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 1 de junho de 1900.

Em solução á vossa consulta de 28 do mez proximo findo, relativamente aos estabelecimentos que, destinados a fins diversos dos das casas de penhor, fazem transacções de empréstimos sobre caução de cautelas, declaro-vos que os alludidos estabelecimentos estão comprehendidos, para todos os efeitos, nas disposições do decreto n. 2692 de 14 de novembro de 1860, porquanto a caução de titulos de credito pessoal e movel, em garantia de outro, é equiparada ao proprio penhor.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*. — Sr. Chefe de Policia do Districto Federal.

---

## N. 34 — EM 8 DE JUNHO DE 1900

Declara que, á vista do disposto no art. 35 § a do regulamento em vigor, as 40 faltas, de que resulta a perda de anno para os alumnos, devem ser contadas totalmente em cada uma das aulas o não adicionadas ás que fõrem dadas em diferentes aulas.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 8 de junho de 1900.

Attendendo ao que requereram Georges de Faria Leuzinger e outros estudantes dessa Faculdade e de accôrdo com a vossa informação constante do officio de 1 de junho corrente, declaro-vos que, á vista do disposto no art. 35 § a do regulamento em vigor, as 40 faltas, de que resulta a perda de anno para os alumnos, devem ser contadas totalmente em cada uma das aulas e não adicionadas ás que fõrem dadas em diferentes aulas.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro.

---

## N. 35 — EM 23 DE JUNHO DE 1900

## Taxa judiciaria nos processos federaes

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1.<sup>a</sup> Secção — Capital Federal, 23 de junho de 1900.

Sr. Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda — Em resposta ao aviso que me dirigistes a 15 do corrente mez, reclamando providencias para que os funcionarios da justiça federal habilitem as respectivas Delegacias Fiscaes a supprirem-se de sellos necessarios á cobrança da taxa judiciaria, pondero-vos que, em 13 de janeiro e 30 de junho do anno passado, solicitei desse Ministerio as convenientes ordens de modo que as ditas repartições pudessem vender os sellos instituidos pelo decreto n. 2219 de 18 de janeiro de 1896, e mandados applicar o justiça federal pelo paragrapho unico do art. 8.<sup>o</sup> do de n. 3312 de 17 de junho de 1899.

Quanto á revisão dos processos findos, a que tambem alludiá em vosso aviso, é contrario a esse alvitre o art. 16 do citads decreto n. 3312, cumprindo ás Delegacias Fiscaes, em caso de infracção, requisitar das autoridades judiciasrías os exames das certidões para procederem contra os infractores.

Finalmente, sobre a falta de sello respectivo, declaro que este Ministerio, de accôrdo com o art. 10, paragrapho unico, do decreto n. 2163 de 9 de novembro de 1895, prevendo a hypothese, tem decidido que, em tal caso, o pagamento se effectue por meio de guias passadas pelo escrivão do juizo federal.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.

## N. 36 — EM 6 DE JULHO DE 1900

Prohibe o transito de vehiculos pelo portão da Corôa, com destino ao largo da Cancellia.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1.<sup>a</sup> Secção — Capital Federal, 6 de julho de 1900.

Em referencia ao vosso offeio de 27 de junho proximo findo, recomendo providenciéis affim de ser prohibido o transito de vehiculos pelo portão da Corôa, com destino ao largo da Cancellia, para o que empregareis, si tanto for preciso, o destacamento policial que tendes as vossas ordens.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director do Museu Nacional.

## N. 37 — EM 9 DE JULHO DE 1900

Declara que os officiaes avulsos da Guarda Nacional não precisam de licença para tratar de sua saúde e de negocios de seu interesse.

Ministerio da Justiça e Negocios interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 9 de julho de 1900.

Em solução de vosso officio n. 355 de 23 de junho ultimo, e em additamento ao aviso de 23 de janeiro do corrente anno, declaro-vos que os officiaes da Guarda Nacional que se acham avulsos, em virtude de não terem sido aproveitados na reorganização da mesma milicia nos respectivos Estados, não precisam igualmente requerer licença para tratar de negocios de seu interesse, visto que não estão obrigados a qualquer serviço, emquanto não forem de novo classificados.

Assim, pois, nada ha que deferir sobre a petição que acompanhou o vosso citado officio n. 355, e na qual o tenente-coronel Gonçalo de Athayde Pereira, ex-commandante do extinto 42º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca do Lavras Diamantinas, nesse Estado, requer um anno de licença para tratar de sua saúde e negocios de seu interesse particular.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Commandante Superior interino da Guarda Nacional do Estado da Bahia.

## N. 38 — EM 7 DE AGOSTO DE 1900

Recommenda que ás licenças que os chefes das repartições estão autorizados a conceder aos respectivos empregados, para tratamento de saúde, preceda a necessaria inspecção.

Ministerio da Justiça e Negocios interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Circular — Capital Federal, 7 de agosto de 1900.

Recommendo-vos que, sempre que, em virtude do art. 36 do regulamento dessa Repartição, tiverdes de resolver sobre pedidos de licença dos respectivos funcionarios, para tratamento de saúde, faças submittel-os previamente á necessaria inspecção, observado o disposto no aviso-circular de 27 de maio do anno findo.

Ao Ministerio a meu cargo communicareis as licenças que concederdes.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Director do Museu Nacional.

*Mutatis mutandis*, aos demais Directores das repartições subordinadas á Directoria do Interior.

N. 39 — EM 7 DE AGOSTO DE 1900

Declara que o aviso de 3 de agosto do Ministerio da Guerra explica as continencias a que têm direito as corporações militares entre as quaes se acham comprehendidas a Guarda Nacional, Brigada Policial e Corpo de Bombeiros.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 7 de agosto de 1900.

Circular — Transmitto-vos, para vosso conhecimento e fins convenientes, cópia do aviso que a este Ministerio dirigiu o da Guerra, em 3 do corrente mez, explicativo do que em 9 de julho ultimo foi expedido ao chefe do estado-maior do exercito, relativamente ás corporações militares com direito a continencias, entre as quaes se acham comprehendidos a Guarda Nacional, a Brigada Policial desta Capital e o Corpo de Bombeiros, por serem corporações federaes, com organização militar, e cujos officiaes têm as suas patentes assignadas pelo Chefe da Nação.

Saude e fraternidade.— *Eptacio Pessoa*.— Aos Commandantes Superiores da Guarda Nacional, da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros:.

N. 40 — EM 9 DE AGOSTO DE 1900

Sobre defeza dos interesses da União nos processos intentados perante a justiça federal.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 9 de agosto de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Tenho presente vosso aviso n. 52 de 4 do corrente mez, no qual alludindo ás diligencias a que se procedeu por occasião do desfalque descoberto no cofre da Delegacia Fiscal em Pernambuco e que originaram duvidas por parte do Procurador da Republica naquella secção, no tocante ás suas attribuições em face das do Inspector de Fazenda, alli em commissão, consultaes si ao Ministerio a vosso cargo fallece autoridade para, pelo órgão de seus representantes nos Estados, suggerir aos procuradores seccionaes quaesquer medidas tendentes a acautelar os interesses da Fazenda e ao mesmo tempo solicitaes que, no caso negativo, este Ministerio tome a tal respeito as providencias convenientes, sendo, na hypothese contraria, o da Fazenda forçado a promover o restabelecimento dos antigos logares de procuradores fiscaes e dos feitos.

Em resposta, cabe-me declarar-vos que a solução de vossa consulta se acha explicitamente dada pelos preceitos contidos nos arts. 21 do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, 28, 29, 32, 33 e 35 da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, e 124 e seguintes do decreto n. 3084 de 5 de novembro de 1898, segundo os quaes, aos membros do ministerio publico incumbe, em geral, velar pela execução das leis, decretos e regulamentos que tenham de ser applicados em todo o territorio da Republica, promovendo a acção publica, onde ella couber, a bem dos direitos da União ; e, especialmente, defender os da Fazenda Nacional, em tudo em que ella fôr interessada, cumprindo nesse particular as ordens e instrucções que receberem do Governo.

Sendo assim, ao Ministerio a vosso cargo não fallece autoridade para suggerir as medidas a que alludis ; e, por isso, torna-se desnecessario o restabelecimento, pelo menos por esse motivo, dos antigos procuradores fiscaes e dos feitos da Fazenda.

Communico-vos ainda que, antes de receber o vosso citado aviso já me havia, sobre o assumpto, dirigido ao procurador da Republica na secção do Pernambuco ; e nesta data expõe circulares aos demais procuradores, chamando a sua attenção para a doutrina que decorre das disposições legais acima citadas.

Saude e fraternidade.-- *Epitacio Pessoa*.

---

#### N. 41 — EM 9 DE AGOSTO DE 1900

Os Ministros de Estado, directamente ou por intermedio de seus representantes nos Estados, são competentes para suggerir aos procuradores da Republica, o que fôr a bem dos interesses da União.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 9 de agosto de 1900.

Circular — Tendo occorrido duvidas a respeito das attribuições dos procuradores da Republica nas secções, quando no exercicio de sua função, em assumpto que dependa de instrucções ou esclarecimentos do Governo, declaro-vos que, em virtude dos arts. 21 do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, 28, 29, 32, 33 e 35 da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, e 124 e seguintes do decreto n. 3084 de 5 de novembro de 1898, qualquer dos Ministros de Estado, directamente ou por intermedio de representantes seus nos Estados, é competente para suggerir aos mencionados funcionarios o que fôr a bem dos interesses da União e especialmente da Fazenda Nacional.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.-- Sr. Procurador da Republica, na Secção de...

---

## N. 42 — EM 10 DE AGOSTO DE 1900

Sobre pagamento do imposto relativo á transcripção de um titulo no registro de hypothecas.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 10 de agosto de 1900.

Tendo o official de registro de hypothecas do 1º districto desta Capital consultado ao Ministerio da Fazenda si, no caso de permuta, em que ha duas transcripções, deve o respectivo imposto ser cobrado de cada um dos permutantes ou si, comparcendo um sómente, é este obrigado a pagar o imposto de ambas, declaro-vos, a fim de fazerdes constar ao mesmo official que, segundo participou-me aquelle Ministerio, em vista da circular n. 18 de 30 de abril de 1884, de cada permutante não se póde exigir mais do que o imposto relativo á transcripção de seu titulo, embora um delles não compareça, pois a este será applicada a penalidade do art. 233 do regulamento n. 370 de 2 de maio de 1890.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Presidente do Tribunal Civil e Criminal.

## N. 43 — EM 14 DE AGOSTO DE 1900

Autoriza a transferencia de alumno do Gymnasio Fluminense para o Externato do Gymnasio Nacional, devendo, porém, o referido alumno exhibir, antes da prestação do exame de promoção, certidão do numero de faltas que houver dado naquelle Gymnasio até á data da transferencia.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 14 de agosto de 1900.

Attendendo ao que requereu Cypriano de Oliveira Costa, que solicita transferencia de seu filho Cypriano Amoroso Costa, alumno do 3º anno do Gymnasio Fluminense, deste estabelecimento para o Externato do Gymnasio Nacional, autorizo-vos a admittil-o á matricula, devendo, porém, o referido alumno exhibir, antes da prestação do exame de promoção, a certidão do numero de faltas que houver dado no Gymnasio Fluminense até á data da transferencia.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director do Externato do Gymnasio Nacional.

## N. 44 — EM 15 DE AGOSTO DE 1900

Sello a que estão sujeitas as certidões, petições, procurações e contractos.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 15 de agosto de 1900.

Em resposta á consulta que fizestes, em telegrammas de 18 de maio do corrente anno, declaro-vos que, não se achando comprehendidas na tabella B, 1ª classe, § 1º, do regulamento n. 3564 de 22 de janeiro antecedente as petições apresentadas á justiça local e as certidões a que vos referis, umas e outras só ficam sujeitas ao sello federal quando forem annexadas a processos que tenham de correr perante autoridade administrativa ou judiciaria da União.

Quanto, porém, ás procurações e contractos de qualquer natureza, e que são actos regulados por lei federal, devem ser sellados em conformidade do citado regulamento.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Procurador da Republica na Secção do Amazonas.

## N. 45 — EM 28 DE AGOSTO DE 1900

Cabe ao Poder Judiciario resolver as duvidas sobre interpretação de lei ou regulamento cuja execução se acha a seu cargo.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 28 de agosto de 1900.

Sr. Presidente do Estado do Rio de Janeiro — Tendo o official do registro civil do municipio de S. Gonçalo, comarca de Nietheroy, consultado a este Ministerio qual o modo por que devem ser registrados os nascimentos de filhos adulterinos, bem assim qual a taxa, federal ou estadual, a que estão sujeitos os papeis para casamento, declaro-vos, para os fins convenientes, quanto á primeira parte da consulta, que cabe ao juiz resolvê-la, visto tratar-se de lei cuja execução se acha a cargo do Poder Judiciario, e, quanto á segunda, que todos os processos, cuja materia é regulada por lei federal, devem ser sellados em conformidade do regulamento n. 3564 de 22 de janeiro do corrente anno.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*.



## N. 46 — EM 10 DE SETEMBRO DE 1900

O decreto n. 855 de 8 de novembro de 1851 está em inteiro vigor.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 10 de setembro de 1900.

Sr. Presidente do Estado de S. Paulo — Em solução á consulta da Secretaria da Justiça desse Estado, constante do officio n. 635 de 31 do mez findo, cabe-me declarar-vos que está em inteiro vigor o decreto n. 855 de 8 de novembro de 1851, regulando as isenções e attribuições dos agentes consulares estrangeiros quanto á arrecadação e administração das heranças de subditos de suas nações, e por isso a comunicação ao fallecimento do estrangeiro aqui domiciliado, quando no lugar não houver agente consular do paiz do fallecido, deve ser dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores, de accordo com o disposto no art. 7º do mesmo decreto.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

## N. 47 — EM 15 DE SETEMBRO DE 1900

Declara que á administração municipal do Distrito Federal não cabe pagar as contribuições dos enfermos indigentes, naturaes dos Estados, e que, achando-se no dito Districto, não tenham, entretanto, aqui o seu domicilio.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª Secção — Capital Federal, 15 de setembro de 1900.

Não cabendo á administração municipal, á vista do disposto no art. 91 combinado com o art. 78 do regulamento annexo ao decreto n. 3244, de 29 de março de 1899, pagar as contribuições dos enfermos indigentes, naturaes dos Estados, e que, achando-se no Distrito Federal, não tenham, entretanto, aqui o seu domicilio, na presente data recomendo ao chefe de policia a expedição das ordens necessarias affin de que, nas guias com que são remettidos para o pavilhão de observação desse Hospicio individuos procedentes do referido Districto, se consigne o que se houver verificado acerca do mesmo domicilio.

Quando a esse respeito fôr omisso o alludido documento, diligenciareis, por vossa parte, obter o esclarecimento de que se trata.

No caso de constar da guia ou de vos terdes certificado de que taes doentes estavam de passagem, apenas, na Capital Federal, me dareis disto conhecimento, affin de providenciar na conformidade do preceito contido no segundo dos citados artigos.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.* — Sr. Director do Hospicio Nacional de Alienados.

## N. 48 — EM 17 DE SETEMBRO DE 1900

Declara qual o uniforme que devem usar os officiaes da reserva da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça— 2ª Secção— Capital Federal, 17 de setembro de 1900.

Em resposta ao officio n. 380 de 27 de agosto findo, declaro-vos, para os fins convenientes :

1º, que os officiaes da reserva devem usar dos mesmos uniformes que os dos corpos do serviço activo, com as modificações constantes do respectivo plano, os quaes não se confundem com os que foram outr'ora marcados para o estado-maior das brigadas da reserva, pois estas ultimas ficaram extintas pelo decreto n. 3206 de 28 de janeiro de 1899 ;

2º, que a tunica do flanela mencionada no aviso de 7 de março do anno passado faz parte do uniforme, mas o seu uso só é permitido aos officiaes da activa, para commodidade do serviço, nos quartéis e nas secretarias do Commando Superior e das brigadas.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Tenente-Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional do Estado da Bahia.

---

## N. 49 — EM 19 DE SETEMBRO DE 1900

Declara que as continencias militares sòmente são devidas aos officiaes quando se acham uniformizados.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça— 2ª Secção— Capital Federal, 19 de setembro de 1900.

Tendo este Ministerio sido consultado pela Directoria da Legião de Soccorros Mutuos aos Officiaes da Guarda Nacional desse Estado, si os officiaes a paizana, mas trazendo qualquer signal indicativo dos seus postos, têm direito a continencias militares, declaro-vos, para que o faças constar á mesma Directoria, que essas continencias são devidas sòmente quando os officiaes se acham uniformizados.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional do Estado de Pernambuco.

---

## N. 50 — EM 6 DE OUTUBRO DE 1900

Declara que os officiaes da Guarda Nacional podem ser postos á disposição dos Governos dos Estados quando por estes requisitados.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 6 de outubro de 1900.

Em referencia ao offcio n. 46 de 4 de agosto ultimo, declaro-vos, para os fins convenientes, que os officiaes da Guarda Nacional podem ser postos á disposição dos Governos dos Estados, quando por elles requisitados para desempenho de commissões ou cargos estadoaes, ficando dispensados de todo o serviço na milicia a que pertencem, enquanto estiverem no exercicio das ditas commissões.

Entretanto, como o capitão, a quem vos referis, não se acha empossado, nem reconhecido officialmente, por não ter prestado em tempo o necessario compromisso, não pôdo elle, no character de official da Guarda Nazinal, desempenhar função alguma estadual, por haver incorrido na pena de privação do posto, em conformidade do art. 65, § 1º, da lei n. 692 de 19 de setembro de 1859.

Saude e fraternidade — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Coronel Comandante Superior interino da Guarda Nacional do Estado do Amazonas.

## N. 51 — EM 18 DE OUTUBRO DE 1900

Declara que a despeza com o fornecimento de livros para o expediente dos corpos da Guarda Nacional deve correr por conta da respectiva caixa, e dá providencias sobre a posse dos officiaes.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 18 de outubro de 1900.

Em offcio de 17 de agosto ultimo, transmittindo a representação feita pelo secretario geral desse Commando, contra o facto de muitos officiaes se verem forçados a deixar de prestar em tempo o respectivo compromisso, ora porque os secretarios dos corpos allegam não se acharem arregimentados e por isso não comparecem nos logares indicados pelos commandantes para lavrar os necessarios termos, ora porque os proprios commandantes se recusam á compra dos livros precisos para tal fim, consultaes como se deve proceder relativamente ao assumpto.

Respondendo ao dito officio, declaro-vos que, emquanto não é possível, por deficiência da verba orçamentaria, dar cumprimento ao disposto no § 1º do art. 31 do decreto n. 1332 de 18 de fevereiro de 1854, as despesas com o fornecimento de livros para o expediente dos corpos da Guarda Nacional, devem correr por conta da caixa respectiva, a qual se constituirá segundo o disposto nos demais paragraphos do referido artigo; outrossim, que cumpre sejam applicadas as penas estabelecidas no art. 94 e seguintes da lei n. 602 de 19 de setembro de 1850, áquelles dos vossos commandados que, sob qualquer pretexto, impedirem a posse dos officiaes, visto que tal obrigação é considerada objecto de serviço na milicia civil, embora não se ache esta aquartelada.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Coronel Com-mandante Superior interino da Guarda Nacional do Estado do Amazonas.

---

N. 52 — EM 19 DE OUTUBRO DE 1900

Declara que dous alumnos matriculados na 3ª serie medica devem ser dispensados do exame de chimica analytica e, portanto, da respectiva taxa, apresentando os attestados e o documento a que se refere o art. 121 do regulamento.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior—2ª Secção—Capital Federal, 19 de outubro de 1900.

Em resposta ao officio n. 445, de 2 de outubro corrente, com o qual transmittistes a petição dos alumnos dessa Faculdade Affonso de Castro Tanajura Guimarães e José Cordeiro dos Santos Filho, solicitando dispensa do pagamento da taxa de inscripção do exame da 3ª série medica, declaro-vos que, achando-se os mesmos alumnos matriculados actualmente na alludida série, devem ser dispensados do exame de chimica analytica, e, portanto, da respectiva taxa, apresentando os attestados e o documento a que se refere o art. 121 do regulamento.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

---

**N. 53 — EM 25 DE OUTUBRO DE 1900**

Declara que ás vantagens de que tratam os arts. 38 e 39 do Código de ensino superior teem direito unicamente os membros effectivos do magisterio, pelas obras que nesta qualidade tenham composto, não podendo taes vantagens ser concedidas a um lente jubilado e por um trabalho posterior á data de sua jubilação.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 25 de outubro de 1900.

No officio de 8 do corrente mez, communicaes a este Ministerio ter sido apresentada á Congregação e por ella approvada uma proposta do Dr. Francisco Valladares, no sentido de serem concedidas ao Dr. Vicente Saboia, pela sua obra — *Cirurgia contemporanea* — as vantagens de que tratam os arts. 38 e 39 do Código de Ensino Superior.

Em resposta, declaro-vos que a taes vantagens teem direito unicamente os membros effectivos do magisterio, pelas obras que nesta qualidade tenham composto; e estas condições não se verificam com o Dr. Vicente Saboia, que, jubilado por decreto de 1 de dezembro de 1889, deixou desde então de fazer parte do corpo docente da Faculdade, e cujo trabalho é posterior á data da sua jubilação.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

**N. 54 — EM 26 DE OUTUBRO DE 1900**

Dá instruções para os alumnos do Gymnasio Nacional e dos Institutos a elle equiparados habilitarem-se, até 1904, nas materias exigidas quer para a matricula nos cursos superiores, quer para a obtenção do grão de bacharel.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 26 de outubro de 1900.

No intuito de resolver duvidas que se teem suscitado relativamente á intelligencia do paragrapho unico do decreto n. 694, de 1 de outubro corrente, declaro-vos que o citado decreto, prorogando em seu art. 1º o prazo para a realização de exames preparatorios á matricula nas escolas superiores e adiando por isto mesmo a prestação dos de madureza a que iam ficar obrigados todos os candidatos á referida matricula, teve em vista, ao tornar extensiva, no mencionado paragrapho, aquella disposição aos alumnos do Gymnasio Nacional, dispensal-os igualmente do

exame de madureza, dando validade, porém, aos exames realizados no respectivo curso, inclusive os do 6.<sup>o</sup> anno, de accordo com o regulamento e programma em vigor, que não foram revogados.

Deve, portanto, entender-se que aos alumnos do Gymnasio Nacional e por igualdade de razões aos dos institutos a elle equiparados, é facultado habilitarem-se nas materias exigidas, quer para a matricula nos cursos superiores, quer para a obtenção do grão de bacharel, observadas as seguintes regras:

1.<sup>a</sup> Os alumnos do Gymnasio Nacional e estabelecimentos equiparados são dispensados até 1904 do exame de madureza para a matricula nos cursos superiores ou obtenção do titulo de bacharel em sciencias e letras.

2.<sup>a</sup> São considerados exames finais, valendo para todos os effeitos os seguintes exames, prestados em conjunto com as materias de cada anno: arithmetica, do 2.<sup>o</sup>; geographia e francez, do 3.<sup>o</sup>; algebra, desenho, geometria e trigonometria, portuguez e inglez, do 4.<sup>o</sup>; mecanica e astronomia, physica e chimica, historia, latim e allemão, do 5.<sup>o</sup>; historia natural, litteratura, historia do Brazil, logica e grego, do 6.<sup>o</sup>.

3.<sup>a</sup> Os alumnos que não se destinarem ao bacharelado são dispensados das materias facultativas de que trata o art. 36 do regulamento do Gymnasio Nacional, e das aulas de revisão os que não pretenderem prestar o exame de madureza.

4.<sup>a</sup> Os alumnos de annos superiores dos estabelecimentos equiparados que, em razão da época em que a estes foi concedida a equiparação, não tiverem prestado exame de admissão ao anno que frequentam, terão, de accordo com o aviso de 4 de abril findo, de prestar, antes do exame desse anno, os finais dos annos anteriores.

5.<sup>a</sup> Os alumnos avulsos dos estabelecimentos equiparados não poderão como taes prestar exames das materias do curso, sem que primeiro regularisem a sua situação, effectuando a matricula em qualquer dos annos, de accordo com as disposições em vigor.

Saudo e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director do Externato do Gymnasio Nacional.

— Idêntico aos fiscaes dos institutos congenere equiparados.

---

## N. 55 — EM 1 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara que o certificado de approvação nas materias da série anterior, a que se refere o § 3º do art. 212 do Código de ensino superior, não deve ser exigido dos alumnos que pretendam inscrever-se a exames da série em que estiverem matriculados.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 1 de novembro de 1900.

Attendendo ao que requereram estudantes dessa Faculdade e confirmando meu telegramma de 31 de outubro proximo findo, declaro-vos que a apresentação do certificado de approvação nas materias da série anterior, a que se refere o § 3º do art. 212 do Código de Ensino Superior, não deve ser exigido dos alumnos que pretendam inscrever-se a exames da série em que estiverem matriculados, porquanto, de accordo com o disposto no art. 186 n. 1 do citado Código, o referido certificado deve ter sido apresentado por occasião de effectuar-se a matrícula.

A exigencia do mencionado § 3º deve entender-se como tendo applicação aos alumnos não matriculados e a estranhos.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

## N. 56 — EM 8 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara que um alumno matriculado na Escola Polytechnica de accordo com as exigencias preparatorias dos estatutos de 25 de abril de 1874 deve, na forma do decreto n. 450 de 13 de outubro de 1897, concluir os seus estudos pelos ditos estatutos e assim prestar o exame de desenho, segundo o disposto no art. 57.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 8 de novembro de 1900.

Em solução ao officio n. 139, de 19 de outubro ultimo, com o qual transmittistes o requerimento em que o alumno José Pires Rabello pede ser admittido a prestar exame de desenho, de conformidade com o regulamento de 23 de janeiro de 1896, declaro-vos que, tendo esse alumno se matriculado de accordo com as exigencias preparatorias dos Estatutos de 25 de abril de 1874, deve, na forma do decreto n. 450, de 13 de outubro de 1897, concluir os seus estudos pelos ditos Estatutos e assim prestar o exame de desenho, segundo o disposto no art. 57.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director da Escola Polytechnica.

## N. 57 — EM 9 DE NOVEMBRO DE 1900

A excusa de jurados é da exclusiva competência do presidente do Tribunal do Jury.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 1ª Secção — Capital Federal, 9 de novembro de 1900.

Sr. Ministro da Industria, Viacão e Obras Publicas — Em resposta ao aviso que me dirigistes, em 30 do mez findo, relativamente ao facto de servirem no Jury empregados da Administração dos Correios de Pernambuco com prejuizo do serviço, cabe-me declarar-vos que escapa ao conhecimento deste Ministerio a materia de excusa dos jurados, a qual é da exclusiva competência do presidente daquelle Tribunal, segundo dispõem o art. 313 do Código do Processo, art. 104 da lei n. 261 de 3 de dezembro de 1841 e o art. 290 do regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1842.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa.*

## N. 58 — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara que deve responder perante o fóro criminal commum o soldado da Brigada Policial accusado do crime de tentativa de morte contra o 2º sargento da mesma corporação.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 12 de novembro de 1900.

Em resposta á consulta constante do officio n. 319 de 31 de outubro findo, declaro-vos que, nos termos do art. 394 do regulamento n. 10.222 de 5 de abril de 1889, e, de conformidade com a doutrina do aviso de 4 de março de 1897, deve responder perante o fóro criminal commum o soldado dessa Brigada Boaventura de Oliveira Coimbra, accusado do crime de tentativa de morte contra o 2º sargento, também dessa corporação, Daniel de Hollanda Cavalcanti.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa* — Sr. General Comandante da Brigada Policial.



## N. 59 — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara que devem ser acceitos para a matricula no 1º anno do curso fundamental da Escola de Minas os exames finais de mathematica prestados no Collegio Militar, de accordo com o regulamento de 1894, cumprindo, porém, ao candidato, para tornar effectiva a matricula, completar perante commissão de lentes da mesma Escola os exames de physica e chimica e historia natural.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior—2ª Secção—Capital Federal, 12 de novembro de 1900.

Attendendo ao que requereu o estudante José Vieira de Resende e Silva, e á vista da vossa informação, constante do officio n. 1145, de 9 de outubro findo, declaro-vos que devem ser acceitos, para a matricula no 1º anno do curso fundamental, os exames finais de mathematica pelo requerente prestados no Collegio Militar, de accordo com o regulamento de 1894; cumprindo-lhe, porém, para tornar effectiva a matricula, completar perante commissão de lentes desse estabelecimento os exames que lhe faltam de physica e chimica e historia natural.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa*.—Sr. Director da Escola de Minas de Ouro Preto.

---

## N. 60 — EM 14 DE NOVEMBRO DE 1900

Autoriza a admissão de um alumno do 5º anno do Internato do Gymnasio Nacional ao exame conjuncto de todas as materias daquelle anno, inclusive os complementares para o bacharelado, cujo curso deixou de seguir por motivo de molestia.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior—2ª Secção—Capital Federal, 14 de novembro de 1900.

Attendendo ao que requereu Frederico de Castro Menezes pae do alumno do 5º anno desse Internato, Alvaro Sá de Castro Menezes, autorizo-vos, de accordo com a vossa informação constante do officio n. 125, de 8 do corrente mez, a admittir o referido estudante ao exame conjuncto de todas as materias daquelle anno, inclusive os complementares para o bacharelado, cujo curso deixou de seguir, como matriculado, por motivo de molestia devidamente provada em documento que acompanha a petição.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa*.—Sr. Director do Internato do Gymnasio Nacional.

---

## N. 61 — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara ficar sem effeito a autorização para a guia de mudança do official da Guarda Nacional que não a solicitar no prazo de 30 dias, contado da data em que tiver conhecimento o respectivo commando.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 20 de novembro de 1900.

Para regularidade do serviço na milícia civil sob vosso commando, recommendo-vos que, de ora em diante, se observe o seguinte :

1.º O official, que obtiver guia de mudança, deverá solicitar-a no prazo de 30 dias, contados da data em que disto tiver conhecimento o respectivo commando, e a vaga só poderá ser preenchida depois da expedição da mesma guia. Si, porém, não fór esta solicitação dentro do referido prazo, ficará sem effeito a autorização concedida para aquelle fim, e o official continuará no seu lugar ;

2.º Enquanto existirem officiaes aggregados, serão elles preferidos para as vagas que se derem de seus respectivos postos, de accordo com a ultima parte do art. 51 da lei n. 602 de 1850 ; e, quando houver conveniencia para o serviço em serem preenchidas por promoção, não deverão nunca exceder á metade das que forem occorrendo.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. General Commandante Superior da Guarda Nacional desta Capital.

---

## N. 62 — EM 22 DE NOVEMBRO DE 1900

Approva a modificação indicada para a calça do 2º uniforme dos officiaes da Guarda Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 22 de novembro de 1900.

Em referencia ao officio n. 1840 de 16 de 10 mez, declaro-vos que approvo a modificação, que indicastes, quanto á calça de listra encarnada ou carmesim, no 2º uniforme dos officiaes dessa milícia, a qual deverá ser substituida provisoriamente pela adoptada no 1º uniforme para as differentes armas e estados maiores.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. General Commandante Superior da Guarda Nacional desta Capital.

---

## N. 63 — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara que não podem servir de examinadores os individuos que tiverem com os examinandos parentesco até o 2º grão nas linhas ascendente ou descendente ou na linha transversal, devendo ser considerados nulos os exames prestados em taes condições.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores— Directoria do Interior—2ª Secção — Capital Federal, 28 de novembro de 1900.

Confirmando o meu telegramma de hoje datado, em resposta ao que me dirigistes em 21 do corrente mez, dechuro-vos, para os fins convenientes, que não podem servir de examinadores os individuos que tiverem com os examinandos parentesco até o 2º grão nas linhas ascendente ou descendente ou na linha transversal, devendo ser considerados nulos os exames prestados em taes condições.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Comego Vicente Salazar da Cunha, commissario fiscal dos exames de preparatorios no Estado do Ceará.

## N. 64 — EM 5 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que os officiaes nomeados para a Guarda Nacional de uma comarca devem prestar compromisso legal perante os commandantes dos respectivos corpos e estes, perante o da brigada a que pertencerem.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça—2ª Secção—Capital Federal, 5 de dezembro de 1900.

Em solução á consulta que me dirigistes em officio de 23 de outubro proximo passado, declaro-vos, para os fins convenientes:

1.º Os officiaes nomeados para a Guarda Nacional de uma comarca devem prestar compromisso legal perante os commandantes dos respectivos corpos e estes, perante o da brigada a que pertencerem, competido ao ultimo lancar o *cumpra-se* nas patentes daquelles officiaes, preenchida esta formalidade quanto as dos commandantes de brigada pelo commandante superior na Capital do Estado, ou quem suas vezes fizer ;

2.º Os officiaes da antiga Guarda Nacional, aproveitados nos mesmos postos em a nova organização, devem remetter a esta Secretaria de Estado, dentro do prazo legal, as respectivas patentes, para ser feita a necessaria apostilla, afim de que possam elles entrar em exercicio, depois de assignado o termo de pro-

nessa perante as autoridades acima indicadas e pelo mesmo modo por que o fizerem os novos officiaes.

Quanto ás patentes a que vos referis no citado officio, cumpre que sejam devolvidas para os devidos fins.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Coronel Comandante da 51ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional da comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo.

---

N. 65 — EM 6 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que os officiaes avulsos da Guarda Nacional não precisam de guia de mudança para transferir sua residencia.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 6 de dezembro de 1900.

Tendo o capitão da antiga Guarda Nacional da comarca de Ouro Preto, nesse Estado, Manoel Alves de Oliveira Catão, que se acha actualmente avulso, pedido licença afim de transferir sua residencia para a Capital Federal, declaro-vos, para que o faças constar ao interessado, que os officiaes avulsos não precisam requerer a expedição de guia de mudança, cabendo-lhes unicamente solicitar, em tempo opportuno, a sua aggregação ou inclusão em algum dos corpos da Guarda Nacional da localidade em que estiverem residindo.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Coronel Comandante Superior interino da Guarda Nacional do Estado de Minas Geraes.

---

N. 66 — EM 6 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara quando deve entrar em vigor o plano de uniforme da Brigada Policial, approved pelo decreto n. 3835 de 24 de novembro ultimo.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça — 2ª Secção — Capital Federal, 6 de dezembro de 1900.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que o plano de uniforme, approved pelo decreto n. 3835 de 24 de novembro ultimo, deve entrar em vigor a partir de 1 de janeiro proximo futuro, observando-se o seguinte :

1ª, as peças do novo fardamento serão distribuidas ás praças á proporção que se fôr vencendo o tempo de duração das peças correspondentes ao fardamento actual ;

2ª, os officiaes poderão usar o actual uniforme, em serviços isolados, até 31 de dezembro de 1901.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. General Comandante da Brigada Policial.

---

## N. 67 — EM 10 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que o Governo não tem competencia para decidir sobre o provimento dos logares de lentes das Faculdades e escolas equiparadas ás federaes, cabendo-lhe apenas interferir, por intermedio de seus delegados fiscaes, no que respeita ao regimen do ensino, processo dos exames, execução dos programmas e moralidade dos institutos.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior:— 2ª Secção — Capital Federal, 10 de dezembro de 1900.

Em officio n. 16, de 3 de novembro findo, consultaes qual o processo de habilitação a que deve ser submittido o engenheiro Alfredo Carvalho, que, para poder inscrever-se ao concurso de lente da Escola de Engenharia desse Estado, requereu o exame prévio de que trata o art. 67 do Código de Ensino Superior.

Declaro-vos, em resposta, que o Governo não tem competencia para decidir sobre o provimento dos logares de lentes das faculdades e escolas equiparadas ás federaes, cabendo-lhe apenas interferir, por intermedio dos seus delegados fiscaes, no que respeita ao regimen do ensino, processo dos exames, execução dos programmas e moralidade dos institutos. Entretanto, remetto-vos, em cópia inclusa, o parecer emitido sobre a vossa consulta pelo director da Escola Polytechnica, do qual vereis como se procederia em caso identico neste estabelecimento federal.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Delegado Fiscal do Governo junto á Escola de Engenharia de Pernambuco.

## N. 68 — EM 15 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que o paragrapho unico do art. 18 do regulamento annexo ao decreto n. 2224 de 29 de janeiro de 1896 é especialmente applicavel aos capitães que forem escolhidos para o cargo de thesoureiro.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça—2ª Secção—Capital Federal, 15 de dezembro de 1900.

Em referencia ao officio n. 366 do 10 deste mez, declaro-vos que o paragrapho unico do art. 18 do regulamento annexo ao decreto n. 2224 de 29 de janeiro de 1896 é especialmente applicavel aos capitães que forem escolhidos para o cargo de thesoureiro, não podendo ser ampliado ao caso do capitão Francisco Xavier Pereira Caldas, nomeado assistente por decreto, o que

equivale a uma transferencia, que deve constar, como todas as alterações concernentes aos officiaes, das fés de officio de cada um, organizadas pelas ordens do dia publicadas, como até hoje se tem procedido, quer nesse corpo, quer na Brigada Policial.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa*.—Sr. Coronel Comandante do Corpo de Bombeiros.

---

N. 69 — EM 17 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que os exames de preparatorios prestados sob a fiscalização de um commissario e antes do decreto n. 694, de 1 de outubro de 1899, pelos candidatos ás profissões de dentista, pharmaceutico, agrimensor e parteiro, são validos para todos os effeitos, uma vez que tenham sido effectuados na conformidade das instrucções de 21 de novembro de 1895; outrossim, que a commissão de um delegado fiscal junto a um instituto particular equiparado se limita á fiscalização desse estabelecimento, no qual, por ser particular, não podem realizar-se exames parcellados.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 17 de dezembro de 1900.

Confirmando o telegramma desta data, declaro-vos que, tendo o decreto n. 694, de 1 de outubro ultimo, prorogado até 1904 o prazo para a realisação dos exames parcellados, sem a exigencia de prévia approvação em um preparatorio, a qual figurava na lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, e determinou a providencia constante da circular de 30 de agosto de 1899, os exames de preparatorios prestados sob a vossa fiscalização e antes do citado decreto, pelos candidatos ás profissões de dentista, pharmaceutico, agrimensor e parteiro, são validos para todos os effeitos, uma vez que tenham sido effectuados na conformidade das instrucções de 21 de novembro de 1895.

Outrossim, vos declaro que a commissão do Dr. Alberto Augusto de Magalhães Gomes, nomeado delegado fiscal junto ao Gymnasio de Ouro Preto, se limita á fiscalização deste estabelecimento equiparado, no qual, por ser particular, não podem realizar-se exames parcellados; estes, em virtude da autorização constante do aviso de 3 de dezembro de 1898, continuarão a ser prestados no edificio da Escola de Minas, estabelecimento official, perante as mesas examinadoras, que organisordes, na qualidade de commissario fiscal dos exames geraes de preparatorios nessa cidade.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Engenheiro Armando Bretas Bhering, commissario fiscal dos exames geraes de preparatorios em Ouro Preto.

---

## N. 70 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que os lentes das disciplinas facultativas do Gymnasio Nacional podem intervir nos exames das materias cujo ensino é obrigatorio, quer arguindo os candidatos para o fim indicado no art. 36 do regulamento, quer concorrendo com o seu voto para o respectivo julgamento.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 18 de dezembro de 1900

Referindo-vos ao art. 36 do regulamento annexo ao decreto n. 3251, de 8 de abril de 1899, consultastes, em officio n. 139, de 7 do corrente mez, si, no julgamento dos exames das materias obrigatorias do curso de estudos desse estabelecimento, tomam parte os lentes das disciplinas facultativas.

Em resposta, declaro-vos que, em vista do disposto no art. 11 do citado regulamento, não ha razão para que os alludidos lentes deixem de intervir nos exames das materias cujo ensino é obrigatorio, quer arguindo os candidatos para o fim indicado no art. 36, quer concorrendo com o seu voto para o respectivo julgamento.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director do Internato do Gymnasio Nacional.

## N. 71 — EM 19 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que, tendo sido prorogado até 1901 o prazo para a realisação dos exames parcellados e sendo validos para a matricula nos cursos superiores os que são prestados na Escola Naval, devem ser acceitas as certidões desses exames, apresentadas para o fim de que trata o art. 4º, § 2º, das instrucções annexas ao decreto n. 3861, de 15 de dezembro de 1900.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 19 de dezembro de 1900.

Declaro-vos, para os devidos effeitos, que, tendo o decreto n. 694, de 1 de outubro ultimo, prorogado até 1901 o prazo para a realisação dos exames parcellados, e sendo validos para a matricula nos cursos de instrucção superior os que são prestados na Escola Naval, deveis accceitar as certidões desses exames que vos forem apresentadas para o fim de que trata o art. 4º, § 2º, das instrucções annexas ao decreto n. 3861, de 15 do corrente mez.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa*. — Sr. Director do Externato do Gymnasio Nacional.

## N. 72 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1900

Approva as disposições que devem ser incorporadas ao regimento interno do Instituto Nacional de Musica, a que se refere a portaria de 13 de maio de 1900.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 2ª Secção — Capital Federal, 31 de dezembro de 1900.

Declaro-vos, em resposta ao officio n. 92, de 28 de novembro ultimo, que approvo, para o fim de serem incorporadas ao regimento interno do Instituto Nacional de Musica, a que se refere a portaria de 13 de maio do corrente anno, conforme propuzestes, as seguintes disposições:

a) Na ultima semana de novembro, os alumnos dos cursos de canto a solo e de instrumentos fornecerão ao Director uma lista minuciosa dos exercicios, estudos e peças dadas em classe no correr do anno escolar. Cada uma das listas será rubricada pelo professor respectivo. Os alumnos que concluirem os mesmos cursos apresentarão as listas oito dias antes dos exames finais.

b) Será considerado vago o lugar do alumno que até o dia 25 de março não houver entregado á Secretaria do Instituto o recibo da taxa de matricula.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Director do Instituto Nacional de Musica.

---



# INDICE DAS DECISOES

DO

## MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

	Pags.
N. 1 — Declara que um 2º secretario promovido só poderá ser considerado como 1º depois que partir para o seu posto . . . . .	1
N. 2 — As facturas devem ser authenticadas sómente no porto de embarque . . . . .	1
N. 3 — Dá regras sobre systema uniforme de facturas consulares. . . . .	2
N. 4 — Declara que os auxiliares dos Consulados não estão sujeitos ao pagamento do imposto sobre vencimento . .	11
N. 5 — Declara que as encomendas postaes para o Brazil não são acompanhadas de facturas . . . . .	14
N. 6 — Declara que os relatorios consulares devem ser minuciosos . . . . .	15
N. 7 — Fica suspenso até ulterior deliberação o registro do livro estabelecido pela circular n. 4, de 1 de fevêreiro do corrente anno . . . . .	15
N. 8 — Circular ás Legações e Consulados na Europa recomendando que só expçam telegrammas officiaes pela via-Teneriffe-Noronha. . . . .	16
N. 9 — Dá a verdadeira intelligencia dos arts. 5º da lei n. 610, de 11 de novembro e 23 das instrucções de 15 de dezembro de 1899 . . . . .	17
N. 10 — Approva nada se ter cobrado pela legalisação da declaração relativa a facturas consulares . . . . .	17
N. 11 — Circular ao Corpo Diplomatico relativa ás informações sobre o pessoal diplomatico e consular . . . . .	18
N. 12 — Fica em vigor a circular n. 2, de 6 de janeiro de 1899.	18
N. 13 — Declara que são acceptaveis as facturas consulares do regimen actual ou simples conhecimentos, contra a praxe anterior . . . . .	19
N. 14 — Declara que não existe obrigação expressa de serem as amostras incluídas nos manifestos. . . . .	19
N. 15 — Circular ao Corpo Consular contendo solução de duvidas sobre os seus vencimentos . . . . .	20

	Pags.
N. 16 — Chama a attenção para a organização do quadro da importação e exportação . . . . .	20
N. 17 — Declara que a entrada em exercício do successor de um funcionario importa o desligamento deste, pela incompatibilidade da dualidade de funções e falta de verba para remunerar-as. . . . .	23
N. 18 — Determina que os navios que já tiverem despachado manifestos no porto de partida só devem pagar nos portos intermediarios a metade das taxas pagas no primeiro porto, quer para o primeiro, quer para os outros manifestos . . . . .	23
N. 19 — Declara que os encarregados de negocios não estão autorizados a sacar para o pagamento dos porteiros sem ordem deste Ministerio . . . . .	24
N. 20 — Circular a varias Legações e Consulados estrangeiros sobre a equiparação de marinheiros estrangeiros a indigentes para o fim de serem isentos do imposto de passagens. . . . .	25
N. 21 — Circular sobre a execução do regulamento das facturas consulares . . . . .	25
N. 22 — Serviço de legalisação dos manifestos e mais papeis das embarcações de longo curso que demandarem os portos brasileiros . . . . .	26
N. 23 — Declara que as facturas consulares reformadas devem ser visadas ou authenticadas gratuitamente. . . . .	27
N. 24 — Circular ao Corpo Diplomatico e Consular sobre pagamento de sello pelas portarias de licença . . . . .	27

# MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

---

N. 1 — EM 19 DE JANEIRO DE 1900

Declara que um 2º secretario promovido só poderá ser considerado como 1º depois que partir para o seu posto.

4ª Secção — N. 1 — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 19 de janeiro de 1900.

Sr. Delegado — Tendo-me communicado o bacharel José Manoel Cardoso de Oliveira que, em virtude de sua promoção a 1º secretario, assumira em 18 de outubro ultimo o exercicio de seu novo cargo em Berna, onde continúa por ordem deste Ministerio na regencia da respectiva Legação e que opportunamente sa-caria contra essa Delegacia pelo accrescimento de seus vencimentos e pela gratificação como encarregado de negocios a razão de 8:000\$ annuaes, declarei-lhe para seu conhecimento e devidos effeitos que sómente no dia em que partir para o seu posto na Bolivia poderá ser considerado como 1º secretario, competindo-lhe até então os vencimentos de 2º e aquella gratificação calculada á razão de 3:000\$ annuaes, de accordo com o art. 40 da Consolidação diplomatica.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Delegado do Thesouro Federal em Londres.

---

N. 2 — EM 25 DE JANEIRO DE 1900

As facturas devem ser authenticadas sómente no porto de embarque

3ª Secção — N. 3 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 25 de janeiro de 1900.

Referindo-me ao aviso circular, que vos dirigi em 7 de dezembro ultimo, communico-vos que, segundo declaração agora recebida do Ministerio da Fazenda, as duas facturas que os ex-

portadores ou carregadores teem de apresentar devem ser autenticadas sómente no porto de embarque pelo consul respectivo, o qual exigirá dos mesmos exportadores ou carregadores prova satisfactoria da origem da mercadoria.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães*.

Ao Sr. Consul...

### N. 3 — EM 1 DE FEVEREIRO DE 1900

Dá regras sobre systema uniforme de facturas consulares

3ª Secção — N. 4 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 1 de fevereiro de 1900.

A lei n. 631 de 22 de novembro ultimo, exigindo que de 1 de janeiro deste anno em diante as mercadorias de procedencia estrangeira, importadas no paiz, sejam acompanhadas de factura consular, veio fornecer elementos novos para o serviço de estatistica commercial, de cuja reorganisação foi o Governo incumbido pelo art. 54, n. 4, da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.

Para que esse importante serviço seja executado de modo completo, e constitua base segura de informações para o estudo da nossa tarifa aduaneira, é necessaria a cooperação effizaz dos nossos Consulados, os quaes deverão adoptar um systema uniforme.

Determino-vos, pois, a criação de um livro de registro, conforme o modelo annexo, em cujas folhas, numeradas seguidamente em uma só face, sejam transcriptas as declarações das facturas avulsas apresentadas pelo carregador ou exportador, organisadas de conformidade com os modelos A e B.

Findo esse livro, convem que a primeira folha do que se seguir seja immediatamente superior em ordem numerica áquella em que houver terminado o livro precedente.

Do mesmo modo se procederá em relação às facturas, evitando-se a numeração dos livros de registro e a repetição dos numeros das folhas destes e das facturas.

Compreende-se que o numero das folhas do livro de registro é independente do numero das da factura original, pois esta, pela sua extensão e particularidades, pôde occupar muitas folhas daquella.

O livro de registro, assim organizado, constitue um archivo fiel, do qual serão extrahidas certidões ou novas vias das facturas, no caso de extravio das primeiras.

Os modelos A e B, dos quaes deverão existir nos Consulados exemplares á disposição dos interessados, serão completados com as respectivas declarações. Ambas terão os mesmos dizeres e a unica differença constituirá em um talão picotado annexo ao primeiro.

E' de toda a conveniencia que os Srs. consules observem a maior exactidão nos dizeres relativos á origem, destino, valor, etc., das mercadorias especificadas nos respectivos modelos.

Ao valor declarado, que será o que approximadamente corresponder aos preços correntes das mercadorias no paiz de origem ou embarque, se addicionarão a importancia do frete e outras despezas até o porto do destino, de modo que a somma resultante dessas addições constitua o preço do genero posto no Brazil.

Como o valor da mercadoria será expresso em moeda do paiz de procedencia e fica sujeito a variações cambiaes, para a redução á moeda brasileira, será mister conhecer o cambio á vista sobre Londres na praça de procedencia.

O documento A, depois de preenchidas pelo exportador ou carregador todas as formalidades legais nos Consulados, será annexado ao manifesto e remettido ao porto de destino, de accordo com a citada lei de 22 de novembro.

O talão picotado annexo a esse documento, depois de completados os respectivos dizeres pelos empregados incumbidos desse serviço nas Alfândegas dos portos de desembarque, será destacado e remettido sem demora ao chefe de serviço de estatística, de que trata o decreto n. 3547, de 8 de janeiro proximo passado, acompanhado das observações que se tornarem precisas.

O modelo B, depois de registrado no livro consular, deverá ser, com a maior brevidade, enviado ao dito chefe, acompanhado das observações que os Consulados entendam ser de utilidade para tão importante ramo do serviço publico.

Recomendando-vos que seja rigorosamente observado tudo quanto fica exposto, peço-vos que remettaes ao mencionado chefe, sempre que vos parecer conveniente, listas dos preços correntes nessa praça, dos generos de exportação para o Brazil, e tambem estatísticas officiaes.

Do vosso zelo e interesse dependerá em grande parte a boa organização de um serviço tão util e indispensavel a este paiz e ao commercio internacional.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães*.

Ao Sr. Consul...

..... de ..... de 19.....

N. da Factura .....

Folhas do Registro consular .....

Exportador ou carregador. . . . .  
 Consignatário. . . . .  
 Nome e nacionalidade do navio á vela . . . . .  
 Nome e nacionalidade do navio a vapor. . . . .  
 Paiz de origem da mercadoria. . . . .  
 Porto de embarque . . . . .  
 Porto de destino. . . . .  
 Porto de destino com opção . . . . .  
 Porto de destino. . . . . em transitio para . . . . .  
 Valor declarado em moeda do paiz de procedencia. . . . .  
 Frete e despezas. . . . .  
 Cambio á vista sobre Londres do paiz de procedencia.

### FACTURA

Marcas e numeros	Descripção comprehendendo a qualidade e especie de volumes e classificação das mercadorias	Peso bruto em kilogs.	Peso liquido em kilogs.	Valor em moeda do paiz de procedencia			Observações consulares

Marcas e numeros	Descrição compreendendo a qualidade e especie de volumes e classificação das mercadorias	Peso bruto em kilogs.	Peso liquido em kilogs.	Valor em moeda do país de procedencia	Observações consulares

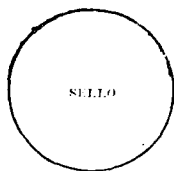
*Consulado* .....  
*em* .....  
**ENDOSSO DA ALFANDEGA DO PORTO DE DESTINO**  
 —  
 —  
 N. da factura ..... Fls. ....  
**CERTIFICO** que as mercadorias refe-  
 rentes a esta factura tiveram entrada nesta  
 Alfandega no dia. . . de. . . de 19. .  
 Alfandega de. . . . .  
 . . . de. . . de 19. .  
 (Assignatura do encarregado) . . . . .

A — Para ser enviado á Alfandega, acompanhando o Manifesto

**FACTURA CONSULAR BRAZILEIRA**  
 N. da Factura ..... - Folhas do Registro consular .....  
*Consulado* ..... *em* .....

### DECLARAÇÃO

Declar. . . solemnemente que so. . . das mercadorias men-  
 cionadas nesta factura contidas nos. . . volumes indicados, a qual é  
 exacta e verdadeira a todos os respeitos e unica, sendo essas mercado-  
 rias destinadas ao porto d. . . do Brasil e consi-  
 gnadas. . . de. . .



..... (data).  
 ..... (assignatura).

**Visto,**

Exportador ou carregador . . . . .  
 Consignatario . . . . .  
 Nome e nacionalidade do navio á vela. . . . .  
 Nome e nacionalidade do navio a vapor . . . . .  
 Paiz de origem da mercadoria. . . . .  
 Porto de embarque. . . . .  
 Porto de destino. . . . .  
 Porto de destino com opção . . . . .  
 Porto de destino. . . . em transito para . . . . .  
 Valor declarado da factura em moeda do paiz de procedencia.  
 Frete e despesas. . . . .  
 Cambio á vista sobre Londres do paiz de procedencia . . . . .

(Frente)





**FACTURA**

Marcas e numeros	Descripção comprehendendo a qualidade e especie de volumes e classificação das mercadorias	Peso bruto em kilogs.	Peso liquido em kilogs.	Valor em moeda do paiz de procedencia	Observações consulares

**FACTURA**

Marcas e numeros	Descrição compreendendo a qualidade e especie de volumes e classificação das mercadorias	Peso bruto em kilogs.	Peso liquido em kilogs.	Valor em moeda do paiz de procedencia	Observações consulares

**B — Para ser enviado pelo Consulado á Directoria da Estatistica Commercial**

**CAIXA DO CORREIO N. 215**

**RIO DE JANEIRO**

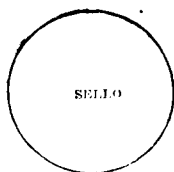
## FACTURA CONSULAR BRAZILEIRA

N. da Factura ..... Folhas do Registro consular .....

Consulado ..... em .....

### DECLARAÇÃO

*Declar. . . . . solemnemente que so. . . . . das  
mercadorias mencionadas nesta factura contidas nos. . . . .  
volumes indicados, a qual é exacta e verdadeira a todos os respeitos  
e unica, sendo essas mercadorias destinadas ao porto d. . . . .  
. . . . . do Brazil e consignadas. . . . . de. . . . .*



..... (data).

..... (assignatura).

**Visto,**

Exportador ou carregador. . . . .  
Consignatario . . . . .  
Nome e nacionalidade do navio á vela. . . . .  
Nome e nacionalidade do navio a vapor. . . . .  
Paiz de origem da mercadoria . . . . .  
Porto de embarque. . . . .  
Porto de destino. . . . .  
Porto de destino com opção . . . . .  
Porto de destino. . . . . em transitio para. . . . .  
Valor declarado da factura em moeda do paiz de procedencia. . . . .  
Frete e despesas. . . . .  
Cambio á vista sobre Londres do paiz de procedencia . . . . .

**FACTURA**

Marcas e numeros	Descripção comprehendendo a qualidade e especie de volumes e classificação das mercadorias	Peso bruto em kilogs.	Peso liquido em kilogs.	Valor em moeda do paiz de procedencia	Observações consulares



**FACTURA**

Marcas e numeros	Descripção comprehendendo a qualidade e especie de volumes e classificação das mercadorias	Peso bruto em kilogs.	Peso liquido em kilogs.	Valor em moeda do paiz de procedencia	Observações consulares

## N. 4 — EM 14 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que os auxiliares dos Consulados não estão sujeitos ao pagamento do imposto sobre vencimento.

4ª Secção — N. 2 — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 14 de fevereiro de 1900.

Tendo-se verificado que os auxiliares desse Consulado Geral tem deduzido de sua gratificação o imposto sobre vencimentos determinado pela lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, conforme declararam em seus respectivos recibos, e que esse Consulado tem escripturado as referidas gratificações com os descontos feitos, declaro-vos que assim não se deve continuar a proceder, porquanto os referidos impostos fazem parte da renda da União e nada tem que ver com a despeza dos Consulados.

Outrosim, recomendo-vos que susteis a deducção do referido imposto das gratificações dos auxiliares, visto não entrarem elles na categoria de empregados publicos, o que es isenta do pagamento do referido imposto, segundo o art. 2º § 3º do decreto n. 2775, de 29 de dezembro de 1897.

Recomendo-vos que me envieis uma relação das quantias descontadas por cada um, a fim de providenciar-se sobre a respectiva restituição.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Domingos Azevedo, Consul geral em Montevidéo.

---

## N. 5 — EM 17 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que as encomendas postaes para o Brazil não são acompanhadas de facturas.

3ª Secção — N. 5 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 17 de fevereiro de 1900.

Referindo-me ao meu telegramma desta data, declaro-vos que as encomendas postaes para o Brazil não são acompanhadas de facturas consulares, e estas não devem ser exigidas como tem parecido a alguns consules.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Sr. Consul...

---



## N. 6 — EM 20 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que os relatorios consulares devem ser minuciosos

3ª Secção — N. 6 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 20 de fevereiro de 1900.

Ligando verdadeiro interesse ás informações que os funcionarios consulares teem obrigação de remetter ao Governo e foram objecto do decreto n. 4258, de 30 de setembro de 1868, chamo para ellas a vossa attenção, lembrando-vos que os relatorios, contendo essas informações, devem ser minuciosos e, como perfeitamente sabeis, terão de comprehender dous assumptos importantes, os quaes são as tarifas de direitos de consumo e de exportação, e os tratados de commercio, navegação e correspondencia postal.

O primeiro desses assumptos deve ser analysado na parte que interessar ao commercio do Brazil, mostrando-se a sua influencia sobre productos brasileiros, não devendo vos limitar simplesmente a dar conhecimento desses actos, como geralmente tem sido observado com prejuizo do serviço.

Os tratados de commercio e navegação e as convenções de quaesquer especies, tambem serão apreciados na parte da legislação fiscal.

Recommendo-vos, pois, não só quanto a essas materias, todo o vosso cuidado, como tambem que presteis nesses relatorios as apreciações que vos offerecerem, nesse paiz, os trabalhos relativos ao commercio, artes, industria, navegação, colonisação e lavoura.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul Geral...

## N. 7 — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1900

Fica suspenso até ulterior deliberação o registro do livro estabelecido pela circular n. 4 de 1 de fevereiro do corrente anno.

3ª Secção — N. 8 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 26 de fevereiro de 1900.

Pela circular n. 4, de 1 deste mez, que vos expedi de accordo com um aviso do Ministerio da Fazenda, de 27 de janeiro ultimo, o qual se acha publicado no *Diario Official* daquelle dia, levei ao vosso conhecimento a resolução da creação de um livro para registro das facturas consulares e sobre as respectivas instrucções.

Segundo, porém, um aviso do mesmo Ministerio, de 17 do corrente, o alludido registro está suspenso até ulterior deliberação, por se ter considerado que em alguns casos não será possível aos consules, por affluencia de serviço, examinar detidamente as facturas submettidas ao — visto — consular para acompanharem as mercadorias exportadas para o Brazil. Em taes casos, está resolvido que esses documentos recebam um visto provisorio, devendo os exportadores apresentar em tempo ao Consulado outros dous exemplares da factura para terem então o — visto — definitivo. Um desses exemplares será restituído ao mesmo exportador, afim de ser pelo consignatario da mercadoria entregue, dentro de trinta dias, á Alfandega do porto de destino, e o outro será enviado ao director do Serviço de Estatistica Commercial.

A falta de apresentação á Alfandega do novo exemplar da factura importará em considerar-se a mercadoria como não tendo sido acompanhada de factura, ficando assim sujeita á taxa mais elevada da tarifa, nos termos da lei n. 651, de 22 de novembro de 1899.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul...

#### N. 8 — EM 23 DE FEVEREIRO DE 1900

Circular ás Legações e Consulados na Europa recommendando que só expaquem telegrammas officiaes pela via - Teneriffe - Noronha.

4ª Secção — N. 1 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 28 de fevereiro de 1900.

O Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas communicou a este Ministerio que, apesar das providencias por elle tomadas em 1895, vão as Legações, Consulados e commissões brazileiras na Europa deixando de declarar nos telegrammas officiaes para o Brazil a via Teneriffe — Noronha, o que não só determina desfalque na renda dos nossos telegraphos, porque os telegrammas seguem outras vias, que não estão em ligação com as linhas brazileiras, mas tambem augmento de despeza para o Governo Federal, porque não tem aquelles telegrammas o desconto de 50 % que teriam si houvesse a indicação alludida.

Reitero-vos, pois, a recommendação da circular de 17 de setembro de 1895, afim de que sempre que expedirdes para o Brazil telegrammas officiaes lanceis no respectivo autographo a seguinte declaração — *Teneriffe — Noronha* e declaro-vos que d'ora em diante o funcionario deste Ministerio que desattender a essa recommendação será obrigado a indemnizar os cofres publicos do prejuizo causado pela sua falta.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr...

## N. 9 — EM 28 DE FEVEREIRO DE 1900

Dá a verdadeira intelligencia dos arts. 5º da lei n. 640, de 14 de novembro e 23 das instrucções de 15 de dezembro de 1899.

3ª Secção — N. 9 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 28 de fevereiro de 1900.

Communico-vos que, em referencia ás duvidas suscitadas sobre a intelligencia dos arts. 5º da lei n. 640, de 14 de novembro e 23 das instrucções de 15 de dezembro do anno proximo passado, foi decidido, quanto ao primeiro artigo, conforme se vê do officio de 8 do corrente mez, publicado no *Diario Official* do dia 9, que a declaração a que se refere aquelle artigo é a propria factura consular de que trata o art. 1º da lei n. 651, de 22 de novembro ultimo, e quanto ao segundo, que a factura em questão deve ser visada ou authenticada pelo consul do porto de embarque da mercadoria, o qual deverá, para esse fim, exigir prova satisfactoria, guia ou outro documento da procedencia da dita mercadoria.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul...

---

## N. 10 — EM 12 DE MARÇO DE 1900

Approva nada se ter cobrado pela legalisação da declaração relativa a facturas consulares.

4ª Secção — N. 2 — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 12 de março de 1900.

Em resposta ao vosso officio n. 3, de 15 de janeiro ultimo, declaro-vos que bem procedestes nada cobrando pela legalisação da declaração que tem de ser authenticada por vós, porquanto essa declaração é a propria factura, segundo já foi resolvido pelo Ministerio da Fazenda e consta da circular da 3ª Secção, n. 9, de 28 de fevereiro, da qual opportunamente recebereis exemplares.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Alcino Santos Silva, consul em La Pallice.

---

## N. 11 — EM 19 DE MARÇO DE 1900

Circular ao Corpo Diplomático relativa ás informações sobre o pessoal diplomático e consular.

4ª Secção — N. 3 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 19 de março de 1900.

Pelo art. 151 da Consolidação diplomática sois obrigado a prestar, em janeiro e julho de cada anno, em officio reservado, sem numero, informações francas e positivas sobre o procedimento official e particular, não só dos empregados diplomaticos que vos estão sujeitos, como também dos consules geraes e demais agentes consulares.

Recommendo-vos expressamente a estricta observancia dessa disposição, declarando-vos que as supracitadas informações deverão versar sobre a capacidade e moralidade dos referidos funcionarios e a lealdade com que servem á Republica. D'ora em diante ficareis responsavel pela indulgencia com que procedes neste assumpto.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr.....

---

## N. 12 — EM 24 DE MARÇO DE 1900

Fica em vigor a circular n. 2, de 16 de janeiro de 1899.

3ª Secção — N. 10 — Circular — Rio de Janeiro—Ministerio das Relações Exteriores, 24 de março de 1900.

Communico-vos que o Ministerio dos Negocios da Fazenda trouxe ao meu conhecimento em 21 deste mez, que continúa em vigor, até ordem em contrario, a circular n. 2, de 16 de janeiro ultimo, em virtude da qual havia ficado suspensa a execução do art. 23 das instrucções approvadas pelo decreto n. 3529, de 15 de dezembro de 1899.

Saude e fraternidade.—*Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul...

---

## N. 13 — EM 4 DE ABRIL DE 1900

Declara que são accitaveis as facturas consulares do regimen actual ou simples conhecimentos, contra a praxe anterior.

3ª Secção — N. 11 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 4 de abril de 1900.

Confirmando o meu telegramma desta data, communico-vos que pelo Ministerio da Fazenda foi declarado ás repartições de sua dependencia que devem accetiar indifferentemente para os despachos de mercadorias as facturas consulares do regimen actual ou simples conhecimentos, conforme a praxe anterior.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães*.

Ao Sr....

---

## N. 14 — EM 16 DE ABRIL DE 1900

Declara que não existe obrigação expressa de serem as amostras incluidas nos manifestos.

4ª Secção — N. 5 — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 16 de abril de 1900.

Em additamento ao meu despacho n. 2, de 25 de janeiro ultimo, communico-vos que o Ministerio da Fazenda acaba de informar-me que, embora não exista obrigação expressa de serem, como se deuz dos dispositivos dos arts. 352 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas e 48 das Preliminares da Tarifa, as amostras incluidas nos manifestos, aquella medida encontra justificativa no facto de escaparem muitas vezes ao pagamento de direitos a que estão sujeitos artigos que, como amostras sem valor ou de infimo valor, sahem das Alfandegas sem deixar vestigios de sua passagem. Nada, porém, resolveu sobre o assumpto.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães*.

Ao Sr. Pedro de Castro Pereira Sodré, consul geral no Havre.

---

## N. 15 — EM 6 DE JUNHO DE 1900

Circular ao Corpo Consular contendo solução de duvidas sobre os seus vencimentos.

4ª Secção — N. 4 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 6 de junho de 1900.

Tendo alguns funcionarios consulares entendido que, em virtude do paragrapho unico do art. 3º do decreto n. 644, de 16 de novembro do anno proximo passado, competem-lhes no corrente exercicio os vencimentos estabelecidos pelo art. 9º do decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, declaro-vos que só deveis saccar pelas quantias consignadas no projecto de orçamento annexo ao relatorio do primeiro referido anno, que foram approvadas pelo art. 7º da lei n. 652, de 23 de novembro ultimo.

Pelo supradito paragrapho foram só restabelecidas as disposições dos arts. 9º do decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890 e 11 do decreto n. 997 B, da mesma data, relativas a ajudas de custo. As dos arts. 11 do primeiro decreto e 9º do segundo não precisavam ser restabelecidas, porque nunca foram revogadas; tem sido apenas desattendidas nas leis orçamentarias, em consequencia das más condições financeiras do paiz.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

---

## N. 16 — EM 9 DE JUNHO DE 1900

Chama a attenção para a organização do quadro da importação e exportação.

3ª Secção — N. 16 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio as Relações Exteriores, 9 de junho de 1900.

Recommendo-vos o maior cuidado e minuciosidade nos relatorios consulares, que considero defeituosos e deficientes como tem sido remettidos a este Ministerio. Além de informações detalhadas na parte relativa á exposição, convem que os quadros que a acompanhem sejam completos e sobretudo veridicos.

Chamo especialmente a vossa attenção para a organização de um quadro geral, no qual esteja computado comparativamente o periodo de tres annos de importação e exportação, devendo nestas columnas constar, em detalhe e depois em somma, não só a quantidade das mercadorias, como o seu valor, tanto em moeda nacional como em moeda do paiz de origem. Podeis tomar por modelos, completando-os, os quadros inclusos.

Só assim pôde ser convenientemente apreciada a estatistica de importação e exportação entre o Brazil e os demais paizes.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul.... em....

---

MAPPA GERAL N. 1 — Importação de generos brasileiros no anno de.... comparada com a dos annos....

GENEROS DESPACHADOS PARA CONSUMO

MERCADORIAS	UNIDADES	QUANTIDADES			MOEDA DO PAIZ DE ORIGEM			VALOR EM MOEDA NACIONAL		
		1898	1899	1900	1898	1899	1900	1898	1899	1900
Total. . . . .										

Consulado.... dos Estados Unidos do Brazil em.... de.... de 19.... — O Consul.....

MAPPA GERAL N. 2 — Exportação de generos brasileiros no anno de...., comparada com a dos annos....

( GENEROS DESPACHADOS PARA CONSUMO )

MERCADORIAS	UNIDADES	QUANTIDADES			MOEDA DO PAIZ DE ORIGEM			VALOR EM MOEDA NACIONAL		
		1898	1899	1900	1898	1899	1900	1898	1899	1900
Total. . . . .										

Consulado.... dos Estados Unidos do Brazil em.... de.... de 19.... — O Consul,....



## N. 17 — EM 9 DE JULHO DE 1900

Declara que a entrada em exercicio do successor de um funcionario importa o desligamento deste, pela incompatibilidade da dualidade de funcções e falta de verba para remunerar-as.

4ª Secção — N. 6 — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 9 de julho de 1900.

Accuso o recebimento do officio n. 20, de 16 de maio ultimo, pelo qual me communicaes ter o Sr. Abilio Borges a 7 do mesmo deixado o exercicio das funcções de 2º secretario nessa Legação.

O Sr. delegado do Thesouro Federal em Londres telegraphou-me a 5, perguntando si devia satisfazer os vencimentos integraes desse funcionario, já tendo elle recebido a ajuda de custo para as suas despesas de viagem e estabelecimento e já havendo sido o Sr. Hyppolito de Araujo empossado a 2 daquelle cargo.

Em resposta a essa consulta em data de 8 do referido mez communiquei-lhe telegraphicamente que devia pagar apenas o ordenado ao Sr. Abilio e só depois da sua chegada a Assumpção, em face dos arts. 55 e 57 da Consolidação Diplomatica.

Como bem pondera o referido delegado em officio que mais tarde dirigiu-me sobre esse assumpto, a entrada em exercicio do successor do Sr. Abilio importava o desligamento deste pela incompatibilidade da dualidade de funcções e falta de verba para remunerar-as.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Pariz.

## N. 18 — EM 12 DE JULHO DE 1900

Determina que os navios que já tiverem despachado manifestos no porto de partida só devem pagar nos portos intermediarios a metade das taxas pagas no primeiro porto, quer para o primeiro, quer para os outros manifestos.

4ª Secção — N. 2 — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 12 de julho de 1900.

No exame a que se procedeu na relação dos navios despachados para esse Consulado no 1º quartel do corrente anno verificou-se que os manifestos de navios procedentes de outros portos foram cobrados de mais, por terdes repetido para o segundo manifesto a mesma taxa cobrada para o primeiro, quando o art. 259 da Consolidação Consular diz que não se devem repetir

integralmente os emolumentos tantas vezes quantos forem os portos em que carregarem.

Assim, recomendo-vos que observeis a seguinte pratica. Os navios que já tiverem despachado manifesto no porto de partida, só devem pagar nos portos intermediarios a metade das taxas pagas no 1º porto, quer para o primeiro quer para os outros manifestos.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Sully de Souza, consul em Bordéas.

---

N. 19 — EM 10 DE AGOSTO DE 1900

Declara que os encarregados de negocios não estão autorizados a sacar para o pagamento dos porteiros sem ordem deste Ministerio.

4ª Secção — N. 11 — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 10 de agosto de 1900.

Sr. Delegado — Accuso o recebimento do officio n. 12, de 3 de maio ultimo, em que me communicaes haver o Sr. Manoel de Oliveira Lima, encarregado de negocios nessa cidade, incluído nos seus vencimentos do mez anterior a quantia de 4 8 para a despeza com o porteiro da respectiva Legação, informando-vos que assim procedia em vista do meu despacho n. 8, de 7 de maio de 1898. O referido despacho não o autorizava a isso; entretanto, como se trata de um pagamento já effectuado, declaro-vos que resolvi approval-o.

Respondendo á consulta que, a proposito do caso em questão, fazeis no citado officio, cabe-me dizer-vos que os encarregados de negocios não estão autorizados a sacar para o fim indicado independentemente de autorização especial deste Ministerio. Portanto o abono de qualquer importancia para gratificação aos porteiros só lhes deve ser feito mediante ordem do Ministerio da Fazenda, por solicitação deste, a essa Delegacia.

Saude e fraternidade. — *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Delegado do Thesouro Federal em Londres.

---

## N. 20 — EM 30 DE OUTUBRO DE 1900

Circular a varias Legações e Consulados estrangeiros sobre a equiparação de marinheiros estrangeiros a indigentes para o fim de serem isentos do imposto de passagens.

1ª Secção — N. 1 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 30 de outubro de 1900.

Tenho a honra de communicar ao Sr....., que o Ministro da Fazenda declarou, pela circular n. 58 expedida em 21 de setembro ultimo aos chefes das Repartições que lhe são subordinadas, que, para o effeito da isenção do imposto de passagem, a que se refere o art. 6º da lei n. 640, de 14 de novembro de 1899, são equiparados a indigentes os marinheiros de navios mercantes estrangeiros que, em consequencia de naufragio ou de permanencia em hospital, ficarem abandonados em portos do Brazil.

Aproveito a occasião para renovar ao Sr..... as seguranças da minha.... consideração.— *Olyntho de Magalhães.*

A's Legações dos Estados Unidos da America, da Republica Argentina, Oriental, do Chile, do Perú, da Allemanha, Belgica, Austria, França, Gran-Bretanha, Hespanha, Italia, Japão, Portugal, Russia e aos Consulados Geraes da Grecia, Paizes Baixos, Suecia e Noruega, Dinamarca e Turquia.

## N. 21 — EM 14 DE NOVEMBRO DE 1900

Circular sobre a execução do regulamento das facturas consulares

4ª Secção — N. 5 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 14 de novembro de 1900.

Tendo de ser posto em execução no 1º de janeiro proximo futuro o Regulamento que baixou com o decreto n. 3732, de 7 de agosto do corrente anno, para o serviço das facturas consulares e foi publicado no *Diario Official* de 20 de outubro proximo findo, recommendo-vos que observeis na parte que vos diz respeito e mandeis publicar por editaes nos principaes jornaes do vosso districto o que for conveniente aos interessados.

Para o fornecimento das formulas das facturas conforme prescreve o art. 17 do supracitado regulamento, deveis mandar imprimir quantidade sufficiente para o consumo de cada anno, de accordo com o modelo de que vos remetto quatro exemplares (dous de 1ª via e dous de 2ª).

Todas as despesas com o serviço das facturas deverão ser feitas por conta da receita de emolumentos desse Consulado.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul...

## N. 22 — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1900

Serviço de legalisação dos manifestos e mais papeis das embarcações de longo curso que demandarem os portos brasileiros.

3ª Secção — N. 21 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 27 de novembro de 1900.

O Ministerio da Fazenda deu-me conhecimento de um officio, que a Inspectoria da Alfandega do Rio de Janeiro lhe dirigiu acerca do serviço de legalisação dos manifestos e mais papeis das embarcações de longo curso que demandam os portos brasileiros.

Desse officio consta que, em alguns Consulados e Agencias consulares do Brazil, muito deixa a desejar o referido serviço, pelas lacunas, faltas e irregularidades que se notam nos manifestos, os quaes, sendo a chave da fiscalizaçào dos impostos de importação, devem obedecer às exigencias e formalidades que lhes impõe o regulamento aduaneiro, e de cuja preterição incalculaveis prejuizos podem advir aos interesses e boa marcha do serviço.

Para prevenir taes prejuizos, muito vos recommendo que exijaes dos capitães ou mestres dos navios, na parte que lhes toca, a fiel observancia das disposições do Cap. 6º do Tit. 7º da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, de que vos remetto dous exemplares, cabendo, de vossa parte, ter em muita consideração a observancia dos seguintes preceitos :

1.º Authenticar com a assignatura e com o sinete consular os manifestos para esse fim apresentados, nos termos do art. 342 e seus paragraphos, recusando os que forem escriptos com tinta roxa prohibida pelas leis brasileiras, e os que não contiverem os requisitos do art. 341.

2.º Numerar e rubricar, depois de riscados todos os brancos e resalvadas todas as emendas, as diversas folhas do manifesto, como exigem o paragrapho unico do art. 341 e o art. 345.

3.º Examinar minuciosamente si o manifesto é a relação fiel de todos os conhecimentos com seus respectivos dizeres, não admittindo, em caso algum, que se fundam em um só conhecimento consular todos os mais dos que compuzerem o manifesto ; recusar os emendados e os escriptos a lapis ou a tinta roxa, afim de evitar protelatorias transcripções a tinta preta indelevel, como manda a lei neste ultimo caso.

4.º Exigir em ambas as vias dos conhecimentos as assignaturas do carregador e do capitão ou mestre do navio, ou de quem as vezes deste fizer.

5.º Ter o maior cuidado na cobrança do sello consular, o qual deve sempre ser collado ao manifesto.

6.º Finalmente, passar, sempre na ultima folha do manifesto, as certidões de que tratam os arts. 345 e 348, entregando-o ao

respectivo capitão ou mestre, com as solemnidades prescriptas no art. 345.

O Governo conta com o vosso zelo, e espera não ter occasião de ser obrigado a impôr-vos a multa comminada nos arts. 348 e 358.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul...

---

N. 23 — EM 20 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que as facturas consulares reformadas devem ser visadas ou authenticadas gratuitamente.

3ª Secção — N. 23 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 20 de dezembro de 1900.

Levo ao vosso conhecimento, para os devidos fins, que, conforme acaba de declarar-me o Ministerio dos Negocios da Fazenda, as facturas consulares reformadas a que se refere o art. 22 do Regulamento n. 3732, de 7 de agosto proximo passado, devem ser visadas ou authenticadas gratuitamente, visto não estarem sujeitas ao pagamento dos emolumentos de que trata o art. 11 do dito regulamento.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul...

---

N. 24 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1900

Circular ao Corpo Diplomatico e Consular sobre pagamento de sello pelas portarias de licença.

4ª Secção — N. 6 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 22 de dezembro de 1900.

Communico-vos que d'ora em diante as portarias de licenças dos funcionarios diplomaticos e consulares serão remettidas á Delegacia do Thesouro Federal em Londres ou á Recebedoria do mesmo Thesouro nesta Capital, conforme forem concedidas para ser gosadas no estrangeiro ou no Brazil, afim de que os ditos funcionarios alli paguem o devido imposto de sello antes de receber os vencimentos que lhes competem como licenciados.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr....

---

# INDICE DAS DECISÕES

DO

## MINISTERIO DA MARINHA

	Pags.
N. 1 — Approva e manda que seja observada as instrucções para o pessoal e serviço de pharões . . . . .	1
N. 2 — Rectifica algumas incorrecções, que existem no decreto n. 2036, de 4 de julho de 1895, referente a uniformes . . . . .	21
N. 3 — Manda que as formalidades do art. 105 do decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870, para o pagamento as guarnições dos navios, sejam adaptadas, ás instrucções de 30 de novembro de 1894 . . . . .	21
N. 4 — Manda destacar successivamente, por seis mezes, para o commando geral das torpedeiras, cincoenta aprendizes marinheiros dos mais intelligentes da escola da Capital Federal, afim de alli receberem a instrucção pratica de torpedos, juntamente com a da lingua vernacula e da arte de marinheiro. . . . .	22
N. 5 — Declara que não dão direito a pagamento em ouro, nem a vencimentos de paiz estrangeiro as licenças concedidas para tratamento de saúde fóra da Republica. . . . .	23
N. 6 — Recommenda a fiel observancia do decreto n. 1833, de 27 de setembro de 1895, sobre a via de transmissao de telegrammas officiaes da Europa para o Brazil. . . . .	23
N. 7 — Providencia sobre acquisição de artigos que não estiverem comprehendidos nos contractos do Arsenal da marinha e pertencerem aos do Commissariado Geral da Armada . . . . .	24
N. 8 — Obriga os fornecedores do Commissariado Geral da Armada a supprirem o Arsenal de Marinha desta Capital e vice-versa. . . . .	24
N. 9 — Opina no sentido de não ser retirada dos commandantes dos navios de guerra no estrangeiro, a faculdade de sacar sobre a Delegacia do Thesouro em Londres as quantias necessarias para as respectivas despesas. . . . .	25

	Pags.
N. 10 — Manda contar como de magisterio, para todos os effectos, o periodo em que o 1. <sup>o</sup> tenente Narciso do Prado Carvalho, lente substituto da Escola Naval, exerceu o cargo de instructor de navegação e hydrographia em viagem de instrucção . . . . .	26
N. 11 — Recommenda ás Capitánias de Portos que, de accordo com as convenções constantes do quadro, que foi approvedo, para a transmissão, por telegraphia, das observações-meteorologicas, communique diariamente a Carta Maritima as que fizerem . . . . .	26
N. 12 — Declara que destino deve ser dado aos espolios das praças que fallecem no Hospital de Marinha. . . . .	27
N. 13 — Approva e manda executar o regulamento para o serviço da praticagem da foz e curso do rio S. Francisco até a cidade de Penedo, no Estado das Alagoas . . . . .	27
N. 13 A — Altera os nomes de alguns navios da Armada. . . . .	57
N. 14 — Revoga o aviso de 29 de maio de 1899, que restringia as licenças a invalidos, para residirem fóra do Asylo aos casos de tratamento de saude, quando a Junta Medica o julgasse necessario. . . . .	57
N. 15 — Declara que os artigos sujeitos ao pagamento de sello de consumo deverão entrar para as dependencias deste Ministerio, competentemente sellados . . . . .	58
N. 16 — Recommenda que as embarcações de cabotagem estejam sempre munidas do Codigo Internacional de signaes e respectivo regimento de bandeiras . . . . .	58
N. 17 — Classifica entre os navios de 4. <sup>a</sup> classe o hiate <i>Silva Jardim</i> . . . . .	59
N. 18 — Manda contar ao Dr. Affonso Pinto Guimarães, lente da Escola Naval, o periodo liquido de tres mezes e dez dias em que foi membro da Assembléa Legislativa Provincial do Pará . . . . .	59
N. 19 — Determina que as requisicões de material sejam escriptas com clareza, e que os artigos requisitados sejam com os nomes por que são conhecidos no mercado, quando não figurem na nomenclatura. . . . .	60
N. 20 — Manda que os pedidos de fardamentos para aprendizes marinheiros sejam restringidos ao strictamente necessario aos menores existentes, de modo a não haver deposito sinão para um numero limitado de alistados . . . . .	60
N. 21 — Declara ao capitão do porto do Rio Grande do Sul que a lei não permite abonar-lhe a gratificação que pediu pelo commando do vapor <i>Lima Duarte</i> . . . . .	61
N. 22 — Declara que, da exigencia constante da circular n. 312, de 23 de fevereiro de 1900, devem ser exceptuadas as embarcações que não estão sujeitas ao registro. . . . .	61
N. 23 — Approva a tabella dos uniformes para o serviço diario dos Corpos de Marinheiros Nacionais e de Infantaria de Marinha. . . . .	62
N. 24 — Declara que os agentes consulares não devem dar passagem por conta do Ministerio da Marinha aos indi-	

	Pags.
viduos que a elles recorrerem intitulado-se desertores e pedindo repatriação . . . . .	64
N. 25 — Autoriza o commandante do Corpo de Infantaria de Marinha a montar uma olaria na ilha das Cobras . .	64
N. 26 — Declara que as ordens em vigor sobre os dispendios da 12ª parte das quotas distribuidas não podem ser directamente observadas, quanto aos que são feitos com o pessoal . . . . .	65
N. 27 — Recommenda que por occasião de ter baixa, por incapacidade physica, algum marinheiro nacional, seja lançada nos seus assentamentos a declaração de desistencia do Asylo de Invalidos . . . . .	65
N. 28 — Torna extensivo o aviso de 6 de março de 1900, do Ministerio da Guerra, aos ministros do Supremo Tribunal Militar pertencentes à corporação da Armada.	66
N. 29 — Nega o pagamento de custas a um escripto do Juizo de Orphãos, pela apresentação de menores para a Escola de Aprendiziz Marinhellos de Alagóas. . . . .	66
N. 30 — Declara qual o prazo da validade dos passes para a sahida de qualquer embarcação. . . . .	67
N. 31 — Approva a proposta da Escola Naval para a regencia em separado das cadeiras de mecanica, astronomia e electricidade, que tem de ser estudadas simultaneamente no 3º e 2º annos e da topographia, nesse ultimo e no 1º. . . . .	67
N. 32 — Prohibe a transferencia de residencia, de um Estado para outro, dos invalidos que obtem licença para residir fóra do Asylo, permittindo que neste caso se recolham ao mesmo Asylo . . . . .	68
N. 33 — Declara que pôde ser feita por quaesquer praticos a navegação das pequenas embarcações, que viajam agarradas à costa, de Santa Catharina até o Rio de Janeiro si não depender de observações astronomicas, calculos de pilotagem e marcação de cabo a cabo. . . . .	68
N. 34 — Manda desarmar o encouraçado <i>Bahia</i> . . . . .	69
N. 35 — Acecita a proposta do lente da Escola Naval Dr. Agostinho Luiz da Gama, approvada pela respectiva congregação, para ser feito o curso de hydrographia, precedido do estudo indispensavel de geodesia, em duas lições por semana, somente durante o anno de 1900 . .	69
N. 36 — Acecita a proposta para a distribuição de serviços entre os pharmaceuticos do Hospital de Marinha. . .	70
N. 37 — Declara que as taxas de praticagem das embarcações de cabotagem devem ser cobradas pela tonelada registrada e não pela total . . . . .	70
N. 38 — Approva a tabella de quantitativos que devem ser abonados para o enterramento dos officiaes inferiores e praças da Armada. . . . .	70
N. 39 — Declara que as cartas dos individuos, que prestarem exame de pilotagem na Escola de Machinistas e Pilotos do Pará, sem apresentação de derrotas, devem ser pas-	



	Pags.
sadas com a declaração expressa de que só poderão navegar no rio Amazonas. . . . .	72
N. 40 — Recommenda a rigorosa observancia das disposições, contidas nos arts. 25 e 62 do regulamento anexo ao decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870. . . . .	73
N. 41 — Manda dar baixa ao cruzador <i>Parnahyba</i> e ao aviso <i>Trindade</i> . . . . .	73
N. 42 — Recommenda a maior fiscalização nas despezas, tanto a bordo dos navios, como nos quartéis, afim de cessarem os accrescimos, que apparecerem nas liquidações das contas dos commissarios . . . . .	74
N. 43 — Declara conformar-se com o reconhecimento do direito da <i>The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited</i> , ao uso e gozo dos terrenos de marinha desoccupados da face sul da ilha das Cobras. . . . .	74
N. 44 — Declara que as flotilhas foram creadas para protecção ás fronteiras, e que não podem ser consideradas em missão especial ou extraordinaria quando empregadas neste serviço, pelo que indefere um pedido de gratificação do commandante da do Amazonas, quando em missão ao Acre. . . . .	75
N. 45 — Declara-se que não devem ser contadas, para effeito algum, as faltas dadas pelo lente cathedratico da Escola Naval Dr. Agostinho Luiz da Gama, durante o periodo em que esteve isolado em sua residencia, por prescrição da autoridade sanitaria. . . . .	76
N. 46 — Permite, por equidade, que os operarios de 1 <sup>a</sup> classe promovidos a contra-mestres concorram para o montepio operario na classe em que se achavam, antes de ser promovidos. . . . .	76
N. 47 — Recommenda que, sempre que forem recebidos volumes enviados pelo Commissariado Geral da Armada, seja lavrado um termo de recebimento, do qual se deverá remetter cópia á Secretaria de Estado. . . . .	77
N. 48 — Recommenda que, sendo a despeza com o pagamento das pensões do montepio operario superior á receita proveniente das respectivas contribuições e juros, sejam as mesmas pensões reduzidas, de modo a não haver desequilibrio nas operações . . . . .	77
N. 49 — Approva o Regimento interno da Escola Naval. . . . .	78
N. 50 — Declara que os juizes seccionaes, por si ou a requerimento dos interessados, tem competencia para mandar verificar avarias em embarcações, por peritos de sua nomeação e sem prejuizo da vistoria semestral de que trata o Regulamento da cabotagem . . . . .	78
N. 51 — Declara que as Capitancias de Portos não podem cobrar a rubrica dos livros que servem a bordo das embarcações . . . . .	79
N. 52 — Declara que não podem embarcar em navios nacionaes pilotos com carta estrangeira. . . . .	79

	P a g e s
N. 53 — Eleva de trinta por cento as taxas da praticagem da barra de Cananã, em S. Paulo, marcadas na tabella a que se refere o aviso n. 728, de 25 de março de 1892	80
N. 54 — Approva e manda adoptar o modelo para os termos que se lavram a bordo dos navios da Armada. . . .	80
N. 55 — Precisa qual a gratificação que compete aos inferiores, que exercem o cargo de mestre, nos navios cuja mestrança não compita exclusivamente a mestre . . .	82
N. 56 — Fixa a gratificação que compete aos machinistas navaes de 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup> classes, como chefes de machinas .	82
N. 57 — Declara que não pôde ser contado como de viagem o período em que um navio esteve fundeado fóra de um porto, em serviço quarentenario, incommunicavel com a terra . . . . .	83
N. 58 — Declara que não pôde ser cumprido o art. 2 <sup>o</sup> da lei n. 579, de 19 de julho de 1899, quanto ás gratificações dos marinheiros foguistas. . . . .	83
N. 59 — Declara que o commandante do Corpo de Marinheiros Nacionaes não pôde usar a insignia de commando de força . . . . .	84
N. 60 — Declara que ao Quartel General compete a nomeação do mestre, fiel, guardião, enfermeiro, escrevente, etc. da Escola Naval . . . . .	84
N. 61 — Recommenda-se ao Arsenal de Marinha da Capital Federal que dê posse a <i>The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company Limited</i> , dos terrenos de marinha desocupados na faze sul da ilha das Cobras, a cujo uso e gozo foi reconhecido o direito da mesma companhia	85
N. 62 — Providencia afim de que sejam descontados de uma etapa os medicos e pharmaceuticos quando permanecerem de serviço no hospital, ou quando por qualquer motivo foram municiados pelo estabelecimento. . .	86
N. 63 — Nega a permissão pedida por uma praça para mudar de nome. . . . .	86
N. 64 — Autoriza a transferencia de praças de um para outro dos corpos da Armada, sempre que a conveniencia do serviço o exigir . . . . .	87
N. 65 — Declara que ao commandante do navio surto no porto desta Capital falta competencia para rubricar os inventarios feitos por verificação, por ser isso prerrogativa especial do commissario geral da Armada. . . . .	87
N. 66 — Torna extensivo á Armada o aviso do Ministerio da Guerra de 14 de maio de 1900, que marcou a data a partir da qual deve a praça sentenciada soffrer o desconto da metade do soldo, bem assim os officiaes condemnados a dous annos ou menos de prisão. . . .	88
N. 67 — Declara que só pôde ter logar a assignatura do <i>Diario Official</i> para as associações de praticagem mediante pagamento por parte das mesmas . . . . .	88

	Pags:
N. 68 — Manda adoptar o mappa para distinctivo de munições, armamento portatil e artefactos de guerra aos navios e estabelecimentos de Marinha . . . . .	89
N. 69 — Declara que as praças de pret incluídas na Companhia Correccional perdem, enquanto ali permanecerem, metade da gratificação de voluntarios, como perdem metade do soldo. . . . .	89
N. 70 — Considera como exclusivamente destinado a inhumação de officiaes e praças da Armada e classes annexas o jazigo adquirido no Cemiterio Central de Montevidéo, em 1861. . . . .	90
N. 71 — Declara que, no impedimento do commissario da Repartição da Carta Maritima, compete ao respectivo fiel assignar as folhas de pagamento do pessoal e receber a importancia das mesmas na Pagadoria da Marinha. . . . .	90
N. 72 — Autoriza a entrega ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas, dos edificios do extincto Arsenal de Marinha de Pernambuco, não occupados por este Ministerio, bem assim as machinas e ferramentas de que aquelle precisar . . . . .	91
N. 73 — Fixa em oitocentos e cincoenta kilogrammas por metro cubico a base para o calculo do peso de carvão de pedra recebido por arqueação nas dependencias da Marinha. . . . .	91
N. 74 — Torna extensivo à Marinha o aviso do Ministerio da Guerra n. 60, de 21 de novembro de 1909, acerca do modo de proceder com os desertores condemnados pelos tribunaes civis a mais de seis annos de prisão, antes de processados e definitivamente julgados por crime de deserção. . . . .	92
N. 75 — Declara que o commissario de 5ª classe, logo que completa 10 annos de serviço, tem direito à patente, não havendo necessidade da promulgação de decreto para ser expedida . . . . .	93

# MINISTERIO DA MARINHA

---

N. 1 — AVISO DE 17 DE JANEIRO DE 1900

Approva e manda que sejam observadas as instrucções para o pessoal e serviço de pharões.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 87 — Capital Federal, 17 de janeiro de 1900.

Sr. Chefe da Repartição da Carta Marítima — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que, na presente data, resolvo, de accordo com os pareceres do Conselho Naval emitidos em consultas ns. 8250 e 8317, de 5 de setembro e 10 de novembro do anno proximo passado, approvar e mandar que se observem as instrucções para o pessoal e serviço de pharões, organisadas pelo capitão-tenente Raymundo Frederico Kiappe da Costa Rubim, ás quaes acompanharam vosso officio n. 254, de 11 de abril de 1899.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

**Instrucções concernentes ao pessoal e serviço geral dos pharões da Republica dos Estados Unidos do Brazil**

## DOS PHARÕES, SUA CLASSIFICAÇÃO E PESSOAL

1. Os pharões do Brazil serão divididos em seis ordens, segundo suas intensidades luminosas e a importancia de seusapparelhos de luz, como se vê da tabella A.

2. O pessoal encarregado do serviço dos pharões terá a denominação de pharoleiros e será dividido em tres classes: 1º, 2º e 3º pharoleiro.

3. A lotação dos pharoleiros para cada pharol será feita tendo em vista a importancia do apparelho de luz, distancia da Capitania de sua jurisdicção e seu isolamento no mar (tabella A).

## DOS PHAROLEIROS, SUAS NOMEAÇÕES E OBRIGAÇÕES

4. Os pharoleiros são nomeados pelo Director de Pharões, de accordo com o disposto no § 10 do art. 23 do Regulamento

que baixou com o decreto n. 1347, de 7 de abril de 1893, sob proposta dos capitães de portos, e só poderão entrar para o serviço na ultima classe.

**5.** Para ser nomeado pharoleiro é preciso:

- a) ser brasileiro e maior de 21 annos ;
- b) não ter molestia ou defeito physico que o incompatibilise com o serviço activo e diário;
- c) apresentar attestado de bons costumes ;
- d) saber ler escrever.

**6.** Terão preferencia a esses logares as praças da Armada que tenham tido baixa por conclusão de tempo de serviço e que provem com sua caderneta bom comportamento.

**7.** As vagas que se derem nas classes superiores serão preenchidas por accesso entre os pharoleiros do mesmo pharol, tendo preferencia aquelle que tiver mostrado mais zelo e interesse pelo serviço. Em igualdade de circumstancias terá a preferencia o mais antigo e no caso de suas nomeações serem da mesma data, será preferido o mais velho.

**8.** Os pharoleiros se substituirão, em suas faltas ou impedimentos, por ordem de suas classes e antiguidades.

#### OBRIGAÇÕES

**9.** Diariamente e uma hora depois de apagada a luz do pharol, todos os pharoleiros farão as limpezas do apparelho de luz, das lampadas em serviço, passando a escova propria para tirar a parte da mecha carbonisada, sendo-lhes prohibido fazer esse trabalho com tesoura; desobstruirão depois as passagens do ar com a escova de bico de lampada, tendo o cuidado de limpar tambem os residuos da mecha carbonisada que se depositarem na base das lampadas de reservatorio inferior.

**10.** Farão a limpeza de todos os metaes com a massa propria, que será fornecida pela Directoria de Pharões, de accordo com a tabella B, a qual será desmanhada em um pouco de oleo mineral, ficando prohibido expressamente, por prejudiciaes aos apparelhos, o uso de azeite doce, tijolo e lixa.

**11.** Quanto acontecer que qualquer parte dos aneis catadioptricos do apparelho de luz esteja manchada de oleo, limparão com um panno macio e limpo embebido em espirito de vinho.

O mesmo farão com relação aos vidros da lanterna do apparelho de luz.

**12.** Espanarão diariamente as lentes dos aneis catadioptricos e vidros da lanterna do apparelho de luz, enxugando-os depois com um panno limpo e macio.

**13.** Concluida a limpeza na camara de luz, collocarão as cortinas da lanterna e a capa do apparelho de luz em seus logares.

**14.** Varrerão e enxugarão todos os dias a mesa e galeria de serviço, assim como a camara da lanterna.

**15.** Varrerão e espanarão diariamente com cuidado a arrecadação, toda a casa de residencia e as escadas do pharal.

**16.** Lavarão, uma vez por semana, as escadas, os ladrilhos e assoalhos, tanto da casa como do pharol.

**17.** Azeitarão, uma vez por semana, os gonzos das dobradiças, ferrolhos, tranquetes, trincos, fechaduras, etc., feitos de ferro, de modo a prevenir sua oxydção.

**18.** No dia 1º dos mezes de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro lavarão com espirito de vinho a superficie interna do apparelho lenticular, enxugando depois cada uma das suas peças com uma toalha macia e limpa.

Uma vez por anno farão a mesma limpeza por meio do *rouge*.

**19.** Uma hora antes do pôr do sol os pharoleiros deverão estar em seus postos para o serviço da noite, que será feito por quartos.

**20.** O accendimento dos pharões deve ter logar um quarto de hora antes do pôr do sol com luz baixa, devendo ser ella augmentada gradualmente, para que o aquecimento da chaminé se faça tambem gradualmente, de modo que a luz esteja em todo o seu vigor ao anoitecer.

**21.** O pharoleiro de quarto é obrigado a permanecer no pharol durante todo elle. Si uma circumstancia extraordinaria exigir o concurso dos outros pharoleiros, todos serão obrigados a attender ao chamado do pharoleiro de quarto.

**22.** Durante o dia o pharoleiro de serviço não poderá se ausentar do pharol, sob qualquer pretexto.

**23.** Todos os pharoleiros são obrigados a morar nas casas que lhes são destinadas para residencia e a zelar pela sua conservação e sob motivo algum poderão morar fora dellas ou distante do pharol.

**24.** Fica prohibido aos pharoleiros o emprego de azeite doce para lubrificação das machinas dos apparelhos de rotação, devendo empregar o oleo de relojoeiro que será fornecido pela Directoria de Pharões trimestralmente.

**25.** Os pharoleiros não deixarão visitar á noite o pharol por pessoa extranha ao serviço. Só poderão admittir visitantes quando o serviço de limpeza geral do pharol estiver terminado e até uma hora antes do pôr do sol; devem acompanhá-os constantemente e não permitirão entrar no interior dos apparelhos e nem mais de duas pessoas ao mesmo tempo na camara da lanterna. O pharoleiro de serviço dará ao pharoleiro encarregado do pharol os nomes dos visitantes para esto declarar no livro de quartos. O pharoleiro de serviço será responsavel pelos danos que forem causados pelos visitantes.

**26.** Os pharoleiros são obrigados a prestar todos os soccorros a seu alcance aos navegantes, assim como aos naufragos e a lhes dar asylo, em caso de necessidade, mas sem nunca interromper a vigilancia da luz.

**27.** Os pharoleiros devem vigiar na conservação dos objectos de naufragios que o mar lançar as proximidades do pharol, communicando immediatamente a Capitania do Porto.

**28.** Nenhum pharoleiro poderá se ausentar do pharol sem uma licença escripta, dada pelo capitão do porto.

**29.** Nos pharões fluctuantes e nos isolados no mar cuja lotação for de quatro pharoleiros será concedida por escala a cada pharoleiro uma licença de um mez, a qual não poderá ser prorogada sob pretexto algum. O pharoleiro, no gozo da licença acima, que não se apresentar no pharol no dia em que ella se findar, será considerado como tendo abandonado o logar e, portanto, substituído.

**30.** Aos pharoleiros dos pharões isolados no mar, ou situados em pontos da costa distantes das Capitánias, e em logares onde não possam ser encontrados recursos, serão abonadas, além dos vencimentos, rações em generos iguaes ás que teem as praças da Armada.

DO PHAROLEIRO DE CLASSE MAIS ELEVADA OU ENCARREGADO DO PHAROL

**31.** O pharoleiro de classe mais elevada de um pharol será o encarregado d'elle e como tal os outros lhe devem obediencia, salvo recurso á Capitania e Directoria de Pharões, pelo que será responsavel por todo o serviço.

**32.** São deveres do pharoleiro encarregado do pharol, além das obrigações geraes:

a) Zelar a casa, pharol e todos os objectos da Fazenda Nacional que lhe serão carregados em livro proprio, por inventario feito na occasião de ter posse e depois annualmente. Este livro, rubricado pelo capitão do porto, ficará na Capitania para nelle serem lavrados os termos de objectos inutilizados no serviço, devendo o encarregado ter em seu poder uma via desse inventario;

b) O pharoleiro terá tambem um livro no pharol, denominado livro de quartos, tambem rubricado pelo capitão do porto, para nelle escripturar todas as occurencias do serviço, outro para lançar diariamente as despezas; no livro de quartos fará notar a entrada de todas as remessas feitas ao pharol e bem assim a sahida dos artigos que houverem de ser entregues por inuteis á Capitania e que precisem de substituição, que se fará só mediante a entrega do inutil;

c) Quando se reconhecer, pelo inventario annual, a falta de objectos da Fazenda Nacional, o pharoleiro encarregado será obrigado a indemnizal-a por meio de descontos mensaes da quinta parte dos seus vencimentos, si a falta não exceder a quinhentos mil réis (500\$); si, porém, exceder, será demittido e processado de accordo com as leis vigentes. Do mesmo modo se procederá com relação ao pharoleiro substituído, si verificar-se a segunda parte do disposto na lettra e;

d) Receber e distribuir os oleos e mais artigos de consumo do pharol e enviar todos os trimestres á Capitania o mappa de consumo delles, extrahido do seu livro de despeza diaria;

e) Fazer em tempo á Capitania do Porto o pedido de sobresalentes necessarios ao pharol, de accordo com a tabella C, e bem assim quaesquer communicações concernentes ao serviço;

f) Fiscalizar os quartos e o serviço dos outros pharoleiros e fazer cumprir as disposições destas instrucções e as ordens que lhes forem dadas, dando parte á Capitania das faltas que se derem;

g) Fiscalizar, pelo menos, duas vezes durante a noite, a luz do pharol, afim de verificar si ella conserva a mesma intensidade e si osapparelhos funcçãoam bem;

h) Notar, no livro de quartos, todas as observações, segundo as notas que lhe forem dadas pelo pharoleiro de quarto, sobre as diversas circumstancias do funcionamento do apparelho de luz, apparencia de luzes que tenham á vista e quaesquer outras occurrencias que se deem. A extincção ou enfraquecimento da luz devem ser consignados no livro de quartos, com explicação da causa, hora e duração. Este livro, depois de cheio, será remettido á Capitania e por esta á Directoria de Pharões para ser archivado;

i) Receber e distribuir as rações nos pharões em que houver direito a ellas;

j) Não poderá o pharoleiro encarregado fazer outros pedidos que não sejam os marcados nas tabellas, será obrigado a pagar, conjunctamente com os demais pharoleiros, o excedente ao maximo de consumo estabelecido na tabella B para o pharol de que estiver encarregado;

k) Concorrer com os demais pharoleiros ao serviço de quartos á noite, ao de limpeza diaria do pharol e casa de residencia, competindo-lhe especialmente a limpeza da machina de rotação.

#### PENALIDADES

**33.** Nos casos de negligencia no serviço, ou de actos reprehensiveis e infracções nestas instrucções, os pharoleiros ficarão sujeitos ás seguintes penalidades, conforme a gravidade da falta que commetterem:

a) Desconto nos vencimentos de um a 15 dias;

b) Demissão do logar.

**34.** A primeira pena será imposta pela Capitania do Porto e a ultima pela Directoria de Pharões, com autorização do chefe da Carta, em vista da parte que lhe for dada por aquella autoridade.

**35.** Si as circumstancias exigirem a prisão de um pharoleiro, esta será pronunciada pelo encarregado ou pelo mais graduado que estiver presente, devendo o encarregado comunicar immediatamente ao capitão do porto, para providenciar no sentido de sua substituição; esta medida só será definitiva depois da approvação do capitão do porto e da Directoria de Pharões.



## PINTURA DE PHARÓES

**36.** Os pharões serão pintados ou caiados externamente todos os annos e internamente de dous em dous annos.

A pintura será feita por conta da verba — Custeio e conservação dos pharões — de cada Estado; e, quando essa quota não seja sufficiente, as Capitánias em tempo farão o competente orçamento e solicitarão da Directoria de Pharões o credito necessario para leval-a a effeito.

**37.** A côr para a pintura das torres dos pharões não poderá ser alterada e será sempre feita de accordo com os « Avisos aos Navegantes » publicados; naquelles, porém, que se forem construindo, serão observadas as seguintes regras: os que se projectarem em terras escuras, as torres serão sempre pintadas de branco; os que se projectarem em areias brancas ou avermelhadas, as torres serão pintadas com zarcão, quer seja a torre de ferro ou alvenaria.

**38.** O interior das camaras de luz dos pharões, inclusive a superficie interna da cupola, será em todos pintado de branco, sendo essa pintura feita pelos pharoleiros e será lavado, pelo menos, dous vezes por semana.

**39.** Os pharões de 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> ordens serão pintados pelos respectivos pharoleiros, fornecendo a Capitania, para esse fim, na época marcada, os artigos necessarios, ficando arbitrada uma gratificação de 20\$ a cada pharoleiro, tirada da verba — Custeio e conservação dos pharões —, como remuneração desse serviço extraordinario.

**40.** Para os outros pharões, porém, de construcção mais elevada, as Capitánias contractarão pessoal para esse fim, devendo os pharoleiros auxiliar o serviço, percebendo a mesma gratificação do § 39.

**41.** A pintura dos pharões para sua conservação será sempre feita com duas mãos de tinta. A que se fizer logo depois de sua construcção será feita com tres mãos.

**42.** O pharoleiro encarregado do pharol será o fiscal da pintura e de qualquer trabalho que se fizer no mesmo, e dará conhecimento á Capitania de qualquer falta que note no serviço por parte do pessoal contractado, afim della providenciar.

**TABELLA A**  
**Classificação dos pharões e sua lotação**

ESTADOS	NOMES DOS PHARÕES	ORDEN	NUMERO DE PHAROLEIROS			OBSERVAÇÕES
			1 <sup>os</sup>	2 <sup>os</sup>	3 <sup>os</sup>	
Amazonas . . . . .	Correnteza . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Salinas. . . . .	3 <sup>a</sup>	—	1	2	
	Bailique . . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	2	
	Collares . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Mandihy . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Capim . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Cotijuba . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Arrozal . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Cameleão . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Boiussu . . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	1	Montado em substituição ao de Jacundá que foi supprimido.
Pará . . . . .	Chapéu-Virado . . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Bragança . . . . .	6 <sup>a</sup>	1	1	1	
	Taipú . . . . .	6 <sup>a</sup>	1	1	1	
	Macapá. . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	1	Ainda não funciona.
	Tatuoca . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	» » »
	Soure. . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Simão Grande . . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Ilha das Flechas. . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	Adquiridos pelo Governador do Pará, devendo ser entregues à União, depois de montados.
	Ilha Machadinho . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Canajó. . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	

ESTADOS	NOMES DOS PHARÓES	ORDEN	NUMERO DE PHAROLEIROS			OBSERVAÇÕES
			1 <sup>os</sup>	2 <sup>os</sup>	3 <sup>os</sup>	
Maranhão . . . . .	Sant' Anna . . . . .	2 <sup>a</sup>	1	1	1	
	Itacolomy . . . . .	3 <sup>a</sup>	1	1	1	
	S. João . . . . .	3 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Alcantara . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
Piahy . . . . .	S. Marcos . . . . .	4 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Barra . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Pedra do Sal . . . . .	4 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Moctripé . . . . .	4 <sup>a</sup>	—	1	1	
Ceará . . . . .	Aracaty . . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Camocim . . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Reis Magos . . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	1	
Rio Grande do Norte . . . . .	Macao . . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Ponta do Mel . . . . .	3 <sup>a</sup>	1	1	1	
	Mossoró . . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Pedra Secca . . . . .	4 <sup>a</sup>	—	1	2	
Parahyba . . . . .	Barra . . . . .	1 <sup>a</sup>	1	1	1	
	Olinda . . . . .	4 <sup>a</sup>	—	1	1	
	Santo Agostinho . . . . .	1 <sup>a</sup>	1	1	1	
	Roccos (actual) . . . . .	6 <sup>a</sup>	1	1	2	

Alagoas . . . . .	Maceió . . . . .	3ª	—	1	1	
Sergipe . . . . .	Cotinguiba . . . . .	3ª	1	1	1	
	Rio Real . . . . .	6ª	—	1	1	
	S. Francisco do Norte. . . . .	4ª	—	1	1	
Bahia . . . . .	Itapoan . . . . .	3ª	—	1	1	
	Santo Antonio . . . . .	1ª	1	1	1	
	Santa Maria . . . . .	6ª	—	1	1	
	S. Paulo . . . . .	1ª	—	1	1	
	Abrolhos . . . . .	Mesa a- diante	1	1	1	
	Forte do Mar . . . . .	6ª	—	1	1	
	Belmonte ( actual ). . . . .	6ª	—	1	1	
	Ilha do Frade . . . . .	6ª	—	1	1	
	Morro de Pernambuco. . . . .	3ª	1	1	1	Ainda não está montado.
Espírito Santo . . . . .	Santa Luzia . . . . .	4ª	—	1	1	
	Ilha do Francez. . . . .	4ª	—	1	1	
	Rio Doce . . . . .	3ª	1	1	1	
	Ponta da Rapoza . . . . .	5ª	—	1	1	» » » »
Rio de Janeiro. . . . .	S. Thomé. . . . .	1ª	1	1	1	
	Cabo Frio. . . . .	1ª	1	1	1	
	Raza ( electrico ) . . . . .	2ª	1	1	2	
	S. João da Barra . . . . .	6ª	—	1	1	
	Sant'Anna. . . . .	4ª	—	1	2	» » » »
S. Paulo. . . . .	Moela . . . . .	1ª	1	1	2	
	Bom Abrigo . . . . .	6ª	—	1	1	
	S. Sebastião. . . . .	3ª	1	1	1	

ESTADOS	NOMES DOS PHARÔES	ORDEN	NUMERO DE PHAROLEIROS			OBSERVAÇÕES
			1 <sup>os</sup>	2 <sup>os</sup>	3 <sup>os</sup>	
Paraná . . . . .	{ Conchas . . . . .	3 <sup>a</sup>	1	1	1	Ainda não está montado. » » » »
	{ Fortaleza . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
Santa Catharina . . .	{ Arvoredo . . . . .	2 <sup>a</sup>	1	1	1	
	{ S. Francisco do Sul . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	{ Anhatomirim . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	{ Imbituba . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	
	{ Naufragados.. . . .	3 <sup>a</sup>	—	1	1	
	{ Santa Martha Grande . . . . .	Hyper-radiante	1	1	2	
	{ Ilha da Paz . . . . .	4 <sup>a</sup>	—	1	2	
Rio Grande do Sul . .	{ Itajahy. . . . .	5 <sup>a</sup>	—	1	1	
	{ Barra . . . . .	2 <sup>a</sup>	1	1	1	
	{ Estreito . . . . .	3 <sup>a</sup>	—	1	2	
	{ Mostardas. . . . .	3 <sup>a</sup>	1	1	1	
	{ Bujuru. . . . .	4 <sup>a</sup>	—	1	1	
	{ Capão da Marca. . . . .	4 <sup>a</sup>	—	1	1	
	{ Christovão Pereira. . . . .	4 <sup>a</sup>	—	1	1	
	{ Itapoan . . . . .	6 <sup>a</sup>	—	1	1	

## OBSERVAÇÕES

Nos pharões abaixo declarados existe ainda o seguinte pessoal :

### **Raza**

Um machinista e dous foguistas.

### **Cabo Frio**

Um patrão e quatro remadores.

### **Abrolhos**

Um patrão e quatro remadores.

### **Barca-pharol de Bragança**

Um mestre, um patrão e 12 remadores.

### **Barca-pharol de Talpú**

Quatro remadores.

### **Arvoredo**

Um patrão e quatro remadores.

**TABELLA B**  
**Consumo maximo tolerado por trimestre dos artigos remetidos pela Directoria**  
**de Pharóes**

NOMES DOS PHARÓES	OLEOS		MECHAS						CHAMINÉS	MASSA PARA LIMPAR METAES
	Miscral Litros	Relojelro Vidros	N. 1	N. 2	N. 3	N. 4	N. 5	N. 6		
										Latas
Correnteza . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup>	—	—	—	—	—	12	2
Salinas . . . . .	455,0	6	1 <sup>m</sup> ,0	1 <sup>m</sup> ,0	1 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	12	2
Baifigue . . . . .	182,0	5	1 <sup>m</sup> ,0	1 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	12	2
Collares . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	—	12	2
Mandily . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	—	12	2
Capim . . . . .	91,7	—	1 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	—	12	2
Cotijuba . . . . .	91,7	—	1 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	—	12	2
Arrozal . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	—	12	2
Caneteão . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	—	12	2
Boiussu . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	—	12	2
Chapéu-Virado . . . . .	182,0	—	1 <sup>m</sup> ,0	1 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	12	2
Bragança . . . . .	227,5	—	3 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	—	24	2
Taipu. } fluctuantes . . . . . }	227,5	—	3 <sup>m</sup> ,0	—	—	—	—	—	24	2
Mapacá . . . . .	91,0	5	1 <sup>m</sup>	—	—	—	—	—	12	2
Tatuoca . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup>	—	—	—	—	—	12	2
Soure . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup>	—	—	—	—	—	12	2
Simão Grande . . . . .	91,0	5	1 <sup>m</sup>	—	—	—	—	—	12	2
Iha das Flechas . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup>	—	—	—	—	—	12	2
Iha Machadinho . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup>	—	—	—	—	—	12	2
Canajo . . . . .	91,0	—	1 <sup>m</sup>	—	—	—	—	—	12	2

Sant'Anna . . . . .	728,0	—	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	12	6
Itacolomy . . . . .	682,5	—	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	12	6
S. João . . . . .	455,0	—	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	—	12	5
Alcantara . . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	2
S. Marcos . . . . .	182,0	—	1m,0	1m,0	—	—	—	—	12	4
Barra. . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	2
Pedra do Sal . . . . .	182,0	—	1m,0	1m,0	—	—	—	—	12	4
Mocuripe . . . . .	182,0	5	1m,0	1m,0	—	—	—	—	11	4
Aracaty . . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	2
Camocim. . . . .	91,0	5	1m,0	—	—	—	—	—	12	4
Reis Magos. . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	2
Macão. . . . .	91,0	5	1m,0	—	—	—	—	—	12	2
Ponta do Mel . . . . .	455,0	5	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	—	12	5
Mossoró . . . . .	91,0	5	1m,0	—	—	—	—	—	12	2
Pedra Secca . . . . .	182,0	5	1m,0	1m,0	—	—	—	—	12	4
Barra. . . . .	910,0	4	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	12	7
Olinda . . . . .	182,0	5	1m,0	1m,0	—	—	—	—	12	4
Santo Agostinho . . . . .	910,0	—	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	12	7
Rocas (actual) . . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	2
Maceió . . . . .	455,0	6	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	—	12	5
Cotinguiba . . . . .	455,0	6	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	—	12	6
Rio Real. . . . .	91,0	—	—	—	—	—	—	—	13	2
S. Franciscodo Norte . . . . .	182,0	—	—	1m,0	—	—	—	—	12	4



NOMES DOS PHARÔES	OLEOS		MECHAS						CHAMINÉS	MASSA PARA LIMPAR METAES
	Mineral Litros	Relojheiro Vidros	N. 1	N. 2	N. 3	N. 4	N. 5	N. 6		
Raposa . . . . .	182,0	—	1m,0	1m,0	—	—	—	—	12	Latas 5 2 2 2 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2
Santa Antonia . . . . .	910,0	8	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	12	
Santa Maria . . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	
S. Paulo . . . . .	910,0	8	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	12	
Abcollho . . . . .	1228,5	8	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	12	
Porto do Mar . . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	
Belmonte (actual) . . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	
Illa do Foulão . . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	
Morro do Pernambuco . . . . .	455,0	6	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	—	12	
Santa Lucia . . . . .	182,0	—	1m,0	1m,0	—	—	—	—	12	
Illa do Foulão . . . . .	182,0	—	1m,0	1m,0	—	—	—	—	12	
San Pedro . . . . .	455,0	6	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	—	12	
Porto do Raposa . . . . .	91,0	5	1m,0	—	—	—	—	—	12	
S. Thome . . . . .	910,0	8	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	12	
Cabo Frio . . . . .	910,0	8	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	12	
Roca (destruida) . . . . .	182,0	12	—	—	—	—	—	—	—	
S. Joao da Barra . . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	
Sant'Anna . . . . .	182,0	5	1m,0	1m,0	—	—	—	—	12	
Moeda . . . . .	910,0	8	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	12	
Port. Abreu . . . . .	91,0	2	1m,0	—	—	—	—	—	12	
S. Sebastião . . . . .	455,0	6	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	—	12	
Concha . . . . .	182,0	—	1m,0	1m,0	—	—	—	—	12	
Portalegre . . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	12	
Aveiro . . . . .	455,0	7	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	12	

S. Francisco do Sul. . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	—	12	2
Anhato-mirim . . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	—	12	2
Imbituba. . . . .	91,0	—	1m,0	—	—	—	—	—	—	12	2
Naufragados . . . . .	182,0	6	1m,0	1m,0	—	—	—	—	—	12	5
Santa Martha Grande . . . . .	1228,5	8	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	12	7
Ilha da Paz. . . . .	182,0	5	1m,0	1m,0	—	—	—	—	—	12	5
Itajahy . . . . .	91,0	5	1m,0	—	—	—	—	—	—	12	2
Barra. . . . .	682,5	7	1m,0	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	—	12	6
Estreito . . . . .	182,0	—	1m,0	1m,0	—	—	—	—	—	12	4
Mostardas . . . . .	455,0	6	1m,0	1m,0	1m,0	—	—	—	—	12	5
Bujuru . . . . .	364,0	—	6m,0	—	—	—	—	—	—	18	5
Capão da Marca. . . . .	182,0	—	1m,0	1m,0	—	—	—	—	—	12	4
Christovão Pereira . . . . .	364,0	—	6m,0	—	—	—	—	—	—	18	5
Itapoan . . . . .	182,0	—	6m,0	—	—	—	—	—	—	18	5

## OBSERVAÇÕES

1.ª Os calculos do consumo dos artigos desta tabella são baseados nos coeficientes apresentados pela Fabrica Constructora das Lampadas em uso nos pharões e feito depois de innumer as experiencias, estando a luz em sua maior intensidade.

O consumo foi calculado para 12 dias, trabalhando as lampadas 12 horas por noite. E' portanto, o maximo, que de forma alguma deve ser excedido.

2.ª Fica prohibido o emprego do kero-sene nos pharões, salvo caso de falta de oleo mineral, podendo neste caso ser usado momentaneamente nos pharões de 4.ª, 5.ª e 6.ª ordens.

3.ª Fica igualmente prohibido o uso do azeite, pó de tijolo e lixa por prejudiciaes aosapparelhos, devendo ser empregado para a lubrificacao dos apparelhos de rotacao o oleo de relojoeiro e para a limpeza a massa de limpar metaes com o proprio oleo mineral e pelles usadas de camurça.

4.ª Além dos artigos desta tabella a Directoria de Pharões supprirá, annualmente, para cada um, o seguinte: duas escovas para bico de lampadas, uma dita para chaminés, uma dita para mechas, uma pelle de camurça, 100 grammas de rouge e um pineel para rouge.

TABELLA C

Artigos que devem ser suppridos pelas Capitanias de Portos

NOMES DOS PHARÔES	POR TRIMESTRE						ANNUALMENTE						2 EM 2 ANNOS	3 EM 3 ANNOS	
	Phosphoros	Sabão	Espirito de vinho	Vassouras	Estopa de algodão	Gré	Potassa	Migalhões de milho	Papel	Pennas de aço	Tinta	Lapis	Canetas	Cortinas para as lanternas	Capa para apparelho de luz
	caí.	kilo	litro		kilo	kilo	kilo	met.	res.	caí.	litro			jogo	
Correnteza . . . . .	12	2	4	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Salinas . . . . .	24	4	3	3	2	1	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Eailique . . . . .	12	2	2	2	1	1	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	1
Collares . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Mandihy . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Capim . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Cotijuba . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Arrozal . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Cameleão . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Boiussú . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Chapeo-Virado . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Bragança . . . . .	24	4	3	3	2	0,5	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Traipú . . . . .	24	4	3	3	2	0,5	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Macapá . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Tatuoca . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Soure . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Simão Grande . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Ilha das Flechas . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
Ilha Machadinho . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—

Marinha — Decisões de 1930	Cauajó . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
	Sant'Anna . . . . .	24	4	3	3	8	1	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Itacolomy . . . . .	24	4	3	3	3	1	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	S. João . . . . .	24	4	2	2	2	1	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Alcantara . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
	S. Marcos . . . . .	12	3	2	2	2	1	2	6	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Barra . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
	Pedra do Sal . . . . .	12	3	2	2	1	1	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Mocuripe . . . . .	12	3	2	2	1	1	2	6	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Aracaty . . . . .	12	2	1	2	1	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
	Camocim . . . . .	12	2	1	2	1	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Reis Magos . . . . .	12	2	1	2	1	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Macão . . . . .	12	2	1	2	1	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
	Ponta do Mel . . . . .	24	3	3	2	2	1	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Mossoró . . . . .	12	2	1	2	1	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
	Pedra Secca . . . . .	12	3	2	2	1	1	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Barra . . . . .	24	4	3	2	3	1	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Olinda . . . . .	12	3	2	2	2	1	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Santo Agostinho . . . . .	24	3	3	3	3	1	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	—
	Rocas ( actual ) . . . . .	24	3	1	3	2	1	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Maceió . . . . .	24	3	3	2	2	1	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Cotinguiba . . . . .	24	3	3	2	2	1	2	12	1/2	1/2	1	6	6	1	1
	Rio Real . . . . .	12	2	1	2	0,5	0,5	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	—
	S. Francisco do Norte . . . . .	12	3	2	2	1	1	1	6	1/2	1/2	1	6	6	1	1





Tabella de vencimentos do pessoal dos pharões da Republica dos Estados Unidos do Brazil

PESSOAL	ORDENADO ANNUAL	GRATIFICAÇÃO ANNUAL	TOTAL
1.º pharoleiros. . . . .	960\$000	480\$000	1:440\$000
2.º ditos . . . . .	760\$000	380\$000	1:080\$000
3.º ditos . . . . .	560\$000	280\$000	840\$000
Machinista contractado. .	—	2:502\$000	2:502\$000
Populeira. . . . .	—	1:200\$000	1:200\$000
Mestre . . . . .	—	960\$000	960\$000
Patrão . . . . .	—	720\$000	720\$000
Remadores . . . . .	—	600\$000	600\$000
Marinheiros. . . . .	—	120\$000	120\$000

## OBSERVAÇÕES

1.ª A gratificação de dez mil réis mensaes (10\$) attribuida para marinheiros nacionaes é a que se deve abonar, além dos seus vencimentos, a tres marinheiros nacionaes encarregados do pharol existente em Milleguazon.

2.ª Além dos vencimentos acima attribuidos, todo o pessoal ao serviço dos pharões tem direito a ração em dinheiro pelo valor que for estipulado na lei do orçamento, á excepção do pessoal das barcas-pharões de Beaganga e Taíá, no Estado do Pará, e das Roccas em Pernambuco, que receberão em genero, de accordo com as tabellas em vigor para as praças da Armada. (Aviso do Ministerio da Marinha, n. 26, de 29 de fevereiro de 1890.)

## N. 2 — AVISO DE 19 DE JANEIRO DE 1900

Rectifica algumas incorrecções, que existem no decreto n. 2336, de 4 de julho de 1895, referente a uniformes.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2.<sup>a</sup> Secção — N. 74 — Capital Federal, 19 de janeiro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Verificando-se que o plano de uniformes para o corpo da Armada e classes annexas, mandado adoptar pelo decreto n. 2036, de 4 de julho de 1895, foi publicado com algumas incorrecções, e claro-vos, para os fins convenientes, que nessa publicação devem ser feitas as seguintes rectificações:

1.<sup>a</sup> A sobrecasaca só deve ser abotoada até o 4.<sup>o</sup> botão, tanto no segundo como no terceiro uniforme.

2.<sup>a</sup> As abas da casaca devem ter o comprimento de modo que o extremo fique distante 0<sup>m</sup>,080 da curva da perna.

3.<sup>a</sup> Os punhos das mangas, tanto da casaca, como da sobrecasaca, devem ter 0<sup>m</sup>,085 de altura e os botões de 0<sup>m</sup>,013 de diametro, que os guarnecem na costura da parte posterior, devem guardar entre si a distancia de 0<sup>m</sup>,028.

4.<sup>a</sup> A fita de seda preta, que guarnece o bonnet, deve ter 0<sup>m</sup>,040 de largura.

5.<sup>a</sup> Na descripção dessa peça do uniforme, onde se lê: « usar-se-ha tambem *calça de brim branco* », deve-se ler: « usar-se-ha tambem *capa de brim branco* ».

6.<sup>a</sup> Na descripção do capote, na alinea final, onde se lê: o cabeção pôde ser usado *com* o capote », deve-se ler: « o cabeção pôde ser usado *sem* o capote ».

Saude e fraternidade.— José Pinto da Luz.

## N. 3 — AVISO DE 22 DE JANEIRO DE 1900

Manda que as formalidades do art. 105 do decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870, para o pagamento das guarnições dos navios, sejam adaptadas ás instrucções de 30 de novembro de 1894.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.<sup>a</sup> Secção — N. 132 — Capital Federal, 22 de janeiro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tendo resolvido que as formalidades constantes do art. 105 do regulamento annexo ao decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870, sejam adaptadas em grande parte ás instrucções que baixaram com o aviso n. 2526, de 30 de novembro de 1894, recommendo-vos que



nos pagamentos ás guarnições dos navios faças cumprir fielmente as seguintes determinações:

1.<sup>a</sup> Os pagamentos devem ser sempre feitos a bordo, em acto de mostra e no dia precisamente designado;

2.<sup>a</sup> A chamada deverá ser feita pelo livro de soccorros e a identidade de pessoa pelo immediato do navio;

3.<sup>a</sup> O pagamento será em mão propria, e nunca de outro modo, realizando-se o dos chefes e commandantes na camara e o dos officiaes na praça d'armas;

4.<sup>a</sup> O immediato lançará na folha o signal — Pg. — no acto do pagamento de cada praça de marinhagem ou de pret, bem como a nota de ausencia, por licença, deserção, molestia ou fallecimento;

5.<sup>a</sup> Os officiaes de qualquer classe darão quitação escripta por seu proprio punho no lugar competente da respectiva folha;

6.<sup>a</sup> Depois de concluido o pagamento e feitas pelo commissario as averbações no livro de soccorros, de accordo com as notas exaradas nas folhas pelo immediato, conferirá o mesmo immediato as averbações com as folhas, e dessa conferencia fará declaração no fecho das ditas folhas;

7.<sup>a</sup> As praças ausentes só poderão receber pela proxima folha geral de pagamento.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz*.

---

#### N. 4 — AVISO DE 24 DE JANEIRO DE 1900

Manda destacar successivamente, por seis mezes, para o commando geral das torpedeiras, cincoenta aprendizes marinheiros dos mais intelligentes da escola da Capital Federal, afim de alli receberem a instrucção pratica de torpedos, juntamente com a da lingua vernacula e da arte de marinheiro.

Ministerio dos Negocios da Marinha. — N. 112 — 2.<sup>a</sup> Secção — Capital Federal, 24 de janeiro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tendo em vista dar instrucção pratica de torpedos aos aprendizes marinheiros da escola da Capital Federal, afim de que, ao assestarem praça no corpo de marinheiros nacionaes, já tenham as habilitações precisas para servirem a bordo no manejo dessa arma, ficando assim dentro de poucos annos aquelle corpo com quasi todo o seu effectivo instruido em um apparelho de guerra cujo conhecimento e manejo ainda constituem uma especialidade, recommendo-vos as providencias precisas para que da supradita escola destaquem cincoenta aprendizes dos mais intelligentes para o commando geral das torpedeiras, onde se entregarão áquelle estudo e a outros, ficando o instructor de torpedos encarregado de leccional-os nessa materia e

dous officiaes do commando geral de ensinar-lhes a lingua vernacula e a arte de marinheiro, sendo responsavel pela disciplina o 2º commandante.

O destacamento será por seis mezes, findos os quaes serão os aprendizes substituidos, depois de submettidos a exame, por outros, em igual numero. O municiamento será feito pelo commando das torpedeiras, considerando-as praças maiores, e o pagamento de soldo e fardamento correrá pelas escola de aprendizes. O commandante geral das torpedeiras deverá providenciar para que taes aprendizes tenham alojamento separado das praças do corpo.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

#### N. 5 — AVISO DE 26 DE JANEIRO DE 1900

Declara que não dão direito a pagamento em ouro, nem a vencimentos de paiz estrangeiro, as licenças concedidas para tratamento de saude fóra da Republica.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 123 — Capital Federal, 26 de janeiro de 1900.

Sr. Contador da Marinha — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que, na presente data, concedo ao capitão de mar e guerra Joaquim Marques Baptista de Leão seis mezes de licença, na forma da lei, para tratar de sua saude fóra da Republica, devendo o mesmo official constituir procurador para receber seus vencimentos nesta Capital.

Por esta occasião declaro-vos que as licenças desta natureza não dão direito a pagamento em ouro, nem a vencimentos de paiz estrangeiro.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

#### N. 6 — AVISO DE 29 DE JANEIRO DE 1900

Recommenda a fiel observancia do decreto n. 1833, de 27 de setembro de 1895, sobre a via de transmissão de telegrammas officiaes da Europa para o Brazil.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 180 — Capital Federal, 29 de janeiro de 1900.

Sr. capitão de fragata Duarte Huet de Bacellar Pinto Gueles, fiscal da promptificação do encouraçado *Marechal Floriano* — Attendendo ao que solicitou o Ministerio da Industria, Viação

e Obras Publicas, recommendo-vos a fiel observancia do aviso n. 1835, de 27 de setembro de 1895, determinando que nos telegrammas officiaes da Europa para o Brazil se indique sempre a via de transmissão— Teneriffe-Norenha.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

#### N. 7 — AVISO DE 2 DE FEVEREIRO DE 1900

Providencia sobre aquisição de artigos que não estiverem comprehendidos nos contractos do Arsenal de Marinha e pertencerem aos do Commissariado Geral da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.<sup>a</sup> Secção — N. 207 —  
— Capital Federal, 2 de fevereiro de 1900.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal—  
Recommendo-vos que, sempre que tiverdes de adquirir no mercado artigos que não estiverem comprehendidos nos contractos desse estabelecimento e pertencerem aos do Commissariado, mandeis comprar-os, por ajuste, aos fornecedores dessa repartição, pelos preços dos respectivos contractos.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

#### N. 8 — AVISO DE 2 DE FEVEREIRO DE 1900

Obriga os fornecedores do Commissariado Geral da Armada a supprirem o Arsenal de Marinha desta Capital e vice-versa.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.<sup>a</sup> Secção — N. 208 —  
— Capital Federal, 2 de fevereiro de 1900.

Sr. Contador da Marinha — Em solução a vosso officio n. 21, 2.<sup>a</sup> secção, de 19 de janeiro ultimo, declaro-vos que, de accordo com os avisos de 10 de dezembro do anno passado, dirigido ao Commissariado Geral da Armada, e com o que ora expeço ao Arsenal de Marinha desta Capital, ficam obrigados os fornecedores daquelle repartição a supprirem a este estabelecimento e vice-versa, os artigos que lhe forem requisitados; considerando-se os supprimentos como realizados mediante ajuste, mas, prevalecendo sempre os preços dos respectivos contractos.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 9 — AVISO DE 5 DE FEVEREIRO DE 1900

Opina no sentido de não ser retirada dos commandantes dos navios de guerra no estrangeiro a faculdade de sacar sobre a Delegacia do Thesouro em Londres as quantias necessarias para as respectivas despesas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 212 — Capital Federal, 5 de fevereiro de 1900.

Sr. Ministro da Fazenda — Tenho presente o aviso n. 134 de 24 de novembro ultimo, em que consultaes minha opinião sobre o que vos expendeu a Delegacia do Thesouro em Londres, no officio n. 25, de 28 de setembro anterior, relativamente ás requisições, que fazem os commandantes dos navios de guerra no estrangeiro, de dinheiro para as respectivas despesas, sem que estejam previamente concedidos os respectivos creditos.

Si bem queas considerações apresentadas pela Delegacia sejam criteriosas, porquanto a concessão prévia de creditos daria lugar a melhor fiscalização das despesas, evitando mesmo abusos, essa pratica apenas poderá ser estabelecida no que concerne a vencimentos de pessoal, que, marcados em tabellas, não podem soffrer alteração.

O mesmo, porém, não é exequível quanto ás despesas de material, variaveis, como são, em virtude de tantas circumstancias especiaes, produzidas pelos azares da navegação.

Sem maiores investigações reconhecer-se-ha que, quanto a viveres, é impossivel calcular o custo da ração em cada um dos portos de escala ou estação. Nas mesmas condições se acha o combustivel, de preço variavel, conforme o porto, tem como todos os artigos de sobressalentes.

A concederem-se creditos para taes despesas, deveriam ser calculados em folga, o que viria onerar as verbas destinadas aos pagamentos no paiz, podendo ao mesmo tempo dar margem a despesas desnecessarias.

Penso, em vista destas considerações, que não convém retirar dos commandantes dos navios de guerra no estrangeiro a faculdade que tem, de sacar sobre a Delegacia do Thesouro em Londres as quantias necessarias para as respectivas despesas e muito menos a obrigação da dita Delegacia de honrar esses saques, embora sem prévia concessão de credito.

Saude e fraternidade.—*José Pinto da Luz.*

---

Quadro de convenções organisadas pela Repartição da Carla Maritima, para a transmissão, por telegramma, das observações meteorologicas, approved pelo aviso n. 268, de 15 de fevereiro de 1900

ELEMENTOS PARA OS TELEGRAMMAS DIARIOS A 0<sup>h</sup>, DE GREENWICH

(CONVENÇÕES ADOPTADAS PELA DIRECTORIA DE METEOROLOGICA EM OUTUBRO DE 1899)

ESTADO DO CÉU (nebulosidade)	ESTADO ATMOSPHÉRICO & METEOROS		VENTO		ESTADO DO MAR	ESTADO ATMOSPHÉRICO NAS 24h ANTECEDENTES			
			DIRECÇÃO						
1) Limpo	z	a — ameaçador. . .	b	N	b	0 — Espelhado	z	b — bom	b
	b	b — bom	c	NNE	c				
	bm	bm — bom ( muito )	d	NE	d				
2) Quasi limpo	c	cl — claro . . .	f	ENE	f	1 — Tranquillo	b	cl — claro	c
	clm	clm — claro ( muito )	g	E	g				
	d	e — encoberto. . .	h	ESE	h	2 — Chão	c		
3) Meio encoberto	i	i — incerto	j	SE	j			e — encoberto	d
	f	m — mau	k	SSE	k				
	g	p — pessimo	l	S	l	3 — Pequenas vagas	d	i — incerto	j
4) Quasi encoberto	h	sm — sombrio . . .	m	SSW	m				
	t	t — tempestuoso	n	SW	n	4 — Vagas	f		
	v	v — variavel	p	WSW	p			m — mau	g
5) Encoberto	j	vm — variavel (muito)	q	W	q				
	k	vz — vizibilidade . . .	r	WNW	r	5 — Grandes vagas	g		
	l		s	NW	s				
6)			t	NNW	t	6 — Vagaliões	h	sm — sombrio	b
		FORÇA							
7)	ar — arco-iris	c	l	0 — Calma	z				
	as — aguaceiros	b	m	1 — Bafagem	b	7 — Grandes vagaliões	j	v — variavel	j
	ch — chuva	d	n	2 — Aragem	c				
8)	chs — chuviscos	f	p	3 — Muito fraco	d				
	es — corôa solar	g	q	4 — Fraco	f				
	g — garôa	h	r	5 — Regular	g				
9)	hs — halo solar	j	s	6 — Fresco	h				
	nv — nevoeiro	k	t	7 — Muito fresco	j				
				8 — Duro	k				
10)				9 — Muito duro	l				
				10 — Impetuoso	m				
				11 — Tufão	n				

Nota — A quantidade de nuvens é representada por algarismo de 0 a 10, indicando 0 que o céu está completamente limpo e 10 totalmente encoberto.

Para obtêr-se essa avaliação imagine-se a abobada celeste dividida em 10 partes iguaes e notasse quantas destas partes estão encobertas pelas nuvens.

Nota — Registrase para estado atmospherico o caracteristico que predominar na occasião da observação, de modo que com um só dizer exprima-se o estado do tempo o mais proximoamente possivel.

Nota — Este elemento de observação, util principalmente aos navegantes, só sera registrado quando o posto de observação se achar em uma localidade que permita observar o mar de um modo conveniente.

Nota — Uma só notação caracterizara o estado do tempo no intervalo considerado, registrandose o estado que mais prevalecer.

Nota — A quantidade de nuvens é representada por algarismo de 0 a 10, indicando 0 que o céu está completamente limpo e 10 totalmente encoberto.  
Para obter-se essa avaliação imagina-se a abobada celeste dividida em 10 partes iguaes e nota-se quantas destas partes estão encobertas pelas nuvens.

Nota — Registra-se para estado atmospherico o caracteristico que predominar na occasião da observação, de modo que com um só dizer exprima-se o estado do tempo o mais proximo possível.

Nota — Este elemento de observação, util principalmente aos navegantes, só será registrado quando o posto de observação se achar em uma localidade que permita observar o mar de um modo conveniente.

Nota — Uma só notação caracterizara o estado do tempo no intervalo considerado, registrando-se o estado que mais prevalecer.

Instrucções para a expedição dos telegrammas

As observações serão feitas diariamente na hora local, tempo medio, correspondente a 0<sup>h</sup>, de Greenwich. Os telegrammas serão compostos e expedidos em seguida.  
Os telegrammas compõem-se de sete letras consoantes correspondendo cada uma aos seguintes elementos de observação : nebulosidade, estado atmospherico, meteoros, direcção do vento, força do vento, estado do mar e estado do tempo durante as 24<sup>h</sup> antecedentes. Os phenomenos excepcionalmente notaveis constituirão um telegramma especial.  
Quando qualquer dos elementos de observação não tiver sido notado ou não se tiver verificado, escrever-se-ha letra x no lugar do elemento em falta, de modo que o telegramma tenha sempre as sete letras.  
Exemplo — Em um certo lugar notou-se a 0<sup>h</sup>, de Greenwich o seguinte : nebulosidade, 7; estado atmospherico, encoberto; meteoros, chuviscos; direcção do vento, SW; força do vento, regular; estado do mar, pequenas vagas; estado do tempo nas 24<sup>h</sup> antecedentes, variavel. O telegramma seria j h f n g d j, segundo as convenções acima estabelecidas.

Quando houver algum phenomeno excepcional não previsto nas convenções supraditas transmittir-se-o-ha em nota ao telegramma diario.  
Cada posto de observação possuirá um registro das observações diarias no qual também se escreverá o telegramma correspondente a cada dia do mes.

## N. 10 — AVISO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1900

Manda contar como de magisterio, para todos os effeitos, o periodo em que o 1º tenente Narciso do Prado Carvalho, lente substituto da Escola Naval, exerceu o cargo de instructor de navegação e hydrographia em viagem de instrucção.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 266 — Capital Federal, 14 de fevereiro de 1900.

Sr. Director da Escola Naval — De accordo com o parecer do Conselho Naval enunciado em consulta n. 8367, de 9 do corrente, resolvo que ao 1º tenente Narciso do Prado Carvalho, lente substituto dessa escola, seja contado como de magisterio para todos os effeitos, conforme requereu, o periodo de 15 de maio a 23 de novembro de 1897, em que exerceu o cargo de instructor de navegação e hydrographia, em viagem de instrucção da turma dos guardas-marinha confirmados em dezembro de 1896. Fica assim respondido vosso officio n. 20, de 26 de janeiro ultimo.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 11 — CIRCULAR DE 15 DE FEVEREIRO DE 1900

Recommenda ás Capitanias de Portos que, de accordo com as convenções constantes do quadro, que foi approvedo, para a transmissão, por telegramma, das observações meteorologicas, communiquem diariamente á Carta Maritima as que fizerem.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 268 — Capital Federal, 15 de fevereiro de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado de... — Tendo, na presente data, approvedo o incluso quadro confeccionado pela Repartição da Carta Maritima, contendo convenções para a transmissão, por telegramma, das observações meteorologicas, afim de dar maior desenvolvimento a esse serviço, recommendo-vos que, com a conveniente regularidade e exactidão, sejam communicadas diariamente áquella repartição as observações que fizerdes pela fórma indicada no mesmo quadro, as quaes deverão ser registradas em livro proprio.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 12 — AVISO DE 17 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que destino deve ser dado aos espolios das praças que fallecem no Hospital de Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 240 — Capital Federal, 17 de fevereiro de 1900.

Sr. Director do Hospital de Marinha — Em solução á consulta que fizestes em officio n. 900, de 30 de novembro do anno passado, declaro-vos, para os devidos effeitos, que os espolios das praças que fallecerem nesse hospital devem ser remettidos para bordo do navio de sua procedencia, quando se achar neste porto, para dalli serem remettidos ao quartel do corpo de marinheiros nacionaes, juntamente com o que porventura ainda exista a bordo, de propriedade da praça e a caderneta subsidiaria, afim de ter alli execução o que dispõem os arts. 66 e 67 do regulamento annexo ao decreto n. 673, de 21 de agosto de 1890. No caso de sahida do navio deste porto, deve-se considerar a praça desembarcada, sendo o espolio remetido por esse hospital ao referido quartel.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 13 — AVISO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1900

Approva e manda executar o regulamento para o serviço da praticagem da foz e curso do rio S. Francisco até a cidade de Penedo, no Estado das Alagoas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 286 — Capital Federal, 19 de fevereiro de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado das Alagoas — Conformando-me com o parecer do Conselho Naval enunciado em consulta n. 8356, de 30 de janeiro ultimo, e tendo em vista o decreto n. 79, de 23 de dezembro de 1889, resolvo approvar e determinar que seja executado o regulamento annexo para o serviço da praticagem da foz e curso do rio S. Francisco, até a cidade de Penedo, nesse Estado; o que vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

Regulamento para o serviço da praticagem da foz e curso do rio S. Francisco até a cidade de Penedo, no Estado das Alagoas

## CAPITULO I

### DO PESSOAL

Art. 1.º A praticagem da barra e curso do rio S. Francisco até a cidade de Penelo será exercida por uma associação de praticos, composta de um pratico-mór, um ajudante do pratico-mór, dous praticos e dous praticantes.

Art. 2.º O effectivo dos empregados da associação constará de um atalaíador e seis remadores.

Art. 3.º O serviço da praticagem ficará sob a inspecção e fiscalização da Capitania do Porto das Alagoas, onde deverão ser matriculados não só os praticos e praticantes como também os empregados da associação.

Art. 4.º O pratico-mór e seu ajudante serão nomeados pelo Ministro da Marinha, sob proposta do capitão do porto.

Taes nomeações deverão recahir sobre os praticos do quadro que mais se recomendarem por seu comportamento, probidade, zelo e proficiencia.

Art. 5.º Ninguém poderá obter o titulo de pratico sem haver provado:

1º, que é cidadão brasileiro e maior de 21 annos;

2º, que tem bom procedimento;

3º, que sabe ler, escrever e contar;

4º, que satisfiz os exames de habilitação profissional prescriptos no presente regulamento.

Art. 6.º Os logares de pratico do quadro serão preenchidos pelos praticantes que, nos termos do art. 19, se mostrarem habilitados em exame.

Em identidade de circumstancias, terá preferencia o mais antigo e, dada a mesma antiguidade, o mais velho.

Parapho unico. Só na carencia absoluta de praticantes cabalmente habilitados é que poderão entrar para o quadro dos praticos individuos estranhos á associação, que satisfizerem as condições estabelecidas no artigo antecedente.

Art. 7.º Ninguém será admittido ao logar de praticante sem haver provado:

1º, que é cidadão brasileiro e maior de 18 annos;

2º, que sabe ler, escrever e contar;

3º, que tem noções da arte de marinheiro;

4º, que conhece os rumos da agulha e bem assim a navegação do rio desde a foz até a cidade de Penedo.

Em igualdade de condições entre os candidatos serão preferidos:

1º, os moradores;

2º, os filhos dos praticos;



3º, os filhos da gente do mar em geral.

Art. 8.º Ninguém poderá exercer o cargo de atalaiador sem provar que, além de saber ler, escrever e contar, conhece os signaes peculiares da praticagem, bem assim os doCodigo internacional, de modo que possa corresponder-se telegraphicamente com os navios que demandarem a barra.

Art. 9.º Os praticos, praticantes e o atalaiador serão nomeados pela Capitania do Porto.

Art. 10. Quando a renda da praticagem o permittir a associação poderá augmentar o effectivo de seus empregados com um escrevente para se encarregar de todo e qualquer trabalho de escripta. Esse escrevente será nomeado pela Capitania do Porto.

Art. 11. Os remadores deverão ter, além da robustez necessaria para a vida do mar, a precisa idoneidade e serão contratados pelo pratico-mór com permissão da respectiva Capitania.

Em igualdade de circumstancias, terão preferencia as ex-praças da Armada.

Art. 12. O quadro dos praticos e praticantes, bem assim o effectivo dos mais empregados só poderão ser alterados por acto do Governo, mediante proposta do pratico-mór o informação da Capitania do Porto.

Art. 13. Haverá um livro rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór, onde se fará o assentamento dos praticos e mais empregados da associação conforme o modelo n. 1.

## CAPITULO II

### DAS PROVAS PARA A ADMISSÃO

Art. 14. Sempre que se der qualquer vaga de pratico ou praticante, o capitão do porto mandará immediatamente, por meio de annuncios, fixar em 30 dias o prazo para inscripção dos candidatos ao provimento do logar.

Art. 15. Nenhum candidato poderá inscrever-se ou ser considerado inscripto, sem que, em requerimento dirigido ao capitão do porto, haja apresentado documento comprobatorio de sua idoneidade, nos termos dos arts. 5º e 7º.

Art. 16. Encerrada a inscripção, os candidatos se apresentarão em exame em dia designado pelo capitão do porto, perante uma comissão presidida por essa autoridade e composta do pratico-mór, ou, no seu impedimento, do respectivo ajudante e de um pratico sorteado pelo presidente, na presença dos candidatos.

O presidente da comissão poderá arguir os examinandos e terá voto no julgamento.

Na carencia de praticos, serão convidados para examinadores officiaes da marinha de guerra ou mercante que conheçam a localidade.

Art. 17. O exame para os candidatos ao logar de pratico se á oral e versará sobre os conhecimentos a que se refere a 4ª condição do art. 5º, a saber:

Apparelho em manobra dos navios, quer de vela, quer a vapor; modo de fazer e desfazer as suas amarrações; preceitos para espier um ferro ou ancorote; meio mais vantajoso de dar ou receber um cabo de reboque;

Rumos de agulha, indicações barometricas e thermometricas;

Signaes, tanto do Codice Internacional, como peculiares da praticagem;

Estabelecimento das marés, direcção e velocidade das correntes, quer na foz do rio, quer no seu curso até a cidade de Penedo, quer, finalmente, na parte do littoral comprehendida entre a ponta do Pebá e o rio Japarutuba;

Direcção e largura dos canaes, tanto na foz como no interior; sua profundidade por occasião das mais baixas marés de syzigias e das grandes vasantes do rio, natureza do sólo submarino, marcos, boias ou balisas para guiar a navegação;

Ventos reinantes, sua intensidade, duração relativa e influencia sobre a direcção, largura e profundidade dos canaes;

Bancos existentes na circumscripção da praticagem, sua posição, natureza, extensão e configuração; profundidade d'agua sobre elles, quer nas mais baixas marés de syzigias ou maiores vasantes do rio, quer mesmo nas marés de quadratura ou vasantes ordinarias;

Tracto da costa comprehendida entre o rio Japarutuba e a ponta do Pebá.

Paragrapho unico. A prova referente ao conhecimento dos canaes, bancos, etc. deverá, sempre que fór possível, realizar-se a bordo do cutter ou embarcação da praticagem, que então será pilotada pelo examinando.

Art. 18. Terminado o acto, durante o qual cada examinando deverá ser arguido pelo espaço de 30 minutos, se procederá, fóra da presença dos candidatos, ao julgamento, e do resultado se lavrará termo em livro proprio.

O termo será escripto pelo mais molerno dos examinadores e assignado pela commissão.

Art. 19. Si houver mais de um candidato approvedo, se passará o competente titulo, pela Capitania do Porto, ao que tiver obtido melhor classificação, nos termos do art. 6º; si, porém, nenhum dos concurrentes fór julgado sufficientemente habilitado, se mandará abrir nova inscripção, não podendo o concurrente reprovado entrar em outro exame senão tres mezes depois de sua inhabilitação.

Art. 20. O exame para admissão ao logar de praticante versará sobre os conhecimentos exigidos no art. 7º e do resultado se lavrará termo em livro proprio.

Si houver mais de um candidato habilitado, a nomeação será passada pela Capitania do Porto ao que, de accôrdo com este

regulamento, exhibir melhores titulos de preferencia ; si porém nenhum dos concurrentes for approvado, se mandará abrir nova inscripção, não podendo o concorrente reprovado entrar em exame sinão tres mezas depois de sua inhabilitação.

### CAPITULO III

#### DO MATERIAL DA PRATICAGEM

Art. 21. O material para o serviço da praticagem constará de:

Um cutter de coberta, com dimensões apropriadas á navegação peculiar da foz do rio S. Francisco, competentemente aparelhado e podendo receber á bocca da escotilha uma ancora de 7 a 9 quintaes metricos, com amarra correspondente.

Este cutter servirá para prestar soccorros de foz em fóra, sondar os canaes e aquartelar os remadores.

Uma baleeira de quatro remos, armada de mastros e velas.

Uma jangada com mastro e competente vela.

Uma canôa apropriada á navegação do rio, com capacidade para receber quatro pessoas.

Duas ancoras de 7 a 9 quintaes metricos e amarras correspondentes, dous ancorotes de peso apropriado, um virador, duas espias, uma estralheira, duas talhas e dous busca-vidas.

Uma atalaia, composta de mastro e verga e collocada em sitio bem visivel, para poder satisfazer o fim a que se destina.

Dous regimentos de signaes do Código Internacional, com os livros correspondentes, sendo um para a atalaia e outro para o cutter, quando em serviço foz em fóra.

Emblemas semaphoricos (duas espheras de côr preta de um metro de diametro e duas pyramides de tamanho proporcionado ao das espheras e da mesma côr) para os signaes da praticagem nos canaes da barra, e dous oculos de alcance.

Um barometro, um thermometro, nma escala de marés, prumos e varas graduadas e 10 boias de salvação.

Uma agulha de marcar para o cutter.

Art. 22. O Governo fornecerá todo o material necessario para montar-se o serviço da praticagem ; mas a associação obrigar-se-ha a indemnizal-o do valor desse material gradualmente, na razão de 10 % da sua renda mensal, deduzidos os ordenados dos praticos e mais empregados e a gratificação de 25\$ ao praticante incumbido do serviço de escripturação.

A quota destinada á amortização da dívida deverá augmentar logo que a renda da associação o permitta.

Art. 23. A aquisição do novo material para substituir o que estiver imprestavel ou melhor attender ás exigencias do erviço, bem assim o custeio ou reparo de todo elle será feito sexpensas do cofre da associação.

Art. 24. O Governo, sem embargo do disposto no artigo antecadente, poderá, sempre que as necessidades do serviço assim o

aconselharem, fornecer novo material, mediante uma indemnização razoável e em proporção com os recursos da associação.

Art. 25. Todo o material da associação será carregado, em livro próprio (modelo n. 2), ao pratico-mór que, mediante relação enviada em officio explicativo ao capitão do porto, obterá despesa dos objectos perdidos ou inutilisados.

Art. 26. O cutter e a baleeira serão pintados de encarnado e usarão, como as demais embarcações, de uma bandeira também encarnada, tendo no centro um « P » de côr preta, bandeira que servirá de distintivo da praticagem.

## CAPITULO IV

### DAS ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DOS PRATICOS E MAIS PESSOAL

Art. 27. Ao pratico mór, como chefe da associação e principal responsável pelo serviço da praticagem, compete :

1º, detalhar o serviço diário dos praticos e mais pessoal, tendo em vista não retardar a entrada ou saída dos navios, cujos capitães ou consignatarios requisitarem a presença de um pratico a bordo para transpor os canaes da barra ou os do interior do rio ;

2º, providenciar para que, na eventualidade de perigo ou sinistro, sejam prestados os socorros que o caso exigir ou as circumstancias permittirem ;

3º, ter as embarcações sempre promptas para serem utilizadas em qualquer emergencia, empregando-as do modo por que lhe parecer mais conveniente ;

4º, fazer com que todo o pessoal de promptidão se conserve desde o romper do dia até o pôr do sol e sempre que fôr necessario, na estação do pontal da barra, e obrigar, em casos urgentes, todos os empregados da associação a acudir, sob suas ordens, ou do seu ajudante, a qualquer sinistro que se dê ;

5º, manter todo o pessoal da praticagem no cumprimento exacto dos seus deveres, dando parte ao capitão do porto de qualquer infracção, falta ou delicto commettido pelos seus subordinados ;

6º, apontar diariamente, por si ou por seu ajudante, todo o pessoal que comparecer para o serviço, organizando uma relação nominal, que servirá de base para a feitura da folha de pagamento ;

7º, propor ao capitão do porto qualquer medida que se lhe afigure de utilidade para o serviço, tanto com referencia aos praticos e mais empregados, como ao material ;

8º, pilotear os navios da Armada que tenham de transpor os canaes da barra ;

9º, habilitar os praticantes no conhecimento da praticagem ;

10, observar ou fazer observar attentadamente o estado dos canaes na barra ou no interior do rio, bem assim dos bancos ou escolhos que se formam, *maxime* depois das mudanças dos

ventos que maior influencia exercem sobre elles, nas occasiões da prea-mar e baixa-mar das syzígias e das grandes enchentes e vasantes do rio, e lançar ou fazer lançar em livro proprio todas as observações collidas com referencia aos ventos reinantes, a direcção, profundidade e a largura dos canaes e a sondagem dos bancos. etc. ;

11, organizar e remetter, mensalmente, ao capitão do porto, não só o resultado das observações que tiverem sido feitas, de accordo com o modelo anexo a este regulamento, como tambem uma relação nominal de todos os navios que houverem entrado ou sahido a barra ;

12, fazer registrar em livro especial o nome, a classe, o calado d'agua, a tonelagem, a procedencia ou destino e a nacionalidade dos navios que transpuzerem a barra ;

13, ter especial cuidado em que as boias, balisas ou quaesquer outras marcas, que tenham sido collocadas para guiar a navegação nos canaes, conservem-se em suas respectivas posições ;

14, designar os logares do ancoradouro, em que deverão, com segurança e segundo as prescripções da Capitania do Porto e da Alfandega, fundear os navios que requisitarem o auxilio da praticagem e aconselhar-lhes remoção quando correrem risco de ficar detidos pelo abaixamento do rio ;

15, informar trimestralmente ao capitão do porto sobre o comportamento, assiduidade, zelo e aptidão dos praticos e mais pessoal da associação ;

16, verificar ou fazer verificar o calado d'agua dos navios que pretenderem sair á barra, afim de impedir que sejam auxiliados pela praticagem aquelles que, por sobrecarregados, não puderem transpor os canaes sem risco de encalhar ou bater ; entender-se com o inspector da Alfandega do Penedo, quando lhe parecer que a sahida não deva realizar-se sem previo alijamento do navio ;

17, prohibir que as embarcações da associação transportem pessoas ou mercadorias que não estejam legalmente desimpedidas ou despachadas pela Policia e Alfandega ;

18, administrar a renda da praticagem e o seu material, sob a inspecção do capitão do porto.

Art. 23. Ao ajudante do pratico-mór compete :

1º, coadjubar o chefe da associação no desempenho das obrigações do seu cargo ;

2º, substitui-lo em suas faltas e impedimentos, sem que por isso deixe de entrar na escala do serviço como os outros praticos, salvo quando receba incumbencia especial.

Art. 20. Em geral, a todos os praticos compete :

1º, comparecer na estação da praticagem, conforme o detalhe feito pelo pratico-mór, e, além disso, sempre que este os mande chamar para objecto do serviço ;

2º, dar a conveniente direcção não só aos navios que quizerem entrar ou sair á barra, observando os signaes da atalaia, como tambem aos que requisitarem a presença de um pratico a

bordo, não o fazendo, porém, emquanto não reconhecerem que os sobreditos navios, attento o seu collado, possam transpor os canaes;

3º, aconsellar, por meio de signaes, qualquer medida attinente á segurança dos navios que, de momento, não possam entrar á barra;

4º, dirigir a amarração e desamarração dos navios que pilotarem no interior do rio;

5º, dar conta ao pratico-mór das occorrencias havidas durante o serviço de que tenham sido encarregados;

6º, auxiliar o pratico-mór em todos os misteres da profissão, cumprindo com o maior zelo as instrucções que receberem e concorrer com o seu contingente para a instrucção dos praticantes;

7º, esperar, no lagamar, os navios que entrarem guiados pelas indicações da atalaia, no intuito de dirigil-os, si os seus serviços forem solicitados para a navegação do interior do rio;

8º, permanecer na pontal da barra, promptos para o serviço que lhes tocar, não podendo afastar-se dahi ou do logar que lhes for indicado, sem prévia licença do pratico-mór;

9º, inquerir, antes de atracar a qualquer navio que tenha de entrar, si elle traz carta de saude limpa e si não tem a bordo molestia contagiosa, afim de regularem o seu proceder de accordo com as disposições quarentenarias;

10, indagar si o navio que quer ser pilotado no interior do rio traz substancias explosivas ou inflammaveis, em cujo caso as deixará no ancoradouro de franquia ou no que, para esse fim, estiver designado.

#### Art. 30. São deveres dos praticantes :

1º, auxiliar os praticos nas operações de sondagem para o reconhecimento dos canaes e dos bancos ou baixios, bem assim de qualquer outro serviço de que elles sejam encarregados;

2º, pilotar os navios de pequeno porte, desde o pontal da barra até o porto do Penedo;

3º, esforçar-se não só para bem cumprir as ordens dos seus superiores, como tambem para adquirir os conhecimentos indispensaveis á profissão a que se destinam.

#### Art. 31. O atalaiador é obrigado :

1º, a residir o mais perto possivel da atalaia, onde deverá subir frequentemente, desde o amanhecer até o pôr do sol para correr o horizonte e ver si ha ou não algum navio á vista;

2º, a dar parte, no caso affirmativo, ao pratico-mór ou a quem o substituir, do resultado da sua observação, afim de que este providencie sobre o auxilio que a praticagem deve prestar;

3º, a fazer todos os signaes da praticagem e do Codigo Internacional, que lhe forem ordenados pelo pratico-mór ou pelo pratico que estiver de serviço na occasião, bem como a traduzir tudo quanto disserem os navios.

Art. 32. Ao escrevente, quando a associação o tiver, caberá escripturar (segundo os modelos ns. 1, 2, 3, 4 e 6) o livro dos as-

sentamentos de todo o pessoal, o de carga ou inventario do material, o de talão, o da receita e despeza e o do fundo de socorros, além das ordens (modelos ns. 7 e 8), do registro das entradas e sahidas dos navios, das folhas de pagamento (modelo n. 9), e de todo e qualquer trabalho de escripta que lhe for ordenado pelo pratico-mór.

Paragrapho unico. Todos estes livros serão rubricados, abertos e encerrados pelo pratico-mór.

Art. 33. Os remadores deverão não só guarnecer as embarcações da praticagem, como dar cumprimento às ordens que receberem do pratico-mór e mais praticos, com referencia ao serviço da associação.

## CAPITULO V

### DOS VENCIMENTOS DOS PRATICOS E MAIS PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO

Art. 34. Os vencimentos dos praticos e mais pessoal da praticagem serão pagos pela renda da associação e constarão de ordenado e gratificação.

Art. 35. Os ordenados serão, mensalmente:

O do pratico-mór. . . . .	75\$000
O do ajudante do pratico-mór. . . . .	63\$000
O dos praticos, cada um. . . . .	55\$000
O dos praticantes, cada um. . . . .	43\$000
O do atalaiador. . . . .	45\$000
O dos remadores . . . . .	38\$000

Art. 36. A gratificação dependerá do valor da renda mensalmente arrecadada e será paga pelo modo indicado no art. 59.

Art. 37. O escrevente, sendo empregado avulso, não poderá receber outro vencimento sinão a gratificação de 75\$ mensalmente.

Art. 38. Nenhum pratico ou empregado da associação terá direito a outras vantagens ou vencimentos, além dos consignados no presente regulamento.

## CAPITULO VI

### DOS IMPEDIMENTOS E LICENÇAS

Art. 39. O pratico que, por impossibilidade comprovada de regressar ao pontal da barra, sahir para fóra do Estado no navio que pilotear ou ficar retido em qualquer ponto do interior do rio, continuará a perceber vencimento como si presente fóra.

Art. 40. Todo pratico, praticante ou empregado da associação que, sem motivo justificado, deixar de comparecer ao serviço ordinario, perderá o vencimento correspondente ao dia ou dias em que faltar.

Art. 41. Todo pratico, praticante ou empregado da associação, que se achar impedido, por molestia comprovada, mas curavel, perceberá até 60 dias o ordenado; si, porém, o impedimento provier de desastre occorrido em acto de serviço e não exceder de 20 dias, continuará a receber todo o vencimento.

Findo esse prazo, vencerá unicamente o ordenado.

Art. 42. Salvo o caso de molestia, nenhum pratico, praticante ou empregado da associação poderá obter licença para ausentar-se da estação do pontal, sinão por motivo justificado.

Tal licença poderá ser concedida: até 15 dias pelo capitão do porto, e por maior tempo pelo Ministro da Marinha.

Art. 43. Por ausencia, excesso de licença ou quando esta for concedida por mais de 15 dias, nada perceberão os membros da associação ou qualquer dos seus empregados.

Art. 44. Os praticos e praticantes que, embora por molestia, ficarem impedidos por mais de dous mezes, deverão, á requisição do capitão do porto, ser inspecionados por uma junta medica militar ou civil, afim de verificar si elles podem ou não permanecer no serviço da associação.

No caso affirmativo, continuarão a fazer parte do respectivo quadro, mas nada perceberão enquanto durar o impedimento; no caso contrario, serão despedidos ou aposentados, conforme o disposto a esse respeito no presente regulamento.

Art. 45. O atalaia e os remadores, quando doentes, poderão ser despedidos: o primeiro, si a enfermidade prolongar-se por mais de 30 dias; os outros, nos termos dos seus contractos de engajamento, ou segundo as conveniencias do serviço.

## CAPITULO VII

### DA ARRECAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTABILIDADE DA RENDA DA PRATICAGEM

Art. 46. A receita da associação constará do rendimento do serviço da praticagem propriamente dito, dos soccorros aos navios em perigo, do aluguel do seu material e das multas em que incorrerem os contraventores das disposições deste regulamento.

Art. 47. A retribuição de todo e qualquer serviço da praticagem será regulada segundo as taxas especificadas no capitulo IX, as quaes não poderão ser alteradas sem autorização do Governo.

Art. 48. Haverá um cofre com duas chaves, no qual se receberá todo o rendimento da associação.

Art. 49. Dentre os praticos será escolhido um, á pluralidade de votos, para exercer o cargo de thesoureiro por espaço de cada anno.

Art. 50. O thesoureiro e o pratico-mór serão os clavicularios do cofre, cuja fiscalização ficará a cargo deste ultimo.



Art. 51. E' da rigorosa obrigação do pratico-mór fazer efectiva a cobrança de todos os pagamentos devidos á associação, em troca dos serviços prestados pelos praticos e mais empregados.

Art. 52. Logo que qualquer pratico tiver concluido o serviço da praticagem de um navio, quer dirigindo directamente, quer por meio dos signaes da atalaia, ou algum outro trabalho, cujo producto faça parte do rendimento da associação, organizar-se-ha a devida conta que, depois de assignada pelo dito pratico e rubricada pelo pratico-mór, será debitada em livro proprio ao a que se referir, com declaração do nome do commandante, capitão ou mestre, armador ou consignatario, dia, mez e anno em que o serviço for prestado, e, finalmente, a sua tonelagem e calado em metros.

Art. 53. Nenhuma cobrança por serviço feito pela associação será demorada além de tres dias, e, no caso de não se ter rellizado nesse prazo, sem justo motivo, far-se-ha peremptoriamente, por intermedio da respectiva autoridade.

Si, porém, o navio for de guerra, ter-se-ha para com o commandante a devida attenção.

Art. 54. O navio que pretender sahir á barra pagará a taxa da praticagem antes de receber o auxilio da atalaia ou do pratico, que o deva pilotear; mas, si for de guerra, poderá effectuar o pagamento na occasião em que o pratico retirar-se de bordo.

Art. 55. Feita a cobrança, creditar-se-ha o devedor, e, recolhendo-se o dinheiro ao cofre, se extrahirá do livro de talão (modelo n. 3) o competente conhecimento em forma e, ao mesmo tempo, se lançará a quantia arrecadada em carga ao thesoureiro, para servir de documento comprobatorio da receita.

Art. 56. A receita será ainda escripturada em livro especial (modelo n. 4) rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór, onde tambem se lançará toda a despesa da associação.

Art. 57. No dia 1 de cada mez se procederá á verificação do estado do cofre e do resultado se lavrará um termo, conforme o modelo n. 5, que será rubricado pelo pratico-mór e assignado não só pelo thesoureiro, como tambem por um outro pratico, que deverá assistir ao acto.

Deste termo, que servirá de base para a distribuição a que se refere o artigo seguinte, se extrahirá cópia para ser presente ao capitão do porto.

Art. 58. A distribuição mensal da renda da associação será feita em tres partes, a saber:

- 1º, ordenado;
- 2º, gratificação;
- 3º, fundo de custeio e soccorro.

Art. 59. A parte concernente ao ordenado será deduzida do rendimento total; o que restar depois do desconto de 10 % para amortização da divida do material subdividir-se-ha em tres quotas na razão seguinte: 60 %, 15 % e 25 %.

A primeira para distribuir pelo pratico-mór, seu ajudante, praticos e praticantes, como gratificação em partes proporeionaes aos respectivos ordenados;

A segunda para, simultaneamente, ser distribuída pelo atalaiador e remadores;

A terceira para occorrer ás despesas da associação, entrando o resto para o fundo de uma caixa de soccorros em beneficio dos praticos que, por velhice, molestia adquirida no exercicio das suas funções ou desastre, em acto de serviço, ficarem impossibilitados de continuar no trabalho da associação.

Art. 60. O *quantum* destinado ao fundo de soccorros será carregado em livro proprio ao thesoureiro (modelo n. 6) e, sempre que for possível, recolhido a um estabelecimento do Governo, para vencer o juro da lei.

Art. 61. No fim de cada anno financeiro organizar-se-ha em duplicata um balanço de todo o rendimento arrecadado e sua distribuição, com declaração da divida activa e passiva (si a houver) e da quantia paga para amortizar a divida do material, devendo um destes balanços ficar archivado e o outro ser remetido ao capitão do porto.

Art. 62. Além deste balanço poder-se-ha proceder a um recenseamento no cofre da associação por occasião das inspecções, quer do capitão do porto, quer do official que para isso for commissionedo pelo Governo.

Do resultado se lavrará termo, que ficará archivado.

Art. 63. Toda a escripturação da praticagem, emquanto não houver escrevente, poderá ser feita pelo praticante a quem o pratico-mór incumbir desse serviço, arbitrando-lhe um *acrescimento de 25%* na gratificação mensal.

## CAPITULO VIII

### DAS CONTRIBUIÇÕES E INDEMNIZAÇÕES, APOSENTADORIAS E PENSÕES

Art. 64. Todo pratico que for admittido na associação, quer para substituir algum que tenha fallecido, quer em virtude do augmento do respectivo quadro, deverá depositar no cofre da praticagem importancia igual ao valor do material existente, dividido pelo numero de praticos antigos e mais um.

Si, porém, a associação ainda não tiver adquirido a propriedade desse material, a contribuição do novo pratico será igual á *somma* com que a praticagem houver concorrido para indemnizar o Estado, dividida pelo numero dos mesmos praticos antigos e mais um.

Art. 65. Em todo caso, o novo pratico entrará para o cofre com a importancia da sua contribuição, no prazo de trinta dias, ou soffrerá mensalmente desconto correspondente a um terço da gratificação que lhe competir, até completar aquella totalidade.

Art. 66. Acontecendo fallecer algum pratico ou empregado da associação, será entregue a seus legitimos herdeiros a parte do vencimento que até então lhe caberia.

Além disto, o cofre da associação, si o fallecido for um pratico, indemnizará os herdeiros da quantia equivalente ao valor

do material existente ou á somma despendida para adquiril-o, dividida pelo numero de praticos que a constituem e mais o proprio fallecido.

Art. 67. Tal indemnização poderá ser feita integralmente dentro de um mez, a partir da data do fallecimento ou em cinco prestações mensaes e successivas, comtanto que a primeira dessas prestações se realize antes dos trinta dias que immediatamente se seguirem.

Art. 68. Para se conhecer a valor do material proceder-se-ha a inventario por meio de peritos nomeados *ad hoc* pela Capitania do Porto.

Art. 69. Não havendo legitimos herdeiros, o quinhão do fallecido, seja elle pratico ou qualquer outro empregado, reverterá em beneficio do fundo de soccorros.

Art. 70. O pratico que espontaneamente se retirar do serviço não terá direito a outra indemnização sinão á concernente ao vencimento.

Art. 71. O pratico que achar-se impossibilitado de continuar no serviço da praticagem, por velhice ou molestia adquirida no exercicio de suas funcções, será aposentado, vencendo annualmente uma quantia equivalente a tantas vezes  $1/25$  do seu ordenado, quantos forem os annos que tiver de effectivo serviço na associação, de sorte que, si contar vinte e cinco annos completos ou mais do que isso, terá jus ao ordenado por inteiro.

Art. 72. O pratico, praticante, atalaiador ou remador, que ficar inutilizado por desastre occorrido em acto do serviço, e, por motivo alheio á sua vontade, terá direito a uma pensão igual ao ordenado, independentemente do numero de annos que tenha servido na associação.

Art. 73. Nenhum dos favores a que se referem os dous artigos antecedentes poderá ser concedido sem que preceda favoravel opinião da junta medica, nomeada *ad hoc* pelo capitão do porto.

Art. 74. Emquanto o rendimento do fundo de soccorros não puder fazer face ao pagamento das pensões, serão ellas supprimidas pela primeira quota da gratificação, si o pensionista for pratico ou praticante, e pela segunda quota, si for atalaiador ou tripulante.

Ar. 75. Quando o rendimento do fundo capitalizado o permittir, se estenderá o beneficio da pensão, no valor de metade do ordenado, ás viúvas, filhas solteiras e filhos menores dos praticos, e, na falta desses herdeiros, ás mães e irmãs solteiras, que não dispuzerem de outro amparo.

Si algum dos herdeiros fallecer, si passar á maioridade herdeiro varão e si casar alguma das viúvas, filhas ou irmãs solteiras, a quota que cada uma deveria perceber reverterá em favor do fundo de soccorros.

## CAPITULO IX

## DA TAXA DA PRATICAGEM

Art. 76. Todo navio, que entrar ou sahir á barra do rio S. Francisco e cujo calado exceder de 1<sup>m</sup>,5 de agua, será obrigado a receber o auxilio da associação, mediante o pagamento da taxa correspondente á sua tonelagem.

§ 1.º Aquelle que infringir esta disposição incorrerá em multa (art. 98), salvo si provar, com documento authentico dirigido ao capitão do porto, que a entrada ou sahida foi motivada por força maior.

§ 2.º Os navios da Armada serão dispensados de todo e qualquer pagamento, por serviços que forem prestados pela associação.

Art. 77. As embarcações, cujo calado for igual ou menor do que 1<sup>m</sup>,5, quando se utilizarem do serviço da associação serão obrigadas ao pagamento da taxa estatuida neste capitulo.

Art. 78. O pagamento da taxa será regulado do seguinte modo:

## PRATICAGEM DA BARRA POR MEIO DE SIGNAES NA ATALAIA

Por tonelada  
metrica de  
arcação

*Navios de vapor*

Entrada ou sahida. . . . . 400 réis

*Navios de vela*

Entrada ou sahida. . . . . 800 réis

## PELA PRESENÇA DE UM PRATICO A BORDO

*Navios de vapor*

Entrada ou sahida. . . . . 500 réis

*Navios de vela*

Entrada ou sahida. . . . . 900 réis

§ 1.º Os navios de vela, que entrarem ou sahirem a reboque de embarcação de vapor, serão considerados vapores.

§ 2.º O rebocador que entrar ou sahir á barra, pagará a taxa correspondente á sua tonelagem, salva a disposição do art. 76, ou si conduzir a bordo algum pratico que vá pilotear qualquer navio ou regresso dessa commissão.

Art. 79. A praticagem do interior do rio é livre e como tal poderá ser exercida, não só pelos praticos da associação, quando os seus serviços forem requisitados, como por quaesquer outros que tenham o competente titulo.

Em todo caso, a taxa será a seguinte:

PRATICAGEM DO INTERIOR DO RIO

*Navios de vapor*

Do lagamar ao Penedo e vice-versa, 600 réis por tonelada metrica de arqueação.

*Navios de vela*

Do lagamar ao Penedo e vice-versa, 1\$ por tonelada metrica de arqueação.

§ 1.º Neste pagamento está incluído o do serviço de amarração e desamarração dos navios.

§ 2.º O navio de vela, que subir ou descer a reboque de embarcação de vapor, será considerado vapor.

Art. 80. Por qualquer serviço extraordinario ou de soccorro receberá o pessoal da praticagem, durante um dia ou fracção de dia, o seguinte pagamento:

*Fôra da barra*

Pratico-mór. . . . .	10\$000
Um pratico. . . . .	8\$000
Um praticante. . . . .	5\$000
Um remador ou matriculado. . . . .	4\$000

*No interior do rio*

Pratico-mór. . . . .	7\$500
Um pratico. . . . .	6\$000
Um praticante. . . . .	3\$500
Um remador ou matriculado. . . . .	2\$500

Art. 81. O material da associação, quando utilizado em qualquer serviço pelos particulares, vencerá, por dia ou fracção de dia, a seguinte taxa:

*Fôra da barra*

O cutter guarnecido. . . . .	25\$000
A baleeira guarnecida. . . . .	8\$000
A jangada guarnecida. . . . .	5\$000

*Dentro do rio*

O cutter guarnecido . . . . .	15\$000
A baleeira guarnecida . . . . .	5\$000
A jangada guarnecida . . . . .	2\$500

*Quer fóra da barra, quer no interior do rio*

Uma ancora . . . . .	10\$600
Um amarra . . . . .	10\$000
Um virador . . . . .	50\$000
Uma espia . . . . .	25\$000
Um ancorote . . . . .	6\$000
Uma estralheira . . . . .	15\$000

§ 1.º Estes valores serão duplicados, si os objectos se perderem ou se inutilizarem.

§ 2.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir do deposito até o da restituição.

## CAPITULO X

## DAS PENAS A QUE FICAM SUJEITOS OS PRATICOS E MAIS EMPREGADO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 82. Todos os praticos ou empregados da associação serão responsaveis pelas faltas e delictos que commetterem no desempenho dos seus deveres, assim como pelos erros de officio no exercicio das suas funções.

As faltas serão punidas pelo capitão do porto, segundo as attribuições que lhe conferem o presente regulamento e o da sua repartição;

Os delictos, pelas autoridades competentes;

Os erros de officio ainda pelo capitão do porto, com recurso para o Conselho da Capitania, seguindo-se processo analogo ao estabelecido no titulo 7º do regulamento de 19 de maio de 1846.

Art. 83. Todo e qualquer pratico ou empregado da associação que transgredir as disposições dos regulamentos da policia naval, fiscal das Alfandegas e de sanidade, ficará sujeito, além das multas ou penas estatuidas nos ditos regulamentos, á suspensão do exercicio por espaço de um a 15 dias, imposta pelo capitão do porto; e, quando o delicto for grave, será demittido por sentença do conselho da Capitania do Porto.

Art. 84. Todo e qualquer pratico ou empregado da associação que, sem causa justificada, recusar-se ao serviço que lhe tenha sido ordenado, será punido: a primeira vez, com suspensão por 15 dias; a segunda, ainda com suspensão por espaço de 30 dias; a terceira, finalmente, com demissão, precedendo julgamento do Conselho da Capitania do Porto, na forma do art. 82.

Art. 85. O pratico ou praticante que se apresentar a bordo de qualquer navio, para dirigi-lo estando embriagado, será punido com as mesmas penas do artigo antecedente.

Paragrapho unico. Identicas penas serão applicadas ao pratico ou praticante que maltratar de palavras o commandante, capitão ou mestre do navio, ou faltar-lhe com o devido respeito.

Si, porém, a offensa for physica, será preso o delinquente e entregue á autoridade competente, para punil-o, segundo a gravidade do caso e conforme a legislação respectiva, em presença do corpo de delicto e exame de sanidade.

Art. 86. O pratico ou praticante que, estando incumbido de dirigir qualquer navio, o encalhar ou perder, entrará em processo pela Capitania do Porto, assim de reconhecer-se:

1º, si o sinistro deu-se em consequencia do força maior ou por outras causas alheias á vontade do mesmo pratico ou praticante;

2º, si por erro de officio;

3º, si de proposito ou por outro qualquer motivo reprovado.

§ 1.º Provando-se, pelo processo, que o sinistro está comprehendido no primeiro caso, será o pratico ou praticante considerado como justificado e continuará no livre exercicio de suas funcções.

§ 2.º Provando-se que as circumstancias determinativas do sinistro recahem no dominio do segundo caso, será o pratico ou praticante sujeito á multa, prisão e mesmo demissão, pelo julgamento do Conselho da Capitania; ficando, além disso, o direito salvo ás partes prejudicadas de haverem a indemnização, pelo Juizo competente, do prejuizo soffrido.

§ 3.º Provando-se, finalmente, que a causa do sinistro é alguma das mencionadas no terceiro caso, será o pratico ou praticante demittido, preso e entregue ás autoridades criminaes, para procederem na forma da lei.

Art. 87. Si algum navio encalhar ou perder-se sobre qualquer dos bancos da foz do rio S. Francisco e provar-se que tal encalhe ou perda proveio de haver cessado o auxilio da praticagem, antes que o mesmo navio estivesse em posição conveniente para poder navegar livre de perigo, submettor-se-ha a processo, na forma do artigo antecedente, o pratico que o houver pilotado, quer directamente, quer por meio dos signaes da atalaia.

Art. 88. Da mesma forma se procederá quando algum navio encalhar, perder-se, depois que o pratico ou praticante o houver fundeado, uma vez que se prove que o sinistro resultou da circumstancia de ter esse navio ancorado ou sido collocado em posição não conveniente, sem que para isso concorresse motivo de força maior.

Art. 89. A suspensão de qualquer membro ou empregado da associação acarretará consigo multa correspondente ao valor da gratificação que lhe puder caber durante os dias em que estiver cumprindo a pena.

## CAPITULO XI

DOS DEVERES DOS COMMANDANTES, CAPITÃES OU MESTRES DOS NAVIOS, QUE TIVEREM DE RECEBER O AUXILIO DA PRATICAGEM

Art. 90. Todo commandante, capitão ou mestre de qualquer embarcação que demande a barra do rio S. Francisco, ao approximar-se, fará mostrar em logar bem visivel, servindo-se dos signaes telegraphicos do Codigo Internacional, o calado de agua do seu navio expresso em decimetros, e só investirá a mesma barra si a atalaia o chamar por meio de uma esphera de cor preta, içada no tópe do mastro, devendo, quanto á direcção, observar fielmente os signaes da praticagem.

Art. 91. O commandante, capitão ou mestre que, não obstante as indicações da atalaia, precisar do auxilio de um pratico para transpor os canaes da barra, o pedirá por meio dos signaes do Codigo Internacional.

Neste caso, logo que o pratico entrar a bordo, o mesmo commandante, capitão ou mestre deverá declarar-lhe, com a maior publicidade, os decimetros de agua que calar o navio.

Art. 92. Todo commandante, capitão ou mestre é obrigado a satisfazer a quaesquer requisições do pratico, tendentes á boa direcção e segurança do navio, bem como a ter safos e promptos o ancorote, virador, ancoras, amarras, etc.

Art. 93. Nenhum commandante, capitão ou mestre poderá maltratar a qualquer pratico; devendo, quando este se comporte mal, dirigir ao capitão do porto uma queixa em regra, logo que dè fundo, para que o mesmo capitão do porto proceda na fórma das disposições do regulamento das Capitánias e do presente.

Art. 94. O commandante, capitão ou mestre de qualquer navio, onde se apresentar um pratico em estado de embriaguez, o fará voltar para a embarcação que o tiver conduzido e pedirá novo pratico, cumprindo-lhe levar essa occorrença ao conhecimento do capitão do porto.

Art. 95. Todo commandante, capitão ou mestre que, por força maior, levar consigo o pratico que o tiver pilotado, contrahirá a obrigação de fazel-o regressar, a expensas do dono ou consignatario do navio, na primeira oportunidade que se offereça, além do pagamento da gratificação diaria que lhe competir.

Art. 96. Nenhum commandante, capitão ou mestre de qualquer navio que demande mais de 1<sup>m</sup>, 5 de agua poderá sahir á barra, sem que préviamente se tenha entendido com o pratico-mór, declarando por escripto o calado em que se acha a embarcação.

## CAPITULO XII

DAS PENAS A QUE FICAM SUJEITOS OS COMMANDANTES, CAPITÃES OU MESTRES DOS NAVIOS, QUE TIVEREM DE RECEBER O AUXILIO DA PRATICAGEM

Art. 97. Todo commandante, capitão ou mestre, que, ao approximar-se da barra, não içar o signal indicativo do numero de



decimetros de agua que calar o seu navio ou o fizer sem exactidão, será multado em 100\$, além de ficar responsavel pelos danos ou prejuizos que dahi possam resultar.

Art. 98. O commandante, capitão ou mestre que, na entrada ou sahida, investir a barra sem que a atalaia o tenha chamado, além de ser responsavel pelos prejuizos que causar, incorrerá na multa de 20\$, salvo o caso previsto no art. 76, § 1º.

Art. 99. O commandante, capitão ou mestre, que ameaçar, espancar ou maltratar por palavras, em acto de serviço, a qualquer pratico, será por isso responsabilizado, precedendo queixa do offendido.

Art. 100. As multas mencionadas neste capitulo serão impostas pelo pratico-mór, que é o administrador da praticagem.

## CAPITULO XIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 101. Só quem tiver nomeação de pratico poderá responsabilizar-se pelo serviço da praticagem na barra e curso do rio S. Francisco.

Todo aquelle que, sem ter a competente nomeação, se apresentar a bordo de qualquer navio para desempenhar as funcções de pratico, incorrerá no crime de exercer misteres que lhe são vedados.

Art. 102. Os praticos usarão dos uniformes autorizados no plano annexo ao decreto n. 5268, de 26 de abril de 1873.

Paragrapho unico. Ao pratico-mór, depois de cinco annos de bons serviços, poder-se-ha conceder o uso das divisas de 2º tenente da Armada.

Art. 103. É prohibida a collocação de qualquer mastro nas proximidades da atalaia.

Art. 104. Por occasião de qualquer sinistro o pratico-mór poderá chamar, de accordo com o commandante, capitão, mestre ou consignatario do navio soccorrido, os matriculados que forem necessarios para o serviço.

Art. 105. A associação deverá recoger e suspender as ancoras e amarras perdidas, quer na foz, quer no interior do rio; e si, dentro de 15 dias, ninguem as reclamar ou si o reclamante não a indemnizar das despezas que tiver feito com a suspensão, taes ancoras e amarras ficarão para o serviço da mesma associação ou serão vendidas e o seu producto recolhido ao cofre, em beneficio da renda da praticagem.

Art. 106. As autoridades prestarão aos praticos toda a coadjuvação e auxilio que for necessario, a bem do serviço publico.

Secretaria de Estado da Marinha, 19 de fevereiro de 1900. —  
*José Pinto da Luz.*

Rubrica do pratico-mór.

## MODELO N. 1

## PRATICO-MOR

F. . . . .

Filho. . . . natural de. . . . nasceu a. . . .

HISTORICO		NOTAS EXPLICATIVAS DO DEBITO E CREDITO
		EXERCICIO
Nomeado por . . . . .	Ordenado e gratificação de . . . . .	
. . . . .	de . . . . .	
F.	F.	F.
Pratico-mór.	Escrevente.	Escrevente.
Tomou posse e entrou em exer-	Idem, idem, idem . . . . .	
cício em . . . . .		
F.	F.	F.
Pratico-mór.	Escrevente.	Escrevente.

**Observação** — Este livro será numerado seguidamente, rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór.

Na parte denominada historico se lançará tudo quanto for referente á nomeação, admissão, multas, prisões ou suspensão, louvores ou reprehensões e serviços extraordinarios dos praticos e mais empregados; e na que diz respeito ás notas explicativas de debito e credito, tudo quanto for concernente ao abono de vencimentos.

MODELO N. 2

N. 1		N. 1									
Rubrica do pratico-mór.		Rubrica do pratico-mór.									
EXERCICIO DE. . . .		EXERCICIO DE. . . .									
ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS		ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS									
<i>Inventário do material</i>		<i>Reserva do material inutilizado</i>									
<p>Ao pratico-mór desta barra fica encarregado e sob sua immediata responsabilidade o seguinte material pertencente á associação de praticos :</p> <table> <tr> <td>1 lancha por. . .</td> <td>2:000\$000</td> </tr> <tr> <td>1 balceira por . .</td> <td>800\$000</td> </tr> <tr> <td>18 remos por. . .</td> <td>200\$000</td> </tr> <tr> <td>etc. . . . .</td> <td></td> </tr> </table>		1 lancha por. . .	2:000\$000	1 balceira por . .	800\$000	18 remos por. . .	200\$000	etc. . . . .		<p>Para reserva do pratico-mór e por ordem do capitão do porto, se elimina deste inventario uma balceira inutilizada em serviço, conforme o officio . . . . .</p>	
1 lancha por. . .	2:000\$000										
1 balceira por . .	800\$000										
18 remos por. . .	200\$000										
etc. . . . .											
F.	F.	F.	P.								
Pratico-mór.	Escrvente.	Pratico-mór.	Escrvente.								
<div>Associação de praticos da barra do rio S. Francisco, no Estado das Alagoas</div>		<p>Livro do inventario do material.</p> <p>Este livro, que deve ser numerado seguidamente, rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór, servirá para a carga de todo o material pertencente á associação, e bem assim para sua descarga quando for inutilizado ou perdido.</p>									

Associação de praticos da barra do rio S. Francisco, no Estado das Alagoas

## MODELO N. 3

N.	N.
Rubrica do patrão-mór.	Rubrica do pratico-mór.
EXERCICIO DE . . . .	EXERCICIO DE . . . .
ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS	ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS D. .
1	
<p>Fica carregada em receita ao thesoureiro da associação a quantia de . . . . . proveniente da praticagem do navio . . . . . de . . . . . toneladas metricas e calado d'agua de . . . . . metros . . . . . de nacionalidade . . . . . cuja entrada ou sahida se realizou no dia . . . . .</p>	<p>Recebi do Sr. F. . . . comandante do navio . . . . . de . . . . toneladas e calado d'agua de . . . . metros, de nacionalidade . . . . . a quantia de . . . . . pela praticagem de mesmo navio nesta barra de . . . .</p> <p>Em . . . . .</p>
F. F.	F. F.
Escrevente. Thesoureiro.	Escrevente. Thesoureiro.
Associação de praticos da barra do rio S. Francisco, no Estado das Alagoas	
<p>Livro de talão. Deve ser numerado seguidamente, rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór.</p>	

MODELO N. 4

Exercício de...

Deve				Haver			
188... Janeiro	4	A importancia arrecadada pelo talão n... pela praticagem do navio . . . .	200\$000	188... Janeiro	3	Pela compra de remos, conforme o documento n...	30\$000
	6	Idem, idem, idem, pelo de n... do navio . . . .	300\$000	»	5	Pela importancia despendida com o pagamento dos vencimentos do pessoal da praticagem, relativo ao mez de dezembro ultimo, conforme o documento n...	30\$000
	8	Idem, idem, idem, pelo de n... do navio . . . .	150\$000		12	Amortização da divida da praticagem, na razão de 10 % sobre . . . .	150\$000
				»	31	Dinheiro retirado para o fundo de soccorro, na razão de 5 % sobre . . . .	25\$000
			650\$000				145\$000
			650\$00				650\$000

Praticagem da barra de. . . .

Está conforme. — P.  
Pratico-mór.

F.  
Thesoureiro.

Escrevente.

**Observação** — Este livro, que deve ser numerado seguidamente, rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór, servirá para o lançamento de toda a receita e despesa da associação.  
O saldo verificado no fim de cada mez constituirá a primeira receita do mez seguinte.

## MODELO N. 5

*P.*

Pratico-mór.

Ao primeiro dia do mez de janeiro do anno de 1885, achando-se presentes o pratico-mór F . . . ., o pratico F . . . . e o thesoureiro F. . . ., foi por este apresentado o livro de receita e despesa da praticagem do rio S. Francisco; e examinados todos os lançamentos, verificou-se haver a dita praticagem arrecadado, durante o mez ultimo, a quantia de oitocentos mil réis, a qual, confrontada com a despesa feita no mesmo periodo, produz o saldo de cem mil réis. que fica recolhido ao cofre para ter o competente destino.

E, como reconheceu estar a escripturação feita de accordo com o regulamento vigente, lavrou-se este termo que é rubricado pelo pratico-mór e por nós assignado.

*P.*

Pratico.

*P.*

Thesoureiro.

MODELO N. 6

Exercício de.....

Deve		O thesoureiro da praticagem da barra de S. Francisco em conta-corrente com o fundo de soccorro				Haver	
190...				190...			
Janeiro	..	A importancia de... arrecadada para o fundo de soccorro no mez de... conforme o livro de conta-corrente e documento n.... e foi depositada em... como se vê do . . . . .	25\$000	Fevereiro	..	Pela compra da apolice n... do valor de 200\$000, agio, sello e corretagem . . . . .	211\$000
		F. F.				F. F.	
		Thesoureiro. Escrevente.				Thesoureiro. Escrevente.	
				"	..	Dinheiro retirado para a compra de remos, conforme a ordem do pratico-mor. n. . . . .	30\$000
Fevereiro	..	Idem de... arrecadada no mez de... conforme o livro de conta-corrente e que foi depositada... como se vê do. . . . .	200\$000			F. F.	
		F. F.				Thesoureiro. Escrevente.	
		Thesoureiro. Escrevente.		Março	..	Pela importancia das pensões pagas neste mez. . . . .	200\$000
"		A importancia de 200\$000 proveniente do valor da apolice n. . . . .	200\$000				

**Observação** — Este livro sera numerado seguidamente, rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mor.  
A sua escripturação só devera ser fechada no fim do exercicio com um termo semelhante ao de que trata o art. 57.

## MODELO N. 7

## Ordem n. 1

O Sr. thesoureiro fica autorizado a despende a quantia de. . . . . para aquisição dos remos precisos ás embarcações desta praticagem, devendo fazer os necessarios lançamentos e notas.

Praticagem em. . . . .

*R.*

Pratico-mór.



**MODELO N. 8****Ordem n. 2**

O Sr. thesoureiro fica autorizado a recolher ao cofre da praticagem a importancia de. . . . . de fundo de soccorro que se accumula neste mez, devendo fazer os precisos lançamentos e notas.

Praticagem em. . . . .

*F.*

Pratico-mór.

Estas ordens serão numeradas e guardadas como resalvas para a prestação de contas do thesoureiro.

**MODELO N. 9**

*Despacho* — Pague-se e abone-se em  
despeza ao thesoureiro.

*F.*

Pratico-mór,

**N.**

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA DE S. FRANCISCO

**Exercício de. . . .**

Folha para pagamento dos ordenados e gratificações vencidas pelo  
pessoal empregado na praticagem desta barra, no mez de. . . .

FOLHAS DO LIVRO DE SOCORROS	CLASSES E NOMES	VENCIMENTOS		TOTAL DOS VENCIMENTOS	DESCONTOS POR FALTAS OU MULTAS	IMPORTANCIA A PAGAR
		ORDENADO	GRATIFICAÇÃO			
1	Pratico-mór :					
	<i>F.</i>					
	Ordenado e gratifi- cação do mez. . .					
2	Pratico :					
	<i>F.</i>					
	Idem, idem, idem.					
3	Remedadores :					
	<i>F.</i>					
	Idem . . . . .					
4	<i>F.</i>					
	Idem . . . . .					

Praticagem da barra em. . . .

*F.*

Escrivente.

## ( VERSO DO MODELO N. 9 )

Certifico que foi pago o pessoal constante desta folha.

*P.*

Thesoureiro.

*P.*

Escrevente.

Lançado em despeza a folhas. . . . do livro c/c.

*P.*

Thesoureiro.

MODELO N. 10  
Praticagem da barra e curso do rio S. Francisco  
Mapa das observações feitas na estação do Pontal

Dias	DATA		BAROMETRO — (termo médio)	THERMOMETRO — (termo médio)	ESTADO DO CÉU	VENTOS		OSCILLAÇÃO DO NIVEL DO RIO		ESTADO DA BARRA	PROFUNDIDADE DA AGUA NA BARRA	OBSERVAÇÕES
	Mez	Anno				Direcção	Intensidade	Ascendente	Descendente			
1	Janeiro.....	1909	756 m. m	29º c.	Limp	N. S. E.	Fraco	0m.42	0m.20	Boa	3m.2	Choveu continuamente.
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												
11												
12												
13												
14												
15												
16												
17												
18												
19												
20												
21												
22												
23												
24												
25												
26												
27												
28												
29												
30												
31												

F.  
Praticagem da barra

## N. 13 — AVISO DE 20 DE FEVEREIRO DE 1900

Altera os nomes de alguns navios da Armada

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 252 — Capital Federal, 20 de fevereiro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Convindo simplificar os nomes dos navios da Armada, declaro-vos, para os fins convenientes, que de ora em diante os encouraçados *Marechal Deodoro* e *Marechal Floriano* devem chamar-se *Deodoro* e *Floriano*, os cruzadores *Almirante Tamandaré* e *Almirante Barroso* passarão a chamar-se *Tamandaré* e *Barroso*, e o cruzador *Quinze de Novembro*, *Republica*.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz*.

---

## N. 14 — AVISO DE 21 DE FEVEREIRO DE 1900

Revoga o aviso de 29 de maio de 1899, que restringia as licenças a invalidos, para residirem fóra do Asylo, aos cas.s de tratamento de saude, quando a Junta Medica o julgasse necessario.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 261 — Capital Federal, 21 de fevereiro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tendo em vista que o Thesouro lucra com as licenças aos invalidos para residirem fóra do Asylo, pois, licenciados, só teem direito a soldo e ração, perdendo a differença entre o valor da ração e o da etapa, fardamento e rações para a familia e filhos legitimos, que o Asylo abona, resolvi revogar o aviso n. 573, de 29 de abril de 1899, que retringindo as licenças de que se trata, só permittia a sua concessão para tratamento de saude, no caso em que a Junta Medica o julgasse necessario. O que vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz*.

---

## N. 15 — AVISO DE 22 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que os artigos sujeitos ao pagamento de sello de consumo deverão entrar para as dependencias deste Ministerio competentemente sellados.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 297 — Capital Federal, 22 de fevereiro de 1900.

Sr. Contador da Marinha — Em solução a vosso officio n. 48, 2ª secção, de 5 do corrente, em que consultaes sobre o modo por que deve proceder essa Contadoria na celebração de contractos para fornecimento de diversos tecidos sujeitos ao pagamento de sello de consumo, visto nas respectivas propostas não haverem os proponentes consignado a obrigação do mesmo pagamento; declaro-vos, para os devidos effeitos, que, não podendo nenhum commerciante vender fazenda alguma sem o sello de que trata o decreto n. 5535, de 12 de dezembro de 1899, nos arts. 1º, § 14 e 21, § 13, os supprimentos correspondentes deverão entrar para o Commissariado Geral da Armada e Arsenaes de Marinha competentemente sellados, sob pena de serem os infractores sub-mettidos, pelos chefes dessas repartições, ao processo de que trata o capitulo 6º do supracitado decreto.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 16 — CIRCULAR DE 23 DE FEVEREIRO DE 1900

Recommenda que as embarcações de catotagem estejam sempre munidas do Código Internacional de Signaes e respectivo regimento de bandeiras.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 312 — Capital Federal, 23 de fevereiro de 1900.

Sr. Capitão do Porto de Estado de... — Tendo chegado ao conhecimento desta Secretaria de Estado que algumas embarcações de catotagem, em contravenção ao que manda observar o art. 29 do regulamento annexo ao decreto n. 2304, de 2 de julho de 1896, não se acham munidas do Código Internacional de Signaes e respectivo regimento de bandeiras; recommendo-vos que providencias afim de ser fielmente cumprida essa obrigação, que se acha comprehendida entre as de que trata o citado artigo.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 17 — AVISO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1900

Classifica entre os navios de 1ª classe o hiate *Silva Jardim*

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 274 — Capital Federal, 28 de fevereiro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tendo resolvido que o hiate *Silva Jardim* seja classificado entre os navios de primeira classe, assim vos declaro, ficando sem effeito, nessa parte, o aviso de 3 de junho do anno passado.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 18 — AVISO DE 9 DE MARÇO DE 1900

Manda contar ao Dr. Affonso Pinto Guimarães, lente da Escola Naval, o periodo liquido de tres mezes e dez dias em que foi membro da Assembléa Legislativa Provincial do Pará.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 371 — Capital Federal, 9 de março de 1900.

Sr. Director da Escola Naval — Tendo ouvido o Conselho Naval acerca do requerimento em que o Dr. Affonso Pinto Guimarães, lente dessa Escola, pediu que se mandasse addicionar; para todos os effeitos da lei, ao exercicio que tem no magisterio o tempo em que serviu como secretario da Junta Commercial de Belém e como deputado á Assembléa Legislativa Provincial do Pará, declaro-vos, de accordo com o parecer do mesmo Conselho exarado em consulta n. 8370, de 23 de fevereiro ultimo, e em solução ao officio n. 68, de 10 de abril de 1897, que, para a jubilação e acrescimo periodico de vencimentos dos docentes desse estabelecimento, só pôde ser contado o tempo taxativamente indicado no art. 37 do Codigo de Ensino Superior, extensivo a esse Instituto pela lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, art. 11, e não estando alli contemplado em termos precisos o de secretario das extinctas Juntas Commerciaes, não é possivel contar-se em favor do requerente o periodo de 1 de julho de 1877 a 7 de janeiro de 1884, em que desempenhou o logar de secretario da Junta Commercial de Belém, devendo, porém, ser-lhe abonado o periodo liquido de tres mezes e dez dias, em que foi membro da Assembléa Legislativa Provincial do Pará, á vista do que preceitua o art. 37, § 6º, do citado Codigo.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 19 — AVISO DE 23 DE MARÇO DE 1900

Determina que as requisições de material sejam escriptas com clareza e que os artigos requisitados sejam com os nomes por que são conhecidos no mercado, quando não figurem na nomenclatura.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 431 — Capital Federal, 23 de março de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Recomendando-vos expedição de ordem aos commandantes dos navios da Armada, afim de exigirem dos respectivos commissarios que as requisições de material sejam escriptas com clareza, de modo a evitar perda de tempo com a leitura, devendo os artigos constantes das mesmas requisições ser indicados com os nomes por que são conhecidos no mercado, quando não figurem na nomenclatura.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 20 — AVISO DE 28 DE MARÇO DE 1900

Manda que os pedidos de fardamento para aprendizes marinheiros sejam restringidos ao strictamente necessario aos menores existentes, de modo a não haver deposito sinão para um numero limitado de alistados.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 42 — Capital Federal, 28 de março de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Sendo muito reduzida a verba destinada ás despezas de fardamento para as Escolas de Aprendizes Marinheiros, recommendo-vos expedição de ordem aos respectivos commandantes afim de que restrinjam os pedidos ao que for strictamente necessario aos menores existentes, evitando o deposito de fardamento sinão para um numero limitado de alistados, cuja média pôde ser calculada para um trimestre, para que as peças dos mesmos fardamentos não se inutilisem nos paíes.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---



## N. 21 — AVISO DE 2 DE ABRIL DE 1900

Declara ao capitão do porto do Rio Grande do Sul que a lei não permite abonar-lhe a gratificação que pediu pelo commando do vapor *Lima Duarte*.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 400 — Capital Federal, 2 de abril de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Rio Grande do Sul — Em solução a vosso officio n. 71, de 5 do mez passado, acompanhado do requerimento em que solicitaes uma gratificação pelo commando do vapor *Lima Duarte*, ao serviço dessa Capitania, declaro-vos que deixo de attender a esse pedido, não só porque a lei não permite o abono de vencimentos superiores aos que percebeis, mas tambem para evitar que os officiaes que exercerem cargos identicos venham a reclamar a mesma gratificação, visto tambem possuirem as demais Capitancias material flutuante, como lanchas, rebocadores, etc.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz*.

---

## N. 22 — AVISO DE 3 DE ABRIL DE 1900

Declara que, da exigencia constante da circular n. 312, de 23 de fevereiro de 1900, devem ser exceptuadas as embarcações que não estão feitas ao registro.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 466 — Capital Federal, 3 de abril de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado das Alagoas — Em solução a vosso officio n. 207, de 17 do mez findo, declaro-vos, para os devidos fins, que da exigencia constante do aviso-circular n. 312, de 23 de fevereiro ultimo, devem ser exceptuadas as embarcações que não estão sujeitas a registro, como rebocadores, barcaças, etc.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz*.

---

## N. 23 — AVISO DE 11 DE ABRIL DE 1900

Approva a tabella dos uniformes para o serviço diário dos Corpos de Marinheiros Nacionais e de Infantaria de Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 406 — Capital Federal, 11 de abril de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tendo, na presente data, resolvido approvar a tabella que veio annexa a vosso officio, n. 234, de 31 do mez proximo passado, relativa aos uniformes para o serviço diário dos Corpos de Marinheiros Nacionais e Infantaria de Marinha, assim vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

**Tabella de uniformes para os corpos da Armada, approvada pelo aviso de 11 de abril de 1900**  
**SERVICO DIARIO**

PARA O CORPO DE MARINHEIROS NACIONAES			PARA O CORPO DE INFANTARIA DE MARINHA		
DIAS DA SEMANA	NUMERO DE UNIFORME	PEÇAS DO UNIFORME	DIAS DA SEMANA	NUMERO DE UNIFORME	PEÇAS DO UNIFORME
Domingo . . . .	1º	Todo branco.	Domingo . . . .	1º	Dolman pardo, calça branca e polainas brancas
Segunda-feira . .	2º	Camisa de flanela e calça branca.	Segunda-feira. . .	2º	Dolman garance, calça branca e polainas pretas.
Terça » . . . .	3º	Todo mescla.	Terça » . . . .	3º	Todo pardo e polainas pretas.
Quarta » . . . .	4º	» azul.	Quarta » . . . .	4º	Dolman garance, calça preta e polainas brancas.
Quinta » . . . .	5º	Camisa mescla e calça branca.	Quinta » . . . .	5º	Dolman pardo, calça branca e polainas pretas.
Sexta » . . . .	6º	» » e » mescla.	Sexta » » . . . .	6º	Todo pardo e polainas brancas.
Sabbado . . . .	7º	» » e » azul.	Sabbado . . . .	7º	Dolman pardo, calça preta e polainas brancas.
UNIFORME DE GALA			UNIFORME DE GALA		
PARA O CORPO DE MARINHEIROS NACIONAES			PARA O CORPO DE INFANTARIA DE MARINHA		
Camisa e calça de panuo preto, polainas brancas, capa branca e tope.			Dolman garance, calça preta, polainas brancas, capaceto com capa branca e luvas brancas.		

**Observações**

- 1.ª Na tabella para os Marinheiros Nacionaes foram levados em conta os dias da tabella do serviço diario, destinados a lavagem de roupa.
- 2.ª Na tabella para o Corpo de Infantaria de Marinha foi marcado o uniforme todo pardo para as terças e sextas-feiras, por serem estes dias de exercicio.
- 3.ª A capa branca do bonnet será sempre usada com a calça branca.

## N. 24 — AVISO DE 11 DE ABRIL DE 1900

Declara que os agentes consulares não devem dar passagem por conta do Ministerio da Marinha aos individuos que a elles recorrerem intitulando-se desertores e pedindo repatriação.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Seção — N. 409 — Capital Federal, 11 de abril de 1900.

Sr. Consul do Brazil em Londres — Em solução ao officio n. 1, de 26 de fevereiro do corrente anno, no qual, referindo-vos á fuga de dous individuos, a quem havieis concedido passagem, por vos terem procurado, declarando-se desertores da Armada e solicitando repatriação, consultaes como deveis proceder em casos semelhantes; declaro-vos que, ordinariamente, os desertores pedem repatriação por desejarem voltar ao Brazil, mas não ao serviço, resultando, obtida a passagem, a sua retirada para a terra ao chegarom ao paiz, sem se apresentarem ás autoridades, continuando desertados. A' vista do exposto, os agentes consulares não devem dar passagem por conta deste Ministerio aos individuos que a elles recorrem, intitulando-se desertores da Armada. Quanto á indemnisação de £ 2-0-0, que solicitastes, aguardo pedido do Ministerio das Relações Exteriores.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

## N. 25 — AVISO DE 28 DE ABRIL DE 1900

Autoriza o commandante do Corpo de Infantaria de Marinha a montar uma olaria na ilha das Cobras.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Seção — N. 478 — Capital Federal, 28 de abril de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tomando em consideração a exposição do 1º tenente Alvaro Nunes de Carvalho acerca do proveito e economia que póde alcançar este Ministerio com o trabalho dos sentenciados, estabelecendo-se uma olaria na parte sudeste da ilha das Cobras, com alguns elementos dispersos em propriedades da Marinha, para a fabricação de tijolo, telha e ladrilhos, existindo a materia prima em abundancia e de excellente qualidade na ilha do Governador, recomendo-vos que declareis ao commandante do Corpo de Infantaria de Marinha que deve pedir o que for necessario para montar a referida olaria, não excedendo a despesa de quatro contos de réis e apresentando as contas a esta Secretaria de Estado em tempo opportuno. Fica assim respondido vosso officio n. 264, de 14 do corrente.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

## N. 26 — AVISO DE 30 DE ABRIL DE 1900

Declara que as ordens em vigor sobre os dispendios da 12ª parte das quotas distribuidas não podem ser strictamente observadas, quanto aos que são feitos com o pessoal.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 641 — Capital Federal, 30 de abril de 1900.

Sr. Inspector da Alfandega da cidade do Rio Grande do Sul — Havendo o Quartel General communicado a esta Secretaria de Estado que essa Alfandega recusa-se a pagar os vencimentos devidos ao pessoal do vapor de guerra *Jaguarão*, em virtude de já terem as despesas excedido a duodecima parte dos creditos distribuidos para o exercicio vigente, declaro-vos, para os devidos effeitos, que as ordens em vigor, quanto aos dispendios pela duodecima parte das quotas distribuidas, não podem ser strictamente observadas em relação ás despesas com o pessoal, visto que, segundo as exigencias do serviço, pôde existir em cada estado maior ou menor numero de officiaes, inferiores e praças do que aquelle que serviu de base para o calculo da distribuição.

Assim, cumpre que providencieis sobre os pagamentos devidos á guarnição do supra citado navio e sobre a remessa, opportunamente, da necessaria demonstração dos augmentos que forem necessarios ás verbas *Corpo da Armada*, *Corpo de Marinheiros Nacionais*, *Força Naval* e *Munições de boca*.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz*.

## N. 27 — AVISO DE 2 DE MAIO DE 1900

Recommenda que por occasião de ter baixa, por incapacidade physica, algum marinheiro nacional, seja lançada nos seus assentamento a declaração de desistencia do Asylo de Invalidos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 495 — Capital Federal, 2 de maio de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Recommendo-vos que determineis ao commandante do Corpo de Marinheiros Nacionais que, por occasião de alguma praça ter baixa por incapacidade physica, faça lançar nos respectivos assentamentos, como nota de encerramento, que será passada para a caderneta subsidiaria, a declaração de desistencia do Asylo de Invalidos.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz*.

## N. 28 — AVISO DE 10 DE MAIO DE 1900

Torna extensivo o aviso de 6 de março de 1900, do Ministerio da Guerra, aos ministros do Supremo Tribunal Militar pertencentes á corporação da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 674 — Capital Federal, 10 de maio de 1900.

Sr. Contador da Marinha — Attendendo á reclamação do almirante reformado Francisco Pereira Pinto contra a redução que soffre em seus vencimentos como ministro do Supremo Tribunal Militar, em virtude de descontos provenientes de impostos votados no Orçamento da Receita, e tendo em vista o documento que apresentou, comprovando que os ministros militares da corporação do Exército estão isentos desse onus, por haver o Ministerio da Guerra, em aviso n. 21, de 6 de março ultimo, mandado sustar os descontos de impostos sobre os respectivos vencimentos, de conformidade com o art. 1.º, n. 30, da lei n. 640, de 14 de novembro de 1899, resolvo tornar extensiva essa vantagem aos ministros militares pertencentes á corporação da Armada, devendo cessar essa cobrança do corrente mez em diante.

E afim de restituir-se-lhes o que a igual titulo se lhes tem descontado, autorizo-vos a orçar a despesa correspondente, para ser tudo submettido ao competente registro no Tribunal de Contas.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

## N. 29 — AVISO DE 14 DE MAIO DE 1900

Nega o pagamento de custas a um escrivão do Juizo de Orphãos, pela apresentação de menores para a Escola de Aprendizizes Marinheiros de Alagoas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 691 — Capital Federal, 14 de maio de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Em solução a vosso officio n. 245 — 1ª Secção — de 7 de abril ultimo, referente ao facto de haver o Juiz de Orphãos de Maceió requisitado o pagamento de custas a que julga ter direito o respectivo escrivão pela apresentação de menores para a Escola de Aprendizizes Marinheiros alli estabelecida; declaro-vos, para os devidos effeitos, que, de conformidade com o parecer do Conselho Naval, exarado em consulta n. 8390, de 30 daquelle mez, o

Governo, pelas leis em vigor, só está habilitado a satisfazer a despezas de condução, viagem ou transporte dos menores destinados ás Escolas de Aprendizizes e não ás de custas, premios ou gratificações.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

N. 30 — AVISO DE 22 DE MAIO DE 1900

Declara qual o prazo da validade dos passes para a sahida de qualquer embarcação.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 688 — Capital Federal, 22 de maio de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Maranhão — Resolvendo a consulta constante de vosso officio n. 13, de 6 de abril ultimo, declaro-vos que os passes para a partida de qualquer embarcação devem ser concedidos por 24 horas, não perdendo, porém, o seu valor, quer a embarcação transira, por força maior, a viagem, quer a sua sahida não se effectue no domingo ou feriado, quando os passes sejam expedidos nas vesperras desses dias.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

N. 31 — AVISO DE 22 DE MAIO DE 1900

Approva a proposta da Escola Naval para a regencia em separado das cadeiras de mecanica, astronomia e electricidade, que teem de ser estudadas simultaneamente no 3º e 2º annos e da topographia, nesse ultimo e no 1º.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 691 — Capital Federal, 22 de maio de 1900.

Sr. Director da Escola Naval — Tendo de ser estudadas, em virtude do novo regulamento dessa escola, as cadeiras de mecanica, astronomia e electricidade simultaneamente no 3º e no 2º annos e a de topographia nesse ultimo e no 1º, resolvo approvar a proposta que fizestes em officio n. 95, de 15 do corrente, para serem ellas regidas separadamente pelos respectivos lentes e substitutos, em cada um dos alludidos annos, nos termos do art. 222 do mesmo regulamento.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 32 — AVISO DE 28 DE MAIO DE 1900

Prohibe a transferencia de residencia, de um Estado para outro, dos invalidos que obtem licença para residir fóra do Asylo, permitindo que neste caso se recolham ao mesmo Asylo.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 601 — Capital Federal, 28 de maio de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tendo verificado que os frequentes pedidos de transferencia, de uns para outros Estados, que fazem os invalidos com licença para residir fóra do Asylo, augmentam o expediente das Repartições deste Ministerio, causando perturbação na distribuição dos recursos orçamentarios, pela necessidade, que trazem, afim de effectuarem-se os respectivos pagamentos, de repetidas concessões de credito para uns Estados, ficando saldos em outros, resolvi não conceder, d'ora em diante, mais permissão para semelhantes transferencias de residencia e tão sómente permittir que se recolham ao Asylo, ficando nulla a licença concedida; o que vos declaro para os devidos effeitos, não devendo ter andamento os requerimentos que não estiverem de accordo com esta disposição.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

## N. 33 — AVISO DE 29 DE MAIO DE 1900

Declara que póde ser feita por quaesquer praticos a navegação das pequenas embarcações, que viajam agarradas á costa, de Santa Catharina até o Rio de Janeiro, si não depender de observações astronomicas, calculos de pilotagem e marcação de cabo a cabo.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 720 — Capital Federal, 29 de maio de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado de Santa Catharina — Em solução a vosso officio n. 23, de 10 de abril ultimo, em que consultaes si podeis consentir que continuem a ser dirigidos por mestros ou capitães, sem carta de piloto, os pequenos navios taes como hiates, que navegam agarrados á costa, em transporte de mercadorias desse Estado até Santos e Rio de Janeiro; declaro-vos que, si a navegação a que vos referis não estiver no caso de que trata o art. 3º do regulamento annexo ao decreto n. 2304, de 2 de julho de 1893, isto é, si não depender de observações astronomicas, calculo de pilotagem e marcação de cabo a cabo, póde ser feita por capitães, mestros ou quaesquer outros praticos, que não sejam officiaes de nautica.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*



## N. 34 — AVISO DE 14 DE JUNHO DE 1900

Manda desarmar o encouraçado *Bahia*

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 797 — Capital Federal, 14 de junho de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tendo em vista a informação prestada, em officio n. 7 de 1 do corrente, pelas Directorias de Machinas e Construcções Navaes do Arsenal de Marinha desta Capital, que acompanhou o de n. 275, de 4 do mesmo mez, do referido Arsenal, autorizo-vos a providenciar para que seja desarmado o encouraçado *Bahia* da flotilha de Mato Grosso, de que vos occupastes em officio n. 300, de 30 de abril ultimo, não só porque com os concertos de que carece se teria de gastar quantia superior ao seu custo primitivo, como tambem por ser nullo o valor militar do mesmo encouraçado.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 35 — AVISO DE 14 DE JUNHO DE 1900

Acceita a proposta do lente da Escola Naval Dr. Agostinho Luiz da Gama, approvada pela respectiva congregação, para ser feito o curso de hydrographia, precedido do estudo indispensavel de geodesia, em duas lições por semana, sómente durante o anno de 1900.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 788 — Capital Federal, 14 de junho de 1900.

Sr. Director da Escola Naval — De accordo com a informação constante de vosso officio n. 108, de 30 do mez findo, resolvo acceitar a proposta do lente dessa Escola, Dr. Agostinho Luiz da Gama, approvada pela respectiva congregação, afim de ser feito o curso de hydrographia, precedido do estudo indispensavel de geodesia, em duas lições por semana, sómente durante o corrente anno.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 36 — AVISO DE 18 DE JUNHO DE 1900

Accetta a proposta para a distribuição de serviços entre os pharmaceuticos do Hospital de Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 681 — Capital Federal, 18 de junho de 1900.

Sr. Director do Hospital de Marinha — Attendendo ao que expuzestes em officio n. 436, de 22 de maio ultimo, resolvo acceptar a vossa proposta, para ser o pharmaceutico de 1ª classe desse hospital encarregado da pharmacia, seu acondicionamento, preparo do receituário do mesmo hospital, da direcção, emfim, do serviço pharmaceutico hospitalar, ficando o pharmaceutico chefe especialmente incumbido de receber os pedidos de medicamentos, fiscalizal-os e fazer a respectiva escripturação.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 37 — AVISO DE 19 DE JUNHO DE 1900

De clara que as taxas de praticagem das embarcações de cabotagem devem ser cobradas pela tonelada registrada e não pela total.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N.810 — Capital Federal, 19 de junho de 1900.

Sr. Director da Associação de Praticos das Barras do Estado de Sergipe — Em resposta a vosso officio n. 26, de 15 de março ultimo, declaro-vos por cópia inclusa a informação prestada pela Capitania do Porto desta Capital em officio n. 33, de 15 de maio findo, declarando-vos que as taxas de praticagem das embarcações empregadas na navegação de cabotagem devem ser cobradas pela tonelada registrada e não pela total.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 38 — AVISO DE 21 DE JUNHO DE 1900

Approva a tabella de quantitativos que devem ser abonados para o enterramento dos officiaes inferiores e praças da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 699 — Capital Federal, 21 de junho de 1900.

Sr. Contador da Marinha — Em solução ao officio n. 191, de 4 do corrente, declaro-vos, para os devidos effeitos, que approvo a tabella, organizada pelo Hospital de Marinha, dos preços

para enterramento dos officiaes, inferiores e praças que fallecerem sem recursos.

Essa tabella, cuja cópia inclusa vos envio, terá applicação para os que fallecerem no mesmo hospital, no caso previsto no art. 162 do regulamento annexo ao decreto n. 429, de 29 de maio de 1890.

Para o enterro dos que fallecerem em suas residencias, se continuará a abonar os quantitativos marcados pelos avisos ns. 561 A, de 3 de abril de 1893 e 1416, de 18 de junho de 1897.

Deixo de fixar quantitativo para enterramentos fóra desta Capital, por não ser possível em vista da diversidade de preços.

Saude e fraternidade.—*Jose Pinto da Luz.*

Tabella de quantitativos que devem ser abonados para o enterramento dos officiaes, inferiores e praças da Armada, que fallecerem, sem recursos, no Hospital de Marinha da Capital Federal, approvada pelo aviso de 21 de junho de 1900.

POR MAR

PARA OFFICIAES

Caixão de 2ª classe. . . . .	200\$000	
Carneiro . . . . .	250\$000	
Certidão de obito . . . . .	1\$000	451\$000

PARA INFERIORES

Caixão de 5ª classe. . . . .	41\$600	
Sepultura rasa. . . . .	14\$000	
Certidão de obito . . . . .	1\$000	56\$600

PARA PRAÇAS DE PRET

Caixão de 7ª classe . . . . .	14\$000	
Sepultura rasa . . . . .	6\$000	
Certidão de obito. . . . .	1\$000	21\$000

POR TERRA

PARA OFFICIAES

Caixão de 2ª classe . . . . .	200\$000	
Carneiro . . . . .	250\$000	
Carro de 2ª classe. . . . .	94\$000	
Certidão de obito . . . . .	1\$000	545\$000

## PARA INFERIORES

Caixão de 5ª classe . . . . .	41\$000	
Sepultura rasa . . . . .	14\$000	
Carro de 5ª classe . . . . .	47\$000	
Certidão de obito. . . . .	1\$000	103\$006

## PARA PRAÇAS DE PRET

Caixão de 7ª classe . . . . .	14\$000	
Sepultura rasa. . . . .	6\$000	
Carro de 7ª classe. . . . .	8\$200	
Certidão de obito. . . . .	1\$000	29\$200

## N. 39 — AVISO DE 29 DE JUNHO DE 1900

Declara que as cartas dos individuos, que prestarem exame de pilotagem na Escola de Machinistas e Pilotos do Pará, sem apresentação de derrotas, devem ser passadas com a declaração expressa de que só poderão navegar no rio Amazonas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 859 — Capital Federal, 29 de junho de 1900.

Sr. Director da Escola de Machinistas e Pilotos do Estado do Pará — Tendo-se concedido, por diversas vezes, licença a individuos, que se consideram habilitados, para fazer exame de pilotagem nessa Escola, sem a exigencia de apresentação de derrotas, de que trata o regulamento approved pelo decreto n. 1362, de 20 de abril de 1893, attendendo-se a que os mesmos individuos allegam os conhecimentos de pilotagem para navegar no rio Amazonas em que pretendem exercer a sua profissão; declaro-vos, para os devidos effeitos, que as cartas passadas nessas condições devem conter declaração expressa de que os seus possuidores só poderão dellas servir-se para navegação unicamente daquelle rio.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

## N. 40 — AVISO DE 30 DE JUNHO DE 1900

Recommenda a rigorosa observancia das disposições, contidas nos arts. 25 e 62 do regulamento annexo ao decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 963 — Capital Federal, 30 de junho de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — A bem da fiscalização e attendendo ao que solicitou a Contadoria da Marinha, recommendo-vos a expedição de ordens terminantes para que sejam rigorosamente observadas as disposições contidas nos arts. 25 e 62 do regulamento annexo ao decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870, evitando-se as corrigendas a tinta encarnada, que ultimamente tem encontrado a Repartição Fiscal nos livros da escripturação dos responsaveis da Fazenda Nacional.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 41 — AVISO DE 7 DE JULHO DE 1900

Manda dar baixa ao cruzador *Parnahyba* e ao aviso *Trindade*

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 872 — Capital Federal, 7 de julho de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tendo o Arsenal de Marinha desta Capital informado a esta Secretaria de Estado em officio n. 319, de 25 do mez findo, haver reconhecido, pelas vistorias procedidas no cruzador *Parnahyba* e no aviso *Trindade*, cujos termos remetteu, por cópia, annexa ao mesmo officio, que os concertos de que precisam os cascos e as machinas motoras desses navios importam em quantia superior aos dous terços de seus valores, o que equivale a uma verdadeira reconstrução, que não seria compensada, por faltarem-lhes os requisitos indispensaveis a navios de guerra modernos, autorizo-vos a mandar dar baixa aos mesmos do quadro dos navios da Armada, ora recommendando ao referido Arsenal que providencie sobre a retirada do respectivo lastro, como de tudo mais que for aproveitavel, observadas as formalidades legaes.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 42 — AVISO DE 11 DE JULHO DE 1900

Recommenda a maior fiscalização nas despesas, tanto a bordo dos navios, como nos quartéis, afim de cessarem os accrescimos, que apparecem nas liquidações das contas dos commissarios.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1030 — Capital Federal, 11 de julho de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Havendo a Contadoria de Marinha solicitado providencias que façam cessar os excessivos accrescimos encontrados nas contas dos responsaveis, e que proveem de autorização de despesas superiores ás quantidades recebidas, como tem verificado aquella Repartição no examo da escripturação, o que é irregular e exprime falta de cuidado; recommendo-vos expedição de ordens terminantes para que haja a maior fiscalização nas despesas, tanto a bordo dos navios como nos quartéis, já tendo o Tribunal de Contas chamado, para semelhante facto, a attenção da mesma Contadoria, á qual, entretanto, nenhuma responsabilidade cabe na questão, convindo, para evitar que continuem a apparecer os alludidos accrescimos, que os officiaes só deem despeza do que for realmente despendido, sem se preoccupar com o livro do paiol a cargo dos fleis, e prestando toda a attenção á pesagem, medida e contagem dos objectos.

Saude e fraternidade.— José Pinlo da Luz.

## N. 43 — AVISO DE 25 DE JULHO DE 1900

Declara conformar-se com o reconhecimento do direito da *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*, ao uso e gozo dos terrenos de marinha desoccupados da face sul da ilha das Cobras.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 952 — Capital Federal, 25 de julho de 1900.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Tenho presente o aviso que, sob n. 170, vos dignastes de dirigir-me em 16 do corrente, communicando que esse Ministerio reconhece á *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*, o direito ao uso e gozo dos terrenos de marinha desoccupados na face sul da ilha das Cobras, em execução das clausulas 3ª e 6ª dos decretos ns. 9979 e 966, de 12 de julho de 1888 e 7 de novembro de 1890, relativas aos cães de Santos e applicaveis á dita companhia por força do art. 46 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.

Em resposta cabe-me declarar-vos que me conformo com semelhante reconhecimento, que exclue os terrenos occupados por este Ministerio.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

N. 44 — AVISO DE 25 DE JULHO DE 1900

Declara que as flotilhas foram creadas para protecção ás fronteiras, e que não podem ser consideradas em missão especial ou extraordinaria quando empregadas neste serviço, pelo que indefere um pedido de gratificação do commandante da do Amazonas, quando em missão ao Acre.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1125 — Capital Federal, 25 de julho de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — O capitão de fragata José Ramos da Fonseca, allegando ter ido em commissão ao Acre, como commandante da flotilha do Amazonas, pediu, no requerimento que transmittistes com o officio n. 476 — 1ª Secção — de 10 do corrente, o abono da gratificação de 460\$, relativa a 47 dias de viagem, na razão de 300\$ mensaes, de accordo com o decreto n. 890, de 18 de outubro de 1890.

Esse decreto, entretanto, não pôde ser invocado em favor do requerente, porque elle não manda abonar a gratificação especial aos commandantes das flotilhas em movimento, e a gratificação de 300\$, no mesmo estabelecida, refere-se a commandante de força em viagem de instrucção de marinheiros, de aspirantes ou de guardas-marinha.

Nem seria acertado fazer-se tal abono por analogia, por ter o commandante da flotilha seguido viagem até á fronteira, afim de pacifical-a ou não, porque, creadas as flotilhas para protecção ás fronteiras, não podem ser consideradas em missão especial ou extraordinaria, quando empregadas nesse serviço.

Indefiro, pois, o supradito requerimento, e assim vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 45 — AVISO DE 27 DE JULHO DE 1900

Declara-se que não devem ser contadas, para effeito algum, as faltas dadas pelo lente cathedratico da Escola Naval Dr. Agostinho Luiz da Gama, durante o periodo em que esteve isolado em sua residencia, por prescripção da autoridade sanitaria.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3.<sup>a</sup> Secção — N. 961 — Capital Federal, 27 de julho de 1900.

Sr. Director da Escola Naval — De accordo com a informação constante do vosso officio n. 149, de 23 do corrente, declaro-vos que, constituindo impedimento legal o isolamento a que, por prescripção da competente autoridade sanitaria, submetteu-se o lente cathedratico dessa Escola, Dr. Agostinho Luiz da Gama, em sua residencia, durante o periodo de 1 a 10 deste mez, não devem as faltas de comparecimento nesses dias, a essa Escola, ser-lhe contadas para effeito algum em seu detrimto, conforme requereu o mesmo.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 46 — AVISO DE 28 DE JULHO DE 1900

Permitte, por equidade, que operarios de 1.<sup>a</sup> classe promovidos a contra-mestres concorram para o montepio operario na classe em que se achavam antes de ser promovidos.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3.<sup>a</sup> Secção — N. 965 — Capital Federal, 28 de julho de 1900.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal — Tenho presente vosso officio n. 337, de 6 do corrente, em que transmittistes o requerimento dos contra-mestros desse Arsenal Antonio Ribeiro de Menezes Pamplona e Francisco Roberto da Silva, da officina de carapinas e Elisiario Antonio de Oliveira, da de calafates, pedindo não só a continuação do abono da gratificação adicional de 20 % sobre seus vencimentos, que percebiam como operarios, como tambem que lhes seja permitido contribuirem para o montepio dos funcionarios publicos, a fim de gozarem as respectivas vantagens.

Em resposta declaro-vos, para os devidos fins, que a disposição contida no aviso n. 2076, de 24 de novembro de 1896, se oppõe a que esses funcionarios continuem a perceber o abono da referida gratificação, como a do art. 37 da lei que acompanha o decreto n. 490, de 16 de dezembro de 1897, que contribuem para o montepio dos funcionarios publicos, sendo-lhes, entretanto, por equidade, permitido concorrer para o montepio



dos operarios, na 1ª classe em que se achavam antes de promovidos áquella cathegoria, por não ser justo que uma promoção, que constitue recompensa de serviços, venha trazer prejuizos dos que mais pesam, por dizerem respeito ao amparo da familia.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

#### N. 47 — CIRCULAR DE 31 DE JULHO DE 1900

Recommenda que, sempre que forem recebidos volumes enviados pelo Commissariado Geral da Armada, seja lavrado um termo de recebimento, do qual se deverá remetter cópia á Secretaria de Estado.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1146  
Capital Federal, 31 de julho de 1900.

Sr.... — Attendendo ao que solicitou o Commissariado Geral da Armada e no interesse da fiscalização, recommendo que, sempre que ahí receberdes volumes enviados pela mesma Repartição, mandeis immediatamente lavrar um termo de recebimento, do qual remettereis cópia a esta Secretaria de Estado, e em que se declare si os volumes chegaram intactos ou não, e se indique minuciosamente quaes os objectos nelles contidos, fazendo menção dos que não estiverem em perfeito estado.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

#### N. 48 — AVISO DE 1 DE AGOSTO DE 1900

Recommenda que, sendo a despesa com o pagamento das pensões do montepio operario superior á receita proveniente das respectivas contribuições e juros, sejam as mesmas pensões reduzidas, de modo a não haver desequilibrio nas operações.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 976  
Capital Federal, 1 de agosto de 1900.

Sr. Presidente da Junta Directora do Montepio dos Operarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal — Tendo-se verificado, pelo relatorio da Contadoria da Marinha, do corrente anno, que a despesa com o pagamento das pensões dos operarios excede a receita proveniente das respectivas contribuições e juros, o que indica que dentro em pouco tempo a insufficiencia de fundos não permittirá que esta instituição satisfaça os seus compromissos, recommendo-vos que, de conformidade com a disposição contida no art. 15 do regulamento annexo ao decreto n. 2819,

de 23 de fevereiro de 1898, providenciéis para que, caso subsista ainda o mesmo excesso, sejam reduzidas as pensões, de modo a não haver desequilíbrio nas operações de receita e despesa do referido montepio.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

N. 49 — AVISO DE 7 DE AGOSTO DE 1900

Approva o Regimento interno da Escola Naval

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1002 — Capital Federal, 7 de agosto de 1900.

Sr. Director da Escola Naval — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que resolvo approvar o Regimento interno dessa Escola, que veio annexo a vosso officio n. 145, de 19 de julho ultimo.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

N. 50 — AVISO DE 8 DE AGOSTO DE 1900

Declara que os juizes seccionaes, por si ou a requerimento dos interessados, teem competencia para mandar verificar avarias em embarcações, por peritos de sua nomeação e sem prejuizo da vistoria semestral de que trata o Regulamento da cabotagem.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1007 — Capital Federal, 8 de agosto de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Maranhão — Resolvendo a consulta de vosso officio n. 22 de 21 de junho ultimo, declaro-vos, para os devidos fins, que os juizes seccionaes, por si ou a requerimento dos interessados, teem competencia para mandar verificar avarias em embarcações, no caso de abalroamento, encalhes, etc., por peritos de sua nomeação, extranhos ás commissões de vistorias das Capitánias de Portos e sem dependencia das mesmas commissões, nem prejuizo da vistoria semestral de que trata o Regulamento da cabotagem, ainda mesmo que a judicial haja tido logar poucos dias antes da terminação daquelle prazo.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 51 — AVISO DE 11 DE AGOSTO DE 1900

Declara que as Capitánias de Portos não podem cobrar a rubrica dos livros que servem a bordo das embarcações.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1026 — Capital Federal, 11 de agosto de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Rio Grande do Sul — Em solução a vosso officio n. 109, de 5 do mez findo, em que consultaes si, como nos Consulados e em Juizo, deve ser cobrada, por essa Repartição, a rubrica dos livros que servem a bordo das embarcações; declaro-vos que as Capitánias de Portos não podem assim proceder, por não haver disposição alguma determinando tal pagamento, que constituindo um imposto, só pôde ter logar por acto do Poder Legislativo.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 52 — AVISO DE 24 DE AGOSTO DE 1900

Declara que não podem embarcar em navios nacionaes pilotos com carta estrangeira.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1076 — Capital Federal, 24 de agosto de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado do Rio Grande do Sul — Em solução ao officio n. 102, de 31 de maio ultimo, em que consultaes si os navios nacionaes que se destinam ao estrangeiro, podem levar, além do respectivo capitão, piloto com carta estrangeira, visto exigir o Regulamento da cabotagem que os navios nacionaes sejam navegados por capitães com carta nacional, e terdes duvida sobre a execução do aviso de 13 de outubro de 1862; declaro-vos que, devendo todos os individuos que fizerem parte das tripulações dos navios brazileiros ser matriculados nas Capitánias de Portos, e só sendo admittidos a essa matricula os pilotos com carta nacional, conforme determinam os avisos de 23 de fevereiro de 1886 e 13 de setembro de 1888; claro fica que, fóra dos casos previstos no citado aviso de 1862, não podem embarcar em navios nacionaes pilotos com carta estrangeira.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 53 — AVISO DE 28 DE AGOSTO DE 1900

Eleva de trinta por cento as taxas da praticagem da barra de Cananéa, em S. Paulo, marcadas na tabella a que se refere o aviso n. 728, de 25 de março de 1892.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1093 — Capital Federal, 28 de agosto de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado de S. Paulo — Accuso recebido vosso officio n. 8, de 18 do mez findo, que acompanhou o requerimento dos praticos da barra de Cananéa, nesse Estado, pedindo a elevação ao duplo das taxas actuaes da praticagem ou a substituição da base-calado — pela lotação dos navios, em meio das difficuldades com que luctam para se manterem e desempenharem os seus deveres com os vencimentos que lhes foram fixados em 1892, quando o meio circulante não estava tão desvalorizado, como na presente época.

Conformando-me com o parecer do Conselho Naval, emitto em consulta n. 819, de 21 do corrente, sobre o assumpto, declaro-vos, para os devidos fins, que o pedido dos referidos praticos, no sentido de ser substituido pela lotação dos navios, para a cobrança da taxa de praticagem, a base do calado, não está no caso de ser attendido, permittindo, entretanto, que sejam elevadas a mais 30 % as taxas marcadas na tabella a que se refere o aviso n. 728, de 25 de março de 1892, em virtude do que dispõe o art. 100 do regulamento annexo ao decreto n. 79, de 23 de dezembro de 1889.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

## N. 54 — AVISO DE 28 DE AGOSTO DE 1900

Approva e manda adoptar o modelo para os termos que se lavram a bordo dos navios da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1309 — Capital Federal, 28 de agosto de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Approvando o incluso modelo para os termos que se lavram a bordo dos navios, afim de que guardem os mesmos a conveniente uniformidade em semelhante serviço, autorizo-vos a mandar adoptal-o, accrescentando-se á nota explicativa F o art. 36 do regulamento annexo ao decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870.

Fica assim respondido vosso officio n. 462 — 1ª Secção — de 4 de julho ultimo.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

**Termo n...**

MODELO APPROVADO PELO AVISO N. 1309, DE 28 DE AGOSTO DE 1900

Aos... dias do mez de..., do anno de... na praça d'armas... do... (qualidade, classe e nome do navio) em viagem de... para... na altura de... ou na latitude de... ou ancoradouro do porto de... ou encalhado em... reunidos (na camara ou praça d'armas) os Srs. (posto), commandante; F... de tal (posto); immediato F... de tal e eu (posto), official de quarto F... de tal; foi pelo referido Sr. (posto) commandante F... de tal declarado, que tendo o Sr... cirurgião (posto) F... de tal julgado que... (as qualidades dos generos) se achavam deteriorados e incapazes de ser distribuidos á guarnição e poder ser conservados nos paídes por contaminarem os outros generos, além de outros inconvenientes á boa hygiene, ordenara que, depois de pesados, fossem lançados ao mar; o que se praticou, sendo o peso de... (a denominação do genero) tantos kilogrammas e o de... tantos kilogrammas e fosse lavrado este termo, para despeza do commissario de... classe (posto) F... de tal embarcados neste navio a quem estão os referidos generos carregados. E para constar, eu F... de tal (posto) official de quarto lavrei este termo que assigno com os demais officiaes nelle mencionados e o referido cirurgião F... de tal (posto) commandante F... de tal (posto), immediato F... de tal (posto), official de quarto F... de tal (posto), cirurgião.

**Notas explicativas**

A) No caso de não haver outro official a bordo a não ser o immediato, lavrará este o termo declarando no texto esta circumstancia.

B) Tratando-se de objectos perdidos ou cahidos ao mar e inúteis, a forma variará apenas quanto ás explicações dos casos.

C) Quando os navios estiverem sob a jurisdicção do Quartel General, ou commandante de forças, será mister preceder ao lavramento do termo a ordem das respectivas autoridades, a qual tambem será transcripta no texto (de conformidade com o disposto no § 1º do art. 100 do Reg. n. 4542.A, de 30 de junho de 1870).

D) As cópias dos termos serão extrahidas *ipsis verbis* do respectivo livro, acrescentando-se-lhes a data em que isso teve lugar e mais a assignatura de quem a tiver extrahido, o confere do official immediato e a rubrica do commandante do navio.

E) As folhas do livro e as do papel que servirem para as cópias serão dobradas em quatro partes, occupando-se apenas as duas centraes, como indica o presente modelo.

F) Além dos casos previstos no presente modelo, deve-se ter em vista as disposições dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 100 já citado, quando taes termos tenham com elles relação.

## N. 55 — AVISO DE 28 DE AGOSTO DE 1900

Precisa qual a gratificação que compete aos inferiores, que exercem o cargo de mestre, nos navios, cuja mestrança não compita exclusivamente a mestre.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1310 — Capital Federal, 28 de agosto de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Em solução a vosso officio n. 531 — 1ª Secção — de 4 do corrente, relativo à consulta que fez o commandante do patacho *Caravellas* sobre os vencimentos, que devem ser abonados a um contra-mestre do mesmo patacho; declaro-vos que o termo «mestre» designado a bordo dos navios, é um emprego que é exercido não só pelos mestres, mas também pelos contra-mestres e guardiães do Corpo de Officiaes marinhaes; os inferiores que occuparem esse cargo nos navios, cuja mestrança não compete expressamente a mestre pelas respectivas tabelllas de lotação, não podem, nem devem ter gratificações como si mestres fossem, mas, sim as correspondentes ás suas proprias gradações.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

## N. 56 — AVISO DE 31 DE AGOSTO DE 1900

Fixa a gratificação que compete aos machinistas navaes de 2ª, 3ª e 4ª classes, como chefes de machinas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1320 — Capital Federal, 31 de agosto de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tenho presente o officio n. 369 — 3ª Secção — de 13 de julho proximo preterito, em que informaes sobre o requerimento do machinista de 4ª classe, 2º tenente, Francisco Braz de Cerqueira e Souza, pedindo que, como chefe de machinas, lhe seja abonada a gratificação que compete aos machinistas de 2ª classe; e em resposta vos declaro, para os devidos fins e de accordo com o supracitado officio, que muito embora as tabelllas annexas aos decretos ns. 885, de 12 de outubro de 1890 e 389, de 13 de junho de 1891, consignem o abono requerido, não pôde elle realizar-se por estarem os dispositivos a esse respeito virtualmente derogados pela lei n. 40, de 2 de fevereiro de 1892, que alterou as classes do Corpo de Machinistas Navaes, com a criação de novos postas e gradações superiores ás que subsistiam no regimen daquellas

tabellas, resultando, como principio geral, que os machinistas de 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> classes, como chefes de machinas, só teem direito á gratificação da classe immediatamente superior.

Em vista disto, pois, resolvo indeferir a supradita petição.

Saude e fraternidade.—*José Pinto da Luz*.

---

N. 57 — AVISO DE 6 DE SETEMBRO DE 1900

Declara que não pôde ser contado como de viagem o periodo em que um navio esteve fundeado fóra de um porto, em serviço quarentenario, incommunicavel com a terra.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2.<sup>a</sup> Secção — N. 936 — Capital Federal, 6 de setembro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Em resposta ao officio n. 579, de 29 do mez passado, com o qual enviastes os papeis referentes ao pedido do commandante do cruzador *Andrada*, para lhe ser contado e aos officiaes respectivos como de viagem, o periodo decorrido de 17 de outubro a 4 de novembro do anno findo, durante o qual esteve esse navio fundeado fóra do porto de Santos, em serviço quarentenario e em completa incommunicabilidade com a terra; declaro-vos, para os devidos effeitos e de accordo com o que informastes, que não pôde ser attendida semelhante pretensão, visto que o dito cruzador chegou ao porto de Santos, tendo portanto cessado a viagem e o facto da incommunicabilidade foi motivado pelo serviço quarentenario, como, por causa congenera, estabeleceu-se a incommunicabilidade de outros navios da Armada, infeccionados de peste, neste porto.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz*.

---

N. 58 — AVISO DE 10 DE SETEMBRO DE 1900

Declara que não pôde ser cumprido o art. 2.<sup>o</sup> da lei n. 579, de 19 de julho de 1899, quanto ás gratificações dos marinheiros foguistas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.<sup>a</sup> Secção — N. 1362 — Capital Federal, 10 de setembro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Não tendo sido consignados recursos no orçamento em vigor, para se attender ao disposto no art. 2.<sup>o</sup> da lei n. 579, de 19 de julho de 1899, quanto ás gratificações dos marinheiros foguistas, recomendo-vos que, em ordem do dia, deis sciencia á Armada, e

por telegrammas communiqueis aos commandantes de navios fóra deste porto, que não póde ser cumprida aquella disposição da lei de fixação de forças para o corrente anno.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

N. 59 — AVISO DE 19 DE SETEMBRO DE 1900

Declara que o commandante do Corpo de Marinheiros Nacionaes não póde usar a insignia de commando de força.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 956 — Capital Federal, 19 de setembro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Em solução ao officio n. 599, de 6 do corrente, com o qual enviastes o do commandante geral do Corpo de Marinheiros Nacionaes, consultando si deve usar a insignia de commando de força, declaro-vos que não estando em lei preceituado que o commando geral do Corpo de Marinheiros Nacionaes é equivalente ao commando de Divisão, não póde o referido commandante usar o pavilhão a que se refere.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

N. 60 — AVISO DE 20 DE SETEMBRO DE 1900

Declara que ao Quartel General compete a nomeação do mestre, fiel, guardião, enfermeiro, escrevente, etc., da Escola Naval.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1164 — Capital Federal, 20 de setembro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Não tendo o regulamento anexo ao decreto n. 3652, de 2 de maio ultimo, indicado qual a autoridade que deve nomear o mestre, fiel, guardião, enfermeiro, escrevente, etc., da Escola Naval; declaro-vos, para os devidos fins, e em resposta a vosso officio n. 258, de 22 do mez findo, que a nomeação do alludido pessoal cabe a essa Repartição, de conformidade com o que preceituam os arts. 9 § 11 do regulamento anexo ao decreto n. 430, de 29 de maio de 1890 e 9º do regulamento que acompanha o decreto n. 3234, de 17 de março de 1899.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---



## N. 61 — AVISO DE 22 DE SETEMBRO DE 1900

Recommenda-se ao Arsenal de Marinha da Capital Federal que dê posse á *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company Limited*, dos terrenos de marinha desoccupados na face sul da ilha das Cobras, a cujo uso e gozo foi reconhecido o direito da mesma companhia.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1178 — Capital Federal, 22 de setembro de 1900.

Sr. Inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal — Tendo por aviso de 25 de julho ultimo me conformado com o do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas de 16 do dito mez, que reconheceu á *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company Limited* o direito ao uso e gozo dos terrenos de marinha desoccupados na face sul da ilha das Cobras, em execução das clausulas 3ª e 6ª dos decretos ns. 9979 e 9966, de 12 de julho de 1888 e 7 de novembro de 1890, relativas ao caes de Santos e applicaveis á dita companhia por força do art. 46 da lei n. 560 de 31 de dezembro de 1898; e havendo os avisos ns. 937, de 28 do supradito mez de julho, 1092, de 28 de agosto e 1132, de 6 do corrente, providenciado sobre a demarcação dos ditos terrenos, determinando claramente que ella só poderia abranger os terrenos da face sul da mencionada ilha, com excepção de toda e qualquer extensão occupada por este Ministerio; recommendo-vos que mandeis com a possivel brevidade dar posse á supradita companhia dos alludidos terrenos, que, nos termos dos avisos a que acima me refiro, são os comprehendidos na face sul da ilha das Cobras, desde o muro que separa o edificio da Escola de Aprendizes Marinheiros, até o que limita a zona do serviço do Arsenal e em que se acham as suas officinas, com exclusão do edificio de residencia de um dos ajudantes desse Arsenal, actualmente occupado pelo commandante da referida Escola, do caminho de servidão do mesmo edificio e da zona situada entre esse caminho e as construcções superiores, devendo a companhia respeitar as muralhas da fortaleza e as do referido edificio, de modo que as construcções que venha a fazer não distem menos de 5 metros daquellas muralhas e de dous metros das do edificio de residencia do commandante da Escola.

Para a effectividade da posse, nesta conformidade, deve ser lavrado nesse Arsenal um termo em que tudo conste minuciosamente, de modo a não deixar duvidas futuras, salvaguardando-se os direitos de terceiros que por ventura possam existir, bem como, quando possivel, levantada uma planta dos terrenos entregues, que, com o referido termo, ficará ahí archivada.

Saule e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 62 — AVISO DE 22 DE SETEMBRO DE 1900

Providencia afim de que sejam descontados de uma etapa os medicos e pharmaceuticos, quando permanecerem de serviço no hospital, ou quando por qualquer motivo forem muniçados pelo estabelecimento.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1.<sup>a</sup> Secção — N. 1420 — Capital Federal, 22 de setembro de 1900.

Sr. Director do Hospital da Marinha da Capital Federal — Estando os medicos e pharmaceuticos desse hospital, de accordo com o disposto no art. 13 do regulamento anexo ao decreto n. 429, de 29 de maio de 1890, sujeitos ao desconto de uma etapa nos dias em que permanecerem de serviço, ou quando, por qualquer motivo, forem muniçados pelo estabelecimento; recommendo-vos expedição de ordens afim de que, no resumo do ponto, mensalmente enviado á Contadoria da Marinha, se façam as indicações necessarias para tornar-se effectivo o alludido desconto.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 63 — AVISO DE 24 DE SETEMBRO DE 1900

Nega a permissão pedida por uma praça para mudar de nome

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2.<sup>a</sup> Secção — N. 982 — Capital Federal, 24 de setembro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — De accordo com o que informastes em officio n. 583, de 31 do mez passado, acerca do requerimento do marinheiro nacional de 2.<sup>a</sup> classe Alfredo da Fonseca Barros, pedindo permissão para assignar-se, de ora em diante, Alfredo Machado Magalhães, resolvi não attender semelhante pedido, por não ter o petionario justificado a necessidade dessa mudança de appellido e convir evitar, tanto quanto for possivel, semelhantes alterações de nomes nas praças de pret, salvo casos especiaes devidamente motivados, em consequencia da confusão que isso causa na escripturação dos respectivos assentamentos, sem vantagem para as mesmas, que, arregimentadas e obrigadas a andar sempre uniformisadas, trazem comsigo o caracteristico da sua individualidade e não estão nas condições do simples cidadão, sujeito a contingencias da vida social pela igualdade de nome.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

## N. 64 — AVISO DE 10 DE OUTUBRO DE 1900

Autoriza a transferencia de praças de um para outro dos corpos da Armada, sempre que a conveniencia do serviço o exigir.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1032  
— Capital Federal, 10 de outubro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Attendendo ao que ponderastes em officio n. 618, de 19 do mez passado, resolvi autorizar esse Quartel General a transferir de um para outro dos corpos as praças da Armada sempre que a conveniencia do serviço o exigir, devendo completar no corpo para que passarem o tempo de serviço a que eram obrigadas pela primeira praça; não sendo, porém, empregada em misteres espeziaes e alheios ao serviço do corpo a que pertencerem.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 65 — AVISO DE 13 DE OUTUBRO DE 1900

Declara que ao commandante do navio surto no porto desta Capital falta competencia para rubricar os inventarios feitos por verificação, por ser isso prerogativa especial do commissario geral da Armada.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1046  
— Capital Federal, 13 de outubro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Concordando com as informações desse Quartel General em officio n. 274, da 4ª secção, de 28 de agosto do corrente anno e da Contadoria no de n. 301 A, de 29 do mez passado; declaro-vos, para os devidos effeitos, que ao commandante do navio surto no porto desta Capital falta competencia para rubricar os inventarios feitos por verificação, porquanto é isso prerogativa especial do commissario geral da Armada, já pelas disposições dos decretos ns. 4542 A, de 30 de junho de 1870 e 703, de 30 de agosto de 1890, já pelas do aviso de 13 de março de 1888, que privativamente deu áquella autoridade essa incumbencia, tanto mais que o § 2º do art. 126 do referido decreto n. 4542 A, de 1870, manda que, na hypothese do art. 123, o commandante do navio faça a conferencia da 1ª com a 2ª via do inventario e as assigne, mas não manda rubricar-as.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 66 — AVISO DE 18 DE OUTUBRO DE 1900

Torna extensivo á Armada o aviso do Ministerio da Guerra de 14 de maio de 1900, que marcou a data a partir da qual deve a praça sentenciada soffrer o desconto da metade do soldo, bem assim os officiaes condemnados a dous annos ou menos de prisão.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1062 — Capital Federal, 18 de outubro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Em aviso n. 1002, de 14 de maio do corrente anno, declarou o Ministerio da Guerra ao Chefe do Estado Maior do Exercito que o Sr. Presidente da Republica — conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, em consulta de 2 de abril anterior, relativa á data a partir da qual deve a praça sentenciada soffrer o desconto da metade do soldo, em vista de um pedido de esclarecimentos do capitão fiscal do 39º batalhão de infantaria, — resolveu, em 11 do referido mez de maio, que o desconto de meio soldo das praças de pret, submettidas a processo no fóro civil ou militar, deve ser effectuado da data da sentença em ultima instancia, fazendo carga ás ditas praças para lhes ser descontada, na fórma da lei, da importancia do meio soldo que houverem recebido desde a data da prisão preventiva que lhes é computada para o cumprimento da sentença, e que por identidade de razões se deverá descontar aos officiaes de patente, sentenciados a dous annos ou menos, o meio soldo que se lhes tiver abonado durante o tempo de prisão preventiva, computado no cumprimento da sentença, attendendo ao que solicitastes em officio n. 613, de 17 do corrente, resolvi tornar extensivo á Armada o referido aviso. O que vos declaro para os devidos effectos.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

## N. 67 — AVISO DE 18 DE OUTUBRO DE 1900

Declara que só pôde ter logar a assignatura do *Diario Official* para as associações de praticagem mediante pagamento por parte das mesmas.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1561 — Capital Federal, 18 de outubro de 1900.

Sr. Director da Associação dos Praticos das Barras do Estado de Sergipe — Respondendo a vosso officio n. 60, de 3 do corrente, no qual solicitastes uma assignatura do *Diario Official* para essa Associação, declaro-vos, para os devidos effectos, que

sendo as Associações de practicação instituições particulares, com economia propria, e apenas fiscalizadas pelo Governo, só pôde ter logar a supradita assignatura mediante pagamento.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

N. 68 — AVISO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1900

Manda adoptar o mappa para distinctivo de munições, armamento portatil e artefactos de guerra aos navios e estabelecimentos de Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1129 — Capital Federal, 20 de novembro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — De accordo com o que informastes em officio n. 711, de 10 do corrente, resolvi mandar adoptar o mappa organiado pela Directoria de Artilharia do Arsenal de Marinha desta Capital, para distribuição das munições, armamento portatil e artefactos de guerra aos navios e estabelecimentos de Marinha. Junto remetto-vos o dito mappa, que opportunamente devolvereis.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

N. 69 — AVISO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara que as praças de pret incluidas na Companhia Correccional perdem, enquanto ali permanecerem, metade da gratificação de voluntarios, como perdem metade do soldo.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1144 — Capital Federal, 24 de novembro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Resolvendo a consulta do commandante do cruzador *Barroso*, que enviastes com o officio n. 577, de 28 de agosto ultimo, e conformando-me com o parecer do Conselho Naval em consulta n. 8467, de 13 do corrente; declaro-vos, para os devidos effeitos, que as praças de pret incluidas na Companhia Correccional perdem, enquanto ali permanecerem, metade da gratificação de voluntarios, como perdem metade do soldo, a que é equiparada tal gratificação, nos termos dos avisos de 7 do novembro de 1887 e 10 de setembro de 1891, expedidos pelo Ministerio da Guerra.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 70 — AVISO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1900

Considera como exclusivamente destinado á inhumação de officiaes e praças da Armada e classes annexas o jazigo adquirido no Cemiterio Central de Montevidéo em 1864.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1695 — Capital Federal, 28 de novembro de 1900.

Sr. Ministro da Guerra — De accordo com o que propuzestes no aviso n. 58, de 9 do corrente, ora declaro ao nosso Consulado em Montevidéo que deve considerar como exclusivamente destinado á inhumação dos officiaes e praças da Armada e classes annexas, que alli fallecerem, o jazigo adquirido pelo Governo, em 1864, no Cemiterio Central daquella cidade, ficando o outro jazigo, tambem alli adquirido pelo Governo em 1865, destinado aos officiaes e praças do Exercito.

Consequentemente autorizo o dito Consulado a levar á conta da Marinha o total da despeza feita com os concertos do primeiro dos mesmos jazigos, dependendo de ordem vossa a realização dos reparos de que precisa o segundo.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 71 — AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara que, no impedimento do commissario da Repartição da Carta Maritima, compete ao respectivo fiel assignar as folhas de pagamento do pessoal e receber a importancia das mesmas na Pagadoria da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1714 — Capital Federal, 30 de novembro de 1900.

Sr. Chefe da Repartição da Carta Maritima — Achando-se impedido de comparecer ao serviço o commissario dessa Repartição, declaro-vos, para os devidos effeitos, que compete ao respectivo fiel assignar as folhas de pagamento do pessoal e receber a competente importancia na Pagadoria da Marinha.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 72 — AVISO DE 5 DE DEZEMBRO DE 1900

Autoriza a entrega ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas dos edificios do extinto Arsenal de Marinha de Pernambuco, não occupados por este Ministerio, bem assim as machinas e ferramentas de que aquelle precisar.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª Secção — N. 1413 — Capital Federal, 5 de dezembro de 1900.

Sr. Capitão do Porto do Estado de Pernambuco — Autorizo-vos a entregar á pessoa que for designada pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas os edificios do extinto Arsenal de Marinha desse Estado, não occupados por este Ministerio, bem assim as machinas e ferramentas de que precisar, cumprindo que enveis a esta Secretaria uma relação do material existente no Almojarifado que for requisitado e entregue, declarando o seu valor, afim de reclamar-se a competente indemnização.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 73 — CIRCULAR DE 18 DE DEZEMBRO DE 1900

Fixa em oitocentos e cincoenta kilogrammas por metro cubico a base para o calculo do peso de carvão de pedra recebido por arqueação nas dependencias da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 1ª Secção — N. 1781 — Capital Federal, 18 de dezembro de 1900.

Sr... — Convinde estabelecer-se uma base uniforme para o calculo do peso do carvão de pedra recebido por arqueação nos navios, corpos e estabelecimentos subordinados a este Ministerio, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, de accordo com o que propoz a Inspectoria do Arsenal de Marinha desta Capital, resolvi fixar semelhante base em oitocentos e cincoenta kilogrammas por metro cubico.

Saude e fraternidade.— *José Pinto da Luz.*

---

## N. 74 — AVISO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1900

Torna extensivo á Marinha o aviso do Ministerio da Guerra n. 60. de 21 de novembro de 1900, acerca do modo de proceder com os desertores condemnados pelos tribunaes civis a mais de seis annos de prisão, antes de processados e definitivamente julgados por crime de deserção.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1234 — Capital Federal, 27 de dezembro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada — Tendo o Sr. Presidente da Republica consultado o Supremo Tribunal Militar acerca do modo por que se deve proceder com os desertores condemnados pelos tribunaes civis a mais de seis annos de prisão, antes de processados e definitivamente julgados por crime de deserção pelo mesmo Supremo Tribunal, foi este de parecer, em consulta de 15 de outubro findo, que a praça que deserta está sujeita á acção criminal, cuja extincção só pôde ser decretada pelos tribunaes militares de accordo com o disposto nos arts. 310 do Regulamento Processual Criminal Militar e 62 doCodigo Penal da Armada, e que, no caso de que se trata, podem se apresentar tres hypotheses:

ou o desertor é condemnado pelos tribunaes civis por crime commum á pena de seis annos ou mais de prisão e requisitado para cumpri-la;

ou está sendo processado no fôro civil por crime commum ao mesmo tempo que no fôro militar;

ou é condemnado no fôro civil por crime commum a pena menor de seis annos de prisão e no fôro militar á pena legal de deserção.

Na primeira hypothese, informada a autoridade militar do julgamento do desertor no fôro commum, em virtude de requisição do juiz de execução criminal, fará lançar nos seus assentamentos as competentes notas, sem prejuizo do andamento do processo militar, até julgamento definitivo, depois do que, cumprida a pena militar, si concluir pela condemnação do réo, será elle apresentado á autoridade civil requisitante para o cumprimento da pena imposta no fôro commum e então excluido definitivamente do estado effectivo.

Quanto á segunda hypothese, a marcha dos processos deve ser encaminhada de modo que os juizes e tribunaes civis e militares possam funcionar independentes uns dos outros, expedidas as ordens convenientes, proferindo-se, entretanto, o julgamento da deserção no fôro militar pela acção preexistente desta jurisdicção e prevalecendo a mesma conclusão relativamente á hypothese anterior, no tocante á exclusão definitiva.

Finalmente, a terceira hypothese se resume no modo de effectuar-se a exclusão definitiva, desde que a somma do tempo de prisão, imposta no fôro penal commum, com o tempo de prisão



imposta no fôro penal militar perfizer seis annos desta pena, pratica esta que deve ser observada, correndo por conta dos departamentos administrativos militar e civil os respectivos onus correspondentes á execução de cada uma das penas, cuja somma occaſione a dita exclusão das fileiras do Exército ou da Armada.

O Sr. Presidente da Republica resolveu, em 16 de novembro ultimo, conformar-se com o referido parecer, segundo declarou o Ministerio da Guerra, em aviso n. 60, de 21 do dito mez, que fica, nesta data, extensivo á Marinha.

O que vos declaro para os devidos effeitos.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

#### N. 75 — AVISO DE 28 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que o commissario de 5ª classe, logo que completa 10 annos de serviço, tem direito á patente, não havendo necessidade da promulgação de decreto para ser expedida.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª Secção — N. 1235 — Capital Federal, 28 de dezembro de 1900.

Sr. Presidente do Supremo Tribunal Militar — O Sr. Presidente da Republica, inteirado das ponderações constantes do vosso officio de 14 do mez proximo passado, manda declarar ao Supremo Tribunal Militar:

1º, que os commissarios de 5ª classe teem direito á patente, logo que completam 10 annos de serviço, em virtude do disposto na lettra b, § 6º, art. 2º, da lei n. 40, de 2 de fevereiro de 1892, combinado com o disposto no art. 2º do regulamento annexo ao decreto n. 703, de 30 de agosto de 1890, agora applicavel unicamente a essa classe de commissarios, de accordo com a propria lei n. 40, que ás outras classes concedeu patentes;

2º, que não ha necessidade de decreto especial, concedendo patente aos commissarios de 5ª classe, quando completam o intersticio de 10 annos de serviço, visto já estar isso determinado no citado art. 2º do regulamento annexo ao decreto n. 703, de 30 de agosto de 1890, com as expressões: « só lhes será passada a patente das respectivas graduações ou postos, quando completarem 10 annos de serviço ».

Quer na vigencia plena desse art. 2º, quer na vigencia de disposição identica do regulamento anterior de 1868, nunca houve necessidade de decreto para conceder patente ao commissario ou official de fazenda que completar 10 annos de serviço e posteriormente á lei n. 40 não houve tambem acto algum de terminando semelhante formalidade. Uma opinião nesse sentido

manifestada pelo Conselho Naval, em consulta n. 8332, de 5 de dezembro de 1898, não teve aprovação do Governo.

O decreto n. 776, de 22 de março de 1892, como se evidencia das suas claras expressões, só se refere aos guardas-marinha da Escola Naval, quando começam a fazer parte do Corpo da Armada, no seu primeiro posto.

Nessa conformidade, o mesmo Sr. Presidente da Republica manda reiterar a portaria de 23 de outubro ultimo, solicitando ao Supremo Tribunal Militar a expedição da patente de guarda-marinha, commissario de 5<sup>a</sup> classe, para Alfredo de Alvim.

Saude e fraternidade. — *José Pinto da Luz.*

---

# INDICE DAS DECISÕES

DO

## MINISTERIO DA GUERRA

	Pags.
N. 1 — Aviso de 3 de maio de 1900 — Declara que os alumnos das escolas do exercito inhabilitalos em todas as materias por terem obtido nota — zero — em uma dellas devem ser submittidos na 2. <sup>a</sup> quinzena de março a exame de ponto de todas as materias que cursaram durante o anno lectivo. . . . .	1
N. 2 — Aviso de 5 de janeiro de 1900 — Resolve diversas duvidas apresentadas pelo director da colonia militar junto á foz do Iguaçu com relação aos terrenos da mesma colonia. . . . .	2
N. 3 — Aviso de 15 de janeiro de 1900 — Declara como devem ser considerados para a promoção no exercito os serviços relevantes. . . . .	3
N. 4 — Aviso de 25 de janeiro de 1900 — Declara que a despesa feita com a publicação de editaes chamando officiaes ausentes por excesso de licença corre por conta dos mesmos officiaes. . . . .	3
N. 5 — Aviso de 26 de janeiro de 1900 — Declara qual o vencimento que deve ser tirado em folha dos officiaes que estiverem em tratamento nas enfermarias militares, e como devem ser ellas indemnizadas das despesas feitas com os mesmos officiaes . . . . .	4
N. 6 — Aviso de 26 de janeiro de 1900 — Declara que os officiaes do exercito que estiverem em disponibilidade por fazerem parte do Congresso Nacional só podem, terminando o mandato, apresentar-se ás respectivas autoridades depois do reconhecimento dos cidadãos eleitos para preencherem as suas vagas. . . . .	5
N. 7 — Aviso de 31 de janeiro de 1900 — Declara que o official inferior que por haver effectuado matricula em alguma das escolas do exercito perdeu a graduação, si é desligado da escola e volta ao corpo a que pertencia, deve percorrer a escala hierarchica, embora haja vaga do posto que tinha. . . . .	5
N. 8 — Aviso de 14 de fevereiro de 1900 — Declara que não devem ser chamados para completar juntas de saúde, médicos	

reformados mais graduados que os effectivos; mas, quando, por força maior, semelhante facto se der devem aquelles assignar acima destes si forem mais graduados. . . . .	6
N. 9 — Aviso de 15 do feveiro de 1900 — Declara que os estafetas encarregados da entrega de telegrammas particulares, em pontos distantes das respectivas estações, tem direito de receber dos destinatarios a importancia das despesas do seu transporte; não, porém, quando se tratar de telegrammas officiaes, em cujo caso a despesa corre por conta dos mesmos estafetas. . . .	6
N. 10 — Aviso de 21 de feveiro de 1900 — Manda abonar a um official transferido da arma de artilharia para o corpo de estado-maior a importancia correspondente a tres mezes de soldo para indemnisar dentro de exercicio. . . .	7
N. 11 — Aviso de 26 de feveiro de 1900 — Declara que não podem ser annexados aos conselhos de investigação papeis estranhos á formação da culpa, e que o art. 192 do regulamento processual criminal militar é extensivo a taes conselhos quando nomeados a pedido. . . . .	8
N. 12 — Aviso de 5 de março de 1900 — Declara que os ministros do Supremo Tribunal Militar são juizes federaes e, portanto, isentos de imposto sobre vencimentos. . . .	9
N. 13 — Aviso de 13 de março de 1900 — Declara que os commandos de guarnição não tem secretarios especiaes e quem deve exercer este logar. . . . .	9
N. 14 — Aviso de 26 de março de 1900 — Declara que o fardamento que se fornece aos alumnos, praças de pre, das escolas do exercito é gratuito. . . . .	10
N. 15 — Aviso de 6 de abril de 1900 — Declara que nenhum official do exercito pôde exercer emprego ou commissão estranha á Repartição da Guerra, sem licença prévia do respectivo ministro. . . . .	10
N. 16 — Portaria de 18 de abril de 1900 — Declara que as familias dos medicos e pharmaceuticos adjuntos do exercito não tem direito ao abono de quantitativo para despesas de enterramento. . . . .	11
N. 17 — Aviso de 12 de maio de 1900 — Declara que a menagem concedida aos officiaes do exercito, no quartel de sua residencia, deve ser considerada prisão preventiva e como tal levada em conta no cumprimento da sentença. . . .	11
N. 18 — Aviso de 12 de maio de 1900 — Declara que a remissão das dividas dos officiaes e praças, de que trata o decreto n. 611, de 20 de setembro de 1899, comprehende tanto os que morreram em combate como os que falleceram em consequencia de molestias adquiridas na campanha de Canudos. . . . .	13
N. 19 — Aviso de 14 de maio de 1900 — Declara que não estão sujeitos ás multas os fornecedores que excedem os prazos fixados para entrega de artigos comprados por ajuste prévio, e portanto, sem contracto escripto. . . .	15

	Pags.
N. 20 — Aviso de 14 de maio de 1900 — Declara que os ajudantes das colonias militares tem direito á gratificação de exercicio de subalterno do corpo a que pertencerem.	15
N. 21 — Aviso de 14 de maio de 1900 — Sobre o desconto da metade do soldo aos officiaes e praças do exercito sentenciados no foro civil ou militar.	16
N. 22 — Aviso de 14 de maio de 1900 — Declara que os conselhos de guerra não ficam constituídos sem a presença de todos os juizes.	18
N. 23 — Aviso de 19 de maio de 1900 — Sobre os prazos de que tratam os arts. 117 e 118 doCodigo Penal da Armada para a classificação do crime de deserção.	20
N. 24 — Portaria de 21 de maio de 1900 — Declara que a disposição do decreto n. 529, de 2 de dezembro de 1898, que manda indemnisar das vantagens perdidas durante o processo no foro militar, no caso de absolvição, os officiaes e praças do exercito, é extensiva aos que respondem no foro civil.	28
N. 25 — Aviso de 31 de maio de 1900 — Manda observar nas fortalezas e quartéis de artilharia do exercito, nos dias de festa nacional, em relação ás salvas, a tabella de embandeiramento e salvas adoptada no Ministerio da Marinha, pelo aviso n. 1391, de 31 de outubro de 1896, sendo a meio-páo o embandeiramento no dia 2 de novembro.	31
N. 26 — Aviso de 4 de junho de 1900 — Declara que a transferencia dos 2. <sup>as</sup> tenentes de artilharia para as armas não scientificas, de accordo com o art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, só pôde realizar-se quando estiverem elles inhibidos de proseguir nos estudos.	31
N. 27 — Aviso de 22 de junho de 1900 — Declara que os commandantes das escolas do exercito tem attribuições proprias para convocar os conselhos de investigação e de guerra, e organizar as escalas de seus officiaes para servirem de juizes.	35
N. 28 — Aviso de 11 de junho de 1900 — Declara que o tempo passado nas escolas do exercito, sem aproveitamento, não affecta a antiguidade do posto, mas somente o tempo perdido para o intersticio, reforma, demissão e baixa do serviço.	38
N. 29 — Aviso de 12 de junho de 1900 — Declara que só podem ser consideradas <i>engajadas</i> as praças que, terminado o tempo de serviço, continuam nas fileiras, sem interrupção, e nesse entretanto se engajam; aquellas, porém, que se alistam depois de haverem obtido baixa só podem ser consideradas <i>voluntarias</i> .	40
N. 30 — Aviso de 22 de junho de 1900 — Declara que os commandantes de districtos militares estão subordinados ao chefe do estado maior do exercito e delle recebem ordens, embora sejam mais graduados ou mais antigos, e que o sub-chefe, no impedimento do referido chefe, assume todas as suas attribuições.	43

	Pags.
N. 31 — Aviso de 2 de julho de 1900 — Approva o fechamento do Laboratorio Pyrotechnico de Matto Grosso, por falta de recursos para o seu funcionamento . . . . .	44
N. 32 — Aviso de 9 de julho de 1900 — Explica o decreto n. 100, de 2 de abril de 1891, que regula as continencias militares . . . . .	44
N. 33 — Aviso de 11 de julho de 1900 — Declara que os officiaes do exercito não podem annunciar ou manter estabelecimentos de instrução particular ou publica; mas, podem leccionar particularmente, sem prejuizo do serviço militar; e em que condições lhes é permitido assignar seus nomes antepondo o titulo de bacharel . . . . .	47
N. 34 — Aviso de 17 de julho de 1900 — Manda passar a aggregados, sem vencimento de antiguidade, diversos tenentes de infantaria transferidos como 2 <sup>os</sup> tenentes de artilharia para aquella arma, de accordo com o art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, quando não estavam inhibidos de proseguir nos estudos . . . . .	48
N. 35 — Aviso de 20 de julho de 1900 — Sobre a applicação dos saldos das economias licitas dos conselhos economicos dos hospitaes e enfermarias militares . . . . .	50
N. 36 — Aviso de 27 de julho de 1900 — Providencia para que haja escripturação especial para todos os actos que importem em receita para o Ministerio da Guerra emanados de accordo com o disposto no decreto n. 658, de 20 de novembro de 1899 . . . . .	51
N. 37 — Portaria de 30 de julho de 1900 — Declara que o art. 5 <sup>o</sup> do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890, não aproveita, para o abono do soldo integral da patente, ao official que, não tendo 25 annos de serviço, solicita reforma por ter attingido a idade para a reforma voluntaria . . . . .	52
N. 38 — Aviso de 30 de julho de 1900 — Declara que a provisão de 5 de setembro de 1815 e aviso de 5 de setembro de 1885, sobre os traslados dos processos que devem ficar nos corpos, não foram revogados pelo regulamento processual criminal militar e sim revogados pelo art. 233 do mesmo regulamento. . . . .	53
N. 39 — Portaria de 1 de agosto de 1900 — Declara que o official do exercito que já consignou parte do soldo, por qualquer motivo, ou já soffrer desconto para pagamento de divida á Fazenda Nacional, só pôde consignar a parte que faltar para prefazer a totalidade do soldo. . . . .	55
N. 40 — Aviso de 3 de agosto de 1900 — Explica o aviso de 9 de julho deste anno, sobre continencias militares. . . . .	56
N. 41 — Aviso de 20 de agosto de 1900 — Manda abonar ao porteiro do hospital militar do Andarahy a alimentação de que trata o art. 48 do regulamento da Direcção Goral de Saude. . . . .	56
N. 42 — Aviso de 27 de agosto de 1900 — Declara que aos alferes graduados compete a gratificação de exercicio de subalterno de corpo a pé ou montado, no qual servirem. . . . .	57

Pags.

- N. 13 — Aviso de 22 de setembro de 1900 — Declara que corre por conta dos cofres publicos a despesa com o enterramento das praças reformadas do exercito ou asyladas que residirem nos Estados e das effectivas que se acharem com licença para tratamento de saude . . . 57
- N. 44 — Circular de 25 de setembro de 1900 — Prohibe que os officiaes do exercito sejam postos á disposição dos presidentes e governadores dos Estados para servirem nas forças estadoaes. . . . . 58
- N. 45 — Aviso de 25 de setembro de 1900 — Declara como deve ser preenchido o lugar de terceiro membro dos conselhos economicos dos hospitaes militares na falta de pessoal medico . . . . . 59
- N. 46 — Aviso de 9 de outubro de 1900 — Autoriza o commandante do 2º districto militar a mandar desligar dos corpos do mesmo districto, aos quaes se acham addidos, os officiaes reformados e honorarios, que, incluídos no Asylo dos Invalidos da Patria, teem licença para residir nos Estados . . . . . 59
- N. 47 — Aviso de 8 de novembro de 1900 — Declara que os telegraphistas do estado menor dos batalhões de engenharia devem ter graduação de 1ª sargentos . . . 60
- N. 48 — Aviso de 19 de novembro de 1900 — Declara que os inferiores graduados em alteres pela lei de 9 de dezembro de 1895, convenientemente habilitados com o curso theorico e pratico exigido na lei, devem concorrer com os outros inferiores, tambem convenientemente habilitados, para a promoção de accordo com o disposto do decreto legislativo n. 669, de 8 de agosto ultimo. . . . . 60
- N. 49 — Aviso de 20 de novembro de 1900 — Declara que a indemnização do meio soldo que as praças sentenciadas receberam durante a prisão, deve começar no primeiro pagamento que seguir-se á intimação da sentença . . . . . 64
- N. 50 — Aviso de 21 de novembro de 1900 — Resolve a consulta que faz o commandante do 2º districto militar sobre a maneira de se proceder relativamente aos desertores condemnados pelos tribunaes civis a mais de seis annos de prisão, por crime da competencia destes tribunaes, antes de processados e definitivamente julgados por crime de deserção, pelo Supremo Tribunal Militar . . . . . 65
- N. 51 — Aviso de 11 de dezembro de 1900 — Declara qual a norma de conducta militar que deve ter um pharmaceutico de 1ª classe, encarregado de uma pharmacia, no caso de assumir a chefia da referida enfermaria um medico adjunto. . . . . 67
- N. 52 — Aviso de 12 de dezembro de 1900 — Declara os vencimentos que devem perceber o major graduado do corpo de engenheiros Antonio José Dias de Oliveira, que, sendo lente em disponibilidade, foi no-

	Pags.
meado fiscal do 1º batalhão de engenharia, e o 1º tenente João Baptista da Conceição Monte, a quem se permittiu prestar serviços como coadjuvante do ensino na Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, sem prejuizo das funções que lhe competem naquelle batalhão . . . . .	69
N. 53 — Aviso de 28 de dezembro de 1900 — Declara que aos alumnos que concluirem o curso de engenharia, e aos que completarem o dito curso, possuindo já titulo de bacharel em sciencias, deverá ser conferido o titulo de bacharel em mathematicas e sciencias physicas. exigindo-se o que preceitua o art. 256 do regulamento de 1874 . . . . .	70
N. 54 — Aviso de 31 de dezembro de 1900 — Declara que a importancia obtida pela venda em hasta publica do instrumental da banda de musica, que fôr julgado inserivel, deve ser recolhida ao cofre do conselho economico. . . . .	70
N. 55 — Aviso de 31 de dezembro de 1900 — Declara que a antiguidade do capitão pharmaceutico de 3ª classe do exercito Eugenio José Ferreira Baptista, neste posto, deve ser contada de 1 de maio de 1890 . . . . .	71



## MINISTERIO DA GUERRA

---

### N. 1 — AVISO DE 3 DE JANEIRO DE 1900

Declara que os alumnos das escolas do exercito inhabilitados em todas as materias por terem obtido nota — zero — em uma dellas devem ser submettidos na 2ª quinzena de março a exame de ponto de todas as materias que cursaram durante o anno lectivo.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1900  
— N. 19.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — O commandante da escola preparatoria e de tactica do Rio Pardo, em telegramma de 27 de dezembro findo, consulta si aos alumnos daquella escola, que por occasião dos segundos exames parciaes foram, pelo conselho de instrucção, julgados inhabilitados em todas as materias por terem obtido — zero — em uma dellas, deve ser applicada a penalidade do art. 123 do regulamento vigente.

Em solução a essa consulta, vos declaro, para que o façaes constar ao mesmo commandante, que os alumnos em taes condições devem ser submettidos, na segunda quinzena de março deste anno, a exame de ponto de todas as materias que cursaram no presente anno lectivo e em cujo segundo exame parcial foram inhabilitados, pois que o adiamento para a segunda época, embora legal, não obriga os alumnos a exame vago de materias em que houve frequencia effectiva, applicando-se, então, a penalidade do art. 123, aos que, sendo então reprovados, incorrerem nesse artigo.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

## N. 2— AVISO DE 5 DE JANEIRO DE 1900

Resolve diversas duvidas apresentadas pelo director da colonia militar junto á foz do Iguassú com relação aos terrenos da mesma colonia

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1900 — N. 29.

Sr. Chefe do Estado Maior de Exército — O director da colonia militar junto á foz do Iguassú, declarando que, por occasião de dispor de uma área de terreno, allegaram os competentes procuradores que o respectivo quarteirão pertence ao tenente Edmundo Francisco Xavier de Barros, consulta:

1.º Si a administração deve reconhecer como legal a propriedade de funcionarios militares da mesma colonia relativamente a bens immoveis sitos na sede ou zona colonial;

2.º Si na referida sede é licita a propriedade particular de terrenos sem edificação;

3.º Si deixa de ser propriedade da administração o terreno que circunda dentro de cerca as casas edificadas na sede da colonia.

Em solução a essa consulta, que acompanhou o officio que o commandante do 5º districto militar dirigiu a essa repartição em 29 de julho do anno findo, sob n. 2048, declarae ao mesmo commandante, para que o faça constar áquelle director:

Quanto ao primeiro quesito, que qualquer propriedade é legal desde que legaes são seus titulos;

Quanto ao segundo, que nos regulamentos pelos quaes tem sido regidas as colonias militares, nenhuma obrigação se impõe ao colono de edificar casa para sua habitação no proprio lote que cultivar, podendo, pois, elle residir em um lote e cultivar um ou mais, e que, desde que adquira posse legal de qualquer dos lotes que cultivar embora residindo em outro, não pôde este facto annullar o direito de sua propriedade;

Quanto ao terceiro, que querer-se conservar os quintaes das casas dos colonos edificadas na sede colonial, circumdados de cerca, seria obrigar os moradores a não dispor de um palmo de terreno fóra do perimetro de suas habitações, tanto mais que se trata de edificações rarissimas dentro de uma extensão enorme de terreno deshabitado, não podendo ser arrasadas as casas e plantações, que constituem bemfeitorias, e cabendo ao prejudicado haver judicialmente indemnização do damno causado, sem responsabilidade do Governo, que não autorizou tal excesso.

Outrosim vos declaro, para os fins convenientes, que não pôde ser approvada a deliberação que tomou o mencionado director relativamente á área de terreno em questão.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Melloiros Mallet.*

---

## N. 3 — AVISO DE 15 DE JANEIRO DE 1900

Declara como devem ser considerados para a promoção no exercito os serviços relevantes.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1901 — N. 24.

Sr. Commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo — O major do corpo de estado maior de artilharia José de Sá Earp, ajudante do material dessa escola, consulta si os serviços prestados em tempo de paz e considerados pelo Governo como relevantes são identicos aos actos de bravura em tempo de guerra, e si aquelles serviços dão direito à promoção em falta destes actos.

Em solução a essa consulta, que acompanhou vosso officio n. 694, de 13 de setembro do anno findo, vos declaro, para os fins convenientes, que serviços relevantes não dão direito à promoção, por não consignal-os com tal effeito o decreto n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891; entretanto, contribuem para reforçar de modo preponderante o quinto grupamento de qualidades que constituem o merecimento militar e que estão especificados no art. 10 do citado decreto; pois, si entre taes qualidades se acham os bons serviços prestados na paz e na guerra, nestes se devem incluir os serviços relevantes, visto ser a qualificação de que se trata a expressão da excellencia do serviço prestado.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

## N. 4 — AVISO DE 25 DE JANEIRO DE 1900

Declara que a despesa feita com a publicação de editaes chamando officiaes ausentes por excesso de licença corra por conta dos mesmos officiaes.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1900 — N. 186.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Consultando o commandante do 33º batalhão de infantaria, em officio de 12 de dezembro ultimo, que vos foi transmittido pelo commandante do 3º districto militar com o de n. 3763, de 19 do dito mez, si as despesas provenientes de editaes que mandou publicar em jornaes da cidade do Maceió, referentes à ausencia, por excesso de licença,

de dous officiaes do dito corpo, devem correr por conta da caixa do conselho economico ou si serão indemnizadas pelos referidos officiaes, vos declaro, para que façaes constar áquelle commandante, que essa despesa deve correr por conta dos alludidos officiaes, porque não só foi por elles occasionada, como porque, nos termos do art. 5º do regulamento approved pelo decreto n. 2213, de 9 de janeiro de 1896, as economias licitas deverão ser applicadas ao que for conveniente ao bem estar das praças e ao arranjo interno dos corpos, a juizo e deliberação do conselho.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

#### N. 5 — AVISO DE 26 DE JANEIRO DE 1900

Declara qual o vencimento que deve ser tirado em folha dos officiaes que estiverem em tratamento nas enfermarias militares, e como devem ser ellas indemnizadas das despesas feitas com os mesmos officiaes.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1900 — N. 198.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — O chefe do serviço sanitario na guarnição do Estado das Alagôas, consulta :

1º, si todos os vencimentos dos officiaes em tratamento na enfermaria são tirados na respectiva folha pelo batalhão e remetidos ao conselho economico, excepto o meio-soldo, que deve ser pago ao official ;

2º, si deve a Delegacia Fiscal pagar sómente o meio-soldo e que tem direito o official, ficando os demais vencimentos no cofra da referida delegacia ;

3º, si no caso negativo fica o conselho economico da enfermaria prejudicado com a falta do recebimento das despesas feitas com o tratamento do official.

Em solução a essa consulta, que acompanhou o officio n. 3272, que, em 19 de outubro ultimo vos dirigiu o commandante do 3º districto militar, declarae a este commandante, para os devidos effeitos, que nas folhas dos officiaes só deve ser tirado, durante o tempo em que elles estiverem em tratamento na enfermaria militar, o meio-soldo, unico vencimento a que ficam reduzidos ; e que a importancia da outra metade do soldo e da respectiva etapa, relativa a esse tempo, deverá ser entregue pela Delegacia Fiscal ao conselho economico da mesma enfermaria.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

## N. 6 — AVISO DE 26 DE JANEIRO DE 1900

Declara que os officiaes do exercito que estiverem em disponibilidade por fazerem parte do Congresso Nacional só podem, terminando o mandato, apresentar-se ás respectivas autoridades depois do reconhecimento dos cidadãos eleitos para preencherem as suas vagas.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1900 — N. 201.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Declarae ao director geral de saude, em resposta ao seu officio n. 18, de 3 do corrente, dirigido a essa repartição, que a apresentação do major-medico de 3<sup>a</sup> classe do exercito Dr. Joaquim Antonio da Cruz só deverá ter lugar depois de preenchida no Congresso Nacional a sua cadeira de senador pelo Estado do Piauh, pois que até o reconhecimento do cidadão eleito para preencher a sua vaga no Senado está elle prompto para o exercicio de suas funções ordinarias ou extraordinarias, sendo até então considerado em disponibilidade, como preceitua a lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

## N. 7 — AVISO DE 31 DE JANEIRO DE 1900

Declara que o official inferior que por haver effectuado matricula em alguma das escolas do exercito perdeu a graduação, si é desligado da escola e volta ao corpo a que pertencia, deve percorrer a escala hierarchica, embora haja vaga do posto que tinha.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1900 — N. 250.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — O capitão do 30<sup>o</sup> batalhão de infantaria Gonçalo Muniz Telles consulta si a praça graduada que, de conformidade com o disposto no art. 213 do regulamento para os institutos militares do ensino, perde a graduação por haver effectuado matricula, deve novamente correr os postos ou ser logo elevada ao posto que occupava, si for desligada no mesmo anno da matricula e novamente incluída no batalhão e companhia a que anteriormente pertencia, havendo vaga do posto que tinha.

Em solução a esta consulta, que acompanhou o officio n. 873, que em 30 de agosto ultimo vos dirigiu o commandante do

6º districto militar, vos declaro, para os fins convenientes, que os officiaes inferiores que perdem seus postos por effeito de matricula, de accordo com o citado regulamento, não constituindo uma classe com direitos especiaes, devem, quando regressam aos corpos, percorrer a escala hierarchica, de conformidade com o que dispõem o referido artigo e o art. 38 dos regulamentos para o serviço interno dos corpos arregimentados.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

#### N. 8 — AVISO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que não devem ser chamados, para completar juntas de saude, medicos reformados mais graduados que os effectivos; mas quando, por força maior, semelhante facto se der devem aquelles assignar acima destes si forem mais graduados.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1900 — N. 375.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exército — O delegado da direcção geral de saude, junto ao commando do 7º districto militar, consulta:

1º, si pôde um medico de 5ª classe dirigir um hospital militar, sendo seu coadjuvante um medico de 3ª classe reformado;

2º, quando por força maior forem chamados, para completar a junta de inspecção militar, medicos reformados, a quem cabe assignar em primeiro logar.

Em solução a essa consulta, que por cópia acompanhou o officio n. 75, de 30 de maio ultimo, do commandante do 7º districto militar, vos declaro, para os fins convenientes, que deve recommendar-se que não sejam chamados ao serviço medicos reformados mais graduados que os effectivos no exercicio e quanto à 2ª parte, que compete ao medico reformado, quando mais graduado, assignar acima do effectivo.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

## N. 9 — AVISO DE 15 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que os estafetas encarregados da entrega de telegrammas particulares, em pontos distantes das respectivas estações, tem direito de receber dos destinatarios a importancia das despesas do seu transporte; não, porém, quando se tratar de telegrammas officiaes, em cujo caso a despesa corre por conta dos mesmos estafetas.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1900 — N. 398.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Tendo o commandante do 15º batalhão de infantaria consultado si o destinatario de um telegramma é obrigado a pagar ao estafeta encarregado de sua entrega alguma quantia por este trabalho, declarae ao commandante do 1º districto militar, em solução a tal consulta, que acompanhou seu officio n. 10.409, de 12 de dezembro ultimo, dirigido a essa repartição, que o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas informa que, tratando-se de entrega de telegrammas particulares em pontos distantes das estações telegraphicas, os destinatarios são obrigados a pagar a despesa com o transporte dos estafetas; não, porém, quanto aos telegrammas officiaes, em cujo caso os encarregados de sua entrega, ou tem de viajar a pé, ou pagar á sua custa o respectivo transporte, sendo que o director geral dos telegraphos ordenou ao encarregado da estação telegraphica de Belém que reclame do commandante do districto militar uma praça montada para diariamente fazer a entrega dos telegrammas officiaes.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

## N. 10 — AVISO DE 21 DE FEVEREIRO DE 1900

Manda abonar a um official transferido da arma de artilharia para o corpo de estado maior a importancia correspondente a tres mezes de soldo para indemnizar dentro do exercicio.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1900 — N. 18.

Sr. Director da Contadoria Geral da Guerra — O n. 1 do art. 10 das instrucções que acompanharam o decreto n. 946 A, de 1 de novembro de 1890, só autoriza adiantamento aos officiaes quando promovidos e não tenham carga, mediante indemnização por descontos mensaes da quinta parte do soldo.

Considerando, porém, que os officiaes transferidos de uma<sup>8</sup> para outras armas ou corpos especiaes, forçadamente terão de mudar de uniformes, em vista do disposto no decreto n. 2.367, de 22 de outubro de 1896, o que não acontece a muitos daquelles que sendo promovidos na mesma arma, continuam pelo menos com o mesmo fardamento e gozam dos favores do decreto citado n. 946 A ;

Considerando tambem que nas condições dos transferidos de arma se acha o tenente Melchise.tek de Albuquerque Lima, que sendo da arma de artilharia foi transferido para o corpo de estado-maior, mandae abonar ao mesmo tenente, para occorrer ás despesas com a mudança de seus uniformes, a quantia correspondente a tres mezes de soldo, de cuja importancia indemnizará os cofres publicos dentro do corrente exercicio.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Millet.*

---

#### N. 11 — AVISO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1900

Declara que não podem ser annexados aos conselhos de investigação papeis estranhos á formação da culpa e que o art. 192 do regulamento processual criminal militar é extensivo a taes conselhos quando nomeados a pedido.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1900 — N. 509.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — O tenente do 40º batalhão de infantaria Candido Borges Castello Branco, em requerimento que me dirigiu, consulta:

1º, si ao conselho de investigação a que responde podem ser annexados papeis estranhos á sua formação de culpa;

2º, si o art. 192 do regulamento processual criminal militar é extensivo a taes conselhos de investigação nomeados a pedido.

De accordo com o que informaes a respeito, declaro-vos, para os fins convenientes, e em solução á referida consulta, que a autoridade nomeante do conselho de investigação tem competencia para ministrar a este todos os esclarecimentos, contanto que tenham relação com o facto que constitue a base da accusação e sejam ministrados antes da audiencia do accusado e que, quanto á segunda parte, o art. 192 é applicavel aos conselhos de investigação, quando a pedido, uma vez que os esclarecimentos sejam anteriores á audiencia do justificante e se relacionem com o facto que lhe é attribuido e do qual pretende justificar-se.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Millet.*

---



## N. 12 — AVISO DE 5 DE MARÇO DE 1900

Declara que os ministros do Supremo Tribunal Militar são juizes federaes e, portanto, isentos de imposto sobre vencimentos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 5 de março de 1900 — N. 21.

Sr. Director da Contadoria Geral da Guerra — Sendo extensiva aos ministros do Supremo Tribunal Militar a decisão do Ministerio da Fazenda de 25 de março do anno proximo passado, que isentou os juizes federaes, civis, do imposto sobre vencimentos e depois mandou restituir-lhes o que lhes fôra cobrado sob esse titulo, visto que os ministros daquelle tribunal são tambem juizes federaes e consequentemente estão comprehendidos na disposição do art. 57, § 1º, da Constituição Federal, providenciae para que os bachareis Antonio Augusto Cardoso de Castro e José Novaes de Souza Carvalho, ministros togados do referido tribunal, que reclamam contra a redução de seus vencimentos, por meio desse imposto, sejam isentos delle, de conformidade com o disposto no art. 1º, n. 30, da lei n. 640, de 14 de novembro de 1899, restituindo-se-lhes o que a igual titulo se lhes tem descontado nos respectivos vencimentos, para o que se fará o calculo desta despesa, adm de ser tudo presente ao Tribunal de Contas para o competente registro.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

## N. 13 — AVISO DE 13 DE MARÇO DE 1900

Declara que os commandos de guarnição não tem secretarios especiaes e quem deve exercer este logar.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 13 de março de 1900 — N. 636.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Tendo o commandante do 6º districto militar consultado, em telegramma enviado a essa repartição em 13 do mez findo, si a portaria de 5 de setembro de 1899, dirigida á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Espirito Santo, não approvando o abono de gratificação de commando de guarnição ao alferes commandante do contingente estacionado no dito Estado, por só lhe caber a do exercicio de commando de contingente, se applica aos secretarios dos commandantes das fronteiras do Rio Grande do Sul e guarnições, declarae ao referido commandante, para os fins convenientes, que não existe o

logar especial de secretario nas guarnições e fronteiras deste Estado, com a respectiva remuneração fixada nos orçamentos, devendo taes funcções ser accumuladas pelo secretario de um dos corpos, sem maior vantagem, ou exercidas por um official subalterno, tirado para esse fim de algum dos referidos corpos, percebendo o vencimento de subalterno, como já se acha resolvido.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mollet.*

---

#### N. 14 — AVISO DE 26 DE MARÇO DE 1900

Declara que o fardamento que se fornece aos alumnos, praças de pret, das escolas do exercito é gratuito.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 26 de março de 1900 — N. 156.

Sr. Commandante da Escola Militar do Brazil — Em vista das ponderações que fazeis em vosso officio n. 104, de 14 do corrente, vos declaro que não se deve fazer carga do fardamento que receberam como praças de pret os alumnos ultimamente nomeados alferes-alumnos, por isso que tal fardamento é considerado gratuito.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mollet.*

---

#### N. 15 — AVISO DE 6 DE ABRIL DE 1900

Declara que nenhum official do exercito pôde exercer emprego ou commissão estranha á Repartição da Guerra sem licença previa do respectivo ministro.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 6 de abril de 1900 — N. 826.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Não sendo procedentes as razões apresentadas pelo tenente-coronel do corpo de engenheiros Antonio Vieira Areias Junior, professor do Collegio Militar, no officio que acompanhou o de n. 1587, de 27 do mez proximo findo, do commandante desse estabelecimento, e que submettestes á minha consideração, para acceitar a nomeação de engenheiro dos theatros, feita pelo chefe de policia desta Capital, vos declaro, para que o façaes constar ao mesmo tenente-coronel, que nenhum official do exercito pôde exercer qualquer cargo em commissão estranha á Repartição da Guerra, embora a accumulção seja permittida por lei, sem licença prévia deste

Ministerio, unico competente para conhecer da sua conveniencia como foi declarado em portaria de 5 de agosto de 1895, publicada na ordem do dia n. 658, da extincta Repartição de Ajudante General, e que fareis reproduzir nas da repartição a vosso cargo, recommendando a sua fiel observancia.

Saule e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

#### N. 16 — PORTARIA DE 18 DE ABRIL DE 1900

Declara que as familias dos medicos e pharmaceuticos-adjuntos do exercito não tem direito ao abono de quantitativo para despesas de enterramento.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 18 de abril de 1900 — N. 1.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria do Estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal, no Estado da Parahyba do Norte, para os fins convenientes e em solução ao seu officio n. 3, de 15 de março findo, que bem procedeu aquella Delegacia negando á familia do pharmaceutico-adjunto do exercito Jesuino Egypciaco de Lima e Moura o abono de quantitativo para despesas de enterramento desse pharmaceutico, por isso que tal abono só se faz quando se trata de officiaes do exercito e os adjuntos no serviço sanitario tem apenas graduações militares. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

#### N. 17 — AVISO DE 12 DE MAIO DE 1900

Declara que a menagem concedida aos officiaes do exercito no quartel de sua residencia deve ser considerada prisão preventiva e como tal levada em conta no cumprimento da sentença.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 12 de maio de 1900 — N. 994.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Tendo o alferes do 8º regimento de cavallaria Ivo Leite de Salles consultado si a menagem concedida ao official no quartel de sua residencia, de accordo com o disposto na lettra a do art. 130 do regulamento processual criminal militar, deve ser contada como prisão preventiva e consequentemente levada em conta no cumprimento da pena, vos declaro, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado

em consulta de 2 do mez findo resolveu, em 11 do corrente, \* que a menagem concedida ao official do exercito no quartel de sua residencia deve ser considerada prisão preventiva e como tal levada em conta no cumprimento da sentença.

Saude e fraternidade.— *João Thomaz Cantuaria.*

\* Sr. Presidente da Republica — Mandastes transmittir em 9 de janeiro ultimo, por aviso do Ministerio da Guerra, a este tribunal, para emitir seu parecer sobre os inclusos papeis relativos ao alferes do 8º regimento de cavallaria Ivo Leite de Salles, consultando si a menagem concedida ao official no quartel de sua residencia deve ser contada como prisão preventiva e nestas condições levada em conta no cumprimento da pena, visto que o paragrapho unico do art. 243 do regulamento processual criminal militar nada diz a respeito.

O general chefe do estado maior do exercito, tendo em vista as informações da 4ª secção e da auditoria da guerra, junto ao mesmo estado maior, diz o seguinte:

« A' cerca da consulta que nos inclusos papeis dirige ao Sr. Ministro o alferes do 8º regimento de cavallaria Ivo Leite de Salles, penso que: si a menagem concedida nas cidades e acampamentos não o computada como prisão preventiva para o tempo total (paragrapho unico do art. 243 do regulamento processual militar), e si (art. 130 do dito regulamento) a menagem pôde ser concedida ao official na sua propria casa, no quartel do corpo, na praça, acampamento, cidade ou logar em que se achar, parece claro que a menagem no quartel de sua residencia deve ser, por exclusão de partes, considerada prisão preventiva e levada em conta no cumprimento da sentença. A secção de exame da Secretaria da Guerra exprime-se da seguinte maneira:

Si a menagem concedida nas cidades e acampamentos não é computada como prisão preventiva para o tempo total da sentença (paragrapho unico do art. 243 do regulamento processual) e si (art. 130 do dito regulamento) a menagem pôde ser concedida ao official na sua propria casa, no quartel do corpo, na praça, acampamento, cidade ou logar em que se achar, parece claro que a menagem em sua propria casa deve, por exclusão de partes, ser considerada prisão preventiva, e levada em conta no cumprimento da sentença.

Onde a lei não distingue ninguem pôde distinguir.

Demais, achar-se com menagem em casa e, *mutatis mutandis*, estar preso em casa.

Estou, assim, de accordo com a secção. »

O Supremo Tribunal Militar está de accordo com as opiniões do general chefe do estado maior e da secção de exame da Secretaria da Guerra, sendo de parecer que:

A menagem concedida ao official do exercito no quartel de sua residencia deve ser considerada prisão preventiva e levada em conta no cumprimento da sentença.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1900.— *E. Barbosa.*— *R. Galvão.*— *Tude Neiva.*— *C. Niemeyer.*— *J. Thomaz Cantuaria.*

Foram votos os Srs. ministros Miranda Reis, Neto e Moura.

#### RESOLUÇÃO

Como parece, 11 de maio de 1900.— CAMPOS SALLES.— *João Thomaz Cantuaria.*

## N. 18 — AVISO DE 12 DE MAIO DE 1900

Declara que a remissão das dividas dos officiaes e praças, de que trata o decreto n. 611, de 29 de setembro de 1899, comprehende tanto os que morreram em combate como os que falleceram em consequencia de molestias adquiridas na campanha de Canudos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 12 de maio de 1900 — N. 32.

Sr. Director da Contadoria Geral da Guerra — Tendo o Sr. Presidente da Republica se conformado, em 11 do corrente, com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 2 de abril findo \*, sobre o requerimento de D. Isabel Georgina Pires

---

\* Sr. Presidente da Republica — Por aviso do Ministerio da Guerra, de 3 de janeiro do corrente anno, mandastes remetter ao Supremo Tribunal Militar, para consultar com seu parecer, o requerimento e mais papeis juntos relativos ao pedido de D. Isabel Georgina Pires de Mello, viuva do alferes do exercito Manoel Zuzarte de Mello, para ser-lhe restituída a importancia deduzida do espolio de seu fallecido marido, a titulo de indemnização á Fazenda Nacional pela divida contrahida por elle, visto julgar-se comprehendida no decreto n. 611, de 29 de setembro do anno passado.

A respeito informa a Contadoria Geral da Guerra que em 5 de outubro de 1897 foi recolhida á extincta caixa militar da Bahia a quantia de 1:720\$, encontrada em poder do alferes Zuzarte de Mello, após seu fallecimento em Monte-Santo; e que, tendo sido a mesma importancia requerida posteriormente pela referida viuva, o chefe da mencionada caixa opinou que lhe fosse entregue a differença entre a quantia acima de 1:720\$ e a de 920\$, divida que tinha para com a Fazenda Nacional o fallecido alferes.

Despachando o então Ministro da Guerra de accordo com esta opinião foi entregue á viuva a quantia de 800\$000.

Informa mais a citada Contadoria que, em vista da inspecção de saude a que foi submettido, em Canudos, a 3 de setembro de 1897, obteve o alferes Zuzarte de Mello quatro mezes de licença, fallecendo em Monte-Santo sete dias depois de sua chegada, e que o art. 1.º do decreto n. 611, citado pela requerente, mandando remir as dividas dos officiaes e praças fallecidos em Canudos, não parece comprehender os que pereceram nas praças de guerra, devido a causas diversas; pensando pelo exposto a mesma Contadoria que a citada disposição não pôde aproveitar á requerente.

A viuva do alferes Zuzarte de Mello allega em seu requerimento que elle falleceu em consequencia de molestia adquirida na campanha de Canudos, e parece.

A Contadoria Geral da Guerra diz, em sua informação que, a disposição do decreto n. 611 não pôde aproveitar á requerente, mas assim não pensa este tribunal, por ter fallecido o alferes Zuzarte de Mello em Monte Santo, theatro das operações da campanha de Canudos, e por molestia adquirida nella, como allega a sua viuva.

de Mello, viuva do alferes Manoel Zuzarte de Mello, fallecido em consequencia de molestia adquirida na campanha de Canudos, mandae restituir a mesma viuva a quantia de 920\$, que foi deduzida do espolio daquelle official para indemnização da divida que tinha para com a Fazenda Nacional.

Saude e fraternidade.—*João Thomaz Cantuaria.*

O art. 1.<sup>o</sup> do citado decreto manda remir as dividas das officiaes e praças que pereceram na campanha de Canudos e não somente em frente ás suas trincheiras.

Demais, consta da informação da mesma contadoria que o referido alferes Zuzarte de Mello obteve quatro mezes de licença em vista da inspecção de saude a que foi submettido em Canudos, fallecendo dias depois de ter chegado a Monte Santo.

Onde a lei não distingue não se deve distinguir o que ella talvez não cogitou; e nem a letra, nem o espirito della se presta á interpretação que lhe foi dada, prejudicando assim a viuva de um official, de quem estava ausente, supportando elle as aguras de uma campanha como foi a de Canudos, onde expunha a sua vida em tiroteios e combates; assim, o Supremo Tribunal Militar acha que é de justiça o que requer a viuva do alferes Manoel Zuzarte de Mello, por achar-se seu fallecido marido comprehendido no decreto n. 611, de 29 de setembro do anno passado, devendo-se indemnizar a referida viuva da quantia que lhe foi descontada da importancia encontrada no espolio de seu fallecido marido.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1900.—*E. Barboza.*—*R. Galvão.*  
—*Tudo Neiva.*—*C. Niemeyer.*—*J. Thomaz Cantuaria.*

Foram votos os Srs. ministros Miranda Reis, Neto e Moura.

#### RESOLUÇÃO

Como parece, 11 de maio de 1900.—*CAMPOS SALLES.*—*João Thomaz Cantuaria.*

## N. 19 — AVISO DE 14 DE MAIO DE 1900

Declara que não estão sujeitos ás multas os fornecedores que excedem os prazos fixados para entrega de artigos comprados por ajuste prévio, e portanto sem contracto escripto.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900 — N. 190.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Declaro, em resposta ao vosso officio n. 1410, de 19 de abril findo, e em additamento ao aviso n. 158, de 14 do mesmo mez, com relação á multa imposta aos fornecedores Fonseca Santos & Comp., que não podem ser classificados como incurso no art. 88 do regulamento de 19 de outubro de 1872 os fornecedores que houverem excedido o prazo fixado para a entrega de artigos cujas compras se fizerem por ajuste prévio, por isso que a disposição do referido artigo constitue uma das clausulas de contractos assignados por ambas as partes com obrigações mutuas.

Declaro-vos, outrossim, que não estão sujeitos á multa de 20 % os negociantes Azevedo Alves & Carvalho e Cesar Gomes & Comp., aos quaes vos referis no supracitado officio, e cujas contas com a nota — sem contracto — foram apresentadas á Contadoria para o respectivo processo, visto que se acham elles em condições identicas ás de Fonseca Santos & Comp., sendo que a Contadoria si não impugnou as multas que lhes foram impostas é porque aguardava solução deste Ministerio, dada no mencionado aviso de 14 de abril com relação ao primeiro dos ditos fornecedores.

Saude e fraternidade. — *João Thomaz Cantuaria.*

## N. 20 — AVISO DE 14 DE MAIO DE 1900

Declara que os ajudantes das colonias militares tem direito á gratificação de exercicio de subalterno do corpo a que pertencerem.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900 — N. 998.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Tendo o director da colonia militar do Chopim, no Estado do Paraná, consultado em telegramma dirigido á Contadoria Geral da Guerra, em 28 de dezembro ultimo, sobre a gratificação que deve ser abonada aos ajudantes das colonias, declaro-vos, para que o faças constar ao commandante do 5º districto militar, que, si naquella colonia

é necessario haver um ajudante e no desempenho desse logar se acha um official, deverá este perceber gratificação de exercicio de subalterno do corpo a que pertencer.

Saule e fraternidade.— *Jodo Thomaz Cantuaria.*

---

## N. 21 — AVISO DE 14 DE MAIO DE 1900

Sobre o desconto da metade do soldo aos officiaes e praças do exercito sentenciados no foro civil ou militar.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900 — N. 1062.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 2 de abril findo \*, relativa á data, a partir da qual deve a praça sentenciada soffrer o desconto da metade do soldo, assumpto sobre o qual pediu esclarecimentos o capitão fiscal do 39º batalhão de infantaria, resolveu, em 11 do corrente, que o desconto de meio-soldo das praças de pret, submettidas a processo no foro civil ou militar, deve ser effectuado da data da sentença

---

\* Sr. Presidente da Republica — Mandastes, por aviso do Ministerio da Guerra n. 174, de 11 de dezembro do anno proximo findo, remetter a este tribunal, para consultar com seu parecer, os inclusos papeis em que o capitão do 39º batalhão de infantaria Antonio Gonçalves Pereira consulta desde quando deve a praça sentenciada soffrer o desconto da metade do soldo: si da data da sentença ou daquella em que fôr presa e sujeita a processo, uma vez que no cumprimento da pena se leva em conta o tempo de prisão preventiva.

O chefe do estado maior do exercito pensa que se deve proceder em relação ás praças de pret como se procede com os officiaes submettidos a processo.

A quarta secção do estado maior do exercito entende que, caso não haja embargo, deve ser da data da intimação da sentença o desconto de metade do soldo, fazendo-se, porém, carga á praça sentenciada da metade do soldo recebido durante o tempo em que ainda não era conhecida a sentença, mas que faz parte do cumprimento da mesma sentença.

O Supremo Tribunal, tendo estudado com a devida attenção a questão ora sujeita á sua consideração, passa a expor o que pensa a respeito.

A tabella n. 2, que acompanhou a lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894, marcando os vencimentos do exercito e da armada, diz que as praças presas, não fazendo serviço, perderão as gratificações e as sentenciadas só receberão metade do soldo,

Em virtude dessa disposição, é evidente que o soldo das praças só poderá ser reduzido á metade, depois da sentença em ultima instancia.



em ultima instancia, fazendo-se carga ás ditas praças para lhes ser descontada, na forma da lei, da importancia do meio soldo que houverem recebido desde a data da prisão preventiva, que lhe é computada para o cumprimento da sentença, e que por identidade de razões se deverá descontar dos officiaes de patente, sentenciados a dous annos ou menos, o meio soldo que se lhe tiver abonado durante o tempo da prisão preventiva, computado no cumprimento da sentença.

Saude e fraternidade.— *João Thomaz Cantuaria.*

Como, porém, por lei posterior (n. 449, de 11 de outubro de 1897) se mandasse contar no cumprimento da pena o tempo de prisão preventiva, e sendo a redução de vencimentos um accessorio á acção penal, pensa o tribunal que estas disposições se conciliam perfeitamente abonando-se meio soldo ás praças sentenciadas sómente da data da sentença em ultima instancia, fazendo-se-lhes carga para o desconto, na forma da lei, da importancia correspondente á outra metade do soldo que recebera durante a prisão preventiva.

Este modo de proceder está de accordo com o que se pratica com os officiaes de patente, presos para responder a processo no fóro militar ou civil, que só ficam reduzidos a meio soldo, depois de sentenciados em ultima instancia, segundo dispõe o decreto n. 196 A, de 1 de novembro de 1890, mandado continuar em vigor pela citada lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894, na parte não alterada por ella.

Em vista do exposto, é o Supremo Tribunal Militar de parecer que as praças de pret, submettidas a processo no fóro militar ou civil, só devem soffrer a redução de meio soldo depois de sentenciadas em ultima instancia, indemnizando, porém, a Fazenda Nacional, na forma da lei, da importancia correspondente á outra metade do soldo que recebera durante a prisão preventiva, computada no cumprimento da sentença.

Pensa tambem o tribunal que, por identidade de razões, se deverá descontar dos officiaes de patente, sentenciados ha dous annos ou menos, o meio soldo que se lhes abonou durante o tempo de prisão preventiva, computado no cumprimento da sentença.

Vós, porém, Sr. Presidente, mandareis o melhor.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1900.— *E. Barbosa.*— *R. Galvão.*— *Tude Neiva.*— *C. Niemeyer.*— *J. Thomaz Cantuaria.*

Foram votos os Srs. ministros Miranda Reis, Neto e Moura.

#### RESOLUÇÃO

Como parece.— Rio, 11 de maio de 1900.— *M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.*— *João Thomaz Cantuaria.*

## N. 22 — AVISO DE 14 DE MAIO DE 1900

Declara que os conselhos de guerra não ficam constituídos sem a presença de todos os juizes.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900 — N. 1005.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 2 do mez findo\*, relativo á proposta que faz o commandante do 4º districto militar, em officio n. 3227, de 3 de julho ultimo, para que se dê a faculdade de se reunirem os conselhos de guerra com a maioria ab-

---

\* Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso de 18 de julho ultimo, mandastes a este tribunal, para ser tomado em consideração, o officio n. 3227, que em 3 deste mez dirigiu o commandante do 4º districto militar ao chefe do estado maior do exercito propondo, para evitar demora no andamento dos processos, a faculdade de se reunirem os conselhos de guerra com a maioria absoluta de seus membros.

O officio a que allude o aviso supra está expresso nestes termos: « Existindo na auditoria deste districto crescido numero de processos, cujo andamento tem sido demorado por causas diversas, figurando com frequencia entre ellas a falta de comparecimento de um de seus membros, para ser adiada a sessão, dando causa a constantes infracções do disposto no art. 296, do regulamento processual criminal militar, que estabelece o prazo de 60 dias para sua terminação, salvo força maior comprovada, venho propor-vos, como medida capaz de sanar o mal apontado, si não no todo, ao menos em grande parte, a faculdade de reunir-se o mesmo conselho de guerra com a maioria absoluta de seus membros.

A' sessão inicial e á final do julgamento é obrigatorio o comparecimento de todos os membros do conselho, ás outras, porém, em que se trata de inquirição de testemunhas e diligencias judiciais podem ser realizadas com a metade e mais um dos respectivos membros, sendo o presidente o interrogante e o auditor obrigados a todas, completando-se o quarto membro com um dos juizes que comparecer á hora marcada. Todos os corpos collectivos deliberam com a metade e mais um da totalidade de seus membros e os tribunaes criminaes não fazem excepção a esta regra.

E como no regulamento processual criminal militar não venha taxativamente disposta a exigencia de funcionar o conselho de guerra com a totalidade dos seus membros, pôde-se, em beneficio dos réos, adoptar a praxe geralmente seguida, até no proprio Supremo Tribunal Militar, de constituir-se para deliberar e julgar com a maioria de seus membros.

Ora, desde que a respeito não ficou claramente estatuida no regulamento regra alguma, e dispondo o art. 316 que nos casos omissos se consulte a jurisprudencia do Supremo Tribunal Militar, pensa ser

soluta de seus membros, a fim de evitar-se demora no andamento dos processos, resolveu, em 11 do corrente, não mandar adoptar a providencia indicada, porque o regulamento processual criminal militar, não dispondo que os conselhos de

---

este um dos casos cogitados no citado artigo: resolveis, entretanto, Sr. general, o que vos parecer, em beneficio da justiça militar, mais acertado. »

O Supremo Tribunal Militar, tomando em consideração o conteúdo do officio do general commandante do 4º districto, passa a dizer o que pensa a respeito:

Desde que foram estabelecidos os conselhos de guerra no Brazil, tem sido sete os seus membros *ad instar* do que se praticava em Portugal, e jamais se permittiu que funcçõessem sem a presença de todos os juizes.

O regulamento processual criminal militar, publicado em obediencia á lei n. 149, de 18 de julho de 1893, conservou o numero de sete juizes, e não dispondo em nenhum artigo que os conselhos de guerra podem funcçãoar sem algum dos seus membros, estatue, implicitamente, que esses conselhos não ficam constituídos sem a presença de todos os juizes.

As sentenças devem ser dadas pelos juizes que tenham assistido a todos os tramites do processo no conselho de guerra, salvo casos espeziaes, como o de molestia, em que torna-se indispensavel a substituição de algum delles.

O Supremo Tribunal Militar fica constituído para julgar sem a presença da totalidade de seus ministros, como diz o commandante do 4º districto, pôde funcçãoar com oito ministros, quando for applicavel a pena de 30 annos de prisão e com sete nos outros casos porque assim o dispõe taxativamente a respectiva lei organica.

Mas esses juizes, para poderem julgar, devem assistir á leitura completa do relatorio dos autos, isto é, devem assistir a todo o processo no tribunal.

Para que os conselhos de guerra pudessem funcçãoar sem a presença de todos os juizes para elles nomeados, seria preciso tambem dispositivo expresso no regulamento.

Os juizes que comparecessem sómente á sessão inicial e á do julgamento perderiam o ensejo de formular perguntas ás testemunhas para se esclarecerem, porque taes perguntas devem ser feitas em seguida á inquirição de cada testemunha e antes de dada a palavra ao réo para contestal-a como preceitua o art. 292.

O regulamento processual criminal militar procurou obviar, quanto possivel, o inconveniente da substituição de juizes dispondo que «o serviço judiciario prefere a qualquer outro » art. 287, e para impedir frequentes faltas de comparecimento de juizes ás reuniões de conselhos de guerra, o que occasiona adiamento da sentença, mandou «responder criminalmente todo aquelle que der causa immediata o não sufficientemente justificada para adiar-se o julgamento » art. 288.

Pelos fundamentos que acaba de expender, o Supremo Tribunal Militar não pôde concordar com a proposta do general commandante do 4º districto militar.

O ministro marechal Tude Neiva deu o seguinte voto:

Dispondo o regulamento processual criminal militar, nos arts. 12 e 13, que os conselhos de guerra se compoem de sete juizes, na

guerra poderão funcçionar sem algum de seus membros, estatue implicitamente que esses conselhos não ficam constituidos sem a presença de todos os juizes, além de estabelecer no art. 288 que será responsabilisado criminalmente o que der causa immediata e não sufficientemente justificada ao adiamento do julgamento.

Saude e fraternidade. — *João Thomaz Cantuaria.*

### N. 23 — AVISO DE 19 DE MAIO DE 1900

Sobre os prazos de que tratam os arts. 117 e 118 doCodigo Penal da Armada para a classificação do crime de deserção.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 19 de maio de 1900 — N. 1045.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exército — O commandante do 4º districto militar consultou, em officio n. 1047 que vos

existe que prohiba o funcionamento desses conselhos com a maioria necessaria, conforme as attribuições peculiares a cada um dos juizes, a não ser a praxe até agora seguida de exigir-se a presença de totalidade dos mesmos juizes em todas as sessões.

Si, pois, a experiencia tem demonstrado que semelhante praxe occasiona o retardamento da marcha na administração da justiça como affirma o commandante do 4º districto militar, e si a sua alteração pôde ao contrario favorecer este publico serviço, com vantagem para a sorte dos accusados perante os tribunaes judiciarios militares, é de bom conselho alterar a mesma praxe, indicando-se e regulando-se uma tal pratica.

Assim, sou do parecer que nas sessões de instrução, em que se tiver de inquirir testemunhas ou processar diligencias independentes do interrogatorio do réo e seu julgamento, uma vez que se achem na séle da circumscripção judicial militar respectiva todos os juizes de um conselho de guerra, quando naquellas sessões se der a falta de comparecimento até de tres juizes, pôle o mesmo conselho funcionar com o presidente, interrogante, auditor e dos outros quatro juizes, pratica esta que ficará reservada com o disposto nos arts. 209 e 211 do referido regulamento e está de accordo com o que se procede em todos os tribunaes da Republica, que podem legalmente funcionar com a maioria absoluta de seus membros.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1900. — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *Tade Neiva.* — *C. Niemeyer.* — *J. Thomaz Cantuaria.*

Foram votos os Srs. ministros Miranda Reis, Neto e Moura.

#### RESOLUÇÃO

Como parece, 11 de maio de 1900. — *M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.* — *João Thomaz Cantuaria.*

dirigiu em 14 de outubro ultimo, como devem proceder de ora em diante os corpos do exercito para qualificar a deserção das praças, visto que o Código Penal da Armada, em vigor no mesmo exercito, não marca no art. 117, ns. 3 e 4, prazo para a qualificação da ausencia ou da deserção, ao contrario do que se verifica nos ns. 1, 2 e 5 do citado artigo, em que se fixa prazo para esse fim.

O commandante do 1º regimento de cavallaria consultou :

1º, como devem ser julgadas as praças que estão actualmente desertadas quando capturadas ou quando se apresentarem, uma vez que commetteram o crime sob a vigencia da Ordenança de

---

Sr. Presidente da Republica — Por aviso do Ministerio da Guerra, de 26 de outubro do anno proximo passado, mandastes remetter a este tribunal, para consultar com o seu parecer, os inclusos papeis relativos á execução no exercito do Código Penal da Armada ampliado a este pela lei n. 612, de 29 de setembro de 1899, o qual no n. 3 do art. 117 não marca prazo para ser qualificada a ausencia, como faz em relação aos ns. 1, 2 e 5 do citado artigo.

Deu lugar a esta consulta o officio n. 1047 do commando do 4º districto militar ao chefe do estado maior do exercito, pedindo que se digne ordenar como devem os corpos proceder de ora em diante para qualificar a deserção de suas praças, visto ter a citada lei approved e ampliado ao exercito o Código Penal da Armada, promulgado pelo decreto n. 18, de 7 de março de 1891.

Diz o general commandante do 4º districto que a especie era regulada pelas ordenanças de 9 de abril de 1805, que taxativamente exigiam o prazo de oito dias de faltas consecutivas ao quartel, para ser a praça excluida do corpo pelo crime de deserção : que o novo código, porém, tratando desse crime, manda considerar desertor, em seu art. 117, ns. 3 e 4, o que sem causa justificada ausentar-se de bordo, dos quartéis e estabelecimentos de marinha onde servir : e que, sem causa justificada, communicada incontinentem, não se achar a bordo, ou no lugar onde sua presença se torne necessaria em razão do serviço, no momento de partir o navio, ou força, para viagem ou commissão ordenada.

Não se marca, portanto, prazo para ser qualificada a ausencia e muito menos a deserção, quando aliás os ns. 1, 2 e 5 do dito artigo consideram prazo para esse effeito.

Na hypothese tratada no n. 8 do alludido artigo é peremptoria a phrase, por não admittir duvidas, por tratar-se de momentos criticos em que as forças estão deante do inimigo: — o individuo que não acudir a qualquer chamada ou revista é considerado desertor. — Aqui não se falla em ausencia, ao contrario do n. 3 que emprega esta palavra, mas ainda neste caso para verificá-la são precisos decorrer 24 horas depois de faltar a praça ao quartel, como mandavam as antigas ordenanças e ficou consignado no art. 163 do regulamento processual criminal militar de 16 de julho de 1895, publicado em ordem do dia do exercito n. 660, de 26 de agosto desse anno.

Fazendo ainda outras considerações conclue o commandante do 4º districto o seu citado officio dizendo : « Ao terminar, devo informar a V. Ex. que emquanto não receber ordem em contrario mandarei proseguir a respeito dos crimes de deserção e ausencia na pratica que até hoje se tem seguido. »

9 de abril de 1805 e foram classificadas de conformidade com esta ordenança;

2º, si continha em vigor a citada ordenança, na parte relativa a faltas maiores de 3 dias e menores de 8, conforme o titulo 2º;

3º, si subsistem as disposições que mandam punir tres ausencias maiores de tres dias commettidas dentro de um anno como uma deserção.

O Sr. Presidente da Republica, tendo ouvido a tal respeito o Supremo Tribunal Militar, resolveu em 18 do corrente, conformando-se com o parecer do mesmo tribunal exarado em consultas

Ouvindo o auditor de guerra do estado maior do exercito, diz serem judiciosissimas as considerações apresentadas pelo general commandante do 4º districto militar, e opina para que se adopte o alviere por elle apontado.

O Supremo Tribunal Militar, estudando com a maxima attenção o assumpto da presente consulta e tendo reconhecido que os esclarecimentos pedidos pelo general commandante do 4º districto militar são da alçada da justiça militar, aguardou oportunidade para resolver em especie a questão vertente; e tendo ella se offerecido com o processo de conselho de guerra a que respondeu o réo Pompeu Gomes de Carvalho, clarim do 9º regimento de cavallaria, cuja sentença foi proferida em sessão de justiça por accordão de 18 do corrente mez, o tribunal vos remette, Sr. Presidente, cópia do referido accordão que resolveu as duvidas suscitadas pelo general commandante do 4º districto militar em 14 de outubro de 1899. ( \*\* )

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1900. — *Pereira Pinto.* — *Miranda Reis.* — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *Tade Neira.* — *C. Neto.* — *H. Vasques.* — *J. Thomas Cantuaria.*

#### RESOLUÇÃO

Como parece, 18 de maio de 1900. — *CAMPOS SALLES.* — *João Thomas Cantuaria.*

Sr. Presidente da Republica — Com aviso do Ministerio da Guerra, n. 30, de 9 de março ultimo, mandastes remetter a este tribunal, para poderem ser tomados na consideração que merecerem, os inclusos papeis em que o commandante do 1º regimento de cavallaria pede informações sobre o modo de interpretar diversas disposições do Código Penal da Armada ampliado ao exercito.

Diz esse commando em officio n. 817, de 16 de outubro de 1899, que a lei n. 612, de 29 do mez anterior, ampliou ao exercito o referido código e, havendo revogado as disposições em contrario, conclue-se que não só os artigos de guerra de 1763, sinão tambem a ordenança de 9 de abril de 1805, que regulava a classificação e penalidades para os crimes de deserção, não podem mais ter applicação, devendo taes crimes ser julgados e punidos de accordo com as disposições do mesmo código.

Como, porém, estabeleça elle penalidades differentes das da indicada ordenança, consulta sobre o modo por que devem ser julgadas as praças que se acham actualmente desertadas, quando forem captu-

de 23 do mez findo e 7 do corrente \*, que a verificação do crime de deserção depende do prazo de ausencia nos casos do art. 117,

radas ou se apresentarem, porquanto seus crimes foram commettidos na vigencia dessa ordenança e segundo ella classificados.

Consulta, igualmente, si continúa em vigor a dita ordenança de 1805, na parte referente a faltas maiores de tres dias e menores de oito, conforme o titulo 2º, e si subsiste a disposição que manda punir tres ausencias maiores de tres dias commettidas dentro de um anno como uma deserção.

Ouvido o commando do 4º districto militar, diz, em informação lançada nesse officio, que, no endereçado por elle, sob n. 1017 de 14 do indicado mez de outubro, tratando do assumpto, não cogitara do caso das tres ausencias para constituir crime de deserção, e, quanto ao julgamento dos crimes praticados anteriormente, o art. 2º do codigo resolve a questão.

O chefe do estado maior do exercito, por sua vez, declara, em officio n. 2502, de 27 de novembro de 1899, haver, remettendo o de n. 1047, do commando do districto, opinado em ouvir-se este tribunal sobre o modo de interpretar diversas disposições do mesmo codigo.

As duvidas suscitadas pelo commando de cavallaria estão resolvidas em accordão deste tribunal, de 17 de abril proximo findo, proferido no processo do conselho de guerra a que respondera o clarim do 9º regimento dessa arma, Pompeu Gomes de Carvalho, accusado de primeira deserção aggravada, accordão a vós remettido, por cópia, com a consulta de 30 desse mez, satisfazendo o determinado em aviso do Ministerio da Guerra de 26 do alludido mez de outubro, consulta com a qual, restituindo-vos os papys appensos a esse aviso, considera resolvidas, pelo citado accordão, as duvidas concernentes ao proceder que de ora em diante devem os corpos adoptar para qualificar a deserção de suas praças, visto haver a já mencionada lei approvada e ampliado ao exercito o Codigo Penal da Armada, promulgado pelo decreto n. 18, de 7 de março de 1891. Reporta-se, consequentemente, este tribunal a essa consulta.

O ministro marechal Niemeyer, um dos divergentes da maioria que opinara por essa resolução (accordão de 18 do referido mez de abril), assignara-se vencido, por pensar que tendo o réo, cujo processo originara o dito accordão, praticado o crime de deserção *na vigencia da ordenança de 9 de abril de 1805 e não na do Codigo Penal da Armada, com applicação ao exercito*, e sendo as penas daquella ordenança mais brandas, deveria ser condemnado segundo essa ordenança. Acrescendo haver o réo commettido tres ausencias maiores de tres dias, dentro de um anno, contadas, cada uma, da primeira falta, o que constitue crime de deserção de conformidade com o art. 4º da referida ordenança, entretanto que, pelo citado codigo, cada uma dessas ausencias é crime de deserção.

A ausencia, por mais de oito dias, só é precisa para constituir crime de deserção nos casos expressos nos ns. 1 e 2 do art. 117 do alludido codigo, isto é, no de excesso de licença, ou no de ser esta cassada ou revogada.

Os regulamentos disciplinares do exercito e da armada não cogitaram do prazo de oito dias, e quando assim não procedessem, achar-se-hiam, nesta parte, annullados pelo citado codigo. O regulamento disciplinar do exercito trata da ausencia sem licença por prazo que não constitua deserção e do que não se apresentar finda a licença, §§ 23 e 24 do art. 5º.

ns. 1, 2 e 5, do Código Penal da Armada, independe, porém, delle no caso do art. 118, sendo taxativo e expresso nos casos do

O regulamento disciplinar para a armada cogita das ausencias de bordo, etc., que não constituam deserção e do excesso de licença que também não constitua deserção, §§ 4º e 24 do art. 1º.

Assim, quer o regulamento do exercito, quer o da armada, não fixaram prazos, por isso que taes prazos se achavam estabelecidos por outras leis e podiam ser modificados como foram, pelo Código Penal da Armada.

Pensa ainda o mesmo ministro marechal Niemeyer:

A prevalecer a doutrina do accordão, o Código não revogou as leis anteriores sobre os prazos para constituir deserção.

As ausencias, sem licença, menores de tres dias, punidas correccionalmente, independem de processo, constituem actualmente as unicas faltas disciplinares a que se referem os regulamentos disciplinares para o exercito e armada, de harmonia com a resolução de 17 de janeiro de 1889.

As outras ausencias maiores de tres dias e menores de oito, as quaes eram punidas por um conselho de disciplina, constituem actualmente crimes, por força do art. 117 n. 3 do já citado Código Penal da Armada.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1900. — *Pereira Pinto*. — *R. Galvão*. — *C. Niemeyer*. — *C. Neto*. — *B. Vasques*. — *F. A. de Moura*.

#### RESOLUÇÃO

Como parece. — Rio de Janeiro, 13 de maio de 1900. — **CAMPOS SALLES**. — *João Thomaz Cantuaria*.

\*\* Cópia — Capital Federal — Pompeu Gomes de Carvalho, clarim do 9º regimento de cavallaria, accusado de primeira deserção aggravada. — Sentença do Supremo Tribunal Militar: Vistos os autos, etc., mostra-se e delles consta que o réo Pompeu Gomes de Carvalho, clarim do 9º regimento de cavallaria, tendo faltado tres vezes, dentro do mesmo anno, contado do dia da primeira falta e em cada uma tendo estado ausente *por mais de tres e menos de oito dias*, foi no respectivo termo de fl. 5, à vista dos autos do conselho disciplinar, verificada a sua deserção e esta qualificada aggravada, de accordo com o art. 4º, titulo 4º da rubrica — Primeira deserção simples — e unica do mesmo titulo da rubrica — Deserções aggravadas por circumstancias — da Ordenança de 9 de abril de 1805, em consequencia do que, apresentando-se voluntariamente, submittido a conselho de guerra, foi condemnado a oito mezes de prisão e mais castigos. Sem apreciar a regularidade na applicação dessa pena, o Supremo Tribunal Militar:

Considerando que, pela lei n. 612, de 29 de setembro de 1899, foi ampliado ao exercito o Código Penal da Armada, e que « as contrações de policia commettidas a bordo dos navios da armada ou das embarcações sujeitas ao mesmo regimen, nas fortalezas, quartéis e estabelecimentos navaes, e as infracções dos regulamentos disciplinares » não estão comprehendidas no citado código (Código Penal da Armada, art. 4º a e b);



art. 117, ns. 4, 6 e 8; que este artigo quando prevê nos ns. 3 e 7 a ausencia independentemente de licença, embora não fixe

---

Considerando que no exercito, pelo regulamento disciplinar de 8 de março de 1875 a ausencia sem licença, *mas não por tempo que constitua de crime* é transgressão disciplinar (regulamento disciplinar do exercito citado, art. 5º, § 23);

Considerando que as *ausencias menores de tres dias* são punidas pelos chefes dos corpos, nos termos do regulamento disciplinar citado, arts. 7º e 30, § 4º, e que as *ausencias menores de oito dias e maiores de tres* são julgadas e punidas por sentença de um conselho disciplinar regimental, conforme a resolução de 17 de junho de 1880, sobre consulta de 31 de maio do mesmo anno, de accordo com os arts. 2º e 3º do titulo 3º da Ordenança citada; considerando que o mencionado conselho regimental não faz parte da organização judiciaria propria-mente dita, já porque não está incluído entre os conselhos encarregados da administração da justiça militar, instituídos no regulamento processual militar, já porque, pelo disposto no art. 317 do citado regulamento processual foi explicitamente excluída da alludida organização judiciaria; considerando que o prazo de ausencia independente de licença fixada na legislação criminal do exercito, em vigor ao tempo da promulgação da citada lei n. 612, para a verificação da deserção em tempo de paz era de oito dias completos; considerando que o prazo de ausencia, elementar do crime de deserção no caso de excesso de licença era de 30 dias, contados precisamente daquelle em que o excesso começava; considerando que, além desses dous modos, o crime de deserção se constituia quando o accusado faltasse tres vezes dentro do mesmo anno, contado do dia da primeira falta, e em cada uma estivesse ausente por mais de tres dias e menos de oito; considerando, portanto, que no exercito, respeitadas as disposições do art. 4º do Código Penal citado, a ausencia menor de oito dias, fosse por excesso de licença, fosse independente de licença, constituindo transgressão disciplinar, não podia simultaneamente constituir crime de deserção; considerando que, pelo Código disciplinar da armada, art. 1º, n. 24, o excesso de licença, *por tempo que não constitua deserção*, está previsto como transgressão disciplinar; considerando que, definidos os casos de deserção no Código Penal citado, a verificação de crime depende do prazo de ausencia nos casos do art. 117, ns. 1, 2 e 5 e somente de modo taxativo e expresso nos casos dos ns. 1, 6 e 8 e no art. 118 independente de prazo; considerando que o art. 117 do Código Penal citado, ns. 3 e 7, quando prevê a ausencia independente de licença, embora não fixe o prazo para constituir-se o crime de deserção, desde que o estabelece para os casos semelhantes dos ns. 1 e 2 do mesmo artigo, autoriza a conclusão, pelo exame de todos os casos em especie, de que o prazo do n. 1 *in fine* é extensivo aos ns. 3 e 7; considerando que contrariamente a esta interpretação, indicada pelo principio juridico *favorabilis ampliando odiosa restringenda*, tornar-se-hia necessaria a adopção de procedimento diverso entre individuos ao serviço do exercito e ao serviço da armada sujeitos a um só Código Penal e a respeito de um mesmo crime, sem que motivo de ordem especial nem as conveniencias da disciplina em particular de uma ou de outra corporação reclamem essa desigualdade, e quando em todos os demais casos dos arts. 117 e 118 do citado Código Penal um só procedimento pôde ser adoptado; consideran lo que, pelos arts. 117 e 119 do citado Código Penal, as *ausencias maiores de tres dias e menores de oito* não constituem crime de deserção, ainda

**prazo para constituir-se o crime de deserção, autoriza a conclusão de que o estabelecido no n. 1 é extensivo aos casos dos ns. 3 e 7.**

que em numero maior de tres, dentro do espaço de um anno; considerando que o citado Código Penal ampliado ao exercito, consagra no art. 2º, o principio de não retroactividade da lei penal, exceptuando o facto anterior: a) si não é qualificado crime; b) si fôr punido com pena menos rigorosa: absolve o réo da accusação que lhe foi intentada, e manda que seja elle posto em liberdade si por al não estiver preso. Como instrucção recommenda que, para a verificação e qualificação da deserção no tocante aos prazos para a constituição deste crime, em observancia dos arts. 166 a 173 do regulamento processual militar, tenham-se em vista os casos classificados nos arts. 117 e 118 do Código Penal citado. E assim, nos casos dos ns. 1, 2, 3 e 7 do art. 117, serão organizadas as peças iniciais do processo, e que servem de base ao conselho de guerra allí indicadas, depois de oito dias de ausencia, nos casos dos ns. 4, 6 e 8 e no do art. 118, depois de 24 horas: no caso do n. 5 do mesmo art. 117, depois de seis mezes. Rio. 18 de abril de 1900.—*Miranda Reis*.—*E. Barbosa*.—*R. Galvão*.—*Tude Neiva*.—*C. Niemeyer*, vencido.—*C. Neto*, vencido.—*B. Vasques*.—*J. Thomas Cantuaria*.—*A. A. Cardoso de Castro*.—*Aryndino V. de Magalhães*, vencido, quanto á interpretação no tocante ao prazo que se deu ao n. 3 do art. 117 do Código Penal da Armada.—*José Norais de Souza Carcalho*, vencido: Votei pela fórmula da sentença do conselho de guerra para ser o réo condemnado a seis mezes de prisão e mais castigos referidos no art. 1º da rubrica — primeira deserção simples — título 4º da *Ordnança* de 9 de abril de 1895, porque o facto attribuido ao réo, já pela disposição citada, já pelo Código Penal da Armada, constitue um delicto; portanto, estando feita a prova da culpabilidade do dito réo, não podia ser de fórmula alguma absolvido, como foi.

E faço applicação ao réo daquella *Ordnança* e não o referido Código, porque o facto, tendo occorrido no regimen da primeira lei, contém esta disposição mais branda, attendendo a que elle não foi acompanhado de circumstancias aggravantes nem attenuantes.

O citado Código só tem effeito retroactivo nos dous unicos casos mencionados no art. 2º, letras a e b, isto é, quando o facto anterior não fôr qualificado crime, ou no caso de ser punido com pena menos rigorosa. Em nenhum destes acha-se incluído o facto em questão. O réo é accusado de haver commettido tres ausencias, cada uma dellas maior de tres dias, dentro do mesmo anno, contado do dia da primeira falta, e isto constitue crime de deserção pelo sobredito art. 4º da *Ordnança* — pelo código citado qualquer das ausencias maiores de tres dias constitue por si só um crime capitulado no n. 3 do art. 117 — Esta disposição é concebida nestes termos:

« Art. 117. É considerado desertor:... 3.º O que, sem causa justificada, ausentar-se de bordo, dos quartéis e estabelecimentos da marinha, onde servir. Tal ausencia, pois, não depende do prazo de oito dias para ser qualificada deserção, sendo que a doutrina, ora firmada por este julgamento, contraria tal disposição. »

A ausencia por mais de oito dias só é precisa para constituir deserção, nos casos expressos nos ns. 1 e 2 do mesmo art. 117, isto é, no de excesso de licença ou no de ser esta cassada ou revogada. Confundir-se estes dous casos com o de ausencia sem causa justificada, é confundir casos differentes, que o legislador expressamente distinguio

O mesmo Sr. Presidente, de accordo com o referido tribunal, manda recommendar que, na verificação e qualificação da deserção, se tenham em vista, no tocante aos prazos para a constituição deste crime, os casos classificados nos arts. 117 e 118 do Código Penal da Armada, organisando-se as peças iniciais do

estabelecendo prazos diversos, como na anterior legislação, embora mais reduzidos pela actual. Os regulamentos disciplinares da armada e do exercito não podiam autorizar semelhante interpretação porque, além de não mencionar tal prazo de oito dias, accresce que, quando o fizesse, estariam nesta parte revogados pelo código citado, lei posterior. O regulamento disciplinar para o exercito, approved pelo decreto n. 5884, de 8 de março de 1875, a respeito do caso questionado dispõe o seguinte:

« Art. 5.º São transgressões da disciplina militar: § 23. Ausentar-se sem licença, mas não por tempo que constitua deserção. § 24. Não se apresentar finda a licença ou depois de saber que foi revogada, não tendo ainda decorrido o tempo necessario para ser a falta qualificada como deserção. »

O regulamento disciplinar para a armada, approved pelo decreto n. 509, de 21 de junho de 1890, prescreve o seguinte sobre casos identicos:

« Art. 1.º São contravenções da disciplina militar: 1.º Ausentar-se de bordo, de estabelecimento ou embarcação miuda, onde se achar, sem licença, uma vez que tal ausencia não constitua deserção; 24. Exceder a licença por tempo que constitua deserção. » Vê-se, pois, que nas disposições transcriptas não ha prazos fixados; estes estavam estabelecidos em outras leis e podiam ser modificados, como effectivamente foram pelo citado código. Assim, a ausencia por excesso de licença pela lei anterior a este, só era qualificada deserção, depois de trinta dias contados daquelle em que principiou o excesso, e a ausencia sem licença só o era após oito dias. A prevalecer a doutrina deste julgamento, o código não revogou as leis anteriores sobre os casos para constituir a deserção, continuando a ser contados os de um mez e oito dias, conforme tratar-se de ausencia por excesso de licença e revogação desta, ou de ausencia sem causa justificada, o que não se pôde admittir. Sendo as ausencias, sem licença, menores de tres dias punidas correccionalmente, independentemente de processos, constituem actualmente as unicas faltas disciplinares de que tratam os regulamentos acima, conforme a intelligencia dada pela resolução de 17 de junho de 1880, publicada na ordem do dia do exercito n. 1530. As outras ausencias maiores de tres dias e menores de oito, que eram punidas por um conselho de disciplina e não a arbitrio dos commandantes dos corpos, estas constituem actualmente crimes por força do art. 117, n. 3, acima transcripto. Só assim pôde ser sem absurdo conciliada esta disposição com o preceito exarado no art. 4.º, letra b, do citado código, isto é, que este não comprehende as infracções dos regulamentos disciplinares. Esta interpretação, além de estar de accordo com a resolução citada, approxima-se mais dos códigos militares de outros paizes, com o moderno Código Penal da Republica Argentina, que dispõe o seguinte:

« Art. 184. Cometén el delito de desercion las classes ó individuos de tropa:

1.º Cuando faltaren arbitrariamente á las listas, ó del lugar de su destino por más tres dias consecutivos;

processo depois de oito dias de ausencia, mencionados nos ns. 1, 2, 3 e 7 do art. 117; depois de 24 horas nos de ns. 4, 6 e 8 deste artigo e no do art. 118; e, depois de seis mezes, no caso n. 5 do citado art. 117.

Saude e fraternidade, — *João Thomaz Cantuaria.*

#### N. 24 — PORTARIA DE 21 DE MAIO DE 1900

Declara que a disposição do decreto n. 529 de 2 de dezembro de 1898, que manda indemnisar das vantagens perdidas durante o processo no fôro militar, no caso de absolvição, os officiaes e praças do exercito, é extensiva aos que respondem no fôro civil.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 21 do maio de 1900 — N. 3.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta secretaria de estado, declarar ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal no Ceará que, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 7 do corrente, sobre o pedido, feito pelo alferes do 2º batalhão de infantaria Fructuoso

2.º Quando estando com licencia temporal ó en marcha de uno punto á outro, no se presentaren á sus jefes en el lugar de su destino ó á las autoridades militares en su casa, después de transcurridos cinco dias contados desde que deban hacer su presentacion.»

O Código Penal da Armada, approvado e ampliado ao exercito pela lei n. 612, de 29 de setembro de 1899, revogou toda a legislação em contrario, de fôrma que, hoje o exercito e armada estão sujeitos a um só e mesmo Código Penal. Ha quem pense que, tendo a citada lei declarado simplesmente ficar ampliado ao exercito nacional o citado código, foi pensamento do legislador que elle fosse estendido áquelle apenas nos casos omissos da lei penal applicavel ao dito exercito. E' isso engano manifesto. A lei em questão, n. 612, foi o resultado de uma emenda substitutiva apresentada pela Comissão de Marinha e Guerra ao projecto que mandava approvar simplesmente o Código Penal da Armada, em terceira discussão, na Camara dos Deputados, emenda que foi apresentada e justificada pelo deputado Barb sa Lima, na sessão de 28 de agosto do anno passado, o qual rematou o seu discurso pela maneira seguinte:

« Pareceu-nos que não bastava, entretanto, mandar approvar este Código Penal, sinão que conviria — e é este o intuito da emenda que envio á Mesa — estendel-o, ao menos provisoriamente, ao exercito nacional, de modo que um e outro ramo da força publica estivessem de ora em diante sob o imperio da mesma legislação. — Conforme. *Americo Cincinato Lopes*, official da secretaria, no impedimento do coronel secretario. — Confere — *M. de Lima.*

da Rocha Passos, de pagamento das vantagens não recebidas durante o tempo em que respondeu a processo no fôro civil, allegando haver sido absolvido no referido processo, resolveu, em 18 deste mez \*, fazer extensivas aos militares que respondem a processo no fôro civil as disposições do decreto le-

---

\* Sr. Presidente da Republica — Por aviso do Ministerio da Guerra n. 19, de 21 de janeiro do corrente anno, mandastes remetter a este tribunal, para consultar com o seu parecer, o incluso requerimento e mais papeis em que o alferes do 2º batalhão de infantaria Fructuoso da Rocha Passos, allegando haver sido absolvido no processo a que respondeu no fôro civil no Estado da Bahia, pede pagamento das vantagens não recebidas durante o mesmo processo e relativas aos mezes de abril a agosto de 1896 e de setembro a dezembro de 1897.

O general commandante do 2º districto militar, informando, julga conveniente ser ouvida a delegacia fiscal no Estado da Bahia, afim de se poder saber qual o direito que assiste ao peticionario.

O commandante do 2º batalhão de infantaria acha coherente a pretensão do peticionario, depois de ser ouvida a delegacia fiscal no Estado da Bahia.

Sendo ouvida a delegacia fiscal no Estado do Ceará, diz ella fallar competencia a reconhecer a divida que requer o alludido alferes, por lhe faltarem os necessarios meios, os quaes só poderão ser fornecidos pela delegacia fiscal da Bahia.

A Contadoria Geral da Guerra diz que os decretos ns. 49, de 11 de junho de 1892, e 529, de 2 de dezembro de 1893, só autorisam a indemnisação de vantagens perdidas durante o processo no fôro militar, e o requerente respondeu a processo no fôro civil, não havendo disposição que nesse caso autorise o pagamento de vantagens de exercicio, dada a absolvição: parece, pois, á mesma Contadoria não poder ser attendido o peticionario.

A secção de exame da Secretaria de Estado da Guerra diz: que o decreto legislativo n. 49, de 11 de junho de 1892, manda indemnisar os officiaes e praças, que forem unanimemente absolvidos em conselho de guerra, das vantagens pecuniarias que tiverem perdido; que o decreto legislativo n. 529, de 2 de dezembro de 1893, manda que todo militar que for submettido a conselho de guerra e obtiver absolvição seja indemnizado das vantagens pecuniarias que, *ex-ri* do processo, houver perdido; que, em vista destas disposições, a secção está de accordo com o parecer da Contadoria Geral da Guerra.

Considerando, porém, que o militar, respondendo a processo no fôro civil, fica, com relação a seus vencimentos, egualado aos que respondem a processo no fôro militar (aviso de 29 de dezembro de 1899, junto por copia);

Considerando que a resolução de 22 de dezembro de 1892, tomada sobre consulta do Supremo Tribunal Militar, prohibindo que se abonem vencimentos ao militar desde que tenha conhecimento de sentença dada no fôro civil, permite tacitamente que tenha elle vencimentos durante o processo e estes não podem ser sinão os que competem aos officiaes presos para responderem a conselho (aviso de 25 de agosto de 1899, junto por copia);

Considerando, finalmente, que, em vista destas disposições, o official respondendo a processo no fôro civil está nas mesmas condições do official respondendo a processo no fôro militar, não parecendo justo que, uma vez absolvido no fôro civil não fique tambem

gislativo n. 529, de 2 de dezembro de 1898, que autorisa a indemnisação de vantagens perdidas durante o processo do fôro militar, nos casos de absolvição, e deferir a pretensão daquelle official, si porventura tiver sido unanime a sua absolvição, por isso que, quando elle respondeu a processo e foi julgado, vigorava o decreto legislativo n. 49, de 11 de julho de 1892, que só autorisava a indemnisação de vantagens perdidas durante o processo nas absolvições unanimes.— *João Thomaz Cantuaria.*

nas mesmas condições dos absolvidos no fôro militar; pensa tambem a secção de toda equidade, si não de justiça, que pelo poder competente se façam extensivas aos militares que respondem a processo no fôro civil as disposições do citado decreto n. 529, de 2 de dezembro de 1898, porquanto a absolvição demonstra a innocencia do accusado no crime que lhe é imputado.

O director da referida Secretaria da Guerra, informando, diz: é regra invariavel de direito que, onde ha a mesma razão, applica-se a mesma disposição e não se pôde por isso deixar de equiparar as condições dos militares envolvidos em processo criminal no fôro civil, como na hypothese em questão.

Accresce mais que o principio juridico da ampliação das disposições favoraveis aos individuos collocados em determinadas circumstancias, como no caso de que se trata, tem nelle todo cabimento.

Termina sua informação concordando com o parecer da secção de exame.

O Supremo Tribunal Militar está de accordo com a secção de exame e com o director da Secretaria da Guerra, reconhece que não ha disposição imperativa que autorise indemnisação de vantagens perdidas durante o processo no fôro civil, no caso de absolvição, como expressamente determina o decreto legislativo n. 529, de 2 de dezembro de 1898, para o caso de absolvição no fôro militar; mas entende o tribunal que, demonstrando as absolvições a innocencia dos accusados e achando-se os officiaes que respondem a processo no fôro civil nas mesmas condições daquelles que respondem no fôro militar, é de parecer que por equidade se façam extensivas aos militares que respondem a processo no fôro civil as beneficas disposições do alludido decreto n. 529, de 2 de dezembro de 1898, devendo neste caso ser attendido o requerente, si porventura a sua absolvição tiver sido unanime, por isso que, quando respondeu a processo e foi julgado, vigorava o decreto legislativo n. 49, de 11 de junho de 1892, que só autorisava indemnisação de vantagens perdidas durante o processo nas absolvições unanimes.

O tribunal noti a falta de informações da delegacia fiscal no Estado da Bahia, por onde o requerente percebia vencimentos durante o processo a que respondeu naquelle Estado; assim, só depois dessas informações se poderá ao certo verificar a quantia a indemnisal-o.

E' esta a opinião deste tribunal; vós, porém, Sr. Presidente, resolveseis o melhor.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1900.— *Pereira Pinto.*— *R. Galvão.*— *Tude Neiva.*— *C. Niemeyer.*— *C. Neto.*— *B. Vasques.*— *F. A. de Moura.*

#### RESOLUÇÃO

Como parece.— 18 de maio de 1900.— *CAMPOS SALLES.*— *João Thomaz Cantuaria.*

## N. 25 — AVISO DE 31 DE MAIO DE 1900

Manda observar nas fortalezas e quartéis de artilharia do exercito nos dias de festa nacional, em relação ás salvas, a tabella de embandeiramento e salvas adoptada no Ministerio da Marinha pelo aviso n. 1391, de 31 de outubro de 1893, sendo a meio-páo o embandeiramento no dia 2 de novembro.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 31 de maio de 1900 — N. 1119.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Declaro-vos que, de conformidade com as ponderações que faz o commandante da fortaleza de S. João, em officio n. 92, de 17 de outubro ultimo, dirigido ao commandante do 4º districto militar, deve a tabella de embandeiramento e salvas, mandada adoptar no Ministerio da Marinha por aviso n. 1391, de 31 de outubro de 1896, ser observada no Ministerio da Guerra, nas fortalezas e quartéis de artilharia, nos dias de festa nacional, em relação ás salvas, sendo a meio-páo o embandeiramento no dia 2 de novembro.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

## N. 26 — AVISO DE 4 DE JUNHO DE 1900

Declara que a transferencia dos 2ºs tenentes de artilharia para as armas não scientíficas, de accordo com o art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, só pôde realizar-se quando estiverem elles inhabitados de proseguir nos estudos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 4 de junho de 1900 — N. 339.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 14 de maio findo \*, resolveu em 1º do corrente

---

\* Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra em aviso de 13 de março ultimo, sob n. 32, mandastes remetter a este tribunal, para consultar com seu parecer, os papeis referentes á reclamação do alferes do 28º batalhão de infantaria João Carlos Formel contra os prejuizos que diz estar soffrendo em consequencia da classificação que tem na arma de infantaria alguns alferes, ex-sgundos tenentes, procedentes da arma de artilharia.

Por esses papeis se verifica que o alferes Formel fez, além do memorial que vos dirigiu em 23 de janeiro ultimo, duas petições no mesmo sentido, uma em agosto e outra em outubro do anno proximo findo.

declarar que os 2.<sup>os</sup> tenentes Manoel da Cunha Moraes, Aristides Olympio de Sampaio, José Ignacio da Cunha Rasgado, Vital da Silva Cardoso e Manoel Leonel Coelho Borges e outros em idênticas condições, transferidos para a arma de infantaria, nos

Na mais desenvolvida das informações prestadas pela 4.<sup>a</sup> secção do estado maior do exercito, que transcreve a opinião do commandante do 4.<sup>o</sup> districto militar, lê-se o seguinte:

« João Carlos Formel, alferes do 28.<sup>o</sup> batalhão de infantaria, requer reparação ao prejuizo que está soffrendo pela transferencia da arma de artilharia para a de infantaria, na conformidade da segunda parte do art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, de diversos segundos tenentes, entre os quaes se acham Manoel da Cunha Moraes, Aristides Olympio de Sampaio, José Ignacio da Cunha Rasgado, Vital da Silva Cardoso e Manoel Leonel Coelho Borges.

Allega que estes officiaes, embora não tinham o curso de arma, não estão inhabilitados de adquiril-o, pois que o primeiro tem o 1.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> annos do curso geral pelo regulamento de 1890 e os demais o curso de infantaria e cavallaria; sendo que em taes condições não tinham direito á transferencia de arma, applicando-se-lhes a disposição do artigo acima citado, que ampara sómente os segundos tenentes impossibilitados de adquirir o curso, tanto mais quanto elles solicitaram essa transferencia, a qual cobria-lhes na forma da lei n. 1113, de 1861.

O commandante do 28.<sup>o</sup> acha que o requerente está no caso de ser attendido, pois que pelo alludido art. 25 serão transferidos para as armas de cavallaria e infantaria os 2.<sup>os</sup> tenentes de artilharia que se acha rem impossibilitados de adquirir o respectivo curso de sua arma, casoem que não estão os officiaes designados, tendo um delles até solicitado a sua transferencia.

O commandante do 4.<sup>o</sup> districto militar diz que, em virtude do mesmo artigo, que declara: serão transferidos para as armas de infantaria e cavallaria os officiaes do estado-maior da 2.<sup>a</sup> classe que se acharem em circumstancias de prestar serviços nellas e bem assim passarão para aquellas armas os alferes e 2.<sup>os</sup> tenentes que, pertencendo ás scientificas, não concluirem o respectivo curso, é claro que, podendo ser transferidos os officiaes das armas scientificas, que não concluirem os respectivos cursos, estão neste caso os 2.<sup>os</sup> tenentes transferidos, pois que, além de não terem concluido o curso de artilharia, estavam arredados da escola, prestando serviços nos corpos.

Que o dito artigo não se refere á inhabilitação para adquirirem o curso, como erradamente suppho o reclamante, talvez para dar mais força á sua argumentação e concluir que o acto do Governo lesou direitos de outrem.

Que, accita a hypothese de cogitar-se da inhabilitação ou incapacidade para concluir o curso, ainda assim o acto é legal, pois não se estabelecendo no regulamento, nem em actos posteriores, o meio de provar a alludida inhabilitação, quando allega ta pelo interessado na transferencia, ao Governo cabe julgar-o procedente ou não, e por isso não houve infracção de lei e, portanto, não ha direito offendido ou postergado.

A secção tem a dizer que, pelo art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, passarão para as armas de cavallaria e de infantaria os alferes e 2.<sup>os</sup> tenentes que, pertencendo ás scientificas, não concluirem os respectivos cursos.



termos da 2.<sup>a</sup> parte do art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, si não estavam inhibidos de proseguir nos estudos devem ser considerados transferidos, de accordo com o art. 6.<sup>o</sup>

E desde que essa disposição está em vigor, como evidencia-se da consulta de 20 de abril de 1896, sobre a qual houve a resolução de 11 de setembro de 1897, publicada no *Diario Official* de 2 de outubro deste anno, podiam ser transferidos, como foram, os officiaes a que allude o requerente, visto não terem, conforme então reconheceu o Governo, concluido os seus estudos na arma de artilharia e, portanto, parece não ter fundamento a presente reclamação. »

O tribunal, tendo estudado convenientemente o assumpto em questão, passa a dizer o que pensa a respeito.

O art. 25 do regulamento approved pelo decreto de 31 de março de 1851 está concebido nestes termos:

« Serão transferidos para as armas de cavallaria e infantaria os officiaes do estado maior de 2.<sup>a</sup> classe que se acharem em circumstancias de prestar servicos nellas, e bem assim passarão para aquellas armas os alferes e 2.<sup>os</sup> tenentes que, pertencendo ás scientíficas, não concluirem os respectivos cursos. »

Esta disposição refere-se aos 2.<sup>os</sup> tenentes, que, por terem incidido em certas disposições regulamentares, taes como exclusão definitiva da escola por determinado numero de faltas de comparecimento ás aulas, ou inhabilitação nos exames, por duas vezes, no mesmo anno do curso, ficam impossibilitados de concluir-o e aos que, por ter excedido a idade regulamentar, não podem effectuar matricula, e não aos que, podendo matricular-se ou proseguir nos respectivos estudos, deixam de fazel-o espontaneamente e requerem transferencia para a infantaria ou cavallaria por interesse proprio.

A estes é applicavel a lei n. 1143, de 11 de setembro de 1861, e não o art. 25 do regulamento approved pelo decreto n. 772, de 31 de março de 1851.

Este regulamento *manda passar* para as armas de infantaria e cavallaria os 2.<sup>os</sup> tenentes de artilharia que não *concluirem* o respectivo curso.

Portanto, o Governo deve, independentemente de requerimento, transferir para as armas de infantaria e cavallaria todos os 2.<sup>os</sup> tenentes que se acharem nessas condições.

E só se podem affirmar que um official não concluirá o curso, si elle tiver incorrido em alguma das disposições citadas.

O regulamento de 1851 *manda* transferir os 2.<sup>os</sup> tenentes que não concluirem o respectivo curso, e os transferidos não perdem antiguidade (resolução de 29 de outubro de 1881); a lei de 1861 não *manda*, *autoriza* a transferencia dos officiaes no primeiro posto, que a requererem, ainda que estejam nas condições de concluir os estudos, mas ficando considerados os mais modernos da arma para que passarem.

Si o Governo tivesse a faculdade de transferir de accordo com a segunda parte do art. 25 do regulamento citado, indistinctamente, os 2.<sup>os</sup> tenentes que não pudessem concluir o curso e os que estivessem nas condições de concluir, a lei de 1861 não teria razão de ser.

Assim, sempre se tem entendido; só aos 2.<sup>os</sup> tenentes impossibilitados de adquirir o curso se tem dado transferencia na fórma do disposto no regulamento de 1851.

Assim o entendeu a Secção de marinha e guerra do extinto Conselho de Estado que, consultada sobre poder o Governo. á vista da segunda

da lei n. 1143, de 11 de setembro de 1851, deferindo assim a reclamação do alferes do 28º batalhão de infantaria João Carlos Formel, contra as alludidas transferencias.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

parte do art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, transferir para a arma de infantaria e cavallaria os 2ºs tenentes de artilharia, que não tendo o curso scientifico, se achavam impossibilitados de o concluir, respondeu em 11 de dezembro de 1865:

« . . . . . »

A segunda parte citada se exprime da maneira seguinte: e bem assim passarão para aquellas armas (cavallaria e infantaria) os alferes e 2ºs tenentes que, pertencendo ás scientificas, não concluirem os respectivos estudos. Esta disposição, comquanto se ache inserida em um regulamento do Governo, tem força de lei, pois a de n. 613, de 23 de agosto de 1851, em seu art. 8º expressamente a approvou. Si a lei, pois, ordena que os officiaes das armas scientificas, a cuja classe pertence a artilharia, que não tiverem e não puderem concluir o respectivo curso, sejam transferidos para a cavallaria ou infantaria, evidente parece que o Governo não só pôde, mas deve fazer tal transferencia, salvo comtudo a hypothese do art. 37 de regulamento acima citado; e como os 53 segundos tenentes de artilharia, a que se refere o aviso de 9 do corrente, se acham pela legislação vigente impossibilitados de adquirir o curso da arma e si tiverem sido promovidos depois de 31 de março de 1851, nenhuma duvida pensa a secção que póle ter o Governo de os distribuir, conforme suas aptidões, pelas armas não scientificas.»

Assim o entendeu tambem este tribunal, que em seu parecer dado na consulta de 20 de abril de 1896 sobre a reclamação do alferes Luiz Vieira Ferreira Sobrinho, contra as transferencias de alguns 2ºs tenentes de artilharia para as armas de cavallaria e infantaria, disse que «as transferencias desses officiaes si estavam elles inhibidos de concluir o respectivo curso, foram feitas legalmente».

O Sr. Presidente da Republica se conformou com este parecer em 11 de setembro de 1897.

Pelo exposto, o Supremo Tribunal Militar, mantendo a opinião emitida em 20 de abril de 1897, é de parecer que os officiaes mencionados pelo reclamante, si não estavam inhibidos de proseguir nos estudos, como allega, só podiam ser transferidos para a arma de infantaria de accordo com o art. 6º da lei n. 1143, de 11 de setembro de 1851, e, portanto, a reclamação está no caso de ser attendida.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900.— *Pereira Pinto.*— *E. Barbosa.*— *Tude Neiva.*— *C. Neto.*— *B. Vasques.*— *F. A. de Moura.*

Foi voto o Sr. ministro Rufino Galvão.

#### RESOLUÇÃO

Como parece.— 1 de junho de 1900.— *CAMPOS SALLES.*— *Mallet,*

## N. 27 — AVISO DE 22 DE JUNHO DE 1900

Declara que os commandantes das escolas do exercito teem attribuições proprias para convocar os conselhos de investigação e de guerra, e organizar as escalas de seus officiaes para servirem de juizes.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 4 de junho de 1900 — N. 341.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Tendo o commandante do 6º districto militar consultado no officio n. 1142, que vos dirigiu em 23 de outubro ultimo, a quem compete nomear conselhos de investigação e de guerra, no caso de ser indiciado e réo um official de qualquer das escolas preparatorias e de tactica, qual a interpretação a dar-se ao disposto no art. 304 do regulamento processual criminal militar, relativo á escala dos officiaes para o serviço dos referidos conselhos, isto é, si essa escala é commum á guarnição e á escola, como se devem effectuar aquellas nomeações, no caso affirmativo, vos declaro que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 14 do mez findo, \* resolveu em 1 do corrente que os commandantes

---

\* Sr. Presidente da Republica — Mandastes, por aviso do Ministerio da Guerra, de 28 de novembro ultimo, remetter a este tribunal, para consultar com seu parecer, os papeis relativos á consulta que faz o commandante do 6º districto militar sobre a autoridade a quem compete nomear conselhos de investigação e de guerra, sendo indiciado e réo um official de qualquer das escolas preparatorias e de tactica, a interpretação a dar-se ao disposto no art. 304 do regulamento processual criminal militar e o modo como se deve effectuar aquella nomeação, no caso de ser a escala respectiva commum ás ditas escolas e ás guarnições competentes.

Constam os papeis a que se refere o aviso, de dous officios — o primeiro, de 23 de outubro do anno proximo passado, do general de brigada commandante do 6º districto militar, e o outro, de 21 de novembro do dito anno, do chefe do estado maior do exercito.

Naquelle, depois de expor as razões que occasionaram as suas duvidas, consulta o commandante do referido districto:

« 1.º Funcionando a escola preparatoria e de tactica, como succedia, na cidade de Porto Alegre, e não estando a escola subordinada ao commando daquella guarnição, como não estava a guarnição subordinada ao commando da escola (portaria de 3 de setembro de 1896 e aviso de 25 de fevereiro de 1897) a quem competia proceder a nomeação dos conselhos de investigação e de guerra, em que era indiciado e depois réo um official daquelle estabelecimento?

2.º Si essa competencia é dada ao commandante da escola (arts. 2º, lettra g, e 15 do regulamento processual) como interpretar o art. 304 do citado regulamento?

A escala é uma, commum á guarnição e á escola, mesmo independentes entre si como eram os respectivos commandos?

das escolas militares tem attribuições próprias para convocar os conselhos de que se trata e organizar as escalas de seus

Ou a expressão — circumscrição militar — desse artigo refere-se á guarnição sem prejuizo da escala que deve presidir na escola á nomeação dos conselhos convocados pelo respectivo commandante, observadas as disposições do art. 305?

3.<sup>o</sup> E si a escala é uma, commun á escola e á guarnição, mas pertencente á esta, e não tendo absolutamente a guarnição jurisdicção sobre a escola, como proceder á nomeação dos conselhos que forem convocados naquelle estabelecimento?

O chefe do estado maior do exercito, informando, diz:

« Parece-me que, sendo a escola preparatoria e de tactica do Rio Pardo independente do commando da guarnição dessa cidade, como se verifica da portaria de 3 de setembro de 1896 e aviso de 25 de fevereiro de 1897, compete ao seu commandante, em virtude dos arts. 2.<sup>o</sup>, lettra g, e 15 do regulamento processual criminal militar, proceder á nomeação dos conselhos de investigação e de guerra servindo, para o effeito da escala de seus officiaes, a que se refere o art. 304, por constituir uma circumscrição militar, tendo esta para limite o raio de acção da autoridade exercida pelo respectivo chefe.

Devem, pois, ser differentes a escala da escola e da guarnição, pela razão da independencia judicial dos respectivos chefes, observando, porém, cada uma dessas autoridades o preceito estatuido no art. 305, quando tiverem de nomear conselhos de investigação ou de guerra.

Quanto á terceira parte, a expressão « circumscrição militar » do art. 304 refere-se a toda aggremação militar, como já acima foi dito, dirigida por um chefe que sobre ella exerça autoridade definida, em cujo caso está a escola, em virtude da portaria e aviso acima citados.

E não se comprehende como duas autoridades autonomas tenham attribuições que, para serem exercidas, dependam do concurso directo e obrigatorio da outra; tal seria a necessidade de pedir a essa outra a designação de officiaes para comporem os conselhos, cuja nomeação pertence-lhe exclusivamente pela autonomia que lhe conferem os regulamentos na repressão de crimes, processo para desobrigal-os e meios de punir os culpados.

Doutrina contraria não se compadece com os preceitos regulamentares, e assim convem definir o que seja « circumscrição judicial militar » de que trata o art. 304 do codigo processual, para que as autoridades referidas no art. 2.<sup>o</sup> possam exercitar livremente suas attribuições.

O Supremo Tribunal Militar, tendo examinado a questão de que tratam os papeis a que se refere o citado aviso do Ministerio da Guerra, está de perfeito accordo com a informação do chefe do estado maior do exercito.

Com effeito, estudando-se com alguma attenção o regulamento processual criminal militar, vê-se que em sua elaboração houve o mais escrupuloso cuidado em evitar tudo quanto pudesse suscitar duvidas e interpretações erroneas em prejuizo do andamento dos processos de conselhos de investigação e de guerra, embaraçando-se assim a acção da justiça em seus beneficos effeitos.

As suas disposições, por demais claras e positivas, encadeiam-se e harmonizam-se de modo tão completo, que não se encontra alli contradição, omissão ou lacuna que dê azo a vacillações em sua execução.

officiaes para servirem de juizes, segundo se verifica do preceituado nos arts. 2º, 4º, 9º, 15 e 28 do citado regulamento.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

O art. 2º do referido regulamento, eixo á roda do qual giram todas as disposições concernentes á formação dos conselhos de investigação e de guerra, diz :

« Conforme as exigencias da justiça militar, serão convocados conselhos de investigação :

- a ) pelo chefe do quartel general do exercito e armada ;
- b ) pelos commandantes de districtos militares ;
- c ) pelos commandantes de esquadra, divisão naval, esquadilha, flotilha e navio solto ;
- d ) pelo commandante de tropa reunida para exercicio, manobras, observação ou outro qualquer fim ;
- e ) pelos commandantes de divisão, brigada, ou força operando isoladamente ;
- f ) pelos inspectores de arsenaes de marinha e directores de arsenaes de guerra ;
- g ) pelos commandantes das escolas militares ;
- h ) pelos commandantes dos corpos arregimentados do exercito e armada ;
- i ) pelos commandantes de fortalezas de 1ª ordem. »

Em face, pois, de tão terminante disposição, nenhuma duvida póde haver sobre a competencia exclusiva destas autoridades para convocar conselhos de investigação, limitada, porém, esta attribuição, pelo art. 3º dos crimes em que forem indicados os seus respectivos jurisdicionados.

O art. 4º diz : « O conselho de investigação se comporá de tres officiaes de patente, nomeados á vista da escala previamente organizada, etc. »

A que autoridade cabe por este artigo a organização da escala ?

A esta interrogação responde do seguinte modo o art. 9º : « Quando a autoridade, a quem competir a convocação do conselho de investigação, não puder dispor de officiaes effectivos, reformados, etc., na fórma do artigo anterior, os requisitará da autoridade competente mais proxima. »

Segue-se daqui que a attribuição de organizar as escalas a que se refere o art. 4º é privativo das autoridades a quem competir convocar conselhos de investigação, observado, porém, o preceito do art. 3º.

Ora, desde que sómente as autoridades mencionadas no art. 2º teem o direito de convocar conselhos de investigação sobre crimes em que forem indicados os seus jurisdicionados, necessariamente cabe-lhes a função de organizar as escalas dos officiaes que tiverem de funcionar nos referidos conselhos.

Isto quanto aos conselhos de investigação.

Quanto aos conselhos de guerra, diz o art. 15 : « As regras prescriptas para a composição dos conselhos de investigação e mencionadas nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º serão applicaveis á composição dos conselhos de guerra. »

Este artigo, como se vê, confere ás mencionadas autoridades, em relação aos conselhos de guerra, idênticas prerogativas de que já gozaram ellas relativamente aos conselhos de investigação ; acrescentando

## N. 28 — AVISO DE 11 DE JUNHO DE 1900

Declara que o tempo passado nas escolas do exercito, sem aproveitamento, não affecta a antiguidade de posto, mas somente o tempo exigido para o intersticio, reforma, demissão e baixa do serviço.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de junho de 1900 — N. 1385.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — O alferes do 1º regimento de cavallaria Jeronymo da Costa Leite, alumno da Escola Militar do Brazil, consultou si a resolução de 18 de março de 1882, tomada sobre consulta do extinto Conselho Supremo Militar, está revogada em face do disposto no art. 242 do regulamento que baixou com o decreto n. 2881, de 18 de abril de 1898, e, no caso affirmativo, si a expressão — inteiramente perdido — de que trata o citado artigo, importa prejuizo total para o militar ou affecta a perda de antiguidade de praça ou a perda do exercicio exigido para o intersticio de um a outro posto, ou refere-se unicamente aos effeitos da reforma.

que, pelo art. 28 dilatou-lhes o regulamento a esphera de acção, dando-lhes a faculdade de submeterem a conselho de guerra os indicados, quando não conformarem-se com a despronuncia deste proferida pelo conselho de investigação.

A vista do exposto, claro está que são privativas das autoridades designadas pelo art. 2º do regulamento processual criminal militar as attribuições de convocar conselhos de investigação e de guerra sobre crimes em que forem indiciados os seus respectivos jurisdicionados, e organizar as escalas de que tratam os arts. 4º e 304, sem intervenção de autoridades estranhas às mesmas jurisdicções, salvo o caso previsto no art. 9º e, portanto, unicos responsaveis pela observancia do disposto nos arts. 305 e 306 do mesmo regulamento; claro está tambem que a expressão — circumscripção militar judicial — do art. 304 foi adoptada para designar as jurisdicções militares, cujos chefes, na forma dos arts. 2º e 15º do mesmo regulamento, interveem directamente na administração da justiça militar, organizando os conselhos de investigação e de guerra.

Assim, pensa o Supremo Tribunal Militar, que os commandantes das escolas militares tem attribuições proprias para convocarem conselhos de investigação e de guerra e organizarem as escalas de seus officiaes para servirem de juizes nos mesmos conselhos.

E' este o parecer deste tribunal.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900. — *Pereira Pinto.* — *Miranda Reis.* — *E. Barbosa.* — *Tade Neiva.* — *F. A. de Moura.* — *J. Thomaz Centuraria.*

## RESOLUÇÃO

Como parece. — 1 de junho de 1900. — CAMPOS SALLES. — *Mallet.*

Em solução a tal consulta, que acompanhou o officio n. 2961. de 23 de novembro ultimo, do commandante da referida escola, vos declaro, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 21 do mez findo, resolveu, em 8 do corrente \* e disso se deu conhecimento áquelle commandante, mandar declarar que a dita resolução não está revogada, e que, referindo-se ella ao dispositivo do art. 218 do regula-

---

\* Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso n. 9, de 17 de janeiro ultimo, mandastes a este tribunal, para emittr parecer, a consulta que faz o alumno da Escola Militar do Brazil, alferes do 1º regimento de cavallaria Jeronymo da Costa Leite, sobre o seguinte:

1.º Si em face do que preceitua o art. 242 do regulamento a que se refere o decreto n. 2881, de 18 de abril de 1898, está revogada a resolução de 18 de março de 1882, tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar;

2.º Si na hypothese de estar revogada a citada resolução, a expressão — inteiramente perdido — de que trata o referido artigo, importa prejuizo total no tempo de praça do militar que incidir nesse dispositivo, ou si affecta apenas a antiguidade dessa mesma praça ou do posto que tiver o official, ou o intersticio para o accesso de um a outro posto, ou finalmente, o tempo util de serviço para a reforma.

No impedimento do chefe do estado maior do exercito, o general de brigada sub-chefe informa o seguinte:

« O art. 242 do regulamento promulgado pelo decreto n. 2831, de 18 de abril de 1898, commina a perda de tempo de serviço para os militares que incidirem em suas disposições, ao passo que a resolução de 18 de março de 1882, adoptada a proposta do disposto no art. 218 do regulamento de 17 de janeiro de 1874, que contém preceito analogo ao daquelle, estatue o modo como deve ser applicada a referida pena.

Segundo a doutrina desta resolução, revigorada aliás pela resolução presidencial de 4 de setembro de 1897, a perda do tempo em questão verificar-se-ha mediante o desconto no tempo de serviço tomado englobadamente, mas, nunca no tempo de praça e muito menos, na antiguidade de posto. A deducção affectará, portanto, o computo do tempo relativo a todos os periodos fixos, a que na forma da legislação em vigor, o militar haja de satisfazer para diversos effeitos, taes como os referentes a intersticios para promoção, reforma, demissão e baixa do serviço. Isto posto, vê-se que não ha incompatibilidade alguma entre o preceito do art. 242 do regulamento vigente e a resolução de 18 de março de 1882; ao contrario, são disposições que se completam, porquanto a dita resolução, tomada para fixar a norma, segundo a qual deve ser praticada a comminação do art. 218 do regulamento de 1874, tem inteira e judiciosa applicação aos preceitos similares dos regulamentos posteriores *ipso facto* ao de 18 de abril de 1898.

Fica assim respondido negativamente o 1º quesito da presente consulta e explicado o 2º. »

O Supremo Tribunal Militar, de inteiro accordo com o estado maior do exercito, é de parecer que a resolução de 18 de março de 1882, tomada sobre consulta do antigo Conselho Supremo Tribunal Militar, confirmada pela de 4 de setembro de 1897, tomada sobre consulta deste tribunal, não foi revogada e referindo-se ella aos dispositivos

mento de 1874, o qual é analogo ao do art. 242 do regulamento de 1898, o desconto a fazer-se aos militares que incidirem neste artigo não deve affectar a antiguidade de posto, mas somente o tempo exigido para o interstício, reforma, demissão e baixa do serviço.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Melloiros Mallet.*

#### N. 29 — AVISO DE 12 DE JUNHO DE 1900

Declara que só podem ser considerados *engajadas* as praças que, terminado o tempo de serviço, continuam nas fileiras, sem interrupção, e nesse entretanto se engajam; aquellas, porém, que se alistam depois de haverem obtido baixa só podem ser consideradas *voluntarias*.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 12 de junho de 1900 — N. 1366.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exército — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica resolveu, em 8 do corrente, conformando-se com o parecer da minoria do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 7 de maio findo, \* indeferir o requerimento em que o soldado do 28º bata-

do art. 218 do regulamento de 1874, que é analogo ao do art. 242, do regulamento de 1898, o desconto a fazer-se aos militares, que incidirem neste artigo, não deve affectar a antiguidade de posto, mas somente o tempo exigido para o interstício, reforma, demissão e baixa do serviço.

O art. 218 do regulamento de 1874 comminava a perda de tempo aos alumnos que não obtivessem approvação em qualquer cadeira ou aula e o art. 242, do de 1898, impõe igual pena aos que forem reprovados em mais de metade das cadeiras em que estiverem matriculados.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1900.— *Pereira Pinto.*— *E. Barbosa.*— *Tude Neiva.*— *C. Neto.*— *F. A. de Moura.*

Foi voto o Sr. ministro Vasques.

#### RESOLUÇÃO

Como parece.— 8 de junho de 1900.— *CAMPOS SALLES.*— *Mallet.*

\* Sr. Presidente da Republica — Com o aviso de 1 de fevereiro do corrente anno, do Ministerio da Guerra, mandastes remetter a este tribunal, para consultar com seu parecer, os papeis juntos relativos ao requerimento do soldado do 28º batalhão de infantaria Antonio Ferreira Lima, pedindo para ser considerado como engajado, visto ter obtido baixa e de novo se alistado no exercito.



lhão de infantaria Antonio Ferreira Lima, allegando ter concluido o tempo de serviço a 28 de dezembro de 1898 e se alistado novamente a 27 de fevereiro de 1899, pediu ser considerado engajado, por isso que a lei estabelece differença entre estas praças

O general commandante do 4º districto militar não está de accordo com o chefe do pessoal, que acha que a petição do referido soldado está no caso de ser deferida, por entender que o aviso de 16 de novembro de 1881, citado por aquelle chefe do pessoal, está revogado pelo art. 5º da lei de fixação de forças para o corrente anno, informando mais o referido general commandante do 4º districto militar não haver disposição alguma contraria a ser computado á mencionada praça o tempo de serviço de sua primeira praça para outros effeitos.

O chefe da 4ª secção do estado maior do exercito julga, com o chefe do pessoal do 4º districto militar, que o requerente está no caso de ser attendido.

Ouida a respeito a Contadoria Geral da Guerra, disse a 3ª secção que o citado aviso declarou que os alistados pela segunda vez no exercito seriam considerados engajados, desde que provassem com suas escusas terem concluido o tempo a que se obrigaram a servir como voluntarios ou recrutados, o que declarou tambem o aviso de 22 de abril de 1884, quanto aos que completassem o tempo de serviço na armada e de novo se alistassem no exercito e vice-versa. Continuando a secção, disse ainda, que as citadas disposições foram sempre observadas, embora diversas leis de fixação de forças não determinem de modo expresso, e finalmente entende, como o chefe da secção do estado maior do exercito, não haver razão para julgar-se revogados os referidos avisos, parecendo-lhe attendivel o pedido do requerente.

Com esta informação concordou o chefe da Contadoria Geral da Guerra.

O Supremo Tribunal Militar, tendo em vista as referidas informações, pensa que não devem ser considerados revogados os avisos de 16 de novembro de 1880 e de 22 de abril de 1884, e é de parecer:

Que o requerimento do soldado do 28º batalhão de infantaria Antonio Ferreira Lima está no caso de ser deferido, sendo considerado engajado por tres annos e contando-se-lhe o periodo decorrido de 24 de agosto de 1893 a 28 de dezembro de 1893, tempo em que serviu no exercito.

Os ministros marechaes Tude Neiva, Conrado Niemeyer e almirante Coelho Neto, divergindo da maioria de seus collegas, deram o seguinte voto: Entendemos que a lei estabelece differença quanto ao abono de gratificação de engajado entre as praças que, tendo concluido o tempo por que se alistaram, continuam, sem interrupção, a servir com ou sem engajamento, e as que, terminado aquelle tempo, obtem baixa do serviço e voltam mais tarde a novo alistamento.

A lei n. 247, de 15 de dezembro de 1895, regulando o soldo e a etapa dos officiaes effectivos e praças do exercito e armada, consigna na observação da tabella n. 2, que a acompanhou, o seguinte: «As praças que, findo o seu tempo de serviço, continuarem nas fileiras, com ou sem engajamento, perceberão uma gratificação diaria de duzentos e cincoenta réis.»

Por esta disposição, o legislador só cogitou do abono da referida gratificação ás praças que, concluindo o seu primeiro tempo de serviço,

e as que, concluído o tempo de serviço, continuam, sem interrupção, com engajamento ou sem elle.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

nelle continuam sem interrupção. A lei n. 530, de 2 de dezembro de 1898, sob cuja vigencia o reclamante voltou ao serviço do exercito, consigna:

« Art. 4.º As praças e ex-praças que se engajarem por mais de tres annos e em seguida por dous, pelo menos, terão direito em cada engajamento ao valor, recebido em dinheiro, das peças de fardamento gratuitamente distribuidas aos recrutas.

Art. 5.º Os voluntarios e as praças que, findo o seu tempo de serviço, continuarem nas fileiras, com ou sem engajamento, perceberão a gratificação estipulada na lei n. 247, de 15 de novembro de 1894, e quando forem escusas do serviço se lhes concederá, nas colonias da União, um prazo de terra de 1.089 ares.»

Do disposto no supracitado art. 4º resulta que as ex-praças, isto é, os individuos que findo o seu tempo de serviço desligam-se das fileiras, mas voltam posteriormente a ellas, não teem direito sinão a vantagem pecuniaria igual á importancia das peças de fardamento distribuidas gratuitamente aos recrutas, vantagem especial, unica que lhes confere a lei, caso se engajem por mais de tres annos.

Quanto ao vencimento diario, só lhes cabe, além do soldo e etapa, a gratificação de voluntario que a lei concede a todos os soldados do exercito, ressalvada apenas a excepção do art. 5º em seu paragrapho unico (perda da gratificação, *ex-vi* de sentença formulada de accordo com a legislação vigente).

Abonar-lhes gratificação maior será irregular, pois é principio corrente que, ninguem pôde pagar ou receber vencimentos que não estejam expressamente estipulados em lei.

Entretanto, as praças que, terminando o seu tempo de serviço, continuam sem interrupção nas fileiras, com ou sem engajamento, terão direito, afóra o soldo e a etapa:

- a) na hypothese de engajamento, ao quantitativo estipulado no art. 4º e á gratificação estipulada no art. 5º, isto é, 250 réis diarios;
- b) na hypothese de não engajamento, sómente á gratificação do art. 5º.

Do confronto das disposições citadas, se vê que aos individuos que servem no exercito dous ou mais periodos sem solução de continuidade, a lei offerece maiores vantagens do que a todos quantos, findo o seu tempo de serviço, abandonam as fileiras, mas de novo se alistam posteriormente, tendo interrompido a condição militar com prejuizo manifesto dos predcados então adquiridos com relação aos costumes, á ordem, á disciplina e á pratica do serviço das armas.

O legislador teve em vista, sem duvida, proporcionar incentivos capazes de assegurar a permanencia no exercito de individuos com a educação militar já feita, o que, sob todos os aspectos, é de incontestavel vantagem para o serviço.

O chefe da 4ª secção procura reforçar seu parecer com a materia do aviso de 16 de novembro de 1881 e tambem com o disposto no art. 3º da lei n. 530, de dezembro de 1898; mas, quando mesmo aquelle aviso pudesse subsistir hoje, elle e o citado art. 3º apenas referem-se á condição de praça e tempo de serviço do individuo, nada absolutamente dizem com relação a abonos de gratificações.

## N. 30 — AVISO DE 22 DE JUNHO DE 1900

Declara que os commandantes de districtos militares estão subordinados ao chefe do estado maior do exercito e delle recebem ordens, embora sejam mais graduados ou mais antigos, e que o sub-chefe, no impedimento do referido chefe, assume todas as suas attribuições.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 22 de junho de 1900 — N. 1454.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — O commandante do 7º districto militar, em telegramma de 12 do mez findo, comunicando que o chefe do estado maior interino, em termos de autoridade superior, determinou-lhe a baixa por incapacidade physica de um soldado do 19º batalhão de infantaria, consulta :

1º, os commandantes de districtos estão subordinados ao chefe do estado maior ?

2º, pôde elle em seu nome dar ordens aos commandantes dos districtos, embora sejam estes mais graduados ou antigos ?

Em solução, vos declaro, para os devidos effeitos, que as respostas aos dous quesitos são affirmativas, por isso que as attribuições que vos são conferidas só podem ser cabalmente exercidas com a respectiva autoridade sobre os commandantes de districtos, o que aliás se conclue das disposições do art. 3º e dos §§ 2º, 3º e 21 do art. 7º do regulamento approvedo pelo decreto n. 3189, de 6 de janeiro de 1899, e dos arts. 2º, 3º e 8º do dos commandos de districtos militares, corroborando tal conclusão o aviso de 6 de fevereiro de 1894, que revigora o de 15 de setembro de 1885, expedido de accordo com o parecer exarado em consulta de 8 de agosto anterior, do Conselho Supremo Militar de Justiça.

Outrosim, vos declaro que, sendo o sub-chefe dessa repartição vosso substituto legal, conforme taxativamente preceitua o § 1º do art. 8º do regulamento do estado maior do exercito, assumirá por isso, quando substituir-vos, todas as vossas attribuições definidas neste regulamento.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1900. — *Pereira Pinto.* — *R. Galvão.* — *Tude Nêiva.* — *C. Niemeyer.* — *C. Neto.* — *B. Vasques.* — *F. A. de Moura.*

## RESOLUÇÃO

Como parece á minoria. — 8 de junho de 1900. — *CAMPOS SALLES.* — *Mallet.*

---

## N. 31 — AVISO DE 2 DE JULHO DE 1900

Approva o fechamento do Laboratorio Pyrotechnico de Matto Grosso por falta de recursos para o seu funcionamento

Ministerio da Guerra. — Rio de Janeiro, 2 de julho de 1900 — N. 283.

Sr. Intendente Geral da Guerra — Declarae ao commandante do 7º districto militar que approvo a deliberação que tomou, segundo consta de seu telegramma de 28 do mez findo, de mandar fechar o Laboratorio Pyrotechnico do Estado de Matto Grosso, por faltarem recursos indispensaveis ao funcionamento do mesmo laboratorio, recolhendo-se ao corpo a que pertence o official que delle se achava encarregado.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

## N. 32 — AVISO DE 9 DE JULHO DE 1900 \*

Explica o decreto n. 400, de 2 de abril de 1891, que regula as continencias militares.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 9 de julho do 1900 — N. 1548.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — O commandante da guarnição do Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, consulta, no officio que acompanhou o de n. 228, que vos dirigiu em 14 de fevereiro ultimo o commandante do 6º districto militar, sobre o modo como deve ser interpretado o aviso de 23 de novembro de 1896 ácerca de continencias militares com relação aos officiaes honorarios do exercito, guarda nacional, corpos de policia e do bombeiros, em vista das faltas que neste sentido são commettidas naquella guarnição entre officiaes e praças do exercito e de policia e vice-versa.

O Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer da minoria do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 18 do mez findo, \*\* resolveu em 6 do corrente que, sendo as

---

\* V. aviso n. 1654 de 3 de agosto deste anno.

\*\* Sr. Presidente da Republica — Com aviso do Ministerio da Guerra n. 47, de 7 de maio ultimo, foram por vossa ordem presentes a este Supremo Tribunal, para consultar, os papeis relativos á duvida que tem o commando da guarnição de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, sobre o modo de proceder a respeito das continencias entre officiaes e praças do exercito e da brigada militar do Estado.

continências militares devidas e reciprocas entre officiaes e praças que pertençam aos corpos militarmente organizados, isto é, aos que se regem por disposições dos poderes federaes e estão sujeitos ao Governo da União, de accordo com a legislação militar; e extensivas aos officiaes e praças das potencias estrangeiras, de conformidade com o uso adoptado entre as nações, e sendo as disposições do decreto n. 100, de 2 de abril de 1891, que regula taes continências, applicaveis unicamente a instituições ou funcionarios aos quaes por lei são cabiveis, não podem as corporações dependentes da Prefeitura do Districto Federal e a policia dos Estados, creadas para funcções que lhes são inherentes e quaesquer outras que porventura existam ou venham a existir

---

O commandante da guarnição de Porto Alegre, no seu officio n. 182, de 7 de fevereiro ultimo, dirigido ao commandante do 6º districto militar, especialisa a duvida que tem de interpretar o aviso de 23 de novembro de 1893, publicado na ordem do dia n. 793, de 14 de dezembro do mesmo anno, relativo ás continências entre officiaes e praças do exercito e da brigada militar e pergunta como deve proceder, em vista das faltas que constantemente se dão nas continências respectivas.

A repartição do estado maior, dirigindo ao Ministerio da Guerra os papéis que ao assumpto se referem, faz juntar outra consulta, feita em 23 de junho de 1899, pelo então tenente Candido Borges Castello Branco, e, na informação que sobre ambas adduz, diz que ás duvidas por ellas suscitadas tem o Governo procurado por diversos actos, motivados por consultas anteriores, dar satisfactorias soluções, regulamentando a especie.

Estudando-se, porém, essas resoluções, carece ainda o assumpto de um aresto completo, claro e pratico.

Que a lei de 1859, regulando a procedencia, abrange a primeira linha, honorarios; a segunda linha, permanentes e pedestres.

A tabella annexa ao decreto de 2 de abril de 1891, em vez de permanentes e pedestres, falla em corpos de policia, bombeiros e officiaes estrangeiros.

A portaria de 23 de dezembro de 1896 determina que seja cumprido o art. 12 da tabella de 1891 em relação á guarda nacional, policia e bombeiros, quando forem estes militarmente organizados.

A resolução de 21 de janeiro de 1897, tomada sobre o parecer do Supremo Tribunal Militar de 20 de agosto de 1894, menciona os corpos de policia militarmente organizados e cujos officiaes sejam nomeados por decreto do chefe da Nação.

Tendo-se em vista o corpo de doutrina, continúa a informação do estado maior, que se contém nas disposições supra, parece fazer-se mister definir clara e terminantemente o que se deve entender por corpo militarmente organizado; não esquecendo a condição exigida pela resolução de 21 de janeiro de 1897, qual a de ser o decreto de nomeação assignado pelo chefe da Nação.

A consulta que, em 1899, fez o então tenente Castello Branco, posto que tenha semelhança com a duvida opposta pelo commandante da guarnição de Porto Alegre, não é, entretanto, da mesma especie, pois que, tratando este commando simplesmente do modo de interpretar o aviso de 23 de novembro de 1896, relativo ás continências reciprocas de officiaes e praças do exercito e da brigada militar do Estado, estende-se o tenente Castello Branco sobre procedencias que

não previstas nas disposições contidas nos ns. 4 e 5 do art. 48 da Constituição Federal, ser equiparadas ao exercito e armada, que são instituições permanentes, na forma estabelecida no art. 14 da mesma Constituição e, portanto, não lhes competem as continencias militares prescriptas nos regulamentos do Governo Federal, uma vez que não lhes é permittido o uso de uniformes e distinctivos marcados no plano para o exercito e para a armada; o que vos declaro, para os fins convenientes.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

devem ser observadas entre officiaes do exercito e dos corpos de policia e bombeiros, etc.

Este Supremo Tribunal limita o seu parecer á duvida apresentada pelo commando da guarnição de Porto Alegre, porque julga que as apresentadas pelo tenente Castello Branco já estão resolvidas de forma satisfactoria pela resolução deste tribunal de 20 de agosto de 1891.

E assim, é de parecer que, sendo tão claros e positivos os termos em que está concebido o aviso de 23 de novembro, publicado na ordem do dia n. 793, de 14 de dezembro, tudo de 1896, nenhuma duvida pôde haver na sua observancia, devendo ser feitas com reciprocidade as continencias entre officiaes e praças do exercito e dos corpos estadauaes, quando militarmente organizados, da mesma forma por que procedem entre si officiaes e praças do exercito.

E' este o parecer do Supremo Tribunal que o Sr. Presidente da Republica tomará na consideração que lhe merecer.

Os ministros almirante Elysario Barbosa e marchal Niemeyer deram o seguinte voto:

As continencias militares são devidas e reciprocas, partindo sempre do inferior para o superior e quando da mesma patente ou graduação, do mais moderno para o mais antigo e, no caso de não ser reconhecida essa circumstancia, será iniciada pelo que pareça ser mais moço.

Essas continencias são devidas e reciprocas entre officiaes e praças que pertençam aos corpos militarmente organizados, entendendo-se como taes os que se regulam por disposições dos poderes federaes e estão sujeitos ao Governo da União, de accordo com a legislação militar.

Taes continencias devem se estender aos officiaes e praças das potencias estrangeiras, de conformidade com o uso adoptado entre as nações.

As disposições contidas no decreto n. 100, de 2 de abril de 1891, que regula as continencias militares, são unicamente applicaveis a instituições ou funcionarios a quem por lei possam caber.

As corporações dependentes da Prefeitura do Districto Federal e a policia dos Estados, creadas para funcções que lhes são inherentes, e quaesquer outras que, porventura, existam ou venham a existir, não previstas nas disposições contidas nos ns. 4 e 5 do art. 48 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, não podem ser equiparadas ao exercito e á armada, que são instituições nacionaes permanentes, na forma estabelecida no art. 14 da mesma Constituição; e como não lhes seja permittido usar de uniformes nem distinctivos marcados no plano para o exercito (decreto de 4 de janeiro de 1890, ordem do dia da Repartição de Ajudante General, sob o n. 21, de 11 do mesmo mez e anno), assim como os referentes á armada, segue-se que não lhes competem, *ipso*

## N. 33 — AVISO DE 11 DE JULHO DE 1900

Declara que os officiaes do exercito não podem annunciar ou manter estabelecimentos de instrucção particular ou publica; mas, podem leccionar particularmente sem prejuizo do serviço militar; e em que condições lhes é permittido assignar seus nomes antepondo o titulo de bacharel.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de julho de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Declarae ao commandante do 6º Districto Militar, em solução á consulta feita pelo major do 30º batalhão de infantaria Braz Odorico Alves Teixeira e de que trata aquelle commandante no officio n. 384, que vos dirigiu em 5 de março ultimo, que, de accordo com o que informa a 4ª secção da repartição a vosso cargo, pôde qualquer official arregimentado que tenha o curso de engenharia militar e o titulo de bacharel em sciencias, assignar qualquer papel, ainda mesmo o de caracter puramente administrativo, antepondo ao seu nome o titulo de bacharel, uma vez que mencione o posto que tem no exercito e qual o exercicio, visto não haver disposição alguma que tal prohiba, não sendo permittido ao official com essas habilitações ou sem ellas, annunciar ou manter estabelecimentos de instrucção particular ou publica, nos termos do disposto nos arts. 2º e 3º do cap. 1º da lei n. 556, de 25 de junho de 1850, desde que seja considerado ramo de commercio a gerencia de taes estabelecimentos.

Declarae, outrosim, quanto á ultima parte da consulta, que qualquer official poderá leccionar particularmente, quando disso não resulte prejuizo para o serviço militar, cabendo ao respectivo commandante providenciar sobre as faltas commettidas no mesmo serviço.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

*facto*, as continencias militares prescriptas nos regulamentos do Governo Federal.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1900. — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *C. Niemeyer.* — *C. Neto.* — *B. Vasques.* — *F. A. de Moura.*

Foi voto o Sr. ministro Tade Neiva.

## RESOLUÇÃO

Como parece á minoria. — 6 de julho de 1900. — *CAMPOS SALLES.* — *Mallet.*

---

## N. 34 — AVISO DE 17 DE JULHO DE 1900

Manda passar a aggregados, sem vencimento de antiguidade, diversos tenentes de infantaria transferidos como 2<sup>os</sup> tenentes de artilharia para aquella arma, de accordo com o art. 25 do regulamento de 31 de março de 1831, quando não estavam inhibidos de proseguir nos estudos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 17 de julho de 1900 — N. 1584.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exercito — O Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 2 do corrente\* relativo ao requerimento em que o alferes do 17<sup>o</sup> batalhão de infantaria Paulo Emilio da Silva Souto reclama contra a preterição que allega haver soffrido com a promoção, ao posto de tenente, dos alferes Manoel Leonel Coelho Borges, Aristides Olympio Sampaio,

---

\* Sr. Presidente da Republica — Por vossa ordem, constante do aviso do Ministerio da Guerra, de 17 de abril ultimo sob n. 43, veio a este tribunal para consultar com o seu parecer o requerimento com os papeis a elle referentes, no qual o alferes do 17<sup>o</sup> batalhão de infantaria Paulo Emilio da Silva Souto reclama novamente contra a preterição que allega haver soffrido com a promoção do alferes Manoel Leonel Coelho Borges ao posto de tenente.

Por esses papeis se vê que aquelle alferes reclamou contra a promoção de Coelho Borges, allegando que a transferencia deste official realizada no posto de alferes para a arma de infantaria, em julho de 1898, só podia ter logar nos termos da lei de 11 de setembro de 1861, visto não se achar elle impossibilitado de proseguir nos estudos para concluir o curso de artilharia.

Tendo sido indeferida a reclamação, o peticionario no requerimento agora sujeito a consulta do tribunal pede reconsideração do despacho e reclama mais contra as promoções dos alferes Aristides Olympio Sampaio, José Ignacio da Cunha Rasgado e Vital da Silva Cardoso.

O commandante do 17<sup>o</sup> batalhão de infantaria informa favoravelmente.

O commandante da escola preparatoria e de tactica do Rio Pardo julga indeferivel a petição, porque « o 2<sup>o</sup> tenente Borges estava de facto impossibilitado de proseguir em seus estudos, á vista do disposto no art. 91 do regulamento de 18 de abril de 1898, porquanto é certo haver nascido em 1864 ».

A 4<sup>a</sup> secção do estado maior do exercito, resumindo o contexto do requerimento e das informações dos commandos do 17<sup>o</sup> batalhão e da escola do Rio Pardo, transcreve a allegação do peticionario de que o despacho de 20 de setembro de 1899 ao requerimento do 2<sup>o</sup> tenente Hilario Francisco Dias esclarece as leis vigentes sobre transferencias de arma e fundamenta a sua pretensão.

A 4<sup>a</sup> secção accrescenta: « o 2<sup>o</sup> tenente Hilario Francisco Dias, que requereu em agosto ultimo transferencia para a arma de infantaria,



José Ignacio da Cunha Rasgado e Vital Cardoso, transferidos para a dita arma nos termos da 2ª parte do art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, quando o deveriam ser de accordo com o art. 6º da lei n. 1143, de 11 de setembro de 1861, tornada permanente pelo de n. 1220, de 20 de julho de 1864, por isso que não estavam inhibidos de proseguir nos estudos, resolveu, em 13 deste mez, que, verificado não estarem os tenentes acima referidos impossibilitados de proseguir nos estudos, devem elles

---

teve o seguinte despacho: « *Indeferido, visto não estarem esgotados os recursos que tem o requerente pelo regulamento das escolas para tirar o curso, só podendo ser attendido pela lei de 11 de setembro de 1861.* »

Embora o 2º tenente, hoje tenente, Manoel Leonel Coelho Borges, e assim tambem os outros indicados pelo requerente, tivessem as suas transferencias a pedido, como consta das ordens do dia da Repartição de Ajudante General, foram estas concedidas pelo art. 25 do regulamento approved pelo decreto n. 772, de 31 de março de 1851, e, como por isso nada perderam de sua antiguidade, tiveram de ser collocados nas posições que, pela mesma antiguidade, lhes competiam na arma para que foram transferidos.

Collocado Manoel Leonel Coelho Borges no Almanak, segundo sua antiguidade, por força do disposto no dito artigo, ficou acima do requerente e por decreto de 7 de outubro do anno proximo passado, tendo attingido o n. 1 por estudos, foi promovido por este principio.

Julga, portanto, a secção que a presente pretensão não tem razão de ser, visto, em face do que occorreu, não haver direito postergado pela dita promoção.»

O Supremo Tribunal Militar julga que a pretensão do alferes Paulo Emilio da Silva Souto está amparada pela resolução presidencial de 1 de junho ultimo, tomada sobre consulta deste tribunal, de 14 de maio e expressa no aviso do Ministerio da Guerra, de 4 do mesmo mez de junho, dirigido ao chefe do estado maior, do teor seguinte:

« Communico-vos para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 14 de maio findo, resolveu, em 1 do corrente, declarar que os 2ºs tenentes Manoel da Cunha Moraes, Aristides Olympio de Sampaio, José Ignacio da Cunha Rasgado, Vital da Silva Cardoso, Manoel Leonel Coelho Borges e outros em identicas condições, transferidos para a arma de infantaria, nos termos da 2ª parte do art. 25 do regulamento de 31 de março de 1851, si não estavam inhibidos de proseguir nos estudos, devem ser considerados transferidos de accordo com o art. 6º da lei n. 1143, de 11 de setembro de 1861, deferindo assim a reclamação do alferes do 28º batalhão de infantaria João Carlos Formel contra as alludidas transferencias.»

O commandante da escola preparatoria e de tactica do Rio Pardo entende que o tenente Coelho Borges, quando foi transferido para a infantaria, não podia proseguir nos estudos, á vista do art. 91 do regulamento das escolas militares.

Este artigo exige idade menor de 30 annos aos officiaes que pretenderem matricular-se no curso geral.

Tal exigencia, porém, refere-se, evidentemente, aos officiaes que tiverem de iniciar os estudos na Escola Militar do Brazil e não aos que já tendo o curso de infantaria e cavallaria e, portanto, approvação,

passar a aggregados sem vencimento de antiguidade no posto, até que legalmente lhes toque promoção, sendo preenchidas por quem de direito as vagas que deixarem ; o que vos declaro para os fins convenientes.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

#### N. 35 — AVISO DE 20 DE JULHO DE 1900

Sobre a applicação dos saldos das economias licitas dos conselhos economicos dos hospitaes e enfermarias militares.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1900  
— N. 1597.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exército — Tendo havido duvidas sobre a interpretação do art. 88 do regulamento approved pelo decreto n. 3220, de 7 de março de 1899, versando sobre a applicação dos saldos das economias licitas dos conselhos economicos dos hospitaes e enfermarias militares, em face da doutrina do art. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 2213, de 9 de janeiro de 1896, declarae aos commandantes dos districtos militares que as despesas com dietas e adventicios, consignados na 9ª observação das publicadas na ordem do dia n. 976, de 25 de novembro de 1898 da Repartição de Ajudante General, serão satisfeitas pela fonte de receita dos conselhos

em muitas das materias que constituem o curso geral, tiverem de continuar os estudos.

Neste caso estão os actuaes tenentes de infantaria indicados pelo peticionario; a elles não póde attingir o dispositivo do citado art. 91.

Assim, o Supremo Tribunal Militar, á vista da resolução de 1 de junho ultimo, é de parecer que, verificado não estarem os tenentes Manoel Leonel Coelho Borges, Aristides Olympio de Sampaio, José Ignacio da Cunha Rasgado e Vital da Silva Cardoso impossibilitados de proseguir nos estudos, quando, em julho de 1898, foram transferidos como alferes para a arma de infantaria, devem elles passar a aggregados, sem vencimento de antiguidade no posto, até que legalmente lhes toque promoção, sendo preenchidas por quem de direito as vagas que deixarem.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1900. — *Pereira Pinto.* — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *Tude Neiva.* — *C. Neto.* — *B. Vasques.* — *F. A. de Moura.*

Foi voto o Sr. ministro Miranda Reis.

#### RESOLUÇÃO

Como parece.— Em 13 de julho de 1900.— *CAMPOS SALLES.* — *Mallet.*

economicos, e as que estiverem comprehendidas no art. 5º do citado regulamento de 1896 só poderão ser pagas por essa fonte, quando não houver consignação especial de verba, na tabella explicativa do orçamento geral deste Ministerio, para os respectivos artigos ou serviços ou quando não caiba o fornecimento desses artigos a outros estabelecimentos militares.

Nos casos urgentes, porém, ou quando falte verba, por insuficiencia de dotação orçamentaria, poderão ser realizadas as despesas acima excluidas, si não excederem de 100\$, devendo ser precedidas de autorização deste Ministerio, solicitada por telegramma, si forem superiores a essa quantia.

Os saldos das referidas economias, verificados no fim de cada anno, pelo respectivo balancete deverão ser recolhidos á repartição competente, conforme o estabelecido pelo alludido art. 88.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

N. 36 — AVISO DE 27 DE JULHO DE 1900

Providencia para que haja escripturação especial para todos os actos que importem em receita para o Ministerio da Guerra emanados de accordo com o disposto no decreto n. 658, de 20 de novembro de 1899.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 27 de julho de 1900 — N. 61.

Sr. Director da Contadoria Geral da Guerra — Providenciae para que essa repartição tenha uma escripturação especial para todos os actos que importem em receita para o Ministerio da Guerra, emanados de accordo com o disposto no decreto legislativo n. 658, de 28 de novembro de 1899, a começar desta data, para que se possa, em qualquer occasião, conhecer quaes os recursos em deposito no Thesouro Federal ou nas delegacias fiscaes, escripturados conforme aquelle decreto.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

## N. 37 — PORTARIA DE 30 DE JULHO DE 1900

Declara que o art. 3º do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890, não aproveita, para o abono do soldo integral da patente, ao official que, não tendo 25 annos de serviço, *solicita* reforma por ter attingido a idade para a reforma voluntaria.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 30 de julho de 1900. — N. 102.

O Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Supremo Tribunal Militar, para os fins convenientes, que em 27 do corrente resolveu, conformando-se com o parecer do mesmo tribunal exarado em consulta de 16 deste mez, \* indeferir o requerimento em que o capitão Luiz Francisco da Costa, reformado a seu pedido, de accordo com o disposto no art. 1º do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890, solicitou que essa reforma fosse considerada com o soldo por inteiro, em vista do preceituado no art. 3º do citado decreto. — *J. N. de Medeiros Mellet.*

---

\* Sr. Presidente da Republica — Com aviso do Ministerio da Guerra de 18 de junho ultimo mandastes remetter a este tribunal, para consultar com seu parecer, o requerimento e mais papeis em que o capitão reformado do exercito Luiz Francisco da Costa pede que a sua reforma seja considerada com o soldo por inteiro.

Allega o requerente que, tendo sido reformado, a seu pedido, de accordo com o art. 1º do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890, por ter attingido a idade para reforma compulsoria voluntaria, compete-lhe o soldo por inteiro e não o proporcional ao tempo que serviu nas fileiras do exercito.

O chefe da 4ª secção da repartição do chefe do estado maior, informando, diz que o requerente, reformado, como foi, em virtude do art. 1º do decreto n. 193 A, tem direito ao soldo por inteiro do posto de capitão, visto o art. 3º do mesmo decreto declarar que os officiaes que, em virtude desse decreto, tiverem de ser reformados e não contarem ainda 25 annos de serviço, perceberão o soldo integral das respectivas patentes.

Estudada e discutida a questão, passa o tribunal a emittir sua opinião a respeito:

O requerente foi reformado a seu pedido em 18 de julho de 1895, de accordo com o art. 1º do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890, por ter então 47 annos de idade, sendo-lhe arbitradas por este tribunal vinte e tres vigesimas quintas partes do soldo pela tabella n. 1 da lei n. 247, de 15 de dezembro de 1891, visto contar na occasião de sua reforma 23 annos e quatro mezes de serviço.

O art. 3º do citado decreto, a que se soccorre o peticionario para lhe ser abonado o soldo por inteiro, parece ao tribunal que só aproveita áquelles officiaes que, por força do alludido decreto n. 193 A, foram compellidos á reforma por haverem attingido á idade maxima que lhes permite continuarem no qua tro activo e não áquelles que voluntaria-

## N. 38 — AVISO DE 30 DE JULHO DE 1900

Declara que a provisão de 5 de setembro de 1815 e aviso de 5 de setembro de 1885, sobre os traslados dos processos que devem ficar nos corpos, não foram revogados pelo regulamento processual criminal militar e sim revigorados pelo art. 233 do mesmo regulamento.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 30 de julho de 1900 — N. 1635.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exército — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica conformou-se, em 27 do corrente, com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 16 deste mez, \* declarando, em solução á do commandante do 4º batalhão de infantaria, sobre

---

mente deixam o serviço activo pela faculdade que lhes dá o mesmo decreto.

Releva ponderar que os officiaes do exercito que por lesões ou molestias incuraveis se inhabilitarem de continuar a servir, si não tiverem 25 annos completos de serviço, serão reformados com tantas vigesimas quintas partes do respectivo soldo quantos forem os annos de serviço, conforme dispõe a lei n. 648, de 18 de agosto de 1852, ainda em vigor.

Não parece, pois, justo que os officiaes nestas circumstancias, que são forçados a deixar o quadro activo por causas independentes de sua vontade, fiquem em piores condições do que aquelles, como o requerente, que se retirarem da actividade por seu motu proprio, são, vigorosos e robustos, sómente por terem attingido á idade minima que lhes faculta a inactividade.

Interpretado assim o art. 3º do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890, parece a este tribunal que a pretensão do requerente carece de fundamento legal.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1900. — *Pereira Pinto*. — *E. Barbosa*. — *R. Galvão*. — *Tude Neira*. — *C. Neto*. — *F. A. de Moura*. — *J. Thomaz Cantuaria*.

Foram votos os Srs. ministros Miranda Reis e Niemeyer.

## RESOLUÇÃO

Como parece. — 27 de julho de 1900. — *CAMPOS SALLES*. — *Mallet*.

---

\* Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso de 3 do corrente, sob n. 86, mandastes a este tribunal para emitir parecer os papeis relativos á consulta que faz o commandante do 4º batalhão de infantaria, si, não obstante a letra do art. 241 do regulamento processual criminal militar, e, tendo actualmente cada processo de conselho de guerra o seu escrivão especial, deve ser ainda observada a disposição do aviso do Ministerio da Guerra de 5 de setembro de 1885.

traslados de processos de conselhos de guerra, que devem ficar no archivo dos corpos, que a provisão de 5 de setembro de 1815

O auditor de guerra junto ao estado maior, ouvido a respeito, diz: « As considerações feitas pelo Sr. coronel Manoel Presciliano de Oliveira Valladão, commandante do 4º batalhão de infantaria, a proposito da sua consulta sobre traslados de autos de conselhos de guerra, são, sem duvida alguma, assaz judiciosas.

Si porventura se tratasse da reforma do nosso codigo processual, nesta parte, é bem certo que estaríamos de accordo com as idéas explanadas.

Tratando-se, porém, de consulta sobre a interpretação a dar-se ao direito vigente, entendemos que a praxe adoptada até hoje é a unica que se coaduna com o nosso systema processual. Essa praxe só poderia ser desprezada si o Exm. Sr. Ministro da Guerra entender que *convem alterar a pratica estabelecida pela provisão de 5 de setembro de 1815.*

Emquanto, porém, isto não se der, é o caso de dizermos — *legem habemus.* »

O chefe do estado maior do exercito, informando, expressa-se nos seguintes termos:

« Parece-me que nem o facto de ter actualmente cada conselho de guerra seu escrivão especial, nem tão pouco o disposto no art. 241 do regulamento processual criminal militar, são incompatíveis com a provisão de 5 de setembro de 1815, revigorada pelo aviso do Ministerio da Guerra de 5 de setembro de 1885.

Aquella alteração no funcionamento do conselho de guerra, de ordem puramente material, teve apenas em vista exonerar o auditor do mister de escripturario, collocando-o em condições identicas aos demais membros no concernente á calma e reflexão necessarias a um juiz, aliás o tagado. Quanto ao art. 241, a phrase — logo que for proferido — tem evidentemente um valor relativo e não pôde, ao que supomos, ser tomada ao pé da lettra; dever-se-ha subentender — preenchidas as formalidades legais.

O preceituado no paragrapho unico do art. 234 do dito regulamento processual criminal militar, determinando que a extracção de traslados dos autos dos processos organizados na Capital Federal, ou no Estado do Rio de Janeiro, poderá ser dispensada — vem ainda robustecer a perfeita compatibilidade, lettras atrás affirmada. »

O Supremo Tribunal Militar está de inteiro accordo com o chefe do estado maior do exercito.

A provisão de 5 de setembro de 1815 e o aviso de 5 de setembro de 1885, determinando que nos archivos dos corpos fiquem traslados dos processos que não forem de deserção, sendo as cópias tiradas pelos secretarios, auxiliados por subalternos, conferidas e concertadas pelo auditor, que as authenticará com a sua assignatura, não foram revogadas pelo regulamento processual criminal militar, foram sim, revogadas por este regulamento no art. 233, pelo qual é dispensada apenas a extracção de traslados dos autos dos processos organizados na Capital Federal, ou no Estado do Rio de Janeiro.

O commandante do 4º batalhão de infantaria no seu officio de 9 de janeiro, dirigido ao commando da guarnição e fronteira de Bagé, diz parecer-lhe que o art. 234 refere-se aos traslados que tenham de ser tirados, quando apparecerem protestos e agravos, casos em que ao Supremo Tribunal Militar assiste o direito de tomar logo conhecimento do incidente.

e o aviso de 5 de setembro de 1885 não foram revogados pelo regulamento processual criminal militar e sim revigorados pelo art. 233 do mesmo regulamento.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

#### N. 39 — PORTARIA DE 1 DE AGOSTO DE 1900

Declara que o official do exercito que já consignou parte do soldo, por qualquer motivo, ou já soffrer desconto para pagamento de divida á Fazenda Nacional, só pôde consignar a parte que faltar para prefazer a totalidade do soldo.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1900.

Tendo o delegado fiscal do Thesouro Federal na Parahyba do Norte solicitado esclarecimentos que ohabilitam ao cumprimento da circular de 23 de junho findo, que recommenda stricta observancia do art. 13 das instrucções annexas ao decreto n. 946 A, de 1 de novembro de 1890, por isso que entra em duvida si, por totalidade do soldo que o official pôde consignar nos termos do artigo referido, deve entender-se o soldo integral, embora sujeito aos descontos de montepio, divida aos cofres publicos, etc., ou o soldo liquido de todos esses descontos, o Sr. Presidente da Republica manda, por esta Secretaria de Estado, declarar ao mencionado Sr. delegado fiscal que, si pelo citado artigo só é permitido ao official consignar até a totalidade do seu soldo, segue-se que, si elle tiver divida para com a Fazenda Nacional e cooperativas é porque já consignou parte do soldo para pagamento dessas dividas, restando-lhe sómente o direito de consignar a outra parte e bem assim que esta disposição teve em vista evitar que o official fique sem perceber mensalmente uma certa quantia para seu sustento e representação, isto é, etapa e gratificação.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

Ha equívocos. Por occasião de protestos ou agravo no correr do processo do conselho de guerra não ha traslados a tirar.

O Supremo Tribunal Militar só aprecia taes protestos ou agravos, como preliminar, quando sobem a seu julgamento com os autos em grão de appellação.

Os traslados de que trata o art. 234 do regulamento processual criminal militar são, pois, os referidos na provisão de 5 de setembro de 1845 e no aviso do Ministerio da Guerra de 5 de setembro de 1885.

E' este o parecer que o tribunal submete á vossa consideração.

## N. 40 — AVISO DE 3 DE AGOSTO DE 1900 \*

Explica o aviso de 9 de julho deste anno sobre continencias militares.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1900 — N. 1654.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Tendo o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores communicado em aviso de 30 de junho findo que a doutrina do que vos dirigi em 9 do dito mez está sendo mal comprehendida por officiaes e praças da guarnição desta Capital, que teem recusado as continencias devidas a officiaes da guarda nacional, brigada policial e corpo de bombeiros, vos declaro, para os fins convenientes, que deve-se tornar bem claro que o citado aviso de 9 de julho não é contrario ao que está determinado no art. 22 da tabella de continencias em vigor e teve por fim evidenciar que só teem direito a taes continencias os officiaes das diversas corporações federaes de organização militar, com patentes assignadas pelo chefe da Nação.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

## N. 41 — AVISO DE 20 DE AGOSTO DE 1900

Manda abonar ao porteiro do hospital militar do Andarahy a alimentação de que trata o art. 48 do regulamento da Direcção Geral de Saude.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1900 — N. 88.

Sr. Director Geral de Saude — Declaro-vos que ao tenente honorario do exercito José Dias de Almeida, porteiro do hospital

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1900. — *Pereira Pinto.* — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *Tude Neiva.* — *C. Neto.* — *F. A. de Moura.* — *João Thomaz Cantuaria.*

Foram votos os Srs. ministros Miranda Reis e Niemeyer.

## RESOLUÇÃO

Como parece. — 27 de julho de 1900. — CAMPOS SALLES. — *Mallet.*

\* V. aviso n. 1548 de 9 de julho deste anno.



militar provisório do Andaraby, deve ser fornecida a alimentação a que se refere o art. 48 do regulamento dessa Direcção, a exemplo do que se pratica em relação ao medico e pharmaceutico de dia, visto não ter o mesmo porteiro substituto a auxilia-o, e, portanto, ser inseparavel do estabelecimento.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

---

#### N. 42 — AVISO DE 27 DE AGOSTO DE 1900

Declara que aos alferes graduados compete a gratificação de exercicio de subalterno de corpo a pé ou montado, no qual servirem.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1900 — N. 1769.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Em solução á consulta que acompanhou o officio n. 2153, dirigido em 8 do corrente pelo commandante do 4º districto militar á Contadoria Geral da Guerra, feita pelo alferes graduado, servindo no 5º regimento de artilharia, José de Araripe Macedo, vos declaro, para os fins convenientes, que não tendo os alferes graduados do exercito classificação de arma e pertencendo elles aos corpos em que forem mandados servir, de accordo com o disposto na portaria de 31 de outubro de 1898, compete-lhes o abono de exercicio de subalterno de corpo a pé ou montado no qual servirem.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

---

#### N. 43 — AVISO DE 22 DE SETEMBRO DE 1900

Declara que corre por conta dos cofres publicos a despesa com o enterramento das praças reformadas do exercito ou asyadas que residirem nos Estados e das effectivas que se acharem com licença para tratamento de saude.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1900 — N. 1898.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Declaras ao commandante do 2º districto militar, em solução ao officio que dirigiu ao director da Contadoria Geral da Guerra em 31 de agosto findo, sob n. 3133, que a despesa com o enterramento das praças

reformadas ou asyladas, que residirem nos Estados e das effectivas, que se acharem com licença para tratamento de saúde, deverá correr por conta dos cofres publicos, por isso que estas não perdem a sua qualidade de praças do exercito e áquellas é de equidade fazer-se tal despeza.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

#### N. 44 — CIRCULAR DE 25 DE SETEMBRO DE 1900

Prohibe que os officiaes do exercito sejam postos á disposição dos presidentes e governadores dos Estados para servirem nas forças estaduais.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1900.

Sr. Presidente ou Governador do Estado de... — Considerando que a instrucção e disciplina da força armada só podem ser efficaçamente garantidas quando forem sempre dirigidas e preparadas pelos respectivos officiaes, principalmente quando esses officiaes são os commandantes, maiores e capitães, constituindo um dos maiores factores para a realização daquelle duplo intuito o conhecimento reciproco entre chefes e subordinados;

Que com prejuizo dos mais importantes interesses do exercito, desfalcando e desorganizando a composição de suas unidades e o seu conveniente preparo, muitos dos seus officiaes acham-se á disposição dos Governos estaduais para o desempenho de cargos nas respectivas forças, com preterição, porém, das leis federaes e das necessidades do seu serviço, desorganizando os corpos do exercito em proveito exclusivo destas forças;

E que ha insufficiencia dos quadros para comportar o afastamento de officiaes em serviços alheios a este Ministerio;

Resolveu o Sr. Presidente da Republica não permittir mais que officiaes do exercito sejam postos á disposição dos Governos dos Estados, para servirem nas forças estaduais, o que vos communico, rogando-vos, de ordem do mesmo Sr. Presidente, que vos digneis providenciar sobre a substituição dos officiaes que se acham ao serviço de vosso Governo, afim de opportunamente os dispensardes dos cargos que actualmente exercem.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

## N. 45 — AVISO DE 25 DE SETEMBRO DE 1900

Declara como deve ser preenchido o logar de terceiro membro dos conselhos economicos dos hospitaes militares na falta de pessoal medico.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1900 — N. 1910.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Em resposta ao telegramma que vos dirigiu em 18 do mez findo o commandante do 7º districto militar e em que communica haver mandado preencher por um official da guarnição de Cuyabá, no Estado de Matto Grosso, o logar de terceiro membro do conselho economico do hospital militar da dita cidade, por falta de pessoal medico, declarae ao referido commandante que do mesmo modo que se pratica em relação ás enfermarias militares, autonomas, deve, na falta de terceiro membro do referido conselho, ser chamado o encarregado da pharmacia, não podendo haver duvidas quanto á precedencia, porquanto o delegado da Direcção Geral de Saude, junto ao mencionado commandante, ao qual está subordinado aquelle encarregado, é tambem director do hospital.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

## N. 46 — AVISO DE 9 DE OUTUBRO DE 1900

Autorisa o commandante do 2º districto militar a mandar desligar dos corpos do mesmo districto, aos quaes se acham addidos, os officiaes reformados e honorarios, que, includos no Asylo dos Invalidos da Patria, tem licença para residir nos Estados.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1900 — N. 1786.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Em vista do que expõe o commandante do 2º districto militar no officio que vos dirigiu em 22 de agosto ultimo, sob n. 3062, autorisae-o a mandar desligar dos corpos do mesmo districto, aos quaes se acham addidos, os officiaes reformados ou honorarios, que, includos no Asylo dos Invalidos da Patria, tem licença para residir nos Estados, visto ser dispensavel essa formalidade para o fim de receberem os seus vencimentos.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

## N. 47 — AVISO DE 8 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara que os telegraphistas do estado menor dos batalhões de engenharia devem ter graduação de 1<sup>os</sup> sargentos.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1900 — N. 1957.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Em additamento ao aviso n. 1968, de 6 do mez findo, declaro-vos que os telegraphistas do estado menor dos batalhões de engenharia devem ter a graduação de 1<sup>os</sup> sargentos, usando as divisas no braço direito, porquanto é manifesta a omissão destas praças no § 2º do art. 2º do decreto n. 10.915, de 18 de agosto de 1888, visto que se as inclue no estado menor do quadro daquelles batalhões, conjuntamente com o artifice de fogo, correiro, armeiro, serralheiro, ferrador o corneta-mór, que, pelo dito paragrapho, devem ter aquella graduação com o uso das divisas do mesmo lado.

Accresce que na lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894, é marcado o soldo de dous mil réis para aquelles telegraphistas, emquanto que os outros 1<sup>os</sup> sargentos do estado menor daquelles batalhões teem soldo inferior e seria uma iniquidade não dar-lhes as divisas alludidas, pois seus serviços exigem conhecimentos mais considerados.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

## N. 48 — AVISO DE 19 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara que os inferiores graduados em alferes pela lei de 9 de dezembro de 1895, convenientemente habilitados com o curso theorico e pratico exigido na lei, devem concorrer com os outros inferiores, tambem convenientemente habilitados, para a promoção de accordo com o disposto do decreto legislativo n. 659 de 8 de agosto ultimo.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1900 — N. 2015.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 29 de outubro findo, resolveu, em 16 do corrente \*

\* Sr. Presidente da Republica — Mandastes, pelo aviso do Ministerio da Guerra, n. 124, de 9 de outubro corrente, que este tribunal consulte com seu parecer o requerimento em que o alferes graduado Antonio Miguel Barbosa Lisboa pede ser confirmado no posto em que

que os inferiores graduados em alferes pela lei de 9 de dezembro de 1895, convenientemente habilitados com o curso theorico e a pratica exigida na lei, devem concorrer com os outros infe-

é graduado, em vista do disposto no decreto legislativo n. 662, de 8 de agosto ultimo e as consultas que fazem o alferes, tambem graduado, José Araripe de Macedo e o alferes-alumno Octavio Francisco da Rocha, aquelle — si os alferes graduados com os requisitos theoricos e praticos para a promoção do primeiro posto devem concorrer ao preenchimento do terço das vagas de que trata o citado decreto, e este, si as vagas devem ser preenchidas por alferes-alumnos.

Sobre o requerimento do alferes graduado Antonio Miguel Barbosa Lisboa diz o commandante da Escola Militar do Brazil:

« . . . . . »

Encontra a presente pretensão seu fundamento no decreto legislativo n. 662, de 8 de agosto do corrente anno, determinando que um terço das vagas de alferes que se derem seja preenchido por inferiores que se acharem nas condições exigidas pela lei de promoções, emquanto houver officiaes desse posto aggregados aos respectivos quadros.

A simples graduação de posto de alferes, que tem o requerente, não lhe dá outro character que não o de um inferior assim galardoado; e, pois, parece applicavel ao seu caso o dispositivo citado, tanto mais quando preenche as condições exigidas pela lei de promoções a que se allude naquelle decreto legislativo.

« . . . . . »

Sobre a consulta do alferes-alumno Octavio Francisco da Rocha informa nos seguintes termos a mesma autoridade:

« . . . . . »

Determinando o alludido decreto que, emquanto houver officiaes do primeiro posto das armas de infantaria e cavallaria, aggregados aos quadros respectivos, um terço das vagas que se derem será preenchido por inferiores nas condições exigidas pela lei de promoções em vigor; e, sendo certo não existirem presentemente praças de pret dessa cathegoria com as habilitações precisas para nelas se verificar aquelle dispositivo, quando por outro lado, por força do art. 4º da citada lei de promoções, são os alferes-alumnos concorrentes ao provimento das vagas ao primeiro posto, solicita o consultante ser resolvido si, em taes circumstancias deverá caber aos de sua classe proverem o terço das vagas a que allude o recente acto legislativo.

Limito-me a additar ao que fica expellido que parece se acharem os alferes-alumnos e os alferes graduados, devidamente habilitados com o curso das armas, naturalmente indicados para proverem, na ordem das respectivas antiguidades, o terço das vagas de que cogita o decreto legislativo n. 662, de 8 de agosto, uma vez que não haja inferiores nas condições exigidas para que nelles se verifique aquelle dispositivo.»

O coronel do 5º regimento de artilharia de campanha, remetendo ao commandante do 4º districto militar a consulta do alferes graduado José de Araripe Macedo, diz que, existindo alferes graduados com o curso das tres armas, indispensavel para a promoção ao primeiro posto, além dos requisitos praticos tem elles desse modo satisfeito as

riores, também convenientemente habilitados, para a promoção, de accordo com o disposto do decreto legislativo n. 669 de 8 de agosto ultimo.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

exigencias da lei que regula as promoções no exercito; e, como não são alferes effectivos e sim graduados nesse posto, parece que lhes assiste o direito de concorrerem á promoção ao referido posto, sendo contemplados no terço das vagas de que trata a lei n. 669.

O general de divisão commandante do 4.<sup>o</sup> districto militar discorda da opinião do coronel do 5.<sup>o</sup> regimento, por parecer-lhe que a disposição da lei n. 669 não deve se entender com os alferes graduados, por não serem elles considerados officiaes inferiores.

O marechal chefe do estado maior do exercito expressa-se sobre cada uma das tres pretensões, nestes termos:

«O objecto que visa a presente pretensão não encontra apoio no decreto legislativo n. 669, de 8 de agosto ultimo, que manda dar o terço das vagas do primeiro posto aos inferiores que se acharem nas condições da lei de promoções.

As condições dos alferes graduados e alferes-alunos com o curso das tres armas, são na verdade muito precarias; mas, onde a lei não distingue não se póde distinguir.»

O Supremo Tribunal Militar passa a dizer o que pensa sobre o assumpto.

A questão a elucidar, é: si os alferes graduados actualmente existentes e os alferes alumnos estão comprehendidos na lei n. 669, de 8 de agosto de 1900.

A lei n. 669 manda preencher um terço das vagas de alferes que se devem no exercito por inferiores que satisfaçam as condições exigidas na lei de promoções, enquanto houver officiaes desse posto aggregados aos respectivos quadros.

Os alferes graduados, em virtude da lei de 9 de dezembro de 1895, tiveram esta graduação em geral, na qualidade de officiaes inferiores que eram; e, como taes, não podem deixar de ser considerados, enquanto não tiverem a effectividade do posto em que são apenas graduados; portanto, destes alferes graduados, os que preencherem todas as condições exigidas na lei de promoções, inclusive o curso theorico, que é requisito essencial (decreto n. 1351, de 7 de fevereiro de 1891, art. 3.<sup>o</sup>), não podem deixar de estar comprehendidos na lei n. 669.

Nem seria justo que, satisfazendo as condições da lei de promoções em vigor, deixassem de ter accesso pelo facto de ter-se-lhes dado, como premio por seus serviços de guerra, a graduação de official.

Assim, o tribunal é de parecer que os inferiores graduados em alferes pela lei de 9 de dezembro de 1895, convenientemente habilitados com o curso theorico e a pratica exigida na lei, devem concorrer com os outros inferiores, também convenientemente habilitados para a promoção de accordo com o disposto no decreto legislativo n. 669.

Quanto aos alferes-alunos, é fóra de duvida que a lei n. 669, de 8 de agosto ultimo, não os ampara, visto que não são inferiores.

Os alferes-alunos constituem uma classe muito especial de officiaes do exercito.

O posto de alferes-alumno foi creado como incentivo; elle é dado por premio ás praças alumnas da Escola Militar que obtem appro-

## N. 49 — AVISO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara que a indemnização do meio soldo que as praças sentenciadas receberam durante a prisão deve começar no primeiro pagamento que seguir-se á intimação da sentença.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1900 — N. 2018.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exército — Tendo o commandante do 1º districto militar consultado no telegramma que vos dirigiu em 25 de julho ultimo si, em face da resolução de 11 de maio deste anno, tomada sobre consulta do Supremo Tribunal Militar, o desconto do meio soldo que as praças sentenciadas receberam durante a prisão preventiva deve começar após a intimação da sentença ou si deve aguardar-se a terminação desta para ser iniciado, vos declaro, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do mesmo tribunal, exarado em consulta de 10 de setembro

---

vações plenas nos exames das materias, quer theoreticas, quer practicas, de dous annos do curso.

Entretanto, a situação desses officiaes, que já não podiam ter accesso, nem ao menos a confirmação no primeiro posto, por haver grande excesso de segundos tenentes e alferes nos quadros, tornou-se muito precaria com a promulgação da lei n. 669.

O premio que lhes foi conferido por sua applicação aos estudos, longe de trazer-lhes vantagens, ser-lhes-ha prejudicial.

Fossem elles simples inferiores, poderiam concorrer para o terço das vagas do primeiro posto nas armas de infantaria e cavallaria; como alferes-alumnos, terão de esperar que desapareça o ultimo dos muitos aggregados existentes actualmente e sejam promovidos inferiores em numero igual ao terço do total desses aggregados.

O Supremo Tribunal Militar pensa que seria de justiça e muito conveniente ao serviço publico, que se ampliasse a disposição da lei n. 669 aos alferes-alumnos, assim como aos alferes graduados que, quando tiveram a graduação, não eram inferiores, comtanto que satisficam a todas as exigencias para o accesso ao primeiro posto: entendendo-se que essas promoções, para o preenchimento do terço das vagas, devem ser realizadas por ordem de antiguidade, de accordo com a regra geral estabelecida no art. 4º do decreto n. 1351, de 7 de fevereiro de 1891.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1900. — *Pereira Pinto.* — *E. Barbosa.* — *R. Galvão.* — *Tude Nêira.* — *C. Niemeyer.* — *C. Neto.* — *F. A. de Moura.*

## RESOLUÇÃO

Como parece. — Capital, 16 de novembro de 1900. — CAMPOS SALLES.  
— *Mallet.*

---

seguinte \* resolveu, em 16 do corrente, que essa indemnização deverá começar no primeiro pagamento que se seguir a tal intimação, determinando-se por equidade, que até o expirar da sentença o referido desconto seja igual á quinta parte do meio soldo que realmente o preso recebe e passando a descontar se este do dia em que terminar a prisão em diante até a completa indemnização á Fazenda Nacional.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

\* Sr. Presidente da Republica — Com o aviso do Ministerio da Guerra de 11 do mez findo, mandastes remetter ao Supremo Tribunal Militar, para consultar com o seu parecer, os inclusos papeis em que o commandante do 1º districto militar pede que se declare si da metade do soldo a que ficam reduzidas as praças sentenciadas deve-se fazer o desconto do que de mais receberam durante a prisão preventiva, de accordo com a resolução de 11 de maio do corrente anno.

O marechal chefe do estado maior do exercito pensa que essa indemnização deverá principiar no primeiro pagamento que se seguir á intimação, parecendo poder-se, por equidade, determinar que até o expirar da sentença seja esse desconto igual á metade do meio soldo que realmente o preso recebe, passando a descontar o meio soldo do dia em que terminar a prisão em diante até a completa indemnização á Fazenda Nacional.

Assim pensa, por achar iniquo, tendo o preso depois de intimada a sentença somente direito a meio soldo, — fazer-se o desconto deste deixando a praça inteiramente sem nenhum vencimento de soldo.

O coronel chefe da 4ª secção do estado maior do exercito julga que, á vista da resolução de 11 de maio, tomada sobre consulta deste tribunal, de 2 de abril, tudo do corrente anno, deve o desconto do meio soldo que de mais recebeu a praça durante o tempo de prisão preventiva começar a ser feito da data em que a mesma praça for intimada da respectiva sentença, embora o mesmo desconto tenha de proceder-se sobre a metade do soldo a que fica ella reduzida.

O tribunal está de accordo com a opinião do marechal chefe do estado maior, discordando apenas quanto ao desconto durante o tempo do cumprimento da pena, que deve ser pela quinta parte do meio soldo e não pela metade; vós, porém, fareis o que julgardes mais acertado.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1900.—*Miranda Reis.*— *E. Barbosa.*— *Tude Neiva.*— *J. Thomaz Cantuaria.*

Foram votos os Srs. ministros Pereira Pinto e Rufino Galvão.

#### RESOLUÇÃO

— Como parece. — 16 de novembro de 1900. — CAMPOS SALLES, — *Mallet.*



## N. 50 — AVISO DE 21 DE NOVEMBRO DE 1900

Resolve a consulta que faz o commandante do 2º districto militar sobre a maneira de se proceder relativamente aos desertores condemnados pelos tribunaes civis a mais de seis annos de prisão por crime da competencia destes tribunaes, antes de processados e definitivamente julgados por crime de deserção pelo Supremo Tribunal Militar.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1900 — N. 2031.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito -- O commandante do 2º districto militar consultou como se deve proceder relativamente aos desertores condemnados pelos tribunaes civis a mais de seis annos de prisão por crime da competencia destes tribunaes, antes de processados e definitivamente julgados por crime de deserção no Supremo Tribunal Militar.

Ouvido o Supremo Tribunal Militar, foi este de parcer, em consulta de 15 de outubro findo \*, que a praça que deserta está sujeita á acção criminal, cuja extincção só pôde ser effectuada pelos tribunaes militares, de accordo com o disposto nos arts. 310 do regulamento processual criminal militar e 62 do Código Penal da Armada e que no caso de que se trata podem se apresentar tres hypotheses: ou o desertor é condemnado pelos

---

\* Sr. Presidente da Republica — Em aviso de 3 de setembro ultimo, do Ministerio da Guerra, consultaes este tribunal a respeito do procedimento que se deve adoptar com os desertores do exercito condemnados pelos tribunaes civis a mais de seis annos de prisão, antes de processados e definitivamente julgados pelo Supremo Tribunal Militar.

As hypotheses formuladas pelo commando do 2º districto militar, que provoca em consulta ao estado maior do exercito a solução das duvidas em que labora, residem em uma supposta collisão das justicas criminal commum e criminal militar, e ainda na presumpção velada de que a praça desertada que commette crime alheio aos codigos militares, uma vez julgada pelos tribunaes respectivos, imposta a pena que implique a exclusão definitiva do serviço, não mais está sujeita a julgamento no foro militar pelo crime de deserção, parecendo tambem a esse commando que a simultaneidade das acções, alias sobre factos diversos e de competencias diferentes, produz choques entre um e outro foro em prejuizo da integridade de qualquer delles.

As duvidas alludidas, Sr. Presidente, contem materia de detalhe administrativo.

Com effeito, a praça que deserta, verificado que seja o crime nos termos do art. 166 do regulamento processual militar e da jurisprudencia deste tribunal consignada na resolução de 23 de agosto de 1897, publicada na ordem do dia da extincta Repartição de Ajudante General n. 873, de 11 de setembro do mesmo anno, está sujeita á acção criminal, cuja extincção só pôde ser decretada pelos tri

tribunaes civis por crime commum á pena de seis annos ou mais de prisão e requisitado para cumprimento da pena, ou está sendo processado no fóro civil por crime commum ao mesmo tempo que no fóro militar, ou é condemnado no fóro civil, por crime commum, a pena menor de seis annos de prisão e no fóro militar á pena legal de deserção.

Na primeira hypothese, informada a autoridade militar do julgamento do desertor no fóro commum, em virtude de requisição do juiz da execução criminal, fará lançar nos seus assentamentos as competentes notas, sem prejuizo do andamento do processo militar até julgamento definitivo, depois do que, cumprida a pena militar, si concluir pela condemnação do réo, será elle apresentado á autoridade civil requisitante para o cumprimento da pena imposta no fóro commum e então excluido definitivamente do estado effectivo.

Na segunda hypothese, a marcha dos processos deve ser encaminhada de modo que os juizes e tribunaes civis e militares possam funcionar independentes uns dos outros, expedidas a

---

bunaes militares competentes, conforme preceituam o art. 310 do citado regulamento processual e art. 62 do Código Penal da Armada.

Si, pois, no periodo da deserção pratica ella crimes pelos quaes deve responder perante a justiça criminal commum, igualmente a acção criminal desta não fica preterida e tambem só se extingue nos termos do art. 71 do Código Penal Commum.

Resumidas as hypotheses suggeridas temos:

1<sup>a</sup>, o accusado desertor commetteu crime commum durante a deserção, é condemnado pelos tribunaes civis á pena de seis annos o mais e requisitada para cumprimento da mesma pena;

2<sup>a</sup>, o accusado desertor, tendo commettido crime commum está sendo processado no fóro criminal militar, ao mesmo tempo que no fóro criminal commum;

3<sup>a</sup>, o desertor commette o crime durante a deserção, é condemnado a pena menor de seis annos, e, processado e julgado no fóro militar, condemnado a pena legal de deserção.

Em face do principio já enunciado sobre os modos de extinctão da acção criminal, a duvida da primeira hypothese não subsiste; e assim, informada a autoridade militar do julgamento do desertor no fóro commum em virtude de requisição do juiz de execução criminal, fará lançar nos seus assentamentos as competentes notas, sem prejuizo do andamento do processo militar até julgamento definitivo, depois do que, cumprida a pena militar, si concluir pela condemnação do réo, será elle remetido á autoridade civil requisitante, para o cumprimento da pena imposta no fóro commum, e então excluido definitivamente do estado effectivo, trocada para tal fim a necessaria correspondencia official.

Quanto á segunda hypothese, figurada sob o ponto de vista pratico, a marcha dos processos deve ser encaminhada de modo que os juizes e tribunaes civil e militares possam funcionar independentes uns dos outros, expedidas as ordens convenientes, preferindo, entretanto, o julgamento da deserção no fóro militar pela acção preexistente desta jurisdicção, convindo notar que a mesma conclusão relativa á hy-

ordens convenientes, preferindo-se, entretanto, o julgamento da deserção no fóro militar pela acção preexistente desta jurisdicção o prevalecendo a mesma conclusão relativamente á hypothese anterior no tocante á exclusão definitiva.

Na terceira hypothese, esta se resume no modo de effectuar-se a exclusão definitiva, desde que a somma do tempo de prisão imposta no fóro penal commum com o tempo de prisão imposta no fóro penal militar prefizer seis annos desta pena, pratica esta que deve ser observada, correndo por conta dos departamentos administrativos militar e civil os respectivos onus correspondentes a execução de cada uma das penas cuja somma occasiona a dita exclusão das fileiras do exercito ou da armada.

O Sr. Presidente da Republica resolveu, em 16 do corrente, conformar-se com o referido parecer; o que vos declaro para vosso conhecimento.

Saude e fraternidade.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

#### N. 51 — AVISO DE 11 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara qual a norma de conducta militar que deve ter um pharmaceutico de 4.<sup>a</sup> classe, encarregado de uma pharmacia, no caso de assumir a chefia da referida enfermaria um medico adjunto.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1900 — N. 2172.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — O pharmaceutico de 4.<sup>a</sup> classe do exercito Bernardo Floriano Corrêa de Brito consulta:

1.<sup>o</sup> Si, estabelecendo o regulamento das enfermarias que o chefe de uma enfermaria é o fiscal e o principal responsavel por todo o serviço desta, póte um medico adjunto, que não é official de patente e mais moderno no serviço do que um pharmaceutico de 4.<sup>a</sup> classe, fiscalizar actos deste seu superior hierarchico e mesmo dar-lhe ordens em materia de serviço?

2.<sup>o</sup> Si, não se tratando de funcções diversas, pois que na qualidade de chefe do estabelecimento o medico-adjunto tem interferencia na pharmacia a cargo do tenente pharmaceutico, poderá aquelle medico rubricar mappas, visar pedidos e demais papeis?

3.<sup>o</sup> Si, estando resolvido que nas assignaturas dos membros dos conselhos economicos se observem os logares que lhes com-

---

pothese anterior no tocante á exclusão definitiva prevalece nesta segunda hypothese.

Finalmente, a terceira hypothese se resume no modo de effectuar-se a exclusão definitiva, desde que a somma do tempo de prisão im-

podem pelos seus postos, pôde um medico adjunto ser presidente do conselho economico sendo membro um pharmaceutico de 4.ª classe?

4.º Tendo sido resolvido pelo Supremo Tribunal Militar que o medico-adjunto precede ao pharmaceutico de 5.ª classe, nada resolvendo sobre os pharmaceuticos das demais classes, qual a norma de conducta militar que deve ter um pharmaceutico de 4.ª classe, encarregado de uma pharmacia, no caso de assumir a chefia da respectiva enfermaria um medico-adjunto?

Em solução a tal consulta que acompanhou o officio do commandante do 6.º districto militar, n. 1603, de 3 de outubro findo, dirigido a essa repartição, vos declaro, para os fins convenientes e de accordo com as informações da Direcção Geral de Saude e da 4.ª secção da repartição a vosso cargo, que:

Quanto ao 1.º e 2.º quesitos, havendo falta de melicos do quadro em uma guarnição, e cabendo por isso ao medico-adjunto mais antigo, si houver mais de um, assumir a chefia da enfermaria, ainda mesmo que seja encarregado da pharmacia um pharmaceutico de 1.ª classe, deve o dito medico desempenhar-se de todos os deveres de chefe da enfermaria, especificados no art. 8.º do regulamento approved pelo decreto n. 11.183, de 27 de dezembro de 1892, observada a ultima parte da disposição contida no paragrapho unico do art. 28 do regulamento para o serviço sanitario do exercito.

Quanto ao 3.º, pôde o medico adjunto, no exercicio de chefe da enfermaria, presidir o respectivo conselho economico, pois que já tem a prioridade nas assignaturas das actas de inspecção de saude, como se verifica do aviso de 15 de setembro de 1885.

Quanto ao 4.º, finalmente, embora o medico-adjunto tenha apenas as honras do posto de tenente do exercito, desde que eventualmente exerce o cargo de chefe de uma enfermaria, que não pôde ser preenchido pelo pharmaceutico, é obrigado a des-empenhar-se de todas as funcções inherentes ao cargo, guardados, todavia, para com seus superiores hierarchicos todos os principios de respeito e deferencia exigidos pela disciplina.

Outrosim, vos declaro que deve ser evitado, por meio de providencias immediatas, que um pharmaceutico mais graduado fique sob a precedencia de um medico adjunto.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

posta no fôro penal commum com o tempo de prisão imposta no fôro penal militar prefizer seis annos desta pena, pratica esta que deve ser observada, correndo por conta dos departamentos administrativos militares e civil os respectivos onus correspondentes à execução de cada uma das penas, cuja somma occasiona a dita exclusão das fileiras do exercito ou da armada.

Não obstante, resolveis como fôr mais conforme o vosso juizo.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1900. — *E. Barbosa.* — *Tude Neiva.* — *C. Niemeyer.* — *C. Neto.* — *B. Vasques.* — *P. A. de Moura.* — Foi voto o Sr. ministro Cantuaria.

## N. 52 — AVISO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara os vencimentos que devem perceber o major graduado do corpo de engenheiros Antonio José Dias de Oliveira, que, sendo lente em disponibilidade, foi nomeado fiscal do 1º batalhão de engenharia, e o 1º tenente João Baptista da Conceição Monte, a quem se permittiu prestar serviços como coadjuvante do ensino na escola preparatoria e de tactica do Realengo, sem prejuizo das funcções que lhe competem naquelle batalhão.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1900 — N. 2185.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — O commandante do 1º batalhão de engenheiros consulta em officio n. 2257, de 19 de novembro ultimo, dirigido ao commandante do 4º districto militar, com relação ao major graduado do corpo de engenheiros Antonio José Dias de Oliveira, que, sendo lente em disponibilidade, foi nomeado fiscal do mesmo batalhão, e ao 1º tenente João Baptista da Conceição Monte a quem se permittiu prestar serviços como coadjuvante do ensino na escola preparatoria e de tactica do Realengo, sem prejuizo das funcções que lhe competem naquelle corpo, si deve-se tirar na respectiva folha de pagamento de vencimentos a gratificação que cabe a cada um daquelles officiaes, tendo-se em vista o disposto no art. 73 da Constituição Federal.

Em solução a tal consulta, vos declaro, para os fins convenientes, que o primeiro dos citados officiaes, no exercicio de fiscal do referido corpo, não accumula o desempenho de cargos publicos, pois se acha em disponibilidade como lente, e assim competem-lhe os vencimentos da fiscalização do corpo; e que ao segundo, que accumula os exercicios de subalterno de corpo e coadjuvante do ensino, duplo desempenho de funcções de ordem differente, a que não aproveita a disposição do art. 2º da lei n. 44 B, de 2 de junho de 1892, competem os vencimentos de comissão activa como coadjuvante do ensino.

Saude e fraternidade. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

---

RESOLUÇÃO

Como parece. — Capital Federal, 16 de novembro de 1900. — CAMPOS SALLES. — *Mallet.*

---

## N. 53 — AVISO DE 28 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que aos alumnos que concluirem o curso de engenharia, e aos que completarem o dito curso, possuindo já titulo de bacharel em sciencias, deverá ser conferido o titulo de bacharel em mathematica e sciencias physicas, exigindo-se o que preceitua o art. 256 do regulamento de 1874.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1900 — N. 344.

Sr. Commandante da Escola Militar do Brazil — Em solução á consulta que fazeis em officio n. 344, de 19 do corrente, sobre a concessão aos alumnos que concluirem o curso de engenharia dos mesmos titulos scientificos conferidos aos que o fizeram pelo regulamento que baixou com o decreto n. 5529, de 17 de janeiro de 1874, e bem assim si aos que completarem o dito curso, possuindo já o titulo de bacharel em sciencias pelo regulamento approvedo pelo de n. 330, de 12 de abril de 1890, deverá ser conferido o titulo de bacharel em mathematica e sciencias phisicas, vos declaro, para os fins convenientes, que, em ambos os casos, deverá ser conferido o titulo de bacharel em mathematica e sciencias phisicas, exigindo-se o que preceitua o art. 256 do regulamento de 1874.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

---

## N. 54 — AVISO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que a importancia obtida pela venda em hasta publica do instrumental da banda de musica, que fôr julgado inservivel, deve ser recolhida ao cofre do conselho economico.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1900 — N. 600.

Sr. Intendente Geral da Guerra—Declarae ao commandante do 3º districto militar, para que o faça constar ao commandante do 33º batalhão de infantaria, em solução á consulta que faz e que acompanhou o vosso officio n. 4338, de 13 do corrente, que a importancia obtida pela venda em hasta publica do instrumental da banda de musica que fôr julgado inservivel, deve ser recolhida ao cofre do conselho economico, ao qual pertence, visto que por conta do mesmo cofre tem de se adquirir novo instrumental.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

---

## N. 55 — AVISO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara que a antiguidade do capitão pharmaceutico de 3ª classe do exercito Eugenio José Ferreira Baptista neste posto deve ser contada de 1 de maio de 1890 \*.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro; 31 de dezembro de 1900 — N. 2303.

**Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, confor-**

---

\* Sr. Presidente da Republica — Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso de 21 de outubro ultimo, sob n. 129, mandastes remetter a este tribunal, para consultar com seu parecer, o requerimento e papeis a elle referentes, no qual o capitão pharmaceutico de 3ª classe do exercito Eugenio José Ferreira Baptista, promovido a este posto por decreto de 24 de maio ultimo, pede que sua antiguidade seja contada de 1 de maio de 1890, em que foi promovido a capitão pharmaceutico de igual classe Anisio Muniz Gomes, mais moderno que elle.

O requerente declara desistir dos vencimentos atrasados a que venha ter direito.

Informando a pretensão, diz o chefe da 3ª secção da Direcção Geral de Saude que o requerente Anisio Muniz Gomes e outros foram nomeados alferes pharmaceuticos por decreto de 28 de julho de 1883, tendo todos verificado praça em 1 de agosto desse anno e que, sendo o requerente mais velho do que Anisio, prestou juramento em primeiro logar e foi classificado e considerado nos almanaks militares de 1884 a 1889 como o mais antigo dos seus collegas nomeados na mesma data;

Que dos seus assentamentos consta ter o peticionario sido transferido para a 2ª classe, por decreto de 5 de março de 1890 e ter sido collocado no almanak abaixo do pharmaceutico Isaías, em virtude da portaria de 23 de maio tambem de 1890, por ter este pharmaceutico mais tempo de serviço como contratado;

Que a 2 de junho, ainda do mesmo anno de 1890, reverteu á 1ª classe, sendo classificado como tenente pharmaceutico de 4ª classe;

Que, desconhecendo as razões determinativas da transferencia do peticionario para a 2ª classe e parecendo-lhe, em face da circular de 3 de junho de 1864 e da resolução de 17 de janeiro de 1880, que a contagem do tempo de serviço de paisano só aproveita ao official para a sua reforma e tendo sido a sua antiguidade de tenente contada de 27 de março de 1890, em virtude da resolução presidencial tomada sobre parecer do Conselho Supremo Militar, tendo assim reivindicado o requerente o direito que lhe cabia a 1 de maio de 1890, parece que a collocação do peticionario acima de Anisio Muniz Gomes é um acto de merecida justiça.

O director geral de saude discorda deste parecer.

Diz esta autoridade que o requerente, indviduamente collocado no Almanak, desde 1884 até 1889, como mais antigo do que Anisio e Isaías Pinto da Silva, foi por portaria de 23 de maio de 1890 mandado collocar abaixo deste ultimo, por contar como tempo de serviço o periodo

mando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 26 de novembro findo, resolveu, em 28 do cor-

de 18 de março de 1882 a 23 de julho de 1883, quando Isaias contava o seu tempo de serviço de 2 de janeiro a 28 de julho do mesmo anno.

Diz ainda o director geral de saude que esse acto do Governo, inteiramente legal em face do art. 18 do regulamento de 31 de março de 1851, tornou Anisio e Isaias como alferes mais antigos que o peticionario, porque, tendo todos servido contractados e nomeados por decretos da mesma data, contando o primeiro dous annos, seis mezes e 28 dias, o segundo um anno, seis mezes e 26 dias, e o peticionario um anno, quatro mezes e 17 dias, a antiguidade para accesso devia tocar-lhe depois dos dous primeiros; assim o facto de ser o peticionario mais velho não lhe dá direito a antiguidade de posto para ser collocado acima de Anisio.

Termina o director geral de saude opinando pela collocação do requerente logo abaixo do capitão pharmaceutico Alfredo José Abrantes, contando antiguidade de 11 de março de 1892, em que foi graduado o actual capitão pharmaceutico Henrique Affonso Botelho.

A 4ª secção e o chefe do estado maior do exercito concordam com a informação supra.

O Supremo Tribunal, tendo estudado detidamente a questão, passa a expender o seu juizo a respeito.

Os pharmaceuticos Eugenio José Ferreira Baptista, Anisio Muniz Gomes e outros foram nomeados alferes pharmaceuticos do corpo de saude do exercito, por decretos de 28 de julho de 1883, tendo todos verificado praça em 1º de agosto seguinte.

E como o pharmaceutico Baptista era de idade maior do que os outros, prestou juramento em primeiro logar e foi classificado acima dos seus collegas nomeados na mesma data, de accordo com as disposições vigentes.

E assim figurou nos Almanaks do Ministerio da Guerra de 1884 a 1889.

Por decreto de 5 de março de 1890 foi o peticionario transferido para a 2ª classe do exercito, sem motivo declarado.

Por decreto de 2 de junho tambem de 1890 reverteu á 1ª classe, sendo classificado o ultimo dos tenentes.

Durante sua permanencia na 2ª classe deram-se as promoções de 27 de março e de 1 de maio, na primeira foram contemplados Anisio Gomes e outros, que tiveram accesso ao posto de tenente, e na de 1 de maio ascenderam ao posto de capitão o mesmo Anisio pelo principio de antiguidade e Isaias Pinto da Silva e Alfredo José Abrantes por merecimento, de accordo com as disposições, então em vigor, dos arts. 12 e 19 dos decretos de 22 de março e 9 de abril de 1890, expedidos pelo Governo Provisorio.

Si o peticionario não estivesse então na 2ª classe teria accesso a tenente a 27 de março e a 1 de maio seria elle e não Anisio o promovido por antiguidade.

Tendo mandado a resolução de 18 de maio ultimo que ao peticionario se contasse a antiguidade de tenente de 27 de março de 1890, não se pôde negar que lhe assiste o direito de contar a de capitão da data (1º de maio de 1890) em que a este posto foi promovido por antiguidade Anisio, que era mais moderno do que elle e tivera accesso a tenente a 27 de março.

O director geral de saude do exercito diz, em sua informação, que o requerente figurou indevidamente no Almanak do Ministerio da Guerra



rente, que a antiguidade do capitão pharmaceutico de 3ª classe do exercito Eugenio José Ferreira Baptista neste posto seja con-

---

durante os annos de 1884 a 1889 como alferes pharmaceutico, acima dos seus companheiros Anisio Muniz Gomes e Isaías Pinto, mas em virtude de ordem contida na portaria do Ministerio da Guerra de 23 de maio de 1890 teve collocação abaixo de Isaías por contar elle mais tempo de serviço como pharmaceutico civil contractado, e accrescenta o director geral que este acto do Governo foi inteiramente legal, em face do art. 18 do regulamento de 31 de março de 1851.

Mas, o artigo que o director geral menciona refere-se ao modo de contar a antiguidade para o accesso e não a antiguidade da praça.

E si não se refere ao tempo de serviço prestado anteriormente ao assentamento de praça, este de modo algum pôde influir para as promoções.

Não ha disposição de lei sobre contagem do tempo, em que medicos e pharmaceuticos serviram como contractados antes de entrarem para o quadro do exercito.

E' si certo, porém, que, em virtude de varias imperiaes resoluções, se mandou, a requerimentos dos interessados, addicionar ao tempo do serviço de alguns officiaes do corpo de saude o em que estiveram contractados como civis.

Esse tempo, porém, só tem sido computado para a reforma.

Nem era justo que os contractados gozassem de vantagens superiores ás de que gozavam os pensionistas dos hospitaes militares, que eram obrigados, depois de concluidos os cursos medico ou pharmaceutico, a servir no corpo de saude. O art. 158 do regulamento de 7 de março de 1857 mandava contar-lhes para a reforma o tempo que servirão na qualidade de pensionistas.

Tambem aos officiaes e praças de pret do exercito se mandava contar como tempo de serviço o periodo em que como paisanos frequentavam com aproveitamento a antiga escola militar, e por este facto não se lhe modificava a data do assentamento de praça, nem se contava esse tempo como antiguidade para a promoção.

Esclarece bem o assumpto a resolução de 6 de março de 1858, que estabeleceu regra a respeito. Esta resolução mandou que fosse contado ao tenente-coronel cirurgião-mór de divisão Dr. Joaquim Vicente Torres Homem, para a sua *reforma*, todo o tempo que serviu como primeiro medico do hospital militar, e que semelhantemente se praticasse com todos os *individuos* em identicas circumstancias.

Demais, a portaria do Ministerio da Guerra, de 23 de maio de 1890, que mandou collocar o requerente abaixo do pharmaceutico Isaías, alterando assim a antiguidade de sua praça e consequentemente a do primeiro posto, porque esta, no corpo de saude é contada da data do juramento, não pôde deixar de ser considerada nulla, á vista do aviso de 19 de agosto do mesmo anno, pelo qual o generalissimo chefe do Governo Provisorio declarou que é materia de decreto a contagem de antiguidade de posto anterior á data do decreto de promoção e determinou que *só nesta conformidade devem produzir effeitos* os actos nesse sentido expedidos posteriormente á proclamação da Republica.

Portanto, o requerente não estava indevidamente collocado nos Almanaks de 1884 a 1889; indevidamente passou elle a ter collocação abaixo de Isaías.

Pelo exposto, o Supremo Tribunal Militar é de parecer que ao capitão pharmaceutico de 3ª classe Eugenio José Ferreira Baptista,

tada de 1 de maio de 1890, collocando-se aquelle official no Almanak do Ministerio da Guerra, acima do pharmaceutico de igual classe Anisio Muniz Gomes.

Saude e fraternidade.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

---

cuja antiguidade no posto de tenente é contada de 27 de março de 1890, em virtude da resolução de 18 de maio ultimo, cabe o direito de contar antiguidade do posto de capitão, ao qual foi elevado por decreto de 24 do mesmo mez, desde o dia 1 de maio de 1890, sendo collocado no Almanak do Ministerio da Guerra acima do pharmaceutico Anisio Muniz Gomes, que, mais moderno que elle, foi promovido a capitão nessa data.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1900.—*Pereira Pinto.*—*Miranda Reis.*—*E. Barbosa.*—*R. Galvão.*—*Tude Neiva.*—*B. Vasques.*—*J. Thomaz Centuaria.*

Foi voto o Sr. ministro marechal Moura.

#### RESOLUÇÃO

Como parece.—28 de dezembro de 1900.—*CAMPOS SALLES.*—*Mallet.*

---

# INDICE DAS DECISÕES

DO

## MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

	Pags.
N. 1 — Isenta de franquia postal a correspondencia do Centro da Lavoura de Café do Brazil . . . . .	1
N. 2 — Autorisa o chefe do serviço telegraphico a assignar o termo de accordo com os Governos dos Estados do Amazonas e do Pará, relativo á construcção da linha telegraphica destinada a ligar Belém e Manaus. . .	1
N. 3 — Sobre a expedição do titulo de propriedade, depois de preenchida a formalidade legal, á Companhia Norte Mineira do 4º territorio, já medido e demarcado . .	2
N. 4 — Manda vigorar as tabellas de classificação das agencias postaes de 1899 a 1900 enquanto não forem approvadas as de 1900 e de 1901 . . . . .	2
N. 5 — Transfere a linha telegraphica do Estado do Ceará ao dominio da União . . . . .	3
N. 6 — Sobre a remessa ao Governo do Estado de Santa Catharina de um caixoto contendo diversos autos e traslados de medições e legitimações de posse de terras no mesmo Estado . . . . .	3
N. 7 — Sobre a ligação dos municipios de Curytibanos e Campos Novos á rêde telegraphica da União. . . .	4
N. 8 — Proclama o direito da União sobre o edificio denominado <i>Alojamento de Immigrantes</i> , situado em Campinas, no Estado de S. Paulo. . . . .	4
N. 9 — Revoga o disposto no aviso n. 80, de 19 de agosto de 1897. . . . .	5
N. 10 — Sobre o modo da Directoria Geral dos Correios receber as formulas de franquia requisitada á Casa da Moeda. Providencia tambem sobre a emissão de um milhão de sellos da taxa de \$200 . . . . .	5
N. 11 — Prohibe o desconto a particulares onde não haja estabelecimentos de credito no genero do Banco dos Funcçionarios Publicos . . . . .	5

	Paga.
N. 12 — Proclama o direito que assiste aos Estados na cobrança de dividas dos colonos. . . . .	6
N. 13 — Manda pagar ao Banco União de S. Paulo a quantia de 250:000\$, e ao engenheiro Francisco de Almeida Torres a de 400:000\$, devidas pela rescisão dos respectivos contractos de burgos agricolas . . . . .	6
N. 14 — Providencia sobre a assignatura do convenio approved entre as administrações dos Telegraphos do Uruguay e do Brazil . . . . .	7
N. 15 — Annulla a decisão deste Ministerio constante do aviso n. 157, de 4 de setembro de 1899 . . . . .	7
N. 16 — Providencia sobre inutilisação de sello nas contas de fornecimentos á Repartição Geral dos Telegraphos. . . . .	8
N. 17 — Faculta a entrega dos documentos, relativos ás terras publicas, ao Governo do Rio Grande do Sul, por parte do Ministerio da Fazenda, excluindo os referentes ás terras adquiridas por compra pela União, ainda mesmo para os fins da colonisação . . . . .	8
N. 18 — Sobre o modo de sellar as contas de fornecimentos, bem como quaesquer documentos . . . . .	9
N. 19 — Providencia sobre a matricula da «Compagnie Française de Câbles Télégraphiques» . . . . .	9
N. 20 — Declara ter sido concedida autorisação ás Companhias «South American Cable» e «Western Telegraph» para procederem a excavações nas proximidades da fortaleza do Brum, no Estado de Pernambuco. . . . .	10
N. 21 — Considera como officiaes os telegrammas sobre serviço publico apresentados p-los cheies de secções da Administração dos Correios de Aracajú, bem como dos demais funcionarios de que trata o art. 460, do Regulamento Postal vigente, sobretudo nos casos graves e urgentes. . . . .	10
N. 22 — Põe á disposição do Ministerio da Fazenda a fazenda denominada do Pinheiro. . . . .	11
N. 23 — Declara não conhecer este Ministerio, como seu credor, o 2º escripturario da Delegacia Fiscal de S. Paulo Antonio Benedicto da Veiga Jardim. . . . .	11
N. 24 — Sobre o modo de indemnisação do desfalque de 12:500\$, verificado na Repartição Geral dos Correios, pelo qual foram responsabilisados os claviculares abaixo mencionados . . . . .	12
N. 25 — Sobre a retirada de documentos referentes ás medições e legitimações de terras no Estado de Santa Catharina existentes no Archivo Publico . . . . .	12
N. 26 — Nega á Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina a indemnisação requerida . . . . .	13
N. 27 — Autorisa a Directoria Geral dos Correios a cobrar somente o porte de 20 réis por 100 grammas ou fracção, na remessa de livros por parte da Secretaria das Fi-	

	Paga.
nanças do Estado de Minas Geraes ás suas collectorias ou agencias de arrecadação . . . . .	14
N. 28 — Declara livre de porte o <i>Boletim de Agricultura</i> da Secretaria de Agricultura de S. Paulo . . . . .	14
N. 29 — Estabelece certas formalidades para a validade das contas, afim de serem observadas pela Repartição Geral dos Correios . . . . .	15
N. 30 — Manda respeitar-se o disposto no art. 433, n. 1, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, levando-se em conta, na comparação dos preços de concorrência, o imposto a que estão sujeitas as mercadorias importadas. . . . .	15
N. 31 — Isenta de porte os pacotes contendo sementes desti- nadas aos lavradores do Estado do Rio de Janeiro e que forem apresentados a despacho pela referida secretaria . . . . .	16
N. 32 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Pu- blicas o credito de 308:825\$121, para ser applicado á liquidação das contas da receita de 1899, pertencentes ás companhias estrangeiras de cabos telegraphicos em tráfego mutuo com a Repartição Geral dos Tele- graphos . . . . .	16
N. 33 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Pu- blicas o credito especial de 1.829:000\$, para liquidação definitiva dos compromissos contrahidos para com as companhias de navegação que transportaram immi- grantes da Europa para o paiz, nos termos do de- creto n. 528, de 28 de julho de 1890 . . . . .	17
N. 34 — Declara a incompatibilidade entre os cargos postaes nas administrações e sub-administrações e quaesquer outros publicos ou particulares. . . . .	17
N. 35 — Mantem o despacho constante do aviso n. 98, de 1 de agosto de 1900 . . . . .	18
N. 36 — Autoriza o transporte das sobras da consignação — Pernoite aos correios ambulantes, da verba 6. <sup>a</sup> art. 21 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, até a quantia de 90:000\$, para a consignação da mesma verba « Gratificação ao pessoal dos correios ambu- lantes, de mar e outros » do regulamento postal vigente . . . . .	18
N. 37 — Declara ter adherido á convenção telegraphica de S. Petersburgo a « Western Telegraph Company », providenciando sobre a notificação deste acto do Go- verno do Imperio austro-hungaro e das demais nações integrantes da União Telegraphica. . . . .	19
N. 38 — Manda pagar a Estevão Cunha a importancia de terras de sua propriedade, em que foram localizados immi- grantes na ex-colônia Brusque. . . . .	19
N. 39 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas os creditos de francos 220.555 para paga- mento do saldo á Administração do Telegrapho Ori- ental, proveniente do ajuste de contas desde abril de	

	1892 a 1 de julho de 1897, e de francos 11.792 como indemnização á mesma administração, em virtude da construção da linha telegraphica de Santa Victoria do Palmar ao Chuy, no Rio Grande do Sul. . . . .	20
N. 40 —	Approva a planta e orçamento para a construção da parada dos Afogados, no kilometro 3, da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, e estabelece os preços das respectivas passagens . . . . .	20
N. 41 —	Annulla a concorrência aberta por edital de 17 de abril de 1899, para o arrendamento da Estrada de Ferro de Paulo Affonso. . . . .	21
N. 42 —	Autoriza a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a reduzir os preços das passagens, nos trens de subúrbios, de ida e volta, em 1ª e 2ª classes, e a emitir cadernetas para uma e outra. . . . .	21
N. 43 —	Nega o direito á aposentadoria solicitada por um funcionario da Estrada de Ferro Central do Brazil. . . . .	22
N. 44 —	Extingue a secção da pagadoria da Estrada de Ferro Central do Brazil, e fixa o quadro e vencimentos do pessoal da thesouraria e pagadoria. . . . .	22
N. 45 —	Providencia sobre o transporte do café pela Estrada de Ferro Central do Brazil, para o entreposto do mesmo producto . . . . .	23
N. 46 —	Approva a substituição do bico actualmente empregado no serviço da illuminação publica desta Capital, pelo bico <i>Auer</i> . . . . .	24
N. 47 —	Desannexa a Estrada de Ferro do Rio do Ouro da Inspeção Geral das Obras Publicas, estabelece instrucções para os respectivos serviços e fixa o quadro do pessoal e respectivos vencimentos. . . . .	24
N. 48 —	Determina que o telegrapho sómente seja utilizado em casos de urgencia, ficando o expeditor responsável pelos abusos commettidos. . . . .	28
N. 49 —	Approva diversas alterações nas instrucções regulamentares e pautas e tarifas da Estrada de Ferro do S. Francisco . . . . .	29
N. 50 —	Declara ficar abolida a pratica dos chefes de serviços, que não teem substitutos legaes, delegarem aos seus subalternos a incumbencia de assignar communiicações e actos officiaes . . . . .	33
N. 51 —	Annulla a concorrência aberta por edital de 17 de abril de 1899 para o andamento da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco . . . . .	33
N. 52 —	Designa para o serviço da illuminação electrica desta cidade os limites das duas zonas indicadas na respectiva planta. . . . .	33
N. 53 —	Autoriza a Companhia arrendataria da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana a distribuir, á razão de 20 % e por exercício, as despezas extraor-	

	Pags.
dinarias com a reconstrucção do leito da estrada entre S. Pedro e Umbú. . . . .	34
N. 54 — Torna extensivo ás praças do Corpo de Bombeiros, quando em serviço, o favor de que gozam as da Brigada Policial, de viajarem gratuitamente nos carros de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil. . . . .	34
N. 55 — Manda abonar 100\$ mensaes aos inspectores de tracção da Estrada de Ferro Central do Brazil, que residirem em localidades, em que a mesma estrada não tiver casa destinada para tal fim. . . . .	35
N. 56 — Concede uma diaria de 6\$, excluidos os dias feriados, aos tres sub-inspectores do Telegrapho da Estrada de Ferro Central do Brazil . . . . .	35
N. 57 — Approva a tabella dos preços para as obras privilegiadas da derivação e de assentamento de medidores para illuminação particular por gaz corrente, para servir em 1900. . . . .	36
N. 58 — Declara que os contractos que tiverem de ser celebrados pelas Repartições subordinadas a este Ministerio e cuja execução dependa de registro no Tribunal de Contas, deverão ser préviamente submettidos á approvação do mesmo Ministerio . . . . .	38
N. 59 — Approva provisoriamente nova pauta e instrucções regulamentares para vigorar na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana. . . . .	38
N. 60 — Autoriza a redução de dez por cento nas tres primeiras classes da tarifa n. 3, em vigor na Estrada de Ferro Central do Brazil. . . . .	38
N. 61 — Declara sujeitos ao sello estadual os papeis que forem processados em repartições estadoaes. . . . .	39
N. 62 — Autoriza, na Estrada de Ferro Central do Brazil, diversas reduções no frete do café destinado ás estações desta Capital . . . . .	39
N. 63 — Declara correr por conta dos consumidores a despesa com o gaz consumido nos proprios nacionaes onde residem empregados de repartições subordinadas a este Ministerio. . . . .	40
N. 64 — Annulla para os effeitos legais a concorrência aberta por edital de 18 de janeiro de 1899, para construcção das obras do trecho entre <i>Carvoracye Alegrete</i> , do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana . . . . .	40
N. 65 — Declara que o empregado da Estrada de Ferro Central do Brazil que tiver completado vinte annos de effectivo exercicio tem direito a perceber, a contar do dia seguinte ao da terminação do dito prazo, o acrescimo da quinta parte do respectivo vencimento . . . . .	41
N. 66 — Regula o processo de concessão de licença aos funcionarios da Estrada de Ferro Central do Brazil . . . . .	41

	Pag.
N. 67 — Declara não ter direito á gratificação especial para despesas de viagem o sub-inspector do trafego da Estrada de Ferro Central do Brazil, que estiver servindo no Jury . . . . .	42
N. 68 — Declara que a isenção do imposto de transporte consignada no art. 5º do decreto n. 2791, de 11 de janeiro de 1898, sómente é applicavel ás estradas de ferro construidas pela União e administradas pelo Governo. . . . .	42
N. 69 — Modifica provisoriamente diversas tarifas da Estrada de Ferro do S. Francisco. . . . .	43
N. 70 — Autoriza a ser despachado, provisoriamente, na Estrada de Ferro Central do Brazil, o mel de cascas para cortume, pela 5ª classe da tarifa n. 3, sob as bases de 160 réis, 100 réis e 50 réis. . . . .	43

## APPENDICE

Resolve a consulta quanto ao pessoal commum ás Estradas de Ferro Porto Alegre a Uruguayana e Santa Maria ao Uruguay. . . . .	45
Regula o uso do telegrapho. . . . .	45
Sobre despesa de seguro contra fogo dos edificios da Estrada de Ferro Central de Alagóas. . . . .	46
Declara que a Companhia « Rio de Janeiro City Improvements » está isenta do usado hydrometro. . . . .	46
Sobre contractos que dependam do registro do Tribunal de Contas . . . . .	47
Declara que a Estrada de Ferro do Paraná não está sujeita ao imposto de aferição de balanças, lançado pela Camara Municipal de Paranaguá . . . . .	47
Declara que ficam extensivas á Estrada de Ferro do Norte as tarifas approvadas pelo decreto n. 3875, de 1 de outubro de 1900 . . . . .	47
Declara ficar aberto para a navegação o canal do baixio do Taboleiro no porto de Santa Catharina . . . . .	48
Declara já se ter providenciado para a entrega á Comissão de Melhoramentos do Porto de Pernambuco, dos edificios do extincto Arsenal de Marinha. . . . .	48



## MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

---

N. 1 — EM 8 DE JANEIRO DE 1900

Isenta de franquia postal a correspondencia do Centro da Lavoura de Café do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 1 — Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1900.

Attendendo ao pedido feito pelo Centro da Lavoura do Café do Brazil e de accordo com o vosso parecer em officio n. 6932, de 27 do mez proximo findo, ficaes autorizado a dispensar a franquia postal para a correspondencia do referido centro.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Director Geral dos Correios.

---

N. 2 — EM 23 DE JANEIRO DE 1900

Autorisa o chefe do serviço telegraphico a assignar o termo de accordo com os Governos dos Estados do Amazonas e do Pará, relativo á construcção da linha telegraphica destinada a ligar Belém e Manaus.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — Ns. 2 e 3 — Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1900.

Aos Srs. Governadores dos Estados do Amazonas e do Pará — Enviando-vos, por cópia, o officio em que o director geral dos Telegraphos refere-se á construcção da linha telegraphica destinada a ligar Belém e Manaus, com recursos fornecidos pelo vosso Estado e o do Pará, tenho a honra de communicar-vos que autorizei aquelle chefe de serviço a assignar o termo de accordo com os Governos dos dous referidos Estados no sentido da sua exposição contida na supra referido officio.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.

---

## N. 3 — EM 26 DE JANEIRO DE 1900

Sobre a expedição do título de propriedade, depois de preenchida a formalidade legal, á Companhia Norte Mineira do 1º territorio, já medido e demarcado.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 4 — Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1900.

Sr. Governador do Estado da Bahia — Passando ás vossas mãos os documentos que a este acompanham, constantes de uma planta, uma caderneta de campo e memorial descriptivo da medição e demarcação do 4º territorio da Companhia Norte Mineira, effectuada em virtude dos contractos de que é cessionaria, rogo-vos, de accordo com o que preceitua o decreto n. 781, de 25 de setembro de 1890, mandeis expedir á referida companhia o respectivo titulo de propriedade, depois de recolhida á Alfandega desta Capital, como renda eventual da União, a importancia correspondente ao valor do mesmo territorio.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

---

## N. 4 — EM 3 DE FEVEREIRO DE 1900

Manda vigorar as tabellas de classificação das agencias postaes de 1899 a 1900 enquanto não forem approvadas as de 1900 e de 1901.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 26 — Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1900.

Declaro-vos, para os fins convenientes, que as tabellas de classificação das agencias postaes, a que se refere o art. 27 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, para o biennio de 1900 a 1901, foram submettidas nos termos da disposição citada á approvação do Congresso Nacional, que aliás não se pronunciou a respeito, vigorando, portanto, as tabellas do biennio anterior.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.* — Sr. Director Geral dos Correios.

---

**N. 5 — EM 22 DE FEVEREIRO DE 1900**

Transfere a linha telegraphica do Estado do Ceará ao dominio da União.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 11 — Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1900.

Sr. Presidente do Estado do Ceará — Tenho a honra de scientificar-vos com relação ao assumpto constante do vosso officio n. 1690, de 22 de novembro do anno proximo findo, que a 16 do corrente foi celebrado o contracto de transferencia da linha telegraphica desse Estado para a União de conformidade com a minuta firmada com o representante do vosso Governo, Dr. Francisco de Sá.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

---

**N. 6 — EM 16 DE MARÇO DE 1900**

Sobre a remessa ao Governo do Estado de Santa Catharina de um caixote contendo diversos autos e traslados de medições e legitimações de posse de terras no mesmo Estado.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 13 — Rio de Janeiro, 16 de março de 1900.

Sr. Governador do Estado de Santa Catharina — Tenho a honra de comunicar-vos, para os fins convenientes, que, por intermedio da Companhia Lloyd Brasileiro, remetto-vos um caixote contendo diversos autos e traslados de medições e legitimações de posse de terras nesse Estado, constantes da relação junta, os quaes foram encontrados no archivo da fiscalização do contracto de nucleos coloniaes da Companhia Metropolitana.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

---

**N. 7 — EM 21 DE MARÇO DE 1900**

Sobre a ligação dos municipios de Curytibanos e Campos Novos á rede telegraphica da União.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 14 — Rio de Janeiro, 21 de março de 1900.

Sr. Governador do Estado de Santa Catharina — Respondendo vossos officios ns. 31, de 15 de dezembro e 5, de 8 de fevereiro,

ultimos, solicitando a construcção de uma linha telegraphica ligando os municipios de Curitiba e Campos Novos á rêde telegraphica da União, tenho a honra de declarar-vos que a referida linha, na extensão de 200 kilometros, importará em cerca de 50:000\$ e que, attendendo-se á falta de recursos orçamentarios, não poderá sua construcção ser levada a effeito presentemente, apesar do Governo desse Estado comprometter-se a auxiliar-a com o fornecimento de postes de madeira e casas para as estações.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

---

#### N. 8 — EM 9 DE ABRIL DE 1900

Proclama o direito da União sobre o edificio denominado *Alojamento de Immigrantes*, situado em Campinas, no Estado de S. Paulo.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 45 — Rio de Janeiro, 9 de abril de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Satisfazendo á requisição constante do vosso aviso n. 41, de 19 do mez proximo passado, relativamente ao direito da União sobre o edificio denominado *Alojamento de Immigrantes*, situado em Campinas, tenho a honra de passar ás vossas mãos as inclusas copias dos actos deste Ministerio concernentes á entrega daquello proprio nacional ao Estado de S. Paulo e á annullação desse acto.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

---

#### N. 9 — EM 11 DE ABRIL DE 1900

Revoga o disposto no aviso n. 80, de 19 de agosto de 1897

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 56 — Rio de Janeiro, 11 de abril de 1900.

Respondendo á consulta que fizestes em officio reservado, sob n. 163/2, de 29 do mez proximo findo, acerca de consignações feitas por empregados dessa repartição a particulares, declaro-vos, á vista das considerações que adduzistes, que, satisfeitas as consignações existentes, não sejam mais prorogadas, ficando assim e desde já revogado o disposto no aviso n. 80, de 19 de agosto de 1897.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.* — Sr. Director Geral dos Correios.

---

N. 10 — EM 24 DE ABRIL DE 1900

Sobre o modo da Directoria Geral dos Correios receber as formulas de franquia requisitada á Casa da Moeda. Providencia tambem sobre a emissão de um milhão de sellos da taxa de \$200.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 51 — Rio de Janeiro, 24 de abril de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Tendo o director interino da Casa da Moeda pedido ao director geral dos Correios que as formulas de franquia requisitadas áquelle estabelecimento sejam alli recebidas pelo thesoureiro ou seu representante, mediante recibo passado no proprio officio da requisição e não convindo alterar assim a praxe até agora seguida, pelas razões longamente expostas no officio do director geral dos Correios, datado de 12 do corrente e incluso por cópia, rogo-vos deis sobre isso as ordens necessarias.

Outrosim, e mui especialmente, peço-vos que recomendeis á Casa da Moeda a satisfação do pedido de um milhão de sellos da taxa de \$200, cuja falta, segundo vereis do dito officio incluso, acarretará serios embaraços ao serviço postal.

Conquanto a remessa solicitada pareça depender da adopção do que propõe a Casa da Moeda, é todavia certo que a urgencia do caso exige satisfação immediata do pedido, feito em 1 de março, ameaçada como se acha a Repartição dos Correios da não ter aquellas formulas para a venda ao publico.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*.

N. 11 — EM 8 DE MAIO DE 1900

Prohibe o desconto a particulares onde não haja estabelecimentos de credito no genero do Banco dos Funcionarios Publicos.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 65 — Rio de Janeiro, 8 de maio de 1900.

Declaro-vos, em resposta ao vosso officio n. 198½ (reservado) de 24 do mez proximo findo, que a solução é a constante do aviso n. 56, de 11 tambem do referido mez, que vos dirige, é que se não permita o desconto a particulares, ainda nos Estados onde não haja estabelecimentos de credito no genero do Banco dos Funcionarios Publicos.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Director Geral dos Correios.

## N. 12 — EM 30 DE MAIO DE 1900

Proclama o direito que assiste aos Estados na cobrança de dividas dos colonos.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 58 — Rio de Janeiro, 30 de maio de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Em resposta ao vosso aviso n. 73, de 18 do corrente, relativamente à consulta feita por diversos colonos estabelecidos em terras situadas em Santa Barbara, municipio de Palmeiro, no Estado do Paraná, si as dividas colonias a que são obrigados devem ser pagas ao Governo Federal ou si ao referido Estado, conforme tem sido por este exigido, tenho a honra de declarar-vos que pelo art. 4º da lei n. 3396, de 24 de novembro de 1888, foi cedido às antigas provincias, hoje Estados, o producto da cobrança das dividas dos colonos e não tendo sido revogada a citada disposição tem o Estado direito de proceder à cobrança.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia.*

---

## N. 13 — EM 7 DE JUNHO DE 1900

Manda pagar ao Banco União de S. Paulo a quantia de 250:000\$, e ao engenheiro Francisco de Almeida Torres a de 400:000\$, devidas pela rescisão dos respectivos contractos de burgos agricolas.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 65 — Rio de Janeiro, 7 de junho de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Dignae-vos de ordenar que, pelo Thesouro sejam pagas, ao Banco União de S. Paulo, a quantia de duzentos e cincoenta contos de réis (250:000\$), e ao engenheiro Francisco de Almeida Torres, a de quatrocentos contos de réis (400:000\$), devidas pela rescisão dos respectivos contractos de nucleos colonias, conforme os termos firmados neste Ministerio em 11 do mez proximo passado, correndo a despeza por conta do credito especial aberto a este Ministerio pelo decreto n. 3672, de 4 do corrente mez.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia.*

---

N. 14 — EM 13 DE JUNHO DE 1900

Providencia sobre a assinatura do convenio approved entre as administrações dos Telegraphos do Uruguay e do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — Gabinete — Rio de Janeiro, 13 de junho de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios do Exterior — Dignae-vos de autorisar, com urgencia, o Ministro do Brazil na Republica Oriental do Uruguay para que assigne, em nome da Repartição Geral dos Telegraphos, com o delegado expressamente designado pela Directoria da Empresa do Telegrapho Oriental, o convenio approved entre as duas administrações, de conformidade com o estatuido no preambulo do projecto definitivo das bases convencionadas em Montevideo a 29 de abril de 1899

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

N. 15 — EM 13 DE JUNHO DE 1900

Annulla a decisão deste Ministerio constante do aviso n. 157, de 4 de setembro de 1899.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 67 — Rio de Janeiro, 13 de junho de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Em resposta ao vosso aviso n. 195, de 26 de outubro ultimo, relativamente ao desfalque de 12:500\$ pelo qual foram responsabilizados os claviculares da Repartição Geral dos Correios, Aureliano Martins de Azambuja Meirelles, Antonio Moreira de Oliveira e Silva e Antonio de Souza Martins, tenho a honra de declarar-vos que, attentas as ponderações constantes do citado aviso, resolvi annullir a decisão desse Ministerio constante do de n. 157, de 4 de setembro do anno proximo passado, sobre a indemnisação do mesmo desfalque.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

## N. 16 — EM 23 DE JUNHO DE 1900

Providencia sobre inutilisação de sello nas contas de fornecimentos á Repartição Geral dos Telegraphos.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 101 — Rio de Janeiro, 23 de junho de 1900.

Attendendo ao que me solicitou o Tribunal de Contas em officio de 4 do corrente, recommendo-vos providencias para que o sello das contas de fornecimentos a essa Repartição seja devidamente inutilisado; observando-se, a respeito, as disposições dos arts. 19 e 50 do decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Director Geral dos Telegraphos.

---

## N. 17 — EM 25 DE JUNHO DE 1900

Faculta a entrega dos documentos, relativos ás terras publicas, ao Governo do Rio Grande do Sul, por parte do Ministerio da Fazenda, excluindo os referentes ás terras adquiridas por compra pela União, ainda mesmo para os fins da colonisação.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 75 — Rio de Janeiro, 25 de junho de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Em resposta ao vosso aviso n. 98, de 21 do corrente, consultando si deveu ser entregues á Secretaria das Obras Publicas do Estado do Rio Grande do Sul, pela Delegacia Fiscal em Porto Alegre, os documentos relativos ás terras publicas, conforme solicitou o respectivo Governador, tenho a honra de declarar-vos que nenhum inconveniente haverá em attender semelhante requisição, uma vez que o dominio sobre terras devolutas passam, pelo preceito constitucional, aos Estados em que ellas se acham situadas, cabendo apenas acrescentar que devem ser excluidos os documentos referentes ás terras adquiridas por compra pelo Governo, ainda mesmo para os fins da colonisação, porque sendo, taes immoveis considerados proprios nacionaes, devem ficar a cargo deste Ministerio, de accordo com as disposições vigentes.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*.

---



N. 18 — EM 30 DE JUNHO DE 1900

Sobre o modo de sellar as contas de fornecimentos, bem como quaesquer documentos.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 94 — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1900.

Communico-vos, para os devidos fins, que, em resposta a uma consulta que lhe fez este Ministerio, declarou o da Fazenda, em aviso de 15 do corrente, que as contas de fornecimentos, bem como quaesquer documentos, devem ser selladas previamente nos termos do art. 37, n. 9, do decreto n. 3564, de 23 de janeiro do corrente anno, incorrendo em multa o chefe da Repartição publica ou outro funcionario que lhes der andamento sem que as mesmas contas tenham pago ou o sello fixo de \$300, na forma da tabela B, § 1º, n. 5, annexa áquelle decreto, ou o proporcional, caso se verifique a hypothese do art. 4º, n. 17.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Director Geral dos Telegraphos.

N. 19 — EM 30 DE JUNHO DE 1900

Providencia sobre a matricula da «Compagnie Française de Câbles Télégraphiques».

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 79 — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Ju'gando procedentes as razões apresentadas pela «Compagnie Française de Câbles Télégraphiques», afim de ser matriculada, na conformidade do art. 429 da Consolidação das Leis das Alfandegas, rogo-vos digneis de conceder autorisação para aquelle fim, desde que vos satisfaçam os documentos que acompanham o meu aviso de 9 de agosto ultimo.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*.

## N. 20 — EM 30 DE JUNHO DE 1900

Declara ter sido concedida autorização ás Companhias «South American Cable» e «Western Telegraph» para procederem a excavações nas proximidades da fortaleza do Brum, no Estado de Pernambuco.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 82 — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — Tenho a honra de comunicar-vos, em resposta ao vosso aviso n. 27, de 4 de maio ultimo, que das indagações procedidas pela Repartição Geral dos Telegraphos resulta, como se vê das cópias juntas, que as Companhias «South American Cable» e «Western Telegraph» tiveram a necessaria autorização para procederem ás excavações a que vos referistes no citado aviso nas proximidades da fortaleza do Brum, no Estado de Pernambuco.

Saule e fraternidade.— *Alfredo Maia.*

## N. 21 — EM 30 DE JUNHO DE 1900

Considera como officiaes os telegrammas sobre serviço publico apresentados pelos chefes de secções da Administração dos Correios de Aracaju, bem como dos demais funcionarios de que trata o art. 460, do Regulamento Postal vigente, sobretudo nos casos graves e urgentes.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 93 — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1900.

Attendendo ás considerações feitas pelo Sr. director geral dos Correios, autoriso-vos a providenciar no sentido de que sejam acceitos como officiaes os telegrammas sobre serviço publico apresentados pelos chefes de secções da Administração dos Correios de Aracaju, bem como dos demais funcionarios de que trata o art. 460 do Regulamento Postal vigente; sobretudo nos casos graves e urgentes.

Saule e fraternidade.— *Alfredo Maia.*— Sr. Director Geral dos Telegraphos.

N. 22 — EM 30 DE JUNHO DE 1900

Põe á disposição do Ministerio da Fazenda a fazenda denominada do Pinheiro.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 80 — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Resolvendo nesta data pôr á disposição desse Ministerio, conforme requisitastes no final do vosso aviso n. 82, de 29 do mez proximo passado, a fazenda denominada do Pinheiro, onde se acha a antiga hospedaria de immigrantes, assim vol-o declaro, passando ás vossas mãos a inclusa cópia do contracto de arrendamento, feito com o cidadão José Antonio da Rocha, de uma casa e pastos alli existentes.

Existem ainda outros occupantes, como meeiros, cujos nomes, valor da terra em seu poder, bemfeitorias, etc., só poderão ser conhecidos pelo tombamento alli feito ultimamente por ordem do Ministerio da Guerra, o qual occupa, para aquartellar tropas, a referida hospedaria de immigrantes e uma parte dos terrenos da mesma fazenda.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

---

N. 23 — EM 7 DE JULHO DE 1900

Declara não conhecer este Ministerio, como seu credor, o 2º escripturario da Delegacia Fiscal em S. Paulo Antonio Benedicto da Veiga Jardim.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — N. 85 — Rio de Janeiro, 7 de julho de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Em resposta ao vosso aviso n. 78, de 25 de maio ultimo, consultando si este Ministerio reconhece o 2º escripturario da Delegacia Fiscal em S. Paulo como seu credor da quantia de 1:500\$, cabe-me declarar-vos que este Ministerio não reconhece como seu credor o alludido funcionario Antonio Benedicto da Veiga Jardim.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

---

## N. 24 — EM 18 DE JULHO DE 1900

Sobre o modo de indemnisação do desfalque de 12:509\$, verificado na Repartição Geral dos Correios, pelo qual foram responsabilizados os clavicularios abaixo mencionados.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 92 — Rio de Janeiro, 18 de julho de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda — Cabe-me a honra de declarar-vos, em referencia ás ponderações constantes do vosso aviso n. 195, de 25 de outubro ultimo, sobre o modo de indemnisação do desfalque de 12:500\$, pelo qual foram responsabilizados os clavicularios da Repartição dos Correios, Aureliano Martins de Azambuja Meirelles, Antonio Moreira de Oliveira e Silva e Antonio de Souza Martins, que já providenciei para que o primeiro dos alludidos empregados entre de uma só vez com a quota que lhe cabe na responsabilidade do referido desfalque; quanto aos outros dois, não percebendo mais vencimentos pelo Correio, mas tendo emtos fiança depositada no Thesouro Federal, sómente desta poderá ser descontada a importancia por que são responsaveis.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

## N. 25 — EM 30 DE JULHO DE 1900

Sobre a retirada de documentos referentes ás medições e legitimações de terras no Estado de Santa Catharina existentes no Archivo Publico.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 17 — Rio de Janeiro, 30 de julho de 1900.

Sr. Governador do Estado de Santa Catharina — Em resposta ao vosso officio n. 13, de 30 de maio ultimo, solicitando a remessa dos documentos referentes ás medições e legitimações de terras nesse Estado, declaro-vos que, tendo sido recolhidos ao Archivo Publico taes documentos, todos anteriores ao actual regimen e devendo ser alli conservados na conformidade do art. 4, n. XI, do regulamento annexo ao decreto n. 1380, de 31 de outubro de 1893, não é possivel retiralo dalli, conforme declarou o Ministerio da Justiça e Negocios do Interior em aviso n. 577, de 19 do corrente.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

## N. 26 — EM 1 DE AGOSTO DE 1900

Neza á Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina a indemnisação requerida.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 98 — Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1900.

Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores — Em resposta ao vosso aviso n. 30, de 30 de junho ultimo, relativo ao *memorandum* que recebestes da Legação franceza e ora o restituo, firmado pelo Sr. J. Payssés, no qual se trata de uma liquidação de contas entre o Governo Federal e a Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina, cabe-me declarar-vos que o reclamante nada teve perante este Ministerio ácerca do assumpto constante do referido *memorandum*, e bem assim que o estado da alludida questão é, em o resumo, o seguinte:

A Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina é cessionaria dos contractos celebrados entre o Governo Provisorio e Carlos Napoleão Poeta, Gustavo Richard, Emilio Blum, em 10 de setembro, 4 de outubro e 5 de dezembro de 1890, para a fundação de nucleos colonias do Estado de Santa Catharina, por termos firmados neste Ministerio em 11 e 16 de maio de 1891 e 5 de julho de 1895.

Como outros muitos concessionarios, acha-se com a execução dos seus contractos suspensa em consequencia da rescisão do contracto da Companhia Metropolitana para introdução de imigrantes.

Não obstante, porém, o Governo, á vista do decreto n. 3376, de 21 de agosto de 1899, contractou com ella, em 30 desse mesmo mez, a introdução dos imigrantes necessarios aos nucleos que tinha de fundar, fixando no respectivo contracto:

- a) que elle (contracto) era feito *ad referendum* do Congresso;
- b) que, si o Congresso não approvasse o contracto e preferisse determinar a immediata rescisão desses contractos, a companhia propunha-se a receber em acto de accordo, como indemnisação, e em moeda corrente, a quantia de tres mil contos de réis (3,000:000\$000).

Submettido o contracto á approvação do Congresso, deixou este de pronunciar-se a seu respeito, estabelecendo, entretanto, na lei do orçamento vigente uma autorisação para o Governo rescindir os contractos de burgos agricolas mediante accordo com os concessionarios.

Á vista dessa autorisação, pediu a companhia pagamento da indemnisação de tres mil contos de réis fixada *ad referendum*, allegando que o Governo estava a isso obrigado pelo citado contracto de 30 de agosto de 1899, doutrina que absolutamente não reconheço.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*.

## N. 27 — EM 2 DE AGOSTO DE 1900

Autorisa a Directoria Geral dos Correios a cobrar sómente o porte de 20 réis por 100 grammas ou fracção, na remessa de livros por parte da Secretaria das Finanças do Estado de Minas Geraes ás suas collectorias ou agencias de arrecadação.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 18 — Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1900.

Sr. Presidente do Estado de Minas Geraes — Tenho a honra de comunicar-vos que, attendendo ao que me expoz o secretario das Finanças desse Estado em officio n. 190, de 11 de junho ultimo, autorisei a Repartição Geral dos Correios a cobrar sómente o porte de 20 réis por 100 grammas ou fracção, pelos livros que aquella secretaria remetter aos seus collectores ou agentes de arrecadação, considerando-se taes livros como « impressão ».

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.

---

## N. 28 — EM 14 DE AGOSTO DE 1900

Declara livre de porte o *Boletim de Agricultura* da Secretaria de Agricultura de S. Paulo.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 108 — Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1900.

Declaro-vos, em resposta ao vosso officio n. 338/4, de 6 do corrente, que approvo o acto pelo qual concedestes á Secretaria de Agricultura de S. Paulo permissão para enviar pelo Correo, livre de porte, o *Boletim de Agricultura*, conforme foi solicitado pela referida secretaria.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Director Geral dos Correios.

---

N. 23 — EM 28 DE AGOSTO DE 1900

Estabelece certas formalidades para a validade das contas, afim de serem observadas pela Repartição Geral dos Correios.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 118 — Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1900.

Em solução á consulta que fizestes em vosso officio n. 309, da 20 de julho findo, declaro-vos:

1º, que as contas devem levar a declaração de que — « foi pago no respectivo contracto, sobre o seu valor total de rs. ...., o sello proporcional na importancia de rs. ...., — ou de que — « por desconhecimento do valor total, não foi pago no respectivo contracto o sello proporcional, que nesta conta é cobrado previamente, em virtude do aviso n. 99, de 15 de junho de 1900, do Ministerio da Fazenda »;

2º, que as duas hypotheses formuladas estão previstas nos arts. 4º, paragrapho unico, e 46 do regulamento annexo ao decreto n. 3554, de 22 de janeiro deste anno.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Director Geral dos Correios.

N. 30 — EM 4 DE SETEMBRO DE 1900

Manda respeitar-se o disposto no art. 433, n. 1, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, levando-se em conta, na comparação dos preços de concorrência, o imposto a que estão sujeitas as mercadorias importadas.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — Gabinete — Aviso circular — Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1900.

Recommendo-vos que nos contractos de fornecimento a essa Repartição, sempre que haja mercadoria similar nas fabricas do paiz, seja attendida esta circumstancia de accordo com o disposto no art. 433, n. 1, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, convido levar em conta na comparação dos preços de concorrência o imposto a que estão sujeitas as mercadorias importadas.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*.

## N. 31 — EM 6 DE SETEMBRO DE 1900

Isenta de porte os pacotes contendo sementes destinadas aos lavradores do Estado do Rio de Janeiro e que forem apresentados a despacho pela referida secretaria.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 21 — Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1900.

Sr. Presidente do Estado do Rio de Janeiro — Tenho a honra de communicar-vos, para os fins convenientes, que, attendendo ao que me solicitou a Secretaria das Obras Publicas e Industrias do vosso Governo, no seu officio n. 250, de 31 de junho ultimo, providencio, por aviso desta data, para que sejam aceitos pelo Correio, livres de porte, os pacotes contendo sementes destinadas aos lavradores do Estado e que forem apresentados a despacho pela referida secretaria.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia.*

---

## N. 32 — EM 12 DE OUTUBRO DE 1900

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 308:825\$121, para ser applicado á liquidação das contas da receita de 1899, pertencentes ás companhias estrangeiras de cabos telegraphicos em trafego mutuo com a Repartição Geral dos Telegraphos.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 175 — Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1900.

Sr. 1º Secretario do Senado — Tenho a honra de remetter-vos, para os fins convenientes, a inclusa mensagem do Sr. Presidente da Republica, concernente á resolução do Congresso Nacional, que autorisa o Poder Executivo a abrir a este Ministerio o credito de 308:825\$121, para ser applicado á liquidação das contas da receita de 1899, pertencentes ás companhias estrangeiras de cabos telegraphicos em trafego mutuo com a Repartição Geral dos Telegraphos.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia.*

---



N. 33 — EM 16 DE OUTUBRO DE 1900

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.020:000\$, para liquidação definitiva dos compromissos contrahidos para com as companhias de navegação que transportaram immigrantes da Europa para o paiz, nos termos do decreto n. 528, de 28 de junho de 1890.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 139 — Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1900.

Sr. Secretario do Senado Federal — De ordem do Sr. Presidente da Republica, vos envio a mensagem junta, do mesmo Sr. Presidente ao do Senado Federal, restituindo dous dos autographos da resolução do Congresso Nacional, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio a meu cargo o credito especial de 1.020:000\$, para liquidação definitiva dos compromissos contrahidos para com as companhias de navegação que transportaram immigrantes da Euro a para o paiz, nos termos do decreto n. 528, de 28 de junho de 1890.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

N. 34 — EM 26 DE OUTUBRO DE 1900

Declara a incompatibilidade entre os cargos postaes nas administrações e sub-administrações e quaesquer outros publicos ou particulares.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 147 — Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1900.

Em resposta á consulta que fizestes no vosso officio n. 442/2 de 16 do corrente, sobre si existe incompatibilidade entre os cargos postaes na administração e os de professores, mesmo que tenham estes exercicio á noite, affim de, podendo resolver sobre o caso dos empregados da Administração dos Correios das Alagoas nomeados pelo respectivo Governador para professores do Lyceu de Artes e Officios, alli, declaro-vos que, á vista das disposições constantes dos artigos do regulamento dessa repartição, citados no vosso mencionado officio, não resta duvida sobre a existencia de incompatibilidade entre os cargos postaes nas administrações e sub-administrações de quaesquer outros, publicos ou particulares.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.* — Sr. Director Geral dos Correios.

## N. 35 — EM 31 DE OUTUBRO DE 1900

Mantem o despacho constante do aviso n. 98, de 1 de agosto de 1900

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 137 — Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1900.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Tenho de accusar recebido o vosso aviso de 15 do corrente, a que acompanhou cópia de um apontamento que a Legação vos entregou, relativo á liquidação de contas entre o Governo Federal e a Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina. Examinado o referido apontamento, e reconhecido que não contém materia nova, rogo-vos declareis áquella Legação que este Ministerio mantém o despacho constante do aviso n. 98, de 1 de agosto ultimo.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia.*

---

## N. 36 — EM 29 DE NOVEMBRO DE 1900

Autoriza o transporte das sobras de consignação — Pernoite aos correios ambulantes, da verba 6ª, art. 21 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, até a quantia de 90:000\$, para a consignação da mesma verba « Gratificação ao pessoal dos correios ambulantes, de mar e outros » do regulamento postal vigente.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 163 — Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1900.

Sr. 1º Secretario da Camara dos Deputados — Em nome do Sr. Presidente da Republica, tenho a honra de enviar-vos, para os fins convenientes, a inclusa mensagem do Sr. Presidente, dirigida ao dessa Camara, devolvendo, devidamente sancionados, dous dos autographos da resolução do Congresso Nacional autorizando o Poder Executivo a transportar as sobras da consignação — Pernoite aos correios ambulantes, da verba 6ª do art. 21 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, até a quantia de 90:000\$, para a consignação da mesma verba « Gratificação ao pessoal dos correios ambulantes de mar e outros » do regulamento respectivo em vigor.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia.*

---

N. 37 — EM 30 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara ter adherido á convenção telegraphica de S. Petersburgo a « Western Telegraph Company », providenciando sobre a notificação deste acto do Governo do Imperio austro-hungaro e das demais nações integrantes da União Telegraphica.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 148 — Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1900.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — De accordo com o § 3º do art. 86 do regulamento internacional executorio da Convenção telegraphica de S. Petersburgo, foi obrigada a « Western Telegraph Company », denominação que tomaram as Companhias « Brazilian Submarine Telegraph » e « Western Brazilian Telegraph », fundidas por autorização do decreto n. 3307, de 6 de junho de 1899, a adherir á dita convenção telegraphica, sendo-lhe assegurados os respectivos beneficios, nos termos dos referidos artigo e para grapho. Assim, rogo-vos notifiqueis ao Sr. Ministro do Imperio austro-hungaro a adhesão da « Western Telegraph Company », para as devidas communicações ao Governo daquelle Imperio e das demais nações integrantes da União Telegraphica.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia.*

N. 38 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1900

Manda pagar a Estevão Cunha a importancia das terras de sua propriedade, em que foram localizados immigrants na ex-colônia Brusque.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 185 — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1900.

Sr. 1º Secretario do Senado Federal — Tenho a honra de remetter-vos, para os fins convenientes, a inclusa mensagem do Sr. Presidente da Republica, concernente á resolução do Congresso Nacional que autoriza o Poder Executivo a pagar a Estevão Cunha a importancia das terras de sua propriedade, em que foram localizados immigrants, na ex-colônia Brusque.

Saude e fraternidade. — *Eptacio Pessoa.*

## N. 39 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1900

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas os creditos de francos 220.555 para pagamento do saldo á Administração do Telegrapho Oriental, proveniente do ajuste de contas desde abril de 1892 a 1 de julho de 1897 e de francos 11.792 como indemnização á mesma administração em virtude da construcção da linha telegraphica de Santa Victoria do Palmar ao Chuy, no Rio Grande do Sul.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral da Industria — 2ª Secção — N. 187 — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1900.

Sr. 1º Secretario do Senado Federal — Tenho a honra de remetter-vos, para os fins convenientes, a inclusa mensagem do Sr. Presidente da Republica, concernente á resolução do Congresso Nacional, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio a meu cargo os creditos de francos 220.555 para pagamento do saldo á Administração do Telegrapho Oriental, proveniente do ajuste de contas desde abril de 1892 a 1 de julho de 1897, e de francos 11.792 como indemnização da construcção da linha telegraphica de Santa Victoria do Palmar ao Chuy, no Rio Grande do Sul, devida á mesma administração.

Saude e fraternidade. — *Epitacio Pessoa.*

## N. 40 — PORTARIA DE 13 DE JANEIRO DE 1900

Approva a planta e orçamento para a construcção da parada dos Afogados, no kilometro 3, da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, e estabelece os preços das respectivas passagens.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica:

Attendendo ao que requereu o arrendatario da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, sobre o que informou o respectivo engenheiro-fiscal, resolve approvar a planta e orçamentos para a construcção da *parada dos Afogados* no kilometro 3, correndo a despesa de 3:566\$315 por conta de varios moradores do referido logar e do alluão arrendatario, que assim o propuzeram, sendo a mesma parada incorporada ao proprio nacional de que se trata, como propriedade da União e ficando o arrendatario autorizado a cobrar as seguintes passagens:

200 réis	—	passagens simples	de 1ª classe.
150 »	»	»	» 2ª »
400 »	»	duplas	» 1ª »
300 »	»	»	» 2ª »

Capital Federal, 13 de janeiro de 1900. — *Severino Vieira.*

N. 41 — PORTARIA DE 26 DE JANEIRO DE 1900

Annulla a concorrência aberta por edital de 17 de abril de 1899, para o arrendamento da Estrada de Ferro de Paulo Affonso.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica:

Considerando que na concorrência aberta por edital de 17 de abril de 1899 para o arrendamento da Estrada de Ferro de Paulo Affonso nenhuma das propostas apresentadas corresponde aos fins da lei n. 427 de 9, decreto n. 2413 de 28 de dezembro de 1893 e disposições mantidas pelo art. 3º n. 8 da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898;

Considerando que, não obstante a faculdade derivada da clausula XII do referido edital, as alludidas propostas não devem ser accéptas porque, ao emvez da idéa que presidiu a decretação dos actos acima indicados, qualquer dellas acarretará onus aos cofres da União, o que ficou claramente demonstrado dos estudos a que foram submettidas taes propostas;

Resolve annullar a mencionada concorrência com relação á dita Estrada de Paulo Affonso.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1900.— *Severino Vieira*.

N. 42 — AVISO DE 26 DE JANEIRO DE 1900

Autoriza a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a reduzir os preços das passagens, nos trens de subúrbios, de ida e volta, em 1ª e 2ª classes, e a emittir cadernetas para uma e outra.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Gabinete — Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1900.

Conformando-me com o que propuzestes a este Ministerio a respeito das passagens nos trens de subúrbios, autorizo-vos a reduzir a 500 réis os preços das passagens de ida e volta em 1ª classe; a facultar igueis passagens por preço de 300 réis aos passageiros de 2ª classe; e bem assim a emittir cadernetas com 50 passagens aos preços de 12\$ para a 1ª classe e de 7\$ para a 2ª.

Saúde e fraternalidade.— *Severino Vieira*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

## N. 43 — PORTARIA DE 31 DE JANEIRO DE 1900

Nega o direito à aposentadoria solicitada por um funcionário da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — Circular — N. 1 A — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1900.

Ao requerimento em que um funcionario da Estrada de Ferro Central do Brazil pede reconsideração do despacho que lhe negou a aposentadoria, estando o petitorio invalido, segundo o laudo da Directoria Geral de Saude Publica, deu este Ministerio o seguinte despacho em 25 do corrente, que levo ao vosso conhecimento:— A providencia de caracter transitorio contida no art. 38 da lei n. 652 de 23 de novembro de 1899 poderá ser applicavel à ultima parte do n. 6 do art. 10 da lei n. 490 de 16 de dezembro de 1897, jámais deverá ser entendida com a suspensão por tempo certo (na vigencia do actual exercicio financeiro) da designação categorica intercalada no numero citado, e formulada nos seguintes termos: « Os empregados em serviço custeados pela União não são os funcionarios publicos de que trata o art. 75 da Constituição, não tendo, portanto, direito à aposentadoria nem ao montepio. »

Desde que o legislador positivamente declarou que esses empregados, que são os das estradas de ferro, e de outros empregos industriaes custeados pelo Governo Federal, não estão comprehendidos no dispositivo constitucional citado, não gozam do direito de aposentação, ainda verificado o caso de invalidez,— é claro que, além de lamentavel contrasenso, fôra infringir de frente o preceito constitucional prescrever que os mesmos empregados pudessem tão somente no decurso de tempo do actual exercicio gozar de regulias que a mesma Constituição positivamente lhes negara.

Por absurda, pois, e inconstitucional, não deve ser admittida semelhante interpretação.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

## N. 44 — PORTARIA DE 31 DE JANEIRO DE 1900

Extingue a secção da pagadoria da Estrada de Ferro Central do Brazil e fixa o quadro e vencimentos do pessoal da thesauraria e pagadoria.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica: Attendendo ao que propoz a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil relativamente à inutilidade da secção da pagadoria

que alli funciona sob a direcção de um pagador, mórmente agora que o pagamento das contas do material consumido pela mesma estrada, acha-se centralizado no Thesouro Federal, podendo ficar reunidos na Thesouraria daquella ferro-via os dous serviços de arrecadação da renda e pagamento do pessoal, e attendendo ainda a que a extincção da referida secção da pagadoria importa em consideravel economia para os cofres publicos, sem prejuizo da marcha regular dos serviços,— resolve, em caracter provisorio, até que o Congresso Nacional definitivamente delibere :

Art. 1.º Fica extincta a secção da pagadoria da Estrada de Ferro Central do Brazil e dispensado o respectivo pessoal.

Art. 2.º Será promovido um dos fíeis da thesouraria a fíel pagador, mediante a fiança de 20:000\$ devidamente prestada.

Art. 3.º O quadro da thesouraria e pagadoria daquella estrada ficará assim constituido : um thesoureiro com 12:000\$, um escrivão com 5:400\$, um fíel pagador com 7:200\$, seis fíeis com 27:000\$, cinco ajudantes de fíel com 19:500\$, dous ajudantes de escrivães com 8:400\$, tres 4.ºs escripturarios com 8:100\$, dous continuos com 3:600\$, um servente com 1:460\$ — 92:660\$000.

Art. 4.º Os §§ 2º e 3º do art. 8º, bem como do art. 10 e seus paragraphos do regulamento de 28 de dezembro de 1896, ficam alterados do seguinte modo :

Do art. 8º § 2º : « entregar ao Thesouro por ordem do director, a renda da estrada, a importancia cobrada dos direitos e imposto, e, em geral, tudo quanto for pela mesma estrada arrecadado ».

§ 3º : « fazer por si ou por seus auxiliares devidamente autorizados o pagamento do pessoal e das despesas miudas da estrada, precedendo ordem do director ».

Art. 10 : « A pagadoria ficará a cargo do thesoureiro, que distribuirá pelo fíel pagador e mais auxiliares o serviço de pagamento do pessoal na Capital e no interior ».

Capital Federal, 31 de janeiro de 1900.— *Alfredo Maia*.

#### N. 45 — AVISO DE 3 DE FEVEREIRO DE 1900

Providencia sobre o transporte do café pela Estrada de Ferro Central do Brazil, para o entreposto do mesmo producto.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 16 — Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1900.

Communico, para vosso conhecimento e necessarios effeitos, haver este Ministerio deferido o requerimento em que os representantes do commercio de commissões de café nesta praça, expondo os inconvenientes resultantes da creação do entreposto,

que funciona nesta Capital, pediram se determine que todo o café transportado por essa estrada, de qualquer procedencia, não seja conduzido ao dito entreposto sem solicitação expressa dos respectivos destinatarios, devendo a entrega do genero, desde que não exista tal solicitação de modo claro e preciso, continuar a ser feita como até agora nas proprias estações da Central do Brazil, assumpto sobre que informou a Directoria dessa estrada por officio n. 66, de 20 de janeiro findo.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

#### N. 46 — AVISO DE 5 DE FEVEREIRO DE 1900

Approva a substituição do bico actualmente empregado no serviço da iluminação publica desta Capital, pelo bico *Auer*.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 1 — Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1900.

A' vista do que propuzestes em officio n. 7 de 23 de janeiro findo, approvo a substituição do bico actualmente empregado no serviço da iluminação publica desta Capital pelo bico *Auer*, que, segundo declara essa Inspectoria, é o unico que satisfará as condições exigidas pela clausula XV do termo de innovação do contracto de 14 de setembro do anno proximo passado, celebrado com a Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, substituição que opportunamente deverá realizar-se de conformidade com a clausula citada e XVII do alludido contracto.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Inspector Geral da iluminação.

#### N. 47 — PORTARIA DE 10 DE FEVEREIRO DE 1900

Desannexa a Estrada de Ferro do Rio do Ouro da Inspecção Geral das Obras Publicas, estabelece instrucções para os respectivos serviços e fixa o quadro do pessoal e respectivos vencimentos.

O Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica :

Visto o art. 31 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899;

Attendendo a que os serviços de conservação dos encanamentos e da via permanente da Estrada de Ferro do Rio do Ouro não foram dotados naquella lei com verbas distinctas e especiaes, mas antes continuam a cargo de um só e mesmo pessoal :



## N. 20 — EM 30 DE OUTUBRO DE 1900

Circular a varias Legações e Consulados estrangeiros sobre a equiparação de marinheiros estrangeiros a indigentes para o fim de serem isentos do imposto de passagens.

1ª Secção — N. 1 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 30 de outubro de 1900.

Tenho a honra de communicar ao Sr....., que o Ministro da Fazenda declarou, pela circular n. 58 expedida em 21 de setembro ultimo aos chefes das Repartições que lhe são subordinadas, que, para o effeito da isenção do imposto de passagem, a que se refere o art. 6º da lei n. 640, de 14 de novembro de 1899, são equiparados a indigentes os marinheiros de navios mercantes estrangeiros que, em consequencia de naufragio ou de permanencia em hospital, ficarem abandonados em portos do Brazil.

Aproveito a occasião para renovar ao Sr..... as seguranças da minha.... consideração.— *Olyntho de Magalhães.*

A's Legações dos Estados Unidos da America, da Republica Argentina, Oriental, do Chile, do Perú, da Allemanha, Belgica, Austria, França, Gran-Bretanha, Hespanha, Italia, Japão, Portugal, Russia e aos Consulados Geraes da Grecia, Paizes Baixos, Suecia e Noruega, Dinamarca e Turquia.

## N. 21 — EM 14 DE NOVEMBRO DE 1900

Circular sobre a execução do regulamento das facturas consulares

4ª Secção — N. 5 — Circular — Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 14 de novembro de 1900.

Tendo de ser posto em execução no 1º de janeiro proximo futuro o Regulamento que baixou com o decreto n. 3732, de 7 de agosto do corrente anno, para o serviço das facturas consulares e foi publicado no *Diario Official* de 20 de outubro proximo findo, recomendo-vos que observeis na parte que vos diz respeito e mandeis publicar por editaes nos principaes jornaes do vosso districto o que for conveniente aos interessados.

Para o fornecimento das formulas das facturas conforme prescreve o art. 17 do supracitado regulamento, deveis mandar imprimir quantidade sufficiente para o consumo de cada anno, de accordo com o modelo de que vos remetto quatro exemplares (dous de 1ª via e dous de 2ª).

Todas as despesas com o serviço das facturas deverão ser feitas por conta da receita de emolumentos desse Consulado.

Saude e fraternidade.— *Olyntho de Magalhães.*

Ao Sr. Consul...

Quadro do pessoal e respectivos vencimentos com indicação das importâncias votadas na vigente lei do orçamento sob a rubrica — Material — para a Estrada de Ferro do Rio do Ouro, a que se refere a portaria desta data

*Escriptorio*

**Pessoal:**

1 director . . . . .	6:000\$000
1 guarda-livros. . . . .	6:000\$000
1 thesoureiro . . . . .	4:800\$000
1 almoxarife . . . . .	4:800\$000
1 primeiro escriptuario. . . . .	4:200\$000
1 segundo dito . . . . .	3:600\$000
1 amanuense . . . . .	3:000\$000
diaria de 6\$ ao director . . . . .	2:190\$000
	<hr/>
	34:590\$000

**Material:**

Objectos de escriptorio. . . . .	1:000\$000
----------------------------------	------------

*Trecho*

**Pessoal de estações :**

*Cajá*

1 agente. . . . .	3:600\$000
1 conferente . . . . .	2:000\$000
1 telegraphista. . . . .	1:800\$000
1 machinista para o guindaste, diaria 6\$000. . . . .	2:190\$000
2 vigias nocturnos, idem 1\$500 . . . . .	2:555\$000
2 guarda-chaves, idem 3\$500 . . . . .	2:555\$000
1 feitor, idem 4\$000 . . . . .	1:460\$000
6 trabalhadores, idem 3\$500 . . . . .	7:665\$000

*Pavuna*

1 agente telegraphista de 1ª classe. . . . .	2:400\$000
1 guarda-chave, diaria 3\$500 . . . . .	1:277\$500

*Botafogo — Centro telegraphico e telephonico*

1 agente telegraphista de 1ª classe . . . . .	2:000\$000
1 guarda-chave, diaria 3\$500 . . . . .	1:277\$500

*José Bulhões e Belfort Roxo*

2 agentes telegraphistas de 2ª classe a 2:000\$ . . . . .	4:000\$000
2 guarda-chaves, diaria 3\$500 . . . . .	2:555\$000

12 guarda-chaves incumbidos das paradas de S. Francisco, rua Bella, Bemfica, praia Pequena, Vicente de Carvalho, Figueira, Rio do Ouro, S. Pedro, Iguassu, Tingua, Engenho do Matto, Irajá, diaria 3\$500. . . .	15:330\$000
	<hr/> 52:665\$000

*Linhas telephonica e telegraphica*

1 encarregado da conservação das linhas, diaria 6\$000 . . . . .	2:190\$000
3 trabalhadores, idem 3\$500 . . . . .	3:832\$500
	<hr/> 6:022\$500

*Pessoal do movimento*

3 chefes de trens, incumbidos tambem das bagagens, a 2:000\$000. . . . .	6:000\$000
12 guardas-freios, diaria 3\$500 . . . . .	15:330\$000
	<hr/> 21:330\$000

**Material:**

Alugueis de casas para estação, paradas, material para os trens e objectos de expediente, material telegraphico e telephonic. . . .	12:000\$000
---	-------------

*Locomoção*

**Pessoal da tracção :**

1 encarregado geral, diaria 8\$000 . . . . .	2:920\$000
2 machinistas de 1ª classe, idem 7\$000 . . . . .	5:510\$000
2 machinistas de 2ª classe, idem 6\$000 . . . . .	4:380\$000
2 foguistas de 1ª classe, idem 4\$000 . . . . .	2:920\$000
2 foguistas de 2ª classe, idem 3\$500 . . . . .	2:555\$000
2 graxeiros, idem 3\$000 . . . . .	2:190\$000
	<hr/> 20:475\$000

*Officinas*

1 ajustador, diaria 6\$000 . . . . .	1:800\$000
2 limadores, idem 6\$000 . . . . .	3:600\$000
1 torneiro, idem . . . . .	1:800\$000
1 fundidor, idem . . . . .	1:800\$000
1 ajudante, idem 5\$000 . . . . .	1:500\$000
2 carpinteiros, idem . . . . .	3:000\$000
1 ferreiro, idem 7\$000 . . . . .	2:100\$000
2 malhadores, idem 4\$000 . . . . .	2:400\$000
	<hr/> 18:000\$000

**Material :**

Combustível, lubrificantes, estopas, etc., para a	
tracção e as officinas . . . . .	110:000\$000
Material para a officina ( concertos ) . . . . .	20:000\$000
Acquisição de pranchas. . . . .	75:000\$000
	<hr/>
	205:000\$000

*Via permanente e conservação da picada dos encanamentos***Pessoal :**

1 mestre geral, diaria 8\$000. . . . .	2:920\$000
8 feitores, idem 4\$000. . . . .	11:680\$000
60 trabalhadores, idem 3\$000. . . . .	65:700\$000
2 pedreiros, idem 5\$000 . . . . .	3:650\$000
2 serventes, idem 3\$500 . . . . .	2:555\$000
	<hr/>
	86:505\$000

**Material :**

Dormentes . . . . .	55:000\$000
Trilhos e sobressalentes. . . . .	15:000\$000
Conservação de edificios, etc. . . . .	3:000\$000
Eventuaes. . . . .	3:000\$000
	<hr/>
	76:000\$000

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1900 — *Alfredo Maia*.

**N. 48 — AVISO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1900**

Determina que o telegrapho somente seja utilizado em casos de urgencia, ficando o expeditor responsavel pelos abusos commettidos.

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viacão — 1.<sup>a</sup> Secção — Circular — N. 3. — Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1900.

Não convindo que o telegrapho continue a ser utilizado sinão em caso de urgencia e n'aquellas em que a via postal, por mais demorada, possa acarretar prejuizo ao serviço publico, tende por muito recommendada a observancia da circular n. 8 de 18 de novembro de 1893, attim de que só nas condições acima previstas vos communiqueis com este Ministerio pelo telegrapho, preferindo sempre fazel-o por officio, o que mais aproveita a clara exposição a perfeita informação do assumpto.

Pelos abusos commettidos contra esta recommendação ficará responsavel o expeditor do telegramma, o qual será remettido á Repartição Geral dos Telegraphos para a respectiva cobrança.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — As estradas de ferro.

## N. 49 — PORTARIA DE 17 DE FEVEREIRO DE 1903

Approva diversas alterações nas instrucções regulamentares e pautas e tarifas da Estrada de Ferro do S. Francisco.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, attendendo ao que requereu o engenheiro Miguel de Teive e Argollo, arrendatario da Estrada de Ferro do S. Francisco, e de accordo com a disposição da clausula XVI do decreto n. 3565, de 16 de janeiro proximo passado, resolve approvar as alterações nas instrucções regulamentares e pautas e tarifas da referida estrada de ferro, segundo as indicações que com esta baixam, assimadas pelo director geral de Obras e Viação desta Secretaria de Estado.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1903. — *Alfredo Maia*.

## I

Alterações feitas nas instrucções regulamentares da Estrada de Ferro do S. Francisco, ás quaes se refere a portaria desta data:

Art. 12, alinea III. Os passageiros só poderão fazer transportar gratuitamente como bagagem os volumes que puderem ser accommodados debaixo dos logares a que derem direito seus bilhetes.

Art. 57. O frete minimo de um trem especial sem volta é fixado em 6\$ por kilometro, e nunca será inferior a 120\$000.

Art. 137. Pelo transporte desses volumes se cobrará o frete da tarifa 5 e mais, como registro, uma taxa de 2 % do valor declarado.

Art. 258. Os remetentes e os viajantes tem a faculdade de segurar na propria estrada a sua fazenda, declarando no acto do despacho, o valor segundo o qual querem ser indenizados em caso de perda ou avaria, não excedendo de 1:00\$000.

Nesse caso cobrar-se-ha, além do frete e demais taxas, uma taxa de seguro de 2 % sobre o valor declarado.

O minimo da importância, etc.

Art. 313. As tarifas 5, 6 e 10 serão augmentadas de 25 %.

Art. 314. O sal passara a ser transportado pela tarifa 9, com augmento de 10 %.

## II

Alterações feitas nas tarifas da Estrada de Ferro do S. Francisco, ás quaes se refere a portaria desta data:

Serão inscriptos na tarifa 6:

## A

Abanos de palha.  
Açafates e semelhantes.  
Aduélas.  
Aguas mineraes e medicinaes do paiz.  
Alcool nacional.  
Algodão não impressado.  
Ancoretas vasias.  
Aniagem remettida do interior.  
Arados a vapor.

## B

Balaies vasios.  
Banha de porco.  
Barricas vasias.  
Barriguda não impressada.  
Barris vasios.  
Brunidores de café.

## C

Carrinhos de mão.  
Carrocinhas de mão feitas no paiz.  
Carroças desmontadas.  
Carros de bois, desmontados.  
Cautchou em obra não classificada.  
Cerveja nacional.  
Cestos vasios.  
Charruas.  
Charutos.  
Cognac nacional.  
Colchões de palha, capim, etc.  
Conservas nacionaes em latas ou vidros.  
Cubos para distillações, engenho, etc.  
Cubos, pinos e ralos para rodas.

## E

Escadas de mão ou para armador.  
Escadas para edificio ( desmontadas ).

## F

Fazendas nacionaes despachadas em estação do interior.  
Fios de algodão, lã, linho ou sêda.  
Fornos para assucar.  
Fornalha para engenho.  
Fouces.

G

Gamellas de pão.  
Gigos vasios.

J

Jacás vasios.

L

Ladrilhos de marmore ou louça, azulejos.  
Licores nacionaes.  
Louça em barricas, caixas ou gigos.  
Louza em lages.

M

Machados.  
Machinas de fazer farinha e suas pertenças.  
Machinas metallurgicas ou mineiras.  
Malas vasias.  
Mica.  
Moendas para engenho e pertenças.  
Moinhos para lavoura.  
Mós.

P

Panellas ordinairas de ferro ou panellas do paiz, de qualquer  
qualidade.  
Panno despachado de estação do interior.  
Pãos para tamancos.  
Peças de engenho de assucar ou café.  
Pinos para rodas.  
Prensas para algodão e outras.

R

Rapé.  
Reservatorio de ferro ou madeira.

S

Saccos vasios.  
Surrões vasios.

T

Tachos para o fabrico de assucar ou farinha.  
Tachos de cobre ou ferro para outros misteres.  
Tambores para engenho.  
Tanques de mel.  
Tanques de madeira ou metal para engenhos.

Tecidos de fabricas nacionaes despachados em estação do interior.

Tinas vasias.

Tripas.

---

Serão inscriptos na tarifa 7 :

A

Algodão imprensado.

Azeite de côco, mamona, caroço de algodão, etc.

B

Bagas de mamona ou de zimbro.

Barriguda imprensada.

C

Cafê em grão ou em côco.

Cafê moído.

Canella em pó ou em casca.

Canhamo bruto.

Capoeiras vasias.

Catechu bruto.

Chifres em bruto.

Colza (grãos de).

M

Mamona em bagas.

Mamona (oleo de).

Manufacturas nacionaes despachadas do interior.

U

Unhas de animaes.

---

Serão inscriptos na tarifa 7, com 10 % de augmento :

A

Aguardente de mel.

Aguardente de canna do paiz.

---

Serão inscriptos na tarifa 8 :

G

Grades de ferro ou madeira.

Gradis para sepultura.

---

Serão inscriptos na tarifa 12:

M

Minerios de chumbo, cobre, ferro, zinco e outros.

Directoria Geral de Obras e Viação, 17 de fevereiro de 1900.

— C. Cesar de Campos.

---



N. 50 — AVISO DE 6 DE MARÇO DE 1900

Declara ficar abolida a pratica dos chefes de serviços, que não tem substitutos legais, delegarem aos seus subalternos a incumbencia de assignar communicações e actos officiaes.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas— Directoria Geral de Obras e Viação— 1ª Secção—N. 5— Rio de Janeiro, 6 de março de 1900.

Convindo que os chefes de serviços subordinados a este Ministerio, que não tiverem substitutos legais previstos nos respectivos regulamentos, não deleguem aos seus subalternos a incumbencia de assignar communicações officiaes ou quaesquer actos peculiares ás suas attribuições, declaro, para vosso conhecimento e devidos effeitos, que fica abolida semelhante pratica.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Srs. Directores do Observatorio, Estradas de Ferro Paulo Afonso e Rio do Ouro.

N. 51 — PORTARIA DE 16 DE MARÇO DE 1900

Annulla a concorrencia aberta por edital de 17 de abril de 1899 para o andamento da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica:

Considerando que nenhuma das propostas apresentadas para o arrendamento da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco foi julgada bastante vantajosa, resolve annullar para todos os effeitos a concorrencia aberta pelo edital de 17 de abril do anno proximo findo.

Capital Federal, 16 de março de 1900.—*Alfredo Maia*.

N. 52 — PORTARIA DE 16 DE MARÇO DE 1900

Designa para o serviço da iluminação electrica desta cidade os limites das duas zonas indicadas na respectiva planta.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, e á vista do que estabelece a clausula 2ª do contracto de 14 de setembro de 1899, celebrado com a Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de

Janeiro, e do que propoz a Inspectoria Goral de Illuminação da Capital Federal, resolve:

**Artigo unico.** Ficam designados para o serviço da illuminação electrica desta cidade os limites das duas zonas indicadas na planta que com esta baixa devidamente approvada e assignada pelo Director Goral de Obras e Viação da respectiva Secretaria de Estado.

Capital Federal, 16 de março de 1900.—*Alfredo Maia*.

---

#### N. 53 — AVISO DE 23 DE ABRIL DE 1900

Autoriza a Companhia arrendataria da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaniana a distribuir, á razão de 20 % e por exercício, as despesas extraordinarias com a reconstrução do leito da estrada entre S. Pedro e Umbú.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Goral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 5 — Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1900.

A' vista do que requereu a «Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil», para que sejam distribuidas pelos exercicios futuros á razão de 20 % por exercício, as despesas extraordinarias que tem de correr por conta do trafego com a reconstrução do leito da estrada entre S. Pedro e Umbú e das antigas pontes em máo estado, assumpto de que tratam os vossos officios ns. 101 de 26 de fevreiro de 1899 e 253 de 13 do dito mez do corrente anno, declaro para vosso conhecimento e necessarios effeitos que resolvo deferir aquella pretensão.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaniana.

---

#### N. 54 — AVISO DE 14 DE MAIO DE 1900

Torna extensivo ás praças do Corpo de Bombeiros, quando em serviço, o favor de que gozam as da Brigada Policial, de viajarem gratuitamente nos carros de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Goral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 53 A — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900.

A' vista do que expuzestes em officio de 4 do corrente mez, sob n. 435, e conforme requisitou o commandante do Corpo de

Bombeiros, autorizo-vos a tornardes extensivo ás praças daquelle corpo, quando em serviço, o favor de que gozam as da Brigada Policial de viajarem gratuitamente nos carros de 2ª classe dessa estrada.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil,

---

N. 55 — AVISO DE 15 DE MAIO DE 1900

Manda abonar 100\$ mensaes aos inspectores de tracção da Estrada de Ferro Central do Brazil, que residirem em localidades, em que a mesma estrada não tiver casa destinada para tal fim.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 54 — Rio de Janeiro, 15 de maio de 1900.

A' vista do que propuzestes em officio n. 114, de 7 de fevereiro ultimo, resolvo autorizar-vos a mandar abonar mensalmente a quantia de cem mil réis para aluguel do casa aos inspectores de tracção que houverem de residir em localidades em que essa estrada não tiver casa destinada para tal fim.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

---

N. 56 — AVISO DE 16 DE MAIO DE 1900

Concede uma diaria de 6\$, excluidos os dias feriados, aos tres sub-inspectores do Telegrapho da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 56 — Rio de Janeiro, 16 de maio de 1900.

A' vista das razões expostas no vosso officio n. 339, de 5 do corrente, autorizo-vos a conceder uma diaria de seis mil réis, excluidos os dias feriados, aos tres sub-inspectores do Telegrapho dessa Estrada, a contar de janeiro deste anno em diante, visto não ter a consignação respectiva marcado-lhes ajuda de custo, quando, pela natureza do cargo que exercem, são obrigados a viajar e a percorrer as estações e districtos dessa via ferrea.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

---

## N. 57 — PORTARIA DE 26 DE MAIO DE 1900

Approva a tabella dos preços para as obras privilegiadas da derivação e de assentamento de medidores para iluminação particular por gaz corrente, para servir em 1900.

O Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, á vista do que informou a Inspectoria Geral de Iluminação da Capital Federal, em officio de 7 do corrente, resolve approvar a tabella de preços, proposta pela Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, para as obras privilegiadas da derivação e de assentamento de medidores para iluminação particular por gaz corrente, nos termos da clausula XXVI do contracto de 14 de setembro de 1889, para servir no anno de 1900; tabella que com a presente baixa, assignada pelo director geral de Obras e Viação, desta Secretaria de Estado.

Capital Federal, 26 de maio de 1900.— *Alfredo Maia*.

## Tabella a que se refere a portaria annexa

## CLASSE 1ª

	Diametros	Preços
Canos de ferro galvanizados entre os limites das propriedades e os respectivos medidores, comprehendendo: tubos, peças especiaes, collocação, mão de obra, etc., por metro linear, de tubo de	0,ª013	3\$800
	0,ª019	4\$600
	0,ª025	5\$700
	0,ª032	6\$800
	0,ª038	8\$400
	0,ª051	9\$200
	0,ª076	13\$800
	0,ª102	20\$400

## CLASSE 2ª

Canos de chumbo para ligação: fornecimento e assentamento, <i>sem solda</i> , por metro linear de tubo de	0,ª013	2\$800
	0,ª019	3\$800
	0,ª025	4\$500
	0,ª032	6\$300
	0,ª038	6\$500
	0,ª051	10\$700

## CLASSE 3ª

Soldas: cada uma em tubo de. . . . .	0,ª013	\$900
	0,ª019	1\$200
	0,ª025	1\$600
	0,ª032	1\$900
	0,ª038	2\$800

CLASSE 4ª

Torneiras de latão com enviões; fornecimento e ligação ao encanamento. Cada uma para o diametro de	{	0,ª013	9\$000
		0,ª019	13\$000
		0,ª025	17\$000
		0,ª032	22\$000
		0,ª038	27\$000
		0,ª051	42\$000

CLASSE 5ª

Valvulas de ferro fundido; fornecimento e	0,ª076	80\$000
collocação, sendo. . . . .	0,ª402	96\$000

CLASSE 6ª

Assentamento de medidores, comprehendendo somente a collocação e nivelamento:

Por medidor de 2 ou 3 luzes. . . . .	3\$400
Idem idem de 5 ditas. . . . .	4\$400
Idem idem de 10 ditas . . . . .	6\$300
Idem idem de 15 a 20 ditas . . . . .	8\$900
Idem idem de 30 ditas . . . . .	10\$900
Idem idem de 50 ditas . . . . .	14\$100
Idem idem de 80 ditas . . . . .	17\$800
Idem idem de 100 ditas. . . . .	20\$000
Idem idem de 150 ditas . . . . .	24\$500
Idem idem de 200 ditas. . . . .	28\$200
Idem idem de 300 ditas. . . . .	34\$600
Idem idem de 500 ditas. . . . .	44\$700
Idem idem de 1.000 ditas . . . . .	63\$200

O transporte dos medidores é livre. Os medidores veem acompanhados dos respectivos « unions »; na falta o fornecimento tambem é livre.

CLASSE 7ª

Perfuração e reconstrucção de paredes, quando o serviço for ordenado pelo consumidor:

Por metro linear, para os diametros. . . . .	{	0,ª013 até	
		0,ª120	2\$500

Observações

As canalisações comprehendidas entre as entradas dos predios e os respectivos medidores serão assentadas a descoberto: classe XXXII — 3º periodo do contracto de 14 de setembro de 1899.

Directoria Geral de Obras e Viação, 26 de maio de 1900. — C. Cesar de Campos, director geral.

## N. 58 — AVISO DE 27 DE JUNHO DE 1900

Declara que os contractos que tiverem de ser celebrados pelas Repartições subordinadas a este Ministério e cuja execução dependa de registro no Tribunal de Contas, deverão ser previamente submettidos à approvação do mesmo Ministério.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — Circular n. 8 — Rio de Janeiro, 27 de junho de 1900.

Recommendo-vos que, d'ora avante, nos contractos que tiverdes de celebrar e cuja execução dependa de registro no Tribunal de Contas, haja clausula expressa declarando ficar elle dependente de approvação deste Ministerio.

Saudo e fraternidade — *Alfredo Maia*.

A's Estradas de Ferro Central do Brazil e do Rio de Ouro, fiscaes da Sul de Pernambuco e Paulo Affonso e director do Observatorio do Rio de Janeiro.

## N. 59 — PORTARIA DE 7 DE JULHO DE 1900

Approva provisoriamente nova pauta e instrucções regulamentares para vigorar na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, à vista do que requereu a «Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil», arrendataria da Estrada do Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, sobre o que informou o respectivo engenheiro fiscal por officio n. 292, de 23 de maio deste anno, resolve approvar provisoriamente a nova pauta e instrucções regulamentares que acompanharam o officio alludido.

Capital Federal, 7 de julho de 1900. — *Alfredo Maia*.

## N. 60 — AVISO DE 10 DE JULHO DE 1900

Autoriza a redução de dez por cento nas tres primeiras classes da tarifa n. 3, em vigor na Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 82 — Rio de Janeiro, 10 de julho de 1900.

A' vista do que expuzestes em officio de 3 do corrente, n. 729, autorizo a redução de dez por cento nas tres primeiras classes

da tarifa n. 3, em vigor nessa estrada, a contar da presente data, visto achar-se o cambio a 14 dinheiros por l\$, tomando-se para aquella redução a média do ultimo de cada mez, conforme ficou expresso na portaria de 6 de setembro de 1892, a que alludis.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 61 — AVISO DE 31 DE JULHO DE 1900

Declara sujeitos ao sello estadual os papeis que forem processados em repartições estaduais.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Directoria Geral de Obras e Viação—1ª Secção—N. 19—Rio de Janeiro, 31 de julho de 1900.

Em officio n. 316 de 26 de junho findo, consultastes este Ministerio sobre a legalidade da exigencia, feita pelo Thesouro desse Estado, de estampilha estadual nas contas e documentos apresentados pela Companhia arrendataria dessa via-ferrea e que terão de produzir os necessarios efeitos naquella repartição fiscal.

Em solução, declaro que os papeis que tem de ser processados nas repartições estaduais recebem o sello estadual.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Engenheiro fiscal da Estrada do Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 62 — AVISO DE 23 DE AGOSTO DE 1900

Autoriza, na Estrada de Ferro Central do Brazil, diversas reduções no frete do café destinado ás estações desta Capital.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação—1ª Secção—N. 90—Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1900.

A vista do que expoz essa Directoria em officio n. 901 de 7 de corrente, resolvo autorizar, independente das duas reduções de 10 % em vigor, mais as seguintes para o café destinado ás estações desta Capital: 5 % de Caçapava, 15 % de S. José dos Campos e 20 % de Jacarehy.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

## N. 63 — AVISO DE 5 DE SETEMBRO DE 1900

Declara correr por conta dos consumidores a despesa com o gaz consumido nos proprios nacionaes onde residem empregados da repartições subordinadas a este Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas  
— Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — Circular  
n. 9 — Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1900.

Para os devidos effeitos, declaro-vos que a despesa com o gaz consumido nos proprios nacionaes onde residem empregados dessa repartição correrá por conta dos consumidores.

Onde fôr necessario, se fará assentar medidor especial para separar o consumo do gaz de natureza privada do consumo publico, o que correrá por conta do Estado.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Aos Directores das Estradas de Ferro Central do Brazil e Rio do Ouro, Observatorio, Inspectoria de Illuminação e Repartição Fiscal da «City Improvements».

---

## N. 64 — PORTARIA DE 15 DE SETEMBRO DE 1900

Annulla para os effeitos legais a concorrência aberta por edital de 18 de janeiro de 1899, para construcção das obras do trecho entre *Carvoracy e Alegrete*, do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

O Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica: Considerando que a unica proposta apresentada para a construcção das obras do trecho entre *Carvoracy e Alegrete*, do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, não foi julgada bastante vantajosa:

Resolve annullar para todos os effeitos a concorrência aberta por edital de 18 de janeiro proximo passado.

Capital Federal, 15 de setembro de 1900. — *Alfredo Maia*.

---



N. 65 — AVISO DE 27 DE SETEMBRO DE 1900

Declara que o empregado da Estrada de Ferro Central do Brazil que tiver completado vinte annos de effectivo exercicio tem direito a perceber, a contar do dia seguinte ao da terminação do dito prazo, o acrescimo da quinta parte do respectivo vencimento.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 106 — Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1900.

Em officio n. 991 de 12 de julho proximo passado consultastes sobre o modo de tornar-se effectiva, em relação aos empregados dessa estrada, a disposição constante da 1ª observação geral das que acompanham o Regulamento approved pelo decreto n. 4417 de 21 de dezembro de 1896.

Em resposta, declaro para os necessarios effeitos, que o empregado dessa estrada que tiver completado vinte annos de effectivo exercicio, competentemente demonstrado, terá direito a perceber desde então o acrescimo da quinta parte do respectivo vencimento, nos termos da disposição citada.

A demora do respectivo processo não prejudica o tempo em que o direito se realizar por expiração do prazo estatuido no Regulamento, e, reconhecido o direito por despacho final, deve-lhe ser abonado o acrescimo a contar do dia seguinte ao da terminação do dito prazo em effectivo exercicio; observando-se, entretanto, na apuração do tempo, o que dispõe o n. 8 da circular do Ministerio dos Negocios da Fazenda n. 6 de 26 de janeiro de 1894.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

N. 66 — AVISO DE 2 DE OUTUBRO DE 1900

Regula o processo da concessão de licença aos funcionarios da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 107 — Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1900.

Para regularisar o processo de concessão de licença aos funcionarios dessa estrada, no que concerne á inspecção pela Directoria Geral de Saude Publica, convem que os que solicitarem taes licenças tenham em vista as regras estabelecidas por este Ministerio na circular n. 8 de 11 de agosto de 1892 e no aviso n. 18 de 26 de fevereiro de 1897.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

## N. 67 — AVISO DE 6 DE OUTUBRO DE 1900

Declara não ter direito á gratificação especial para despesas de viagem o sub-inspector do tráfego da Estrada de Ferro Central do Brazil, que estiver servindo no Jury.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª Secção — N. 108 — Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1900.

Consultou essa Directoria, á vista da duvida suggerida pela Divisão do Tráfego, si deve ou não abonar ao sub-inspector do 1º districto, Augusto José Teixeira, que se achava no Jury, a gratificação especial para despesas de viagem.

Declaro, em resposta, para os necessarios effeitos, que, sendo a gratificação alludida destinada ao fim expresso de despesas de viagem, deve ser abonada a quem substituir o sub-inspector do 1º districto durante a permanencia do mesmo nos trabalhos do Jury.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.

---

## N. 68 — AVISO DE 31 DE OUTUBRO DE 1900

Declara que a isenção do imposto de transporte consignada no art. 5º do decreto n. 2791, de 11 de janeiro de 1898, sómente é applicavel ás estradas de ferro construidas pela União e administradas pelo Governo.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — N. 34 — Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1900.

Como vereis da cópia junta, o Ministerio dos Negocios da Fazenda, resolvendo sobre a consulta que fizestes por officio n. 157, de 13 do corrente, declarou que a isenção do imposto de transporte consignada no art. 5º do decreto n. 2791, de 11 de janeiro de 1898, é applicavel ás estradas de ferro construidas pela União e administradas pelo Governo, devendo ser a que fiscalizaes equiparada ás estradas construidas por particulares, sem subvenção.

Saude e fraternidade. — *Alfredo Maia*. — Sr. Engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaniana.

---

N. 69 — AVISO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1900

Modifica provisoriamente diversas tarifas da Estrada de Ferro do S. Francisco.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — N. 6 — Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1900.

A' vista do que solicitou o arrendatario dessa estrada e das informações que sobre o assumpto prestastes em officio ns. 26 e 31, de 27 de outubro e 3 de novembro findos, resolvo que sejam provisoriamente modificadas as tarifas dessa ferro-via do seguinte modo :

Para classificar na tarifa 7<sup>a</sup> o kerosene quando for despachado em partidas de 200 ou mais caixas, na tarifa 8<sup>a</sup> as ferragens, artigos de ferro, louça, comestiveis, bebidas alcoolicas e fazendas nacionaes, e para facultar aos passageiros o direito de fazerem transportar livre de frete uma bagagem, cujo peso não exceda de 50 kilogrammas.

Recommendo-vos, finalmente, que, decorrido o periodo de seis mezes, me habiliteis com uma estatistica comparada a resolver definitivamente sobre a adopção das mencionadas alterações.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Engenheiro fiscal da Estrada de Ferro do S. Francisco.

N. 70 — AVISO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1900

Autoriza a ser despachado, provisoriamente, na Estrada de Ferro Central do Brazil, o mel de cascas para cortume, pela 5<sup>a</sup> classe da tarifa n. 3, sob as bases de 160 réis, 400 réis e 50 réis.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Directoria Geral de Obras e Viação — N. 127 — Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1900.

A' vista do que expuzestes em officio de 8 do corrente, n. 1437, autorizo, provisoriamente, o alvitre proposto no mesmo officio, de ser despachado nessa estrada o mel de cascas para cortume pela 5<sup>a</sup> classe da tarifa n. 3, sob as bases de \$160, \$100 e \$500.

Saude e fraternidade.— *Epitacio Pessoa*.— Sr. Director da Estrada de Ferro Central do Brazil.



## APPENDICE

---

### AVISO DE 12 DE JANEIRO DE 1900

Resolve a consulta quanto ao pessoal commum às Estradas de Ferro Porto Alegre a Uruguayana e Santa Maria ao Uruguay.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas  
— Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1900.

Em solução ao vosso officio n. 157, de 28 de outubro ultimo, em que consultaes a este Ministerio si, em face da clausula XXXV, § 3º, do decreto n. 1983 A, de 7 de março de 1895, não é a *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens* obrigada a apresentar á approvação do Governo um novo quadro de pessoal e tabella dos respectivos vencimentos, discriminando o pessoal commum às duas estradas das exclusivamente a essa pertencentes, declaro, para vosso conhecimento e fins convenientes, que não ha absolutamente modificação no pessoal ; ha, sim, redução nos vencimentos do pessoal commum às duas estradas, e redução esta que deveis observar por occasião da tomada de contas.

Saude e fraternidade.— *Severino Vieira*.— Sr. Engenheiro fiscal da Estrada de Santa Maria ao Uruguay.

---

### AVISO-CIRCULAR DE 10 DE FEVEREIRO DE 1900

Regula o uso do telegrapho

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas  
— Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1900.

Não convindo que o telegrapho continue a ser utilizado sinão em casos de urgencia e naquelles em que a via postal, por mais demorada, possa acarretar prejuizo ao serviço publico, tende por muito recommendada a observancia da circular n. 8, de 18 de novembro de 1893, afim de que só nas condições acima previstas vos communiqueis com este Ministerio pelo telegrapho, preferindo sempre fazel-o por officio, o que mais aproveita á clara exposição e perfeita informação dos assumptos.

Pelos abusos commettidos contra esta recommendação ficará responsavel o expedidor do telegramma, o qual será remetido á Repartição Geral dos Telegraphos para a respectiva cobrança.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Aos chefes do serviço.

---

#### AVISO DE 18 DE ABRIL DE 1900

Sobre despesa de seguro contra fogo dos edificios da Estrada de Ferro Central de Alagôas.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas  
— Rio de Janeiro, 18 de abril de 1900.

Attendendo ao que requereu a « Alagôas Railway Company, Limited » e de accordo com o laudo arbitral proferido em 23 de janeiro de 1894, declaro-vos, para os devidos effeitos, que não pôde ser glozada a importancia correspondente ao seguro contra fogo dos edificios da respectiva estrada, visto tratar-se de uma despesa de custeio necessaria, conforme ficou decidido pelo respectivo laudo.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Delegado do Thezouro brasileiro em Londres.

---

#### AVISO DE 18 DE ABRIL DE 1900

Declara que a Companhia « Rio de Janeiro City Improvements » está isenta do uso do hydrometro.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas  
— Rio de Janeiro, 18 de abril de 1900.

Attendendo á reclamação feita pela Companhia « Rio de Janeiro City Improvements » ácerca da exigência que fizestes para collocar hydrometros na sua casa de machinas, em Botafogo, declaro, para vossa intelligencia e fins convenientes, que á vista do regimen até hoje mantido em relação ao pagamento de pena d'agua e em attenção á natureza do serviço que lhe incumbe, acha-se ella isenta daquella obrigação, imposta aos estabelecimentos industriaes.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Inspector Geral das Obras Publicas.

---

AVISO-CIRCULAR DE 27 DE JUNHO DE 1900

Sobre contractos que dependam do registro do Tribunal de Contas

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas  
— Rio de Janeiro, 27 de junho de 1900.

Recommendo-vos que, de ora avante, nos contractos que tiverdes de celebrar e cuja execução depender de registro no Tribunal de Contas, haja clausula expressa declarando ficar elle dependendo de approvação deste Ministerio.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Aos Chefes de serviço.

---

AVISO DE 10 DE JULHO DE 1900

Declara que a Estrada de Ferro do Paraná não está sujeita ao imposto de aferição de balanças, lançado pela Camara Municipal de Paranaguá.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas  
— Rio de Janeiro, 10 de julho de 1900.

Não posso expedir ao engenheiro fiscal da Estrada de Ferro do Paraná a ordem que solicitastes em officio de 9 de maio ultimo para que a dita estrada pague o imposto de aferição de balanças á Camara Municipal de Paranaguá, porquanto o art. 10 da Constituição da Republica veda aos Estados lançar impostos sobre os bens e rendas federaes, e aquella estrada, que tem favores da parte da União, é considerada como um serviço desta.

Neste sentido já o Ministerio a meu cargo expediu avisos aos Governos Estadoaes de S. Paulo e do Rio de Janeiro no mez de dezembro ultimo.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Prefeito do Municipio de Paranaguá.

---

AVISO DE 25 DE OUTUBRO DE 1900

Declara que ficam extensivas á Estrada de Ferro do Norte as tarifas approvadas pelo decreto n. 3875, de 1 de outubro de 1900.

Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas  
— Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1900.

Declaro, para vosso conhecimento e devidos effeitos, que ficam extensivas á estrada sob vossa fiscalização, mesmo quanto aos trens de suburbios, as instrucções regulamentares e tarifas ap-

provasdas pelo decreto n. 3875, de 1 do corrente mez, com as alterações constantes do mesmo decreto, como pede *The Leopoldina Railway Company*, cessionaria da mesma estrada.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro do Norte.

---

#### AVISO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara ficar aberto para a navegação o canal do baixio do Taboleiro no porto de Santa Catharina.

Ministerio dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas  
— Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1900.

Em solução ao assumpto de vosso officio n. 40, de 1 de agosto ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que pelo decreto n. 3839, de 26 deste mez, fica aberto desde já a navegação dos navios mercantes de todas as nações o canal do baixio do Taboleiro, cumprindo-vos, porém, encaminhar da melhor forma essa navegação, enquanto a particularidade do canal não se tornar bem conhecida.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Chefe da Comissão de Melhoramento do Porto de Santa Catharina.

---

#### AVISO DE 13 DE DEZEMBRO DE 1900

Declara já se ter providenciado para a entrega á Commissao de Melhoramento do Porto de Pernambuco dos edificios do extinto Arsenal de Marinha.

Ministerio dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas  
— Rio de Janeiro, 13 do dezembro de 1900.

Communico-vos, para os fins convenientes, que o Ministerio dos Negocios da Marinha já providenciou para que vos sejam entregues os edificios do extinto Arsenal de Marinha, não occupados, e bem assim os machinismos e ferramentas do que precisardes, devendo o referido Ministerio ser indemnizado do material que for consumido nos serviços da commissão a vosso cargo.

Saude e fraternidade.— *Alfredo Maia*.— Sr. Chefe da Comissão de Melhoramento do Porto de Pernambuco.

---



# INDICE DAS DECISÕES

DO

## MINISTERIO DA FAZENDA

	Pags.
N. 1 — Os bancos não estão sujeitos ao deposito de 100:000\$000 para operarem em cambiaes . . . . .	1
N. 2 — Os 3 <sup>as</sup> e 4 <sup>as</sup> escripturarios não podem fazer parte das commissões arbitraes. . . . .	1
N. 3 — O recurso para a commissão de arbitramento é cabivel em todos os casos de qualificação ou classificação de mercadorias. . . . .	2
N. 4 — Nas Alfândegas em que não houver mais de quatro 1 <sup>as</sup> escripturarios serão designados dous supplentes tirados da classe immediatamente inferior para as commissões de tarifa. . . . .	3
N. 5 — Os 3 <sup>as</sup> escripturarios das Alfândegas não podem fazer parte das commissões arbitraes . . . . .	3
N. 6 — Manda observar rigorosamente as circulares ns. 2 e 47, de 16 de janeiro e 8 de maio de 1899, sobre expedição de guias para o pagamento do sello e das patentes da Guarda Nacional . . . . .	4
N. 7 — O sello dos contractos de compra e venda de cambiaes deve ser inutilizado pelas partes contraetantes nas praças onde não haja correctores. . . . .	4
N. 8 — Trata do modo como devem ser constituidas as commissões de concurso para empregos de Fazenda . . . . .	4
N. 9 — A factura consular não deve ser exigida para as mercadorias exportadas para o Brazil como encomendas postaes. . . . .	5
N. 10 — Aposentadoria como extraordinaria a empregado da Repartição Geral dos Telegraphos só pôde ser concedida si do termo da inspecção de saude constar ter elle se invalidado em consequencia de molestia adquirida no serviço do cargo. . . . .	6
N. 11 — As facturas que os consules, por affluencia de serviço, não possam attentamente examinar serão <i>provisoriamente visadas</i> sob condição de em tempo serem apresentados pelo exportador outros dous exemplares para receberem o <i>Visto</i> definitivo; e dispensa até ulterior deliberação o <i>registro</i> das facturas . . . . .	6

	Pags.
N. 12 — A designação dos empregados para a comissão da Tarifa compete aos delegados fiscaes. . . . .	7
N. 13 — A falta de pagamento das mensalidades por descontos em folha, resultante de negligencia ou erro das repartições, não invalida o direito dos herdeiros do contribuinte do montepio á pensão . . . . .	7
N. 14 — Os termos de inspecção de saúde a que são submittidos os empregados publicos devem ser enviados ao Thesouro em original ou por certidão . . . . .	8
N. 15 — Declara que as <i>carcassas</i> ou <i>cascos</i> para chapéos de senhoras não pagam imposto de consumo, e providencia sobre o modo da sellagem dos chapéos de mola, denominados <i>clacks</i> ; e bem assim que os empregados de casas commerciaes encarregados da venda de mercadorias sujeitas ao imposto de consumo estão isentos do registro desde que as mercadorias pertençam ás casas de que os mesmos empregados fazem parte . . .	8
N. 16 — Os depositos feitos na Caixa Economica em um Estado não podem ser transferidos para a desta Capital . . . . .	9
N. 17 — A ajuda de custo, como diaria, abonada aos chefes de serviço da Estrada do Ferro Central do Brazil para as despesas de viagem está sujeita ao sello da tabella A, § 7º, do regulamento que baixou com o decreto n. 2573, de 3 de agosto de 1893. . . . .	10
N. 18 — Declara o modo como deve ser cobrado o imposto de transporte pelas companhias estrangeiras de navegação . . . . .	10
N. 19 — Providencia sobre o exame e despacho das manteigas estrangeiras . . . . .	11
N. 20 — Declara que são considerados pequenos fabricantes o negociante de calçado que empregar operarios unicamente para reparos e promptificação de encomendas particulares e o fabricante que sómente trabalhar para as necessidades do seu commercio a retalho . . . . .	11
N. 21 — As multas impostas em virtude da decisão arbitral só podem ser recebidas pelos empregados depois que as questões forem julgadas pelo Thesouro . . .	12
N. 22 — Providencia a respeito dos papeis e documentos que foram sellados com o sello estadual, antes da lei que estabeleceu regras para a discriminação das taxas que a União e os Estados podem decretar . . . .	12
N. 23 — Nas letras saccadas em mais de uma via o sello deve ser applicado na terceira . . . . .	13
N. 24 — As procurações <i>apud acta</i> estão sujeitos ao sello de 1\$000 . . . . .	13
N. 25 — As fianças dos responsaveis por valores pertencentes á União devem ser prestadas no Thesouro Federal ou nas Repartições de Fazenda nos Estados, e submittidas ao exame e approvação do Tribunal de Contas . . . . .	13

	Pags.
N. 26 — Estão sujeitos ao sello fixo de 300 réis os recibos de pagamento de premios. . . . .	14
N. 27 — As mulheres não podem exercer empregos de Fazenda. . . . .	14
N. 28 — Declara que as contas de fornecimento ou quaesquer documentos devem ser sellados previamente, incorrendo em multa o chefe da repartição publica ou outro funcionario que lhes der andamento . . . . .	15
N. 29 — Os peculios dos aprendizes marinhheiros que, por serem filhos de estrangeiros, houverem sido ou vierem a ser desligados das escolas, em virtude de reclamações consulares, devem ser recolhidos aos cofres das Delegacias Fiscaes . . . . .	15
N. 30 — Providencia para que os fiscaes dos impostos de consumo, no fim de cada trimestre, apresente á Repartição em que estiverem subordinados um mappa demonstrativo das infracções verificadas na sua circumscripção, e dá outros esclarecimentos . . . . .	16
N. 31 — Declara que os documentos não comprehendidos na tabella B, 1ª classe, § 1º do regulamento annexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro de 1900, só estão sujeitos ao sello federal quando forem juntos a processos que tenham de correr perante as autoridades da União, e que as procurações, quer do proprio punho quer passadas em notas de tabellião, bem como os contractos, pagam o dito sello, qualquer que seja o fim a que se destinem . . . . .	17
N. 32 — Declara que a taxa dobrada de 300 réis só é devida quando o requerimento fór feito em papel que medir mais de 34 centimetros . . . . .	17
N. 33 — Estão sujeitos ao imposto de transporte os consules de carreira . . . . .	18
N. 34 — As Alfandegas não devem na classificação de mercadorias afastar-se da verdadeira applicação da Tarifa, desprezando qualquer circumstancia que pareça indicar applicação differente . . . . .	18
N. 35 — As notas de entrega aos arrematantes de objectos vendidos em leilão, estão sujeitas ao sello fixo de 300 réis e as contas de arrematação ao proporcional sobre o producto liquido. . . . .	19
N. 36 — Determina o modo como devem ser escripturados nos balancos os saldos recolhidos aos cofres e os supprimentos feitos por intermedio dos engenheiros-chefes dos districtos telegraphicos. . . . .	19
N. 37 — Os marinhheiros de navios mercantes que em consequencia de naufragio ou permanencia em hospital ficarem abandonados em portos do Brazil, gosarão da isenção de imposto de passagem . . . . .	20
N. 38 — As estampilhas de sello federal colladas em papeis encaminhado pelos Governos dos Estados podem ser inutilisadas por meio de carimbos. . . . .	20
N. 39. — A isenção do imposto de transporte consignada no art. 5º do decreto n. 2791, de 11 de janeiro de	

	Pags.
1898, só se applica ás estradas de ferro construidas pela União e administradas pelo Governo. . . .	21
N. 40 — Declara que não é licito uma repartição publica encargar-se de promover o funeral de seus empregados, nem constituir-se cobradora de dividas particulares. . . .	21
N. 41 — Os papeis relativos ao registro Torrens e aos casamentos, nascimentos e obitos estão sujeitos ao sello federal. . . . .	22
N. 42 — Os vales-ouro emittidos pelos Bancos e recebidos nas Alfandegas em pagamento de direitos não estão sujeitos ao imposto do sello. . . . .	22
N. 43 — Os bilhetes de quaesquer loterias, quer registradas nesta Capital, para serem nella vendidas ou extrahidas, quer não registradas, mas expostos á venda em qualquer outra parte do territorio brasileiro estão sujeitos ao pagamento do sello. . . . .	23
N. 44 — Declara ser indebita a interferencia do procurador da Republica nos processos relativos á imposição de multas por infracção dos regulamentos dos impostos de consumo. . . . .	23
N. 45 — As nomeações para examinadores no concurso de 1ª e 2ª entrancia podem recahir em pessoas extranhas á classe dos empregados de Fazenda . . . . .	24
N. 46 — Recommenda a fiel observancia do regulamento do sello, afim de que sejam devidamente inutilizadas as estampilhas colladas em documentos e processos que correm pelas Repartições de Fazenda. . . .	24
N. 47 — O reconhecimento dos filhos naturaes feito pelo pae no acto de registrar o nascimento destes, deve ser considerado legal . . . . .	25
N. 48 — Trata da contagem do prazo para a cobrança do sello dos conhecimentos de carga . . . . .	25

# MINISTERIO DA FAZENDA

---

N. 1 — EM 16 DE JANEIRO DE 1900

Os bancos nacionaes não estão sujeitos ao deposito de 100:000\$ para operarem em cambiaes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1900.

Em resposta ao vosso officio n. 18, de 3 de junho ultimo, no qual communicaes haver intimado aos Bancos nacionaes, ali estabelecidos, e aos negociantes José Pedro Ribeiro & Comp. o Henry Airlie & Comp. para effectuarem o deposito de 100:000\$, de que tratam o art. 19 da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, e a circular n. 26, de 6 de maio do anno proximo findo, declaro-vos, para os devidos effeitos e de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 27 de dezembro proximo findo, que os ditos Bancos não estão sujeitos ao mesmo deposito, á vista do disposto no art. 1º do decreto legislativo n. 589, de 12 de agosto findo, e que quanto aos negociantes convem averiguar si elles operam em cambiaes por conta propria ou por conta de terceiro, para satisfazerem compromissos alheios, pois neste caso ficam incursos no primeiro dos citados artigos.

Incluso vos devolvo os estatutos e relatorios que acompanharam o alludido officio, a fim de ser cobrado com revalidação o sello a que estão obrigados como documentos.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Maranhão.

---

N. 2 — EM 18 DE JANEIRO DE 1900

Os 3ºs e 4ºs escripturarios das Alfândegas não podem fazer parte das commissões arbitraes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1900.

Declaro-vos que o Sr. Ministro, por despacho de 29 de dezembro proximo findo, exarado em vosso officio n. 61, de 4 do mesmo

mez, resolveu não approvar a lista dos membros que devem compôr as comissões arbitraes de que trata a lettra a, n. 5, do § 2º do art. 5º da lei n. 640, de 14 de novembro do anno passado, por haverdes nella incluído 3.<sup>as</sup> e 4.<sup>as</sup> escripturarios, os quaes não podendo ser encarregados do serviço de conferencia de mercadorias, conforme estabelece a regra III do n. 6 do artigo citado, excepto em casos especiaes, não devem fazer parte das ditas comissões, á vista do disposto no art. 11 da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897; convido, pois, que organisceis nova lista, substituindo aquelles escripturarios por outros funcionarios, de accordo com as alludidas disposições.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Maranhão.

---

#### N. 3 — EM 18 DE JANEIRO DE 1900

O recurso para a comissão de arbitramento é cabivel em todos os casos de qualificação ou classificação de mercadorias.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1900.

Em resposta ao officio n. 53, de 7 de novembro do anno proximo findo, em que trouxestes ao conhecimento do Sr. Ministro o facto de só acceitar o inspector da Alfandega desso Estado recurso para a comissão de arbitramento quando as questões estão fóra de sua alçada, apesar de haverdes decidido que tal recurso é cabivel em todos os casos de qualificação ou classificação de mercadorias, estejam ou não dentro da alçada das repartições em que se suscitarem, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 9 do corrente mez, resolveu recomendar-vos que fazeas sentir áquelle inspector a necessidade de proceder sempre na conformidade da vossa decisão, que está de accordo com a legislação em vigor e especialmente com o disposto na 1ª parte do art. 39 do decreto n. 2807, de 31 de janeiro de 1898.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Maranhão.

---

## N. 4 — EM 19 DE JANEIRO DE 1900

Nas Alfandegas em que não houver mais de quatro 1.<sup>as</sup> escripturarios serão designados dous supplentes tirados da classe immediatamente inferior para as commissões de tarifa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 19 de janeiro de 1900.

Recommendo aos Srs. inspectores das Alfandegas, em que não houver mais de quatro 1.<sup>as</sup> escripturarios, que designem dous supplentes tirados da classe immediatamente inferior, para que possa nessas repartições ter fiel execução o disposto no art. 5.<sup>o</sup>, n. 6, regra XVII, da lei n. 640, de 14 de novembro do anno proximo findo. — *Joaquim Murtinho*.

---

## N. 5 — EM 22 DE JANEIRO DE 1900

Os 3.<sup>os</sup> escripturarios das Alfandegas não podem fazer parte das commissões arbitraes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1900.

Em resposta ao vosso officio n. 103, de 5 de dezembro ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 9 do corrente mez, resolveu approvar a lista enviada com o mesmo officio, dos membros que devem compôr as commissões arbitraes de que trata a letra a, n. 5, do § 2.<sup>o</sup> do art. 5.<sup>o</sup> da lei n. 640, de 14 de novembro do anno passado, com exclusão, porém, do 3.<sup>o</sup> escriptuario que nella figura, visto que, não podendo os empregados dessa cathegoria ser encarregados do serviço de conferencia de mercadoria, sinão em casos especiaes, conforme estabelece a regra III do artigo citado, não deve aquelle fazer parte das ditas commissões, á vista do disposto no art. 11 da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897. — *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Ceará.

---

## N. 6 — EM 26 DE JANEIRO DE 1900

Manda observar rigorosamente as circulares ns. 2 e 47, de 16 de janeiro e 8 de maio de 1899, sobre expedição de guias para o pagamento do sello e das patentes da Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 26 de janeiro de 1900.

Tendo o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores trazido ao meu conhecimento, em aviso n. 3038, de 12 de dezembro ultimo, que, por algumas repartições fiscaes e especialmente pelas Collectorias de rendas continuam a ser expedidas guias para pagamento do sello das patentes da Guarda Nacional, em completo desaccordo com os termos da circular deste Ministerio n. 2, de 16 de janeiro do anno findo, e sem os requisitos da de n. 47, de 8 de maio do mesmo anno, chamo a attenção dos Srs. chefes das alludidas repartições para o disposto nas mesmas circulares, as quaes devem ser rigorosamente observadas. — *Joaquim Murtinho.*

## N. 7 — EM 27 DE JANEIRO DE 1900

O sello dos contractos de compra e venda de cambiaes deve ser inutilizado pelas partes contractantes nas praças onde não haja corretores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 27 de janeiro de 1900.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes nos Estados, em confirmação ao meu telegramma-circular de 23 do corrente mez, que o sello dos contractos de compra e venda de cambiaes, a que se refere o art. 4º, § 1º, da lei n. 640, de 14 de novembro de 1899, deve ser inutilizado pelas partes contractantes nas praças onde não haja corretores. — *Joaquim Murtinho.*

## N. 8 — EM 31 DE JANEIRO DE 1900

Trata do modo como devem ser constituídas as comissões de concurso para empregos de Fazenda.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1900.

Em solução á consulta feita em vosso officio n. 71, de 19 de dezembro do anno proximo passado, declaro-vos, para os de-



vidos effeitos, e de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 20 do corrente mez:

1º, que as commissões de concurso para preenchimento dos empregos de Fazenda podem ser constituídas, indifferentemente, com chefes de secção da Alfandega, ou 1º escripturarios, quer da Alfandega, quer da Delegacia, de conformidade com o art. 8º do decreto n. 1651, de 13 de janeiro de 1894, não devendo ser admittidos 2º escripturarios de qualquer das ditas repartições, desde que se verifique a existencia daquelles, salvo o caso excepcional do que trata o paragrapho unico do artigo citado, em virtude do qual podem as mesmas commissões ser compostas de pessoal diverso, mediante approvação do Sr. Ministro;

2º, que pôde ser nomeado um só examinador para duas ou mais materias, contanto que seja observado o disposto no art. 9º do mesmo decreto;

3º, finalmente, que as nomeações de examinadores podem recahir em pessoa estranha, visto que a recommendação feita na circular n. 35, de 21 de maio de 1897, não é imperativa, devendo, todavia, ser preferido o pessoal do quadro, sempre que fôr possível.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Maranhão.

---

#### N. 9 — EM 16 DE FEVEREIRO DE 1900

A factura consular não deve ser exigida para as mercadorias exportadas para o Brazil como encomendas postaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 16 de fevereiro de 1900.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições aduaneiras, para seu conhecimento e fins convenientes, que nesta data peço ao Ministro das Relações Exteriores faça constar por telegramma aos nossos consules que a factura consular, a que se refere a lei n. 651, de 22 de novembro ultimo, não deve ser exigida em relação ás mercadorias exportadas para o Brazil como encomendas postaes.— *Joaquim Murtinho.*

---

## N. 10 — EM 28 DE FEVEREIRO DE 1900

Aposentadoria como extraordinaria a empregado da Repartição Geral dos Telegraphos só pôde ser concedida si do termo da inspecção de saude constar ter elle se invalidado em consequencia de molestia adquirida no serviço do cargo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 28 de fevereiro de 1900.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Com relação á aposentadoria do telegraphista de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Julião José de Barcellos, a quem se refere o aviso desse Ministerio, n. 51 de 23 de dezembro do anno proximo passado, cabe-me declarar-vos que, não constando do termo da inspecção de saude, a que foi submettido o mesmo funcionario, ter elle se invalidado em consequencia de molestia adquirida no serviço do cargo, não devia a alludida aposentadoria ser-lhe concedida como extraordinaria, nos termos do art. 481, n. 2, do regulamento que baixou com o decreto n. 1663, de 30 de janeiro de 1894, de accordo com o art. 480 do regulamento citado.

Saude e fraternidade.— *Joaquim Murtinho.*

---

## N. 11 — EM 1 DE MARÇO DE 1900

As facturas que os consules, por affluencia de serviço, não possam attentamente examinar serão *provisoriamente visadas* sob condição de em tempo serem apresentados pelo exportador outros dous exemplares para receberem o *Visto* definitivo; e dispensa até ulterior deliberação o *registro* das facturas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 1 de março de 1900.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições aduaneiras, para seu conhecimento e devidos effeitos, que este Ministerio, attendendo a que em alguns casos não podem os consules, por affluencia de serviço, examinar detidamente as facturas submettidas ao seu *visto*, resolveu que em taes casos recebam esses documentos um *visto* provisorio, mediante a condição de serem em tempo apresentados pelo exportador outros dous exemplares da factura para serem visados definitivamente — exemplares esses, dos quaes um será enviado ao director do Serviço de Estatistica Commercial, para os fins convenientes, e o outro restituído ao exportador afim de ser pelo consignatário da

mercadoria, a que se referir esse novo exemplar, entregue á Alfandega do porto do destino dentro do prazo de 30 dias, sob pena de ser a mesma mercadoria considerada como não acompanhada do factura consular e, portanto, sujeita á taxa mais elevada da Tarifa, nos termos da lei n. 651, de 22 de novembro, do anno proximo findo.

Outrosim, declaro aos mesmos Srs. chefes que até ulterior deliberação fica dispensado o registro das facturas no livro que para tal fim deve existir nos Consulados, conforme foi estabelecido no aviso n. 8 dirigido por este Ministerio ao das Relações Exteriores em 27 de janeiro ultimo e publicado no *Diario Official* de 1 de fevereiro proximo passado.— *Joaquim Murinho*.

---

#### N. 12 — EM 7 DE MARÇO DE 1900

A designação dos empregados para a comissão da Tarifa compete aos delegados fiscaes.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 7 de março de 1900.

Em resposta ao vosso officio n. 2, de 9 de janeiro ultimo, declaro-vos, de ordem do Sr. Ministro, que não havia necessidade de ser submittido ao conhecimento do Thesouro o vosso acto, designando os empregados para a comissão da Tarifa que tem de funcionar na Alfandega desse Estado durante o corrente anno, visto competir tal designação aos delegados fiscaes, de accordo com as disposições em vigor.

Outrosim, chamo a vossa attenção para o art. 39 paragrapho unico do decreto n. 3529, de 15 de dezembro do anno proximo findo, onde vem especificados quaes os substitutos legaes dos membros da mesma comissão.— *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Maranhão.

---

#### N. 13 — EM 10 DE MARÇO DE 1900

A falta de pagamento das mensalidades por descontos em folha, resultante de negligencia ou erro das repartições, não invalida o direito dos herdeiros do contribuinte do montepio á pensão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 10 de março de 1900.

Sr. Ministro da Guerra — Em resposta ao aviso n. 3, de 4 de janeiro ultimo, com o qual transmittistes os papeis, que incluso vos restituo, relativos não só ao pagamento de quanti-

tativo para funeral ou luto a D. Carlota de Azevedo, viuva do porteiro aposentado do Arsenal de Guerra desta Capital, Antonio Alves de Azevedo, mas também á expedição de titulo de montepio á mesma viuva e a suas filhas, cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que a falta de pagamento das mensalidades por descontos em folha, resultante de negligencia ou erro das repartições, não invalida o direito dos herdeiros do contribuinte á pensão; ficando porém, estes obrigados a indemnizar a Fazenda Nacional da importancia em debito pela forma estabelecida no art. 18, § 2º, do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, como já foi resolvido.

Saude e fraternidade.— *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 14 — EM 14 DE MARÇO DE 1900

Os termos de inspecção de saude a que são submittidos os empregados publicos devem ser enviados ao Thesouro em original ou por certidão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 14 de março de 1900.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições da Fazenda, para os devidos effeitos, que, á vista da resolução do Tribunal de Contas de 5 de maio do anno passado, os termos de inspecção de saude, a que são submittidos os empregados publicos, devem ser enviados ao Thesouro em original ou por certidão, visto como taes documentos não podem ser acceptos quando apresentados por cópia.— *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 15 — EM 17 DE MARÇO DE 1900

Declara que as *carcassas* ou *cascos* para chapéos de senhoras não pagam imposto de consumo, e providencia sobre o modo da sellagem dos chapéos de mola denominados *clacks*; e bem assim que os empregados de casas commerciaes encarregados da venda de mercadorias sujeitas ao imposto de consumo estão isentos do registro desde que as mercadorias pertençam ás casas de que os mesmos empregados fazem parte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 17 de março de 1900.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para seu conhecimento o devidos effeitos, que as fôrmas, cascos ou carcassas de palha ou de qualquer outra ma-

teria destinados á confecção de chapéos de senhoras, ficam isentos do pagamento do imposto de consumo; que nos chapéos de molas, denominados *clacks*, o sello deverá ser, por excepção, cosido na fita interna do forro e inutilizado pelo negociante na occasião de effectuar a venda; que os empregados das casas commerciaes importadoras e varejistas, encarregados da venda de mercadorias sujeitas ao imposto de consumo, fóra do estabelecimento, não estão sujeitos ao pagamento do registro como mercadores ambulantes, desde que as vendas sejam feitas por conta das casas de que os mesmos empregados fazem parte.— *Joaquim Murtinho*,

---

N. 16 — EM 20 DE MARÇO DE 1900

Os depositos feitos na Caixa Economica em um Estado não podem ser transferidos para a desta Capital.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 20 de março de 1900.

Em resposta ao vosso officio n. 338, de 20 de novembro do anno proximo passado, em que pedis autorização para escripturar em balanço dessa Delegacia, em receita sob o titulo—Movimento de fundos—remessa recebida ficticiamente do Thesouro e em despesa como pagamento de deposito da Caixa Economica desse Estado, a quantia de 4:154\$274, constante da caderneta n. 1426, pertencente a D. Maria da Assumpção Gomes da Silva Belfort, afim de se effectuar a transferencia desse deposito da referida Caixa Economica para a desta Capital, de conformidade com o disposto no art. 4º da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, declaro-vos, para os devidos fins, e de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 13 de fevereiro proximo findo, que não vos pôde ser concedida a autorização solicitada, não só porque aquelle dispositivo ainda não está regulamentado, como tambem porque essas transferencias por meio de escripturação em—Movimentos de fundos—apresentarão, além de outros inconvenientes, grandes embaraços na liquidação desta conta por occasião do encerramento do exorcicio.— *Pedro Teixeira Soares*.

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Maranhão.

---

## N. 17 — EM 29 DE MARÇO DE 1900

A ajuda de custo, como diaria, abonada aos chefes de serviço da Estrada de Ferro Central do Brazil para as despesas de viagem está sujeita ao sello da tabella A, § 7º, do regulamento que baixou com o decreto n. 2573, de 3 de agosto de 1893.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 29 de março de 1900.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Em solução á consulta feita em vosso aviso n. 2034, de 21 de novembro do anno proximo passado, cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que a ajuda de custo, que, como diaria, era abonada aos chefes de serviço da Estrada do Ferro Central do Brazil, para as despesas de viagem, está sujeita ao sello de que trata a tabella A, § 7º, do regulamento que baixou com o decreto n. 2573, de 3 de agosto de 1893, visto que, tendo passado a ser abonada mensalmente, faz parte dos vencimentos dos respectivos empregados.

Saude e fraternidade. — *Joaquim Martinho.*

---

## N. 18 — EM 31 DE MARÇO DE 1900

Declara o modo como deve ser cobrado o imposto de transporte pelas companhias estrangeiras de navegação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 31 de março de 1900.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados, para seu conhecimento o devidos effeitos, que o imposto de transporte arrecadado pelas companhias estrangeiras de navegação, na razão de 30\$ para as passagens de 1ª classe, 20\$ para as de 2ª e 5\$ para as de 3ª, de accordo com o art. 6º da lei n. 640, de 14 de novembro do anno proximo findo, deverá ser cobrado proporcionalmente ás diversas especies em que se subdividem aquellas classes — inteiras, meias, quartos de passagem — isto é, cobrar-se-ha por passagem inteira a totalidade da respectiva taxa, por meia passagem a metade, e assim por deante, ficando isentas de imposto as passagens gratuitas, concedidas ás crianças menores de 2 annos. — *Joaquim Martinho.*

---

## N. 19 — EM 23 DE ABRIL DE 1900

Providencia sobre o exame e despacho das manteigas estrangeiras

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 23 de abril de 1900.

Recommendo aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que providenciem para que das manteigas estrangeiras submittidas a despacho e ainda não examinadas pelo Laboratorio Nacional de Analyses, sejam enviadas amstras áquelle estabelecimento, afim de lhes ser dada, á vista do resultado do exame a que se proceder, a competente classificação, nos termos da lei n. 651, de 22 de novembro do anno proximo passado; ficando, entretanto, os mesmos Srs. chefes autorizados a permittir o despacho das mercadorias nas condições alludidas, cobrando-se a taxa de 1\$300, devida pelas manteigas de leite, mediante termo de responsabilidade pela differença de direitos, caso tenha de ser applicada a taxa de 2\$400, devida pelas de margarina e substitutos. — *Joaquim Martinho*.

---

## N. 20 — EM 4 DE MAIO DE 1900

Declara que são considerados pequenos fabricantes o negociante de calçado que empregar operarios unicamente para reparos e promptificação de encomendas particulares e o fabricante que sómente trabalhar para as necessidades do seu commercio a retalho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 4 de maio de 1900.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições encarregadas da arrecadação do imposto de consumo, para seu conhecimento e devidos effeitos, que o negociante de calçado que empregar operarios unicamente para reparos e promptificação de encomendas particulares e o fabricante que preparar calçado para satisfazer apenas as necessidades do seu commercio a retalho devem ser considerados pequenos fabricantes, para pagarem a taxa de 20\$ estipulada no art. 11, lettra g, do regulamento de 26 de maio ultimo, sem prejuizo da que fôr por aquelles devida pelo registro de seus estabelecimentos.

Ficam assim mollificados os despachos deste Ministerio constantes das ordens da Directoria do Expediente, ns. 13, de 27 de março ultimo, expedida á Delegacia Fiscal no Paraná, e 31, de 19 de abril subsequente, ao exactor das rendas federaes de S. Francisco de Paula. — *Joaquim Martinho*.

---

## N. 21 — EM 7 DE MAIO DE 1900

As multas impostas em virtude de decisão arbitral só podem ser recebidas pelos empregados depois que as questões forem julgadas pelo Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 7 do maio de 1900.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para seu conhecimento e devidos effeitos, que a decisão da commissão arbitral nas questões que tenham de ser submettidas ao Thesouro, na fórma do art. 50 das instrucções approvadas pelo decreto n. 3529, de 15 de dezembro do anno proximo passado, não dá aos empregados que houverem levantado as mesmas questões o direito de receberem desde logo as multas impostas em virtude daquelle decisão.— *Joaquim Mur-  
tinho.*

---

## N. 22 — EM 10 DE MAIO DE 1900

Providencia a respeito dos papeis e documentos que foram sellados com o sello estadual antes da lei que estabeleceu regras para a discriminação das taxas que a União e os Estados podem decretar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 10 de maio de 1900.

Tendo-se suscitado duvidas sobre si aos papeis e documentos passados depois de 1 de julho de 1899 e que na ausencia da lei n. 535, de 31 de julho daquelle anno, que estabeleceu regras para a discriminação das taxas que a União e os Estados podem decretar, foram sellados com o sello estadual, é applicavel o disposto nos arts. 50, § 3º, letra c, e 51 do regulamento expedido com o decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno, declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que, tendo sido regulamentada por este ultimo decreto a lei n. 535 citada, os papeis e documentos em questão, quando passados de 1 de julho de 1899 até a data da publicação do regulamento de 22 de janeiro, não incidem nas disposições dos referidos arts. 50, § 3º, letra c, e 51, mas ficam, para produzir effeito, sujeitos ao sello federal que deveriam pagar si fossem passados na vigencia do actual regulamento.— *Joaquim Murtinho.*

---



## N. 23 — EM 11 DE MAIO DE 1900

Nas letras sacadas em mais de uma via o sello deve ser applicado na terceira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 11 de maio de 1900.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para seu conhecimento e devidos effeitos, que das letras sacadas em mais de uma via e ás quaes se refere o art. 6º n. 3 do regulamento approved pelo decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno, deve ser sellada a terceira e não a primeira, como foi publicado. — *Joaquim Murtinho*.

---

## N. 24 — EM 28 DE MAIO DE 1900

As procurações *apud acta* estão sujeitas ao sello de \$8000

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 28 de maio de 1900.

Tendo-se suscitado duvida sobre o sello que devem pagar as procurações *apud acta*, por não cogitar dellas o regulamento annexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno, declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que aquellas procurações estão sujeitas ao sello fixo de mil réis ( 1\$000 ) exigido pelas passadas em nota publica ou por punho particular, ás quaes são equiparadas por produzirem os mesmos effeitos e gozarem de iguaes privilegios. — *Joaquim Murtinho*.

---

## N. 25 — EM 29 DE MAIO DE 1900

As fianças dos responsaveis por valores pertencentes á União devem ser prestadas no Thesouro Federal ou nas Repartições de Fazenda nos Estados e submittidas ao exame e approvação do Tribunal de Contas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio do Janeiro, 29 de maio de 1900.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas. — Tendo a Delegacia Fiscal no Estado de Minas Geraes trazido ao conhecimento deste Ministerio, em officio n. 19, de 5 de maio corrente, ter a Directoria Geral dos Correios determinado, em circular n. 42, de 30 de agosto ultimo, que as fianças dos agentes do

Correio fossem prestadas perante as respectivas Administrações, e constando a mesma Delegacia que tal pratica tem sido já adoptada pela Administração dos Correios daquelle Estado, rogo vos dignéis de tomar as providencias que o caso reclama, visto como, em virtude do disposto no art. 10, paragrapho unico, do decreto n. 2230, de 10 de fevereiro de 1896, as fianças dos responsaveis por valores pertencentes á União devem ser prestadas no Thesouro Federal ou nas Repartições de Fazenda nos Estados e submettidas ao exame e approvação do Tribunal de Contas.

Saule e fraternidade.— *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 26 — EM 8 DE JUNHO DE 1900

Estão sujeitos ao sello fixo de 300 réis os recibos de pagamento da premios de seguros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de junho de 1900.

Suscitando-se duvida sobre si os recibos de pagamento de premios de seguros estão isentos de sello como as letras de premios de que trata o § 1º, n. 5, do art. 19 do regulamento approved pelo decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno, declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que a isenção concedida ás letras de premio foi motivada pelo facto de já ser cobrado das apolices de seguro o sello proporcional ao valor pelas mesmas letras representado — o que não se verifica em relação aos ditos recibos, que são sujeitos ao sello fixo de 300 réis, na fórmula do § 4º da tabella B annexa áquelle regulamento, quer sejam de pagamento de letras quer não.— *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 27 — EM 14 DE JUNHO DE 1900

As mulheres não podem exercer empregos da Fazenda

Directoria do Expediente do Thesouro Federal— Rio de Janeiro, 14 de junho de 1900.

Em resposta ao vosso officio n. 32, de 18 de abril ultimo, com o qual transmittistes a petição em que Manoel Nogueira Gomes, thesoureiro dessa Delegacia, pede permissão para nomear seu fiel a sua esposa D. Philomena Belfort Nogueira Gomes, declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, por despacho de 29 de maio proximo findo, resolveu que, emquanto não fôr o assumpto regulado por lei, não poderá permittir que os empregos de Fazenda sejam exercidos por mulheres. — *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Maranhão.

---

## N. 28 — EM 15 DE JUNHO DE 1900

Declara que as contas de fornecimento ou quaesquer documentos devem ser sellados previamente, incorrendo em multa o chefe da repartição publica ou outro funcionario que lhes der andamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 15 de junho de 1900.

Sr. Ministro da Industria, Viacão e Obras Publicas — **Em** solução á consulta constante de vosso aviso n. 47, de 28 de fevereiro ultimo, cabe-me declarar-vos que as contas do fornecimento, como quaesquer documentos, devem ser sellados previamente, nos termos do art. 37, n. 9, do decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno, incorrendo em multa o chefe de repartição publica ou outro funcionario que lhes der andamento sem que as mesmas contas tenham pago, ou o sello fixo de 300 réis, na fórma da tabella B § 1º n. 5, annexa áquelle decreto, ou o proporcional, caso se verifique a hypothese do art. 4º, n. 17.

Saude e fraternidade.—*Joaquim Murtinho.*

---

## N. 29 — EM 28 DE JUNHO DE 1900

Os peculios dos aprendizes marinheiros que, por serem filhos de estrangeiros, houverem sido ou vierem a ser desligados das escolas, em virtude de reclamações consulares, devem ser recolhidos aos cofres das Delegacias Fiscaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 28 de junho de 1900.

A' vista do que solicitou o Ministerio da Marinha em aviso n. 1893, de 30 de setembro de 1893, recommendo aos Srs. delegados fiscaes nos Estados que providenciem no sentido de serem recolhidos aos cofres das Repartições a seu cargo os peculios dos aprendizes marinheiros que, por serem filhos de estrangeiros, houverem sido ou vierem a ser desligados das escolas, em virtude de reclamações consulares, para o que ficam os respectivos commissarios autorizados a liquidar as cadernetas relativas a taes peculios, quando estes se acharem depositados nas Caixas Economicas da Republica.— *Joaquim Murtinho.*

---

## N. 39 — EM 9 DE JULHO DE 1900

Providencia para que os fiscoes dos impostos de consumo, no fim de cada trimestre, apresentem á Repartição a que estiverem subordinados um mappa demonstrativo das infracções verificadas na sua circumscripção e dá outros esclarecimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 9 de julho de 1900.

Convindo que este Ministerio tenha immediato conhecimento do modo por que são entendidas e executadas as disposições do decreto n. 3622, de 26 de março de 1900, que regula a arrecadação dos impostos do consumo, recommendo aos Srs. chefes das Repartições fiscaes que observem o seguinte:

## 1º

Os fiscoes dos impostos de consumo deverão, no fim de cada trimestre, apresentar á Repartição a que estiverem subordinados um mappa demonstrativo das infracções verificadas, mencionando nome, residencia e profissão do infractor, numero do registro, natureza da infracção, da do auto, da respectiva entrega e da intimação, e mais esclarecimentos que julgarem necessarios.

## 2º

Entregues estes mapps, as Repartições deverão envia-los ao Thesouro dentro de 15 dias, acompanhados de minuciosa informação sobre o andamento dos processos e sobre as decisões proferidas, cujos fundamentos deverão ser declarados todas as vezes que as mesmas decisões forem favoraveis ás partes.

## 3º

As Estações fiscaes nos Estados onde houver Delegacias farão, por intermedio destas Repartições, a remessa ao Thesouro.

## 4º

A' Directoria das Rendas Publicas incumbe examinar o assumpto e propôr as providencias que lho parecerem convenientes, cumprindo dar conhecimento a este Ministerio da falta de observancia desta circular.

## 5º

Os mapps e as competentes informações deverão ser remetidos ao Thesouro dentro dos seguintes prazos:

De 15 dias para a Recebedoria, Alfândega de Macahé e Agencias do Estado do Rio de Janeiro;

De 30 dias para as Delegacias de S. Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Espirito Santo;

De 60 dias para as demais Delegacias.— *Joaquim Martinho.*

## N. 31 — EM 3 DE AGOSTO DE 1900

Declara que os documentos não comprehendidos na tabella B, 1ª classe, § 1º do regulamento annexo ao decreto n. 3564, de 2º de janeiro de 1900, só estão sujeitos ao sello federal quando forem juntos a processos que tenham de correr perante as autoridades da União e que as procurações, quer do proprio punho, quer passadas em notas de tabellião, bem como os contractos, pagam o dito sello, qualquer que seja o fim a que se destinem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 3 de agosto de 1900.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Em resposta ao aviso n. 660, de 22 de maio ultimo, no qual solicitastes o parecer deste Ministerio sobre a consulta que vos dirigiu o procurador seccional no Amazonas no sentido de saber si estão sujeitos ao sello federal as petições relativas a processos que correm perante a justiça local, as procurações e substabelecimentos, quer por instrumento publico quer do proprio punho, para os mesmos processos e para receber dinheiro do Thesouro ou em outras Repartições Estaduaes, as certidões extrahidas de autos ou notas de tabellião e os contractos de honorarios de advogado ou quaesquer outros contractos civis não especificados no regulamento annexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno—cabe-me declarar-vos que aquellas petições e certidões, não se achando comprehendidas na tabella B, 1ª classe, § 1º do regulamento citado, não estão sujeitas ao sello federal, salvo quando forem juntas como documentos a processos que tenham de correr perante autoridade administrativa ou judiciaria da União, e que as procurações quer do proprio punho quer em notas de tabellião, bem como os contractos qualquer que seja o fim para que forem passados e lavrados, estão sujeitos ao dito sello, por serem actos regulados por lei federal.

Saude e fraternidade. — *Joaquim Murtinho.*

## N. 32 — EM 9 DE AGOSTO DE 1900

Declara que a taxa dobrada de 300 réis só é devida quando o requerimento for feito em papel que medir mais de 34 centimetros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 9 de agosto de 1900.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Respondendo ao aviso n. 562, de 16 de julho ultimo, em que, a proposito de um requerimento em papel que mede mais de

Decisões da Fazenda

33 e menos de 34 centímetros de comprimento e no qual foi collada uma estampilha de 300 réis, consultastes si o pagamento do dobro da taxa de que trata a primeira observação da tabella B annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno, só tem logar no caso de exceder o papel em um centimetro ou mais qualquer das medidas estabelecidas na citada observação, cabe-me declarar-vos que de facto, em vista da decisão deste Ministerio, n. 335, de 1876, somente nesta hypothese é devida a taxa dobrada.

Saude e fraternidade. — *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 33 — EM 15 DE AGOSTO DE 1900

Estão sujeitos ao imposto de transporte os consules de carreira

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 15 do agosto de 1900.

Suscitando-se duvidas sobre si os consules de carreira estão isentos de pagamento do imposto de transporte, á vista do disposto no art. 6º da lei n. 640, de 14 de novembro de 1899, communico aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que, não podendo aquelles funcionarios ser incluídos, como declarou o Ministerio das Relações Exteriores, em aviso n. 10, de 7 de abril ultimo, entre os membros do Corpo Diplomatico, não lhes é extensiva a isenção a estes concedida pela mencionada disposição. — *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 34 — EM 23 DE AGOSTO DE 1900

As Alfandegas não devem na classificação de mercadorias afastar-se da verdadeira applicação da Tarifa, desprezando qualquer circumstancia que pareça indicar applicação differente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 23 de agosto de 1900.

Tendo-se verificado que na Alfandega do Rio de Janeiro se importava panno de lã em córtes simulando cobertores ordinarios, para como tal pagar os respectivos direitos, quando, entretanto, o mesmo panno era destinado á confecção de capotes e, portanto, sujeito á taxa de 4\$200 por kilogramma, do art. 517, 1ª parte, da Tarifa, recomendo aos Srs. chefes das Repartições aduaneiras que para a classificação de mercadorias, em casos identicos, tenham em vista a verdadeira applicação

que lhes é destinada, desprezando qualquer circumstancia que pareça indicar applicação differente, conforme resolveu este Ministerio em relação ao caso de que trata a ordem expedida áquella Alfandega por officio da Directoria do Expediente do Thesouro Federal, n. 201, de 21 do corrente mez.— *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 35 — EM 29 DE AGOSTO DE 1900

As notas de entrega aos arrematantes de objectos vendidos em leilão estão sujeitas ao sello fixo de 300 réis e as contas de arrematação ao proporcional sobre o producto liquido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 29 de agosto de 1900.

Tendo-se suscitado duvidas sobre si as notas de entrega aos arrematantes de objectos vendidos em leilão devem ser sujeitas ao pagamento de sello, quando já o são as contas de arrematação fornecidas pelos leiloeiros aos seus committentes, declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que as referidas notas, constituindo um recibo em devida forma passado por pessoa competente, que no caso tem fé de official publico (Codigo do Commercio, art. 70), estão sujeitas ao sello fixo de 300 réis, na forma do § 4º da tabella B annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno, e que em relação áquellas contas deve ser cobrado o sello proporcional ao producto liquido, na forma do art. 4º, n. 21, e § 1º da tabella A annexa ao mesmo regulamento.— *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 36 — EM 14 DE SETEMBRO DE 1900

Determina o modo como devem ser escripturados nos balanços os saldos recolhidos aos cofres e os supprimentos feitos por intermedio dos engenheiros-chefes dos districtos telegraphicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 14 de setembro de 1900.

Attendendo ás considerações feitas pela Repartição Geral dos Telegraphos. em officio n. 828, dirigido á Directoria de Contabilidade do Thesouro Federal em 31 de julho ultimo, recommendo aos Srs. delegados fiscaes nos Estados que façam escripturar sob o titulo — Movimento de fundos — nos respectivos balanços, como remessas recebidas no Thesouro, os saldos recolhidos aos cofres das Delegacias, Alfandegas, Mesas de Rendas e Collectorias por intermedio dos engenheiros-chefes dos diversos

districtos telegraphicos e como — Saques pagos — os supprimentos feitos aos mesmos engenheiros ; cumprindo que, no fim de cada mez, seja dado conhecimento tanto da importancia dos saldos recebidos como da dos supprimentos feitos á mencionada Repartição, por meio de telegrammas expedidos por conta da mesma, que opportunamente enviará ás Delegacias Fiscaes brochuras proprias para esses telegrammas.

Outrosim, declaro aos mesmos Srs. delegados fiscaes que as importancias dos referidos saldos recolhidas desde janeiro do corrente anno até a data em que fór recebida esta circular e que tenham sido escripturadas como — Renda dos Telegraphos Electricos — deverão ser annulladas dessa verba da receita e escripturadas pela forma acima indicada ; o que, feito, será tambem communicado á Repartição Geral dos Telegraphos.—*Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 37 — EM 21 DE SETEMBRO DE 1900

Os marinheiros de navios mercantes que em consequencia de naufragio ou permanencia em hospital ficarem abandonados em portos do Brazil, gosarão da isenção de imposto de passagem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 21 de setembro de 1900.

Declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio que para o effeito da isenção do imposto de passagem, de que trata o art. 6º da lei n. 640, de 14 de novembro de 1899, são equiparados a indigentes os marinheiros de navios mercantes estrangeiros que, em consequencia de naufragio ou de permanencia em hospital, ficarem abandonados em portos do Brazil.— *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 38 — EM 6 DE OUTUBRO DE 1900

As estampilhas de sello federal colladas em papeis encaminhados pelos Governos dos Estados podem ser inutilizadas por meio de carimbos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 6 de outubro de 1900.

Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores — Em resposta ao aviso n. 555, de 12 de julho ultimo, em que consultastes sobre o procedimento a adoptar-se na Secretaria de Estado desse Ministerio com relação ao facto de serem inutilizadas por meio de carimbos das Repartições Estaduaes as estampilhas do sello



federal colladas a papeis encaminhados pelos Governos dos Estados a despacho desse mesmo Ministerio, cabe-me declarar-vos que nenhuma razão ha para impedir-se aquelle meio de inutilização do selo, desde que esta seja completa, de modo a evitar que as estampilhas possam de novo ser aproveitadas.

Saude e fraternidade.— *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 39 — EM 13 DE OUTUBRO DE 1900

A isenção do imposto de transporte consignada no art. 5º do decreto n. 2791, de 11 de janeiro de 1898, só se applica ás estradas de ferro construidas pela União administradas pelo Governo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 13 de outubro de 1900.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Em resposta ao aviso n. 77, de 10 do mez proximo findo, no qual solicitastes esclarecimentos que vos habilitassem a resolver a consulta feita a esse Ministerio pelo engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, no sentido de saber si aproveitava á mesma estrada a isenção do imposto de transporte consignada no art. 5º do decreto n. 2791, de 11 de janeiro de 1898, cabe-me declarar-vos que essa isenção applica-se ás estradas de ferro construidas pela União, administradas pelo Governo, devendo ser a de que se trata equiparada ás estradas construidas por particulares, sem subvenção.

Saude e fraternidade.— *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 40 — EM 25 DE OUTUBRO DE 1900

Declara que não é licito uma repartição publica encarregar-se de promover o funeral de seus empregados, nem constituir-se cobradora de dividas particulares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 25 de outubro de 1900.

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas — Em resposta ao vosso aviso n. 29, de 1 de setembro ultimo, em que consultaes si a Repartição, a que pertencer um funcionario que, fallecendo no effectivo exercicio de seu cargo, quite da joia e contribuições para o montepio, não tenha familia ou pessoa interessada que se incumba do seu enterramento, póde

ser autorizada a mandar fazer o seu funeral por conta da quota de 200\$000, de que trata o art. 47 do regulamento que baixou com o decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890; cabe-me declarar-vos, para os fins convenientes, que semelhante quantia, que compete exclusivamente á familia do contribuinte, só poderá ser abonada, como indemnização, a qualquer de seus membros que tiver feito as despesas do enterro, não sendo lícito a uma repartição publica encarregar-se de promover o funeral dos seus empregados, sem haver disposição de lei que o autorize, nem constituir-se cobradora de dividas particulares, por meio de retenções, também sem fundamento legal.

Saude e fraternidade. — *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 41 — EM 25 DE OUTUBRO DE 1900

Os papeis relativos ao registro Torrens e aos casamentos, nascimentos e obitos estão sujeitos ao sello federal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 25 de outubro de 1900.

Tendo o delegado fiscal no Estado do Rio Grande do Sul consultado em officio n. 97, de 25 de junho ultimo, si os papeis relativos ao registro Torrens e aos de casamentos, nascimentos e obitos devem pagar sello federal, apezar de estarem aquelles serviços a cargo de autoridades estaduais, declaro aos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, para seu conhecimento e devidos effeitos, que, comquanto tivesse havido omissão dos mesmos papeis no § 1º da tabella B do regulamento approved pelo decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno, estão elles sujeitos ao sello federal, nos termos do § 2º do art. 2º do dito regulamento. — *Joaquim Murtinho.*

---

#### N. 42 — EM 31 DE OUTUBRO DE 1900

Os vales-ouro emitidos pelos Bancos e recebidos nas Alfandegas em pagamento de direitos não estão sujeitos ao imposto do sello.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1900.

De accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 25 do corrente, proferido sobre o vosso officio n. 36, de 24 de abril ultimo, submettendo á approvação do mesmo Sr. Ministro a decisão pela qual, em solução á consulta do Banco Commercial, considerastes sujeitos ao imposto do sello, *ex-vi* do n. 26 da tabella A § 1º

do vigente regulamento, os vales-ouro emitidos pelo referido Banco e recebidos na Alfandega em pagamento de direitos, de-claro-vos, para os devidos effeitos, que sendo os ditos vales-ouro titulos provisorios destinados a ser substituidos por letras de cambio, das quaes é devido sello proporcional, não estão sujeitos ao pagamento deste nem do sello fixo.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Maranhão.

---

#### N. 43 — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1900

Os bilhetes de quaesquer loterias, quer registradas nesta Capital, para serem nella vendidas ou extrahidas, quer não registradas, mas ex-postos á venda em qualquer outra parte do territorio brasileiro, estão sujeitos ao pagamento do sello.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1900.

Em resposta ao vosso officio n. 110, de 18 de outubro proximo findo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, por despacho de 31 do mesmo mez, resolveu approvar o acto pelo qual mandastes sujeitar ao pagamento do sello de que tratam o art. 1º, n. 29, e 8º da lei n. 640, de 14 de novembro do anno passado e a tabella A § 4º annexa ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno, os bilhetes de quaesquer loterias, quer registradas nesta Capital, para serem nella vendidas e extrahidas, quer não registradas, mas expostos á venda em qualquer outra parte do territorio brasileiro.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Estado da Bahia.

---

#### N. 44 — EM 21 DE NOVEMBRO DE 1900

Declara ser indebita a interferencia do procurador da Republica nos processos relativos á imposição de multas por infracção dos regulamentos dos impostos de consumo.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1900.

Em resposta ao vosso officio n. 88, de 17 de setembro ultimo, communicando haverdes estabelecido a pratica de sujeitar ao parecer do procurador da Republica nesse Estado os processos relativos á imposição de multas por infracção dos regulamentos dos impostos de consumo, para depois resolver essa Delegacia

sobre a procedencia ou improcedencia dos respectivos autos, declaro-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 14 do corrente, que não deveis proseguir nessa pratica, porquanto, em face das disposições claras dos regulamentos em vigor, é indebita a interferencia do procurador da Republica nos mencionados processos.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Estado de S. Paulo.

---

N. 45 — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1900

As nomeações para examinadores no concurso de 1ª e 2ª entrancia podem recahir em pessoas extranhas á classe dos empregados de Fazenda.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal—Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1900.

Em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 19 do corrente mez, declaro-vos, para os devidos effeitos, que, á vista do motivo exposto em vosso officio n. 33, de 27 de outubro ultimo, podeis fazer recahir em pessoas extranhas á classe dos empregados de Fazenda as nomeações de examinadores no concurso de 1ª e 2ª entrancia a que brevemente tereis de proceder, contando que a respectiva despoza não exceda de 500\$000.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Espirito Santo.

---

N. 46 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1900

Recommenda a fiel observancia do regulamento do Sello, afim de que sejam devidamente inutilizadas as estampilhas colladas em documentos e processos que correm pelas Repartições de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 18 de dezembro de 1900.

Sendo frequente em certidões e outros documentos passados por diversas Repartições publicas e juntos a processos submettidos á consideração do Ministerio a meu cargo não se acharem devidamente inutilizadas as estampilhas aos mesmos colladas para pagamento do respectivo sello — o que sujeita os interessados no andamento daquelles processos á exigencia da revalidação; e convindo evitar que os effeitos de tal irregularidade pesem sobre pessoas que para ella não concorreram: chamo para o facto a attenção dos Srs. chefes das Repartições subordinadas a este Ministerio, recommendando-lhes a fiel observancia do disposto no art. 19 do regulamento approved pelo decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno.— *Joaquim Murtinho.*

---

## N. 47 — EM 21 DE DEZEMBRO DE 1900

O reconhecimento dos filhos naturaes feito pelo pae no acto de registrar o nascimento destes, deve ser considerado legal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Capital Federal, 21 de dezembro de 1900.

Sr. Ministro dos Negocios da Marinha — Devolvendo-vos o incluso requerimento de Ambrozina Maria da Conceição pedindo para sua filha natural Deolinda o montepio deixado pelo finado machinista de 4ª classe da Armada 2º tenente Aurelio Bernardo da Silva, que perante o official do Registro Civil da parochia de Sant'Anna, nesta Capital, declarou ser pae daquella menor, e bem assim a certidão que com o mesmo requerimento foi transmittida a este Ministerio com o vosso aviso n. 1116, de 16 de novembro proximo findo, cabe-me comunicar-vos que, devendo ser considerado legal, para produzir todos os seus effeitos, o reconhecimento dos filhos naturaes feito pelo pae no acto de registrar o nascimento destes, a menor Deolinda está no caso de habilitar-se nos termos do decreto n. 3607, de 10 de fevereiro de 1866, para perceber, conjunctamente com seus irmãos nascidos de legitimo matrimonio, si houver o montepio instituido pelo referido official, de accordo com o preceito do art. 19, n. 2, do decreto n. 695, de 23 de agosto de 1890, combinado com o art. 1º da lei n. 288, de 6 de agosto de 1895.

Saude e fraternidade.— *Joaquim Murtinho.*

## N. 48 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1900

Trata da contagem do prazo para a cobrança do sello dos conhecimentos de carga.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1900.

Em resposta ao vosso officio n. 32, de 27 de outubro ultimo, declaro-vos que o Sr. Ministro, por despacho de 29 do mez proximo findo, resolveu approvar o acto pelo qual, em solução á consulta da Alfandega desse Estado sobre a interpretação do art. 37, n. 6, do regulamento annexo ao decreto n. 3564, de 22 de janeiro do corrente anno relativamente á contagem do prazo para a cobrança do sello dos conhecimentos de carga, decidistes que o prazo de oito dias estipulado naquelle artigo fosse contado da data da expedição para os conhecimentos de cargas procedentes de portos nacionaes, de conformidade com a citada disposição, e que, em relação aos expedidos em portos estrangeiros, se effectuasse a cobrança de accordo com o disposto no art. 30, n. 4, do mesmo regulamento.— *Pedro Teixeira Soares.*

Sr. Delegado Fiscal no Estado do Espirito Santo.